

23º

Relatório Gerencial de Resultados

01 de julho a 30 de setembro de 2024

Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:
09/10/2024



Rua Guajajaras, 1570, 3º Andar, 1570, Terceiro Andar, Barro Preto
Belo Horizonte - MG, 30180-099 | (31) 3348-1500

DIRETOR PRESIDENTE

Gleiber Gomes de Oliveira

DIRETORIA INSTITUCIONAL

Alexandre Compart

DIRETORIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TÉCNICO

Fabiano Neves

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Thiago Morais

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Juliana Mourão Mendes

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DE PESSOAS

Rafaela Carvalho Naves Graziotti

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS

Diogo Caminhas

ELABORAÇÃO

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS

Diogo Caminhas

Gerente de Monitoramento e Gestão de Projetos

Robert Tavares

Subgerente de Monitoramento e Gestão de Projetos

Flávia Palma e Camila Matos

Analistas de Monitoramento e Gestão de Projetos

Beatriz Santana, Delor Celestino da Costa Junior e Fabiana Amaral

Supervisão da Gestão

Celso Nunes, Daniele Mesquita, Mariana Viegas e Nathalia Meggiolaro

Supervisão Metodológica do Programa Mediação de Conflitos

Lucas Romano, Márcia Oliveira Silva, Mariana Ruas Rodrigues e Marília Saraiva

Supervisão Metodológica do Programa Fica Vivo!

Joyce Dayanne Silva

Supervisão Metodológica do Programa Se Liga

Alexandre Fonseca, Fernanda Menezes, Jakeline Lara e Maíra Rinco

Supervisão Metodológica do Programa Ceapa

Lidiane de Oliveira, Cássia Pacheco Souto e Arthur Rodrigues da Silva

Supervisão Metodológica do PrEsp

Francisco Uarles Targino da Costa

Supervisão Metodológica do Programa Selo Prevenção Minas

Sumário

INTRODUÇÃO	5
TABELA 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS.....	7
TABELA 2 – PRODUTOS PREVISTOS	9
DETALHAMENTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS.....	10
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS.....	10
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos.....	22
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos.....	25
Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social.....	27
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS FICA VIVO!.....	29
Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	30
Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	34
Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	38
Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!.....	51
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SE LIGA.....	55
Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	61
Indicador nº 3.2. Número acumulado de ações estratégicas junto à rede de proteção social das pessoas acompanhadas pelo Programa Se Liga	64
Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas.....	66
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA CENTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS	68
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA70	
Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	74
Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio.....	78
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL.....	82
Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP.....	82
Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório.....	96
Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	109
ÁREA TEMÁTICA: PROJETO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER.....	121
Indicador nº 6.1. Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados	122
Indicador nº 6.2. Número acumulado de atendimentos de prevenção e enfrentamento a violências e violações contra a mulher e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher	123

Indicador nº 6.3. Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal.....	125
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SELO PREVENÇÃO MINAS	128
Indicador nº 7.1. Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	131
Indicador nº 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas.....	136
Indicador nº 7.3. Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	142
ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE.....	147
Indicador nº 8.1. Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade.....	148
Indicador nº 8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade.....	150
Indicador nº 8.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão	155
Indicador nº 8.4. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	165
ÁREA TEMÁTICA: RELATÓRIOS DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE	170
Indicador nº 9.1. Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	170
Indicador nº 9.2. Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade.....	182
ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO DA PARCERIA	184
Indicador nº 10.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	184
Indicador nº 10.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão.....	185
ÁREA TEMÁTICA: PRODUTOS.....	186
Produto 1.3. - Implantação de UPC de abrangência Regional (15ª RISP - Teófilo Otoni)	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	194

INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados tem como objetivo demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo, no 23º Período Avaliatório (01/07/2024 a 30/09/2024). Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, o presente documento apresentará o comparativo entre as metas estabelecidas e resultados alcançados, bem como informações relevantes acerca do contexto da execução das atividades previstas, as justificativas para os resultados não alcançados e as propostas de ação para superação dos problemas enfrentados neste período avaliatório. Ao final, serão disponibilizados os comprovantes atualizados de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

Em 2024, a quantidade e formato dos indicadores pactuados no Plano de Trabalho do VIII Termo Aditivo ao CG (e, consquentemente, o Relatório Gerencial de Resultados) segue um padrão similar ao ano anterior. Nota-se os mesmos 30 indicadores por trimestre, com destaque apenas para alteração na descrição do indicador 8.3, que contabilizava o número acumulado de participantes em Capacitações, e passa a contabilizar cumulativamente o número das capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da gestão. No que diz respeito aos produtos, o Plano de Trabalho dita 17 entregas ao longo de 2024, 7 a mais que no ano anterior. Esse aumento no quantitativo foi influenciado pelas 4 implantações de Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs) previstas para o ano vigente – cujas implantações¹ passam a ser pactuadas como responsabilidade da OS, assim como os respectivos diagnósticos de implantação.

O 23º Período Avaliatório apresenta uma performance positiva, de modo que se observa o cumprimento integral ou parcial de quase todos os indicadores pactuados. No que se refere aos produtos e ações, esse período é marcado por entregas importantes que exigiram um esforço grande de vários atores da parceria IELO e Supec, quais sejam: I) Relatório de Execução da Implantação da UPC de abrangência regional (RISP 15 Teófilo Otoni); II) Evento de anúncio da implantação da UPC na região do Estrela D'alva, em Contagem, marcando a expansão e fortalecimento da política no município.

Destacam-se adicionalmente: III) Realização do Cine Juventudes, no Centro de Referência da Juventude, em Belo Horizonte, que contou com a participação de adolescentes e jovens de diversos territórios atendidos pelos programas Fica Vivo e Se Liga; IV) Eventos e ações dos Programas baseados no calendário temático, agosto lilás e setembro amarelo; V) a significativa quantidade e qualidade das capacitações executadas para as equipes e gestores sociais (extensiva aos supervisores metodológicos e da gestão e demais profissionais da Política de Prevenção), com destaque para as duas palestras do professor Alessandro Pereira dos Santos; VI) expansão do processo de padronização e gestão dos arquivos, com a etapa de conclusão com as equipes do PrEsp e a capacitação junto as equipes técnicas dos Programas Ceapa e Fica Vivo! de todas as UPCs.

¹ Conforme aditivo ao CG02/2019, além do patrimônio, a OS passa a assumir também a responsabilidade pela implantação e gestão da infraestrutura das UPCs da Política de Prevenção a Criminalidade do Estado. A implantação de uma UPC consiste na entrega do equipamento público apto ao início da atuação dos programas de prevenção social à criminalidade em âmbito municipal, territorial ou regional, conforme metodologia adotada. A implantação envolve toda a estruturação do espaço físico, desde a localização/escolha de um imóvel adequado (quando locado pela OS), considerando as diretrizes metodológicas emanadas pela SUPEC, passando pela equipação deste imóvel com mobiliário e equipamentos de informática, instalação de rede lógica, telefonia, reprografia e internet, bem como formatação do ambiente ao pleno funcionamento da política pública. Compreende, ainda, a seleção e contratação da equipe da UPC, gestores, analistas, técnico administrativo, dentre outros profissionais previstos para o funcionamento de cada unidade. A OEP deverá informar à OS dos resultados das articulações junto aos municípios onde as UPCs serão implantadas, formalizando a indicação de imóvel já locado/cedido no município ou a necessidade de locação pela OS para viabilizar a implantação.

Na sequência, descreve-se os resultados e desafios apresentados ao longo do trimestre para cada um dos indicadores.

Tabela 1 – Comparativo entre as metas previstas e realizadas

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados		
			23º Período Avaliatório jul/24 a set/24			
1	 Programa Mediação de Conflitos	<u>1.1</u>	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 41.034 •	• 49.409 •
		<u>1.2</u>	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 1.980 •	• 2.502 •
		<u>1.3</u>	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	• 10.260 •	• 10.693 •
2	 Fica Vivo!	<u>2.1</u>	Média mensal de encontros de oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 3.240 •	• 3.325 •
		<u>2.2</u>	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 8.910 •	• 8.492 •
		<u>2.3</u>	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 83.643 •	• 90.311 •
		<u>2.4</u>	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 472 •	• 553 •
3	 se Liga	<u>3.1</u>	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	• 2.130 •	• 2.517 •
		<u>3.2</u>	Número acumulado de ações estratégicas junto à rede de proteção social das pessoas acompanhadas pelo Programa Se Liga	5	• 1.080 •	• 1.356 •
		<u>3.3</u>	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	• 1.215 •	• 941 •
4	 CEAPA Considere a Alternativa	<u>4.1</u>	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	• 59.976 •	• 64.367 •
		<u>4.2</u>	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5	• 74% •	• 77% •
		<u>4.3</u>	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	• 4.284 •	• 3.608 •

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados
			23º Período Avaliatório jul/24 a set/24	
	5.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5	• 18.045 •	• 18.057 •
	5.2 Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5	• 78% •	• 85% •
	5.3 Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	• 1.566 •	• 1.792 •
 Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	6.1 Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados	2	• 55 •	• 133 •
	6.2 Número acumulado de atendimentos de prevenção e enfrentamento a violências e violações contra a mulher e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher	3	• 2.070 •	• 3.665 •
	6.3 Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal	3	• 470 •	• 597 •
	7.1 Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	2	• 935 •	• 599 •
	7.2 Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 1.130 •	• 1.083 •
	7.3 Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 740 •	• 734 •
Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1 Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1	• 273 •	• 299 •
	8.2 Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	1	• 609 •	• 715 •
	8.3 Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão	1	• 135 •	• 144 •
	8.4 Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	• 15 •	• 6,24 •

Área Temática	Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados	
				23º Período Avaliatório jul/24 a set/24		
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	3	• 64 •	• 64 •
		9.2	Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade	3	• 6 •	• 6 •
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	• 100% •	• •
		10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	• 100% •	• •

Tabela 2 – Produtos previstos

Área Temática	Produto		Status
Produtos	1.3	Implantação de UPC de abrangência Regional (15ª RISP -Teófilo Otoni)	• 100% • • Aprovado •

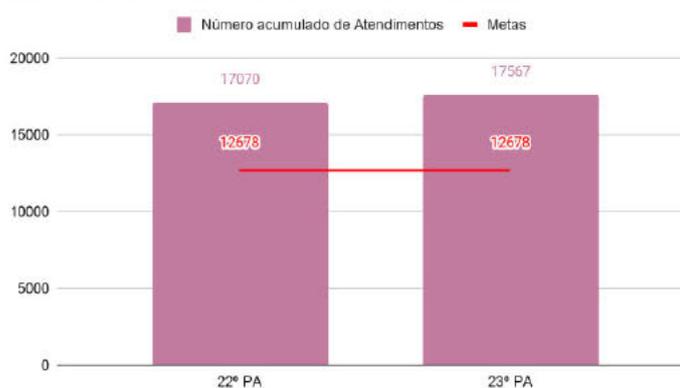
DETALHAMENTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Contextualização geral do Programa e dos indicadores no período avaliatório

Neste 23º Período Avaliatório, o Programa Mediação de Conflitos alcançou satisfatoriamente os três indicadores que mensuram a execução do Programa nos territórios. No que tange ao Indicador 1.1 - número acumulado de atendimentos, foram realizados ao longo do trimestre um total de 17.567 atendimentos em números absolutos, alcançando a meta pactuada para o trimestre em 138%. Apresentando um aumento de 497 atendimentos em relação ao período anterior.

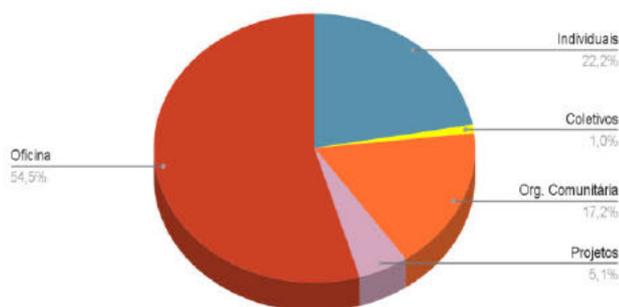
Indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos



Com a intensificação da dinâmica em alguns territórios, as equipes buscaram realizar circulações nos territórios e dialogar com referências comunitárias e moradores, quando possível, visando qualificar a leitura da dinâmica social das violências e das criminalidades dos territórios, com o intuito de fortalecer o vínculo com os territórios e construir ações de prevenção que sejam assertivas e eficazes para/com os territórios. Em alguns momentos, foi necessário recuar de algumas frentes com o aquecimento da dinâmica em alguns territórios, quando a sensação de segurança dos moradores diminui e se faz necessário qualificar as leituras para criar estratégias de intervenção.

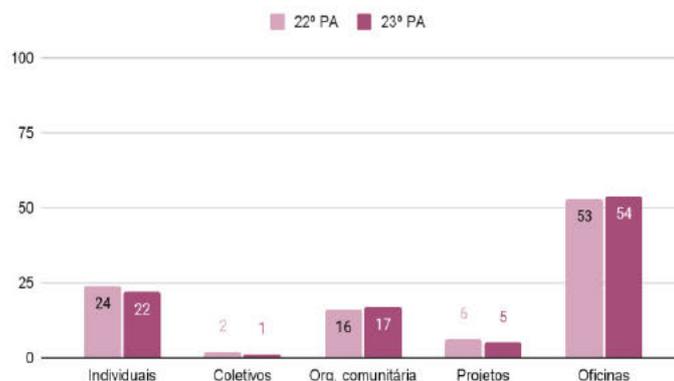
Nessa conjuntura, se faz importante destacar que os 17.567 atendimentos realizados neste 23º PA estão distribuídos entre as 5 modalidades de atendimento do programa, em que é possível observar um aumento nas práticas de atendimento das modalidades coletivas. Percebe-se que este aumento se deu tanto em função do constante diálogo das equipes com moradores e referências comunitárias, bem como pelas ações do "Agosto Lilás", que tem como foco trabalhar a prevenção à violência contra as mulheres, em função da comemoração do aniversário da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Em setembro, algumas equipes também optaram por realizar ações do "Setembro Amarelo", buscando trabalhar a prevenção às violências e suas interfaces com a saúde mental, de modo que tais ações contribuíssem para fortalecer o vínculo com o território e a com rede socioassistencial.

Modalidades de Atendimentos



De acordo com o gráfico, podemos observar que as oficinas ainda concentram metade dos atendimentos realizados pelo programa. Todas as modalidades de atendimentos coletivos somam 76%, no entanto podemos observar que sem as oficinas os atendimentos de modalidades coletivas somam 23%, estando em equilíbrio com os atendimentos individuais, que em números absolutos se traduz como 4037 atendimentos nas modalidades coletivas, com exceção de oficinas, e 3899 atendimentos individuais. Os casos coletivos, historicamente permanecem como principal desafio, em função disso, estamos dialogando e avaliando o entendimento das práticas coletivas, esta em especial, para pensar e construir estratégias de classificação.

Comparativo de Modalidades de atendimentos em relação ao 2º PA (em porcentagem)



Ressaltamos que no mês de julho foi um momento em que as equipes construíram o planejamento de ações e intervenções para o segundo semestre de 2024. Foi feito um trabalho de problematização quanto às ações realizadas e dos desafios encontrados no primeiro semestre, incentivando as equipes técnicas para a qualificação de suas leituras dos territórios de abrangência, e construção com referências comunitárias e moradores, a execução de projetos de prevenção que sejam protetivas, assertivas e eficazes na prevenção às violências dos territórios. Reitera-se que as equipes seguem sendo orientadas e provocadas a estarem nos territórios constantemente, interagindo com a comunidade, fortalecendo o vínculo e qualificando a leitura dos fenômenos de violência, fatores de proteção e de risco existentes nos territórios, compreendendo que a construção de ações em conjunto com a comunidade é um pilar do programa. Como exemplo dessa atuação, a equipe da Vila Pinho está realizando um mapeamento de referências comunitárias e de rede do território, visando construir o vínculo com alguns microterritórios, identificar novas referências comunitárias, o que tem potencializado a leitura da equipe em relação ao território, bem como tem possibilitado construir ações e intervenções em conjunto com as referências comunitárias. Embora as equipes técnicas tenham conseguido manter o contato com as referências comunitárias, cabe salientar que o período de vedação eleitoral foi desafiador, tendo em vista que muitas referências estavam candidatas ou faziam campanhas políticas. Nesse cenário, as equipes precisaram recuar de algumas ações em conjunto com alguns atores estratégicos do território, e ações em espaços públicos.



Circulação da Equipe Vila Pinho no Microterritório Águas Claras

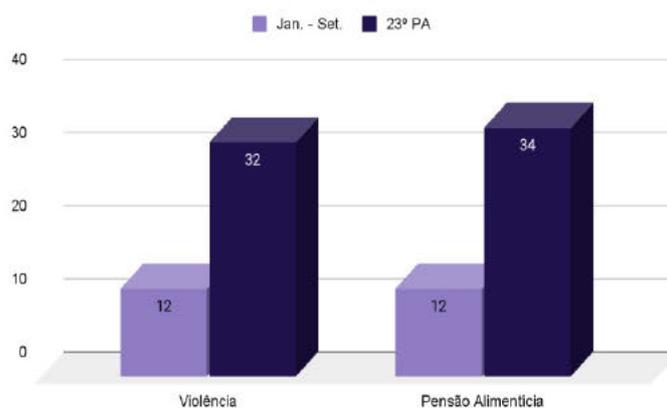


Café com Referências promovido pela equipe do PMC Ribeiro de Abreu

Em relação às oficinas, observamos um tímido aumento de atendimentos nessa modalidade em comparação ao período anterior, sinalizando a consolidação das oficinas nos territórios, tendo em vista que a implantação das novas oficinas completou 6 meses. Destaca-se que tem ocorrido um investimento contínuo na formação e qualificação nessa modalidade de atendimento, que ocorre através do acompanhamento constante, que possibilitam as trocas com as oficinas, a construção conjunta de intervenções, e a capacitação das oficinas para intervir em determinadas temáticas, além de trabalhar visando a mobilização comunitária. Reforçamos que qualitativamente as oficinas têm se apresentado continuamente como um importante instrumento na construção de estratégias comunitárias de prevenção e enfrentamento aos fenômenos de violências que se apresentam nos territórios, a partir da propagação de uma lógica dialógica de resolução de conflitos, favorecendo o fortalecimento e ampliação do capital social comunitário, contribuindo para a construção de redes comunitárias, de relações de confiança entre as participantes e o protagonismo das mulheres na participação social. Além disso, muitas equipes fazem intervenções do calendário temático nas oficinas que se tem no território, e percebe-se que tais ações contribuem para o fortalecimento do vínculo da equipe técnica com as mulheres participantes das oficinas, e potencializa as possibilidades de ação das oficinas.

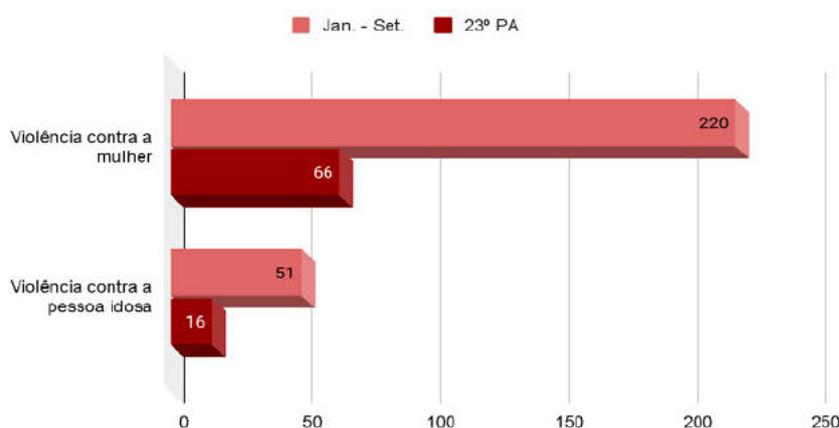
No que tange às demandas que têm chegado ao PMC, se observa que violência e pensão alimentícia são as que mais chegaram ao programa, contemplando o período de janeiro a setembro. Dentro do 23º PA a demanda de pensão alimentícia se destacou com 34% e violência com 32%. A demanda de pensão alimentícia, por vezes, pode se desdobrar em um procedimento de mediação, no entanto, em muitos casos, se desdobra em encaminhamentos para a rede parceira, impactando no indicador 1.3. A demanda de violência, por sua vez, devido às suas complexidades, exige das equipes mais atendimentos com a pessoa atendida, para uma melhor compreensão do caso e a construção de intervenções assertivas, além de necessitar, muitas vezes, de uma construção de fluxo com a rede socioassistencial.

Demandas Principais (em porcentagem)



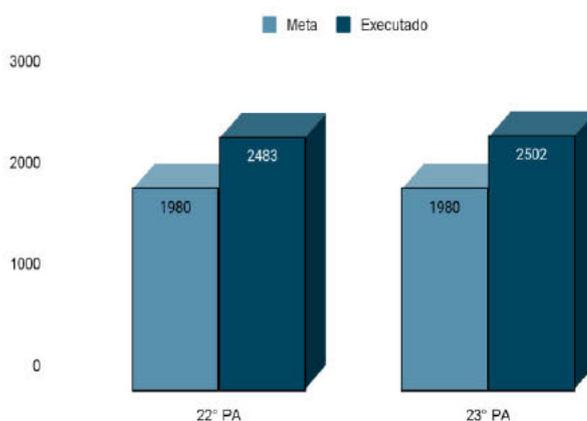
Salientamos alguns temas de violências que tem se destacado enquanto demandas principais no Programa, tais como violência contra a mulher e violência contra a pessoa idosa. Estes três temas são os que mais chegam para atendimento das equipes, e exigem intervenções assertivas e articulações com a rede eficazes. Observamos que historicamente, a violência contra a mulher é o que mais chega no programa, pois são as mulheres que mais acessam o PMC, e assim mesmo quando a demanda principal não é a violência, por vezes, ao longo do atendimento as equipes identificam situações de violência e trabalham esses aspectos com a pessoa atendida. Identificamos que a demanda da violência contra a pessoa idosa também tem aumentado significativamente no último ano, integrando os dados observados que o público majoritário do PMC é o público a partir de 60 anos, seja para atendimentos individuais, organização comunitária ou oficinas.

Violências em crescimento (em números absolutos)



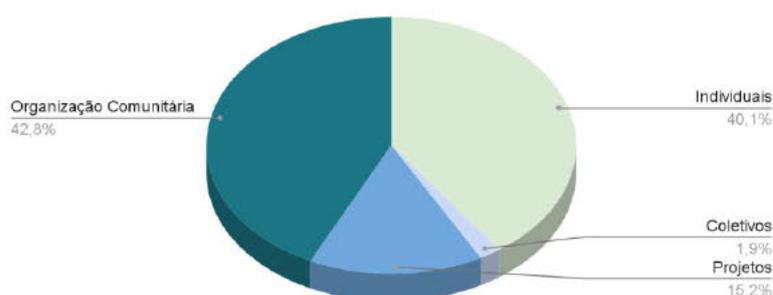
Com relação ao segundo indicador do programa 1.2-Média mensal de pessoas atendidas, assim como no trimestre anterior, foi possível manter sua execução em níveis satisfatórios, tendo o programa atingindo em média 2502 pessoas atendidas, ultrapassando a meta pactuada de 1980 em 126%. Apresentando ainda, um leve aumento com relação ao período anterior.

Indicador 1.2 - Média Mensal de Pessoas Atendidas



Avalia-se que a manutenção desse indicador tem sido exequível em função das constantes tentativas e investimento das equipes nas práticas coletivas de atendimento (sobretudo ações de organização comunitária e projetos) que possibilitam um maior alcance de pessoas em nossos territórios de abrangência. Mesmo que de forma incipiente e gradativa, pode-se observar que as equipes têm caminhado na direção de ampliar a capilaridade do programa por meio dessas frentes. Importa destacar que o desafio de se trabalhar mobilização social e comunitária nos territórios que por vezes se encontram fragmentados, com baixo capital social, marcados pela desigualdade e exclusão social, com baixo nível de confiança nas instituições e vivenciando diversos cenários de violências, o que os vulnerabilizam ainda mais. Reconhecemos que temos muito a avançar no que toca a coletivização das intervenções, e para isso as equipes vêm sendo instrumentalizadas a todo tempo pela supervisão metodológica e diretoria do Programa, por meio das capacitações e reuniões de supervisão, a fim de se construir estratégias adequadas aos fenômenos vivenciados e trabalhar aspectos que favoreçam e fortaleçam a participação comunitária, o surgimento de líderes comunitários, bem como desenvolvendo parcerias locais para somar ao repertório de intervenções realizadas.

Média de Pessoas Atendidas Por Modalidade de Atendimento - Exceto Oficinas

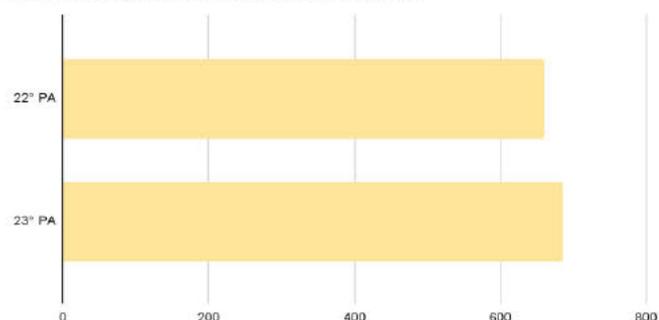


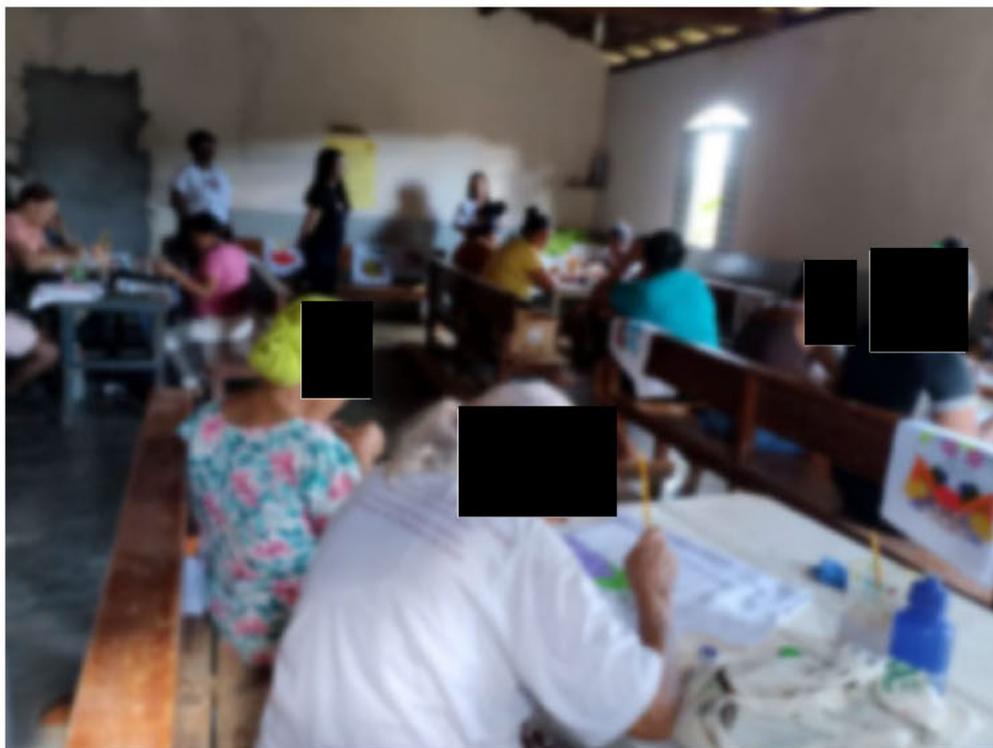


PMC Veneza em atendimento de Organização Comunitária

Outro ponto de trabalho, que também impacta diretamente este indicador, é a ampliação das oficinas do PMC. Já mencionamos no relatório do período anterior como a consolidação dessa prática de atendimento impacta positivamente os indicadores do programa e como sua ampliação para todas as UPC's ampliou o alcance nos territórios. Reitera, e destaca-se que, mesmo nesse trimestre, observamos as oficinas como uma modalidade em ascensão. Conforme supracitado na análise do indicador 1.1 onde mensuramos o número de atendimentos produzidos pelo programa, ocorreu um aumento no número de atendimentos nessa modalidade e, portanto, um discreto aumento também na média de pessoas atendidas. Importa ainda, o investimento das equipes na qualificação da modalidade oficinas, atuando junto asicineiras, instrumentalizando-as e dando o suporte necessário.

Média de Pessoas atendidas em Oficinas

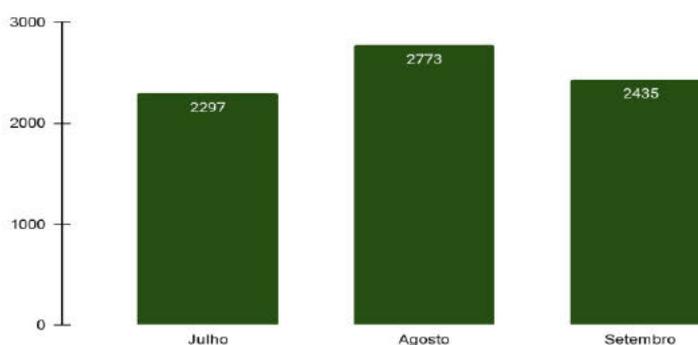


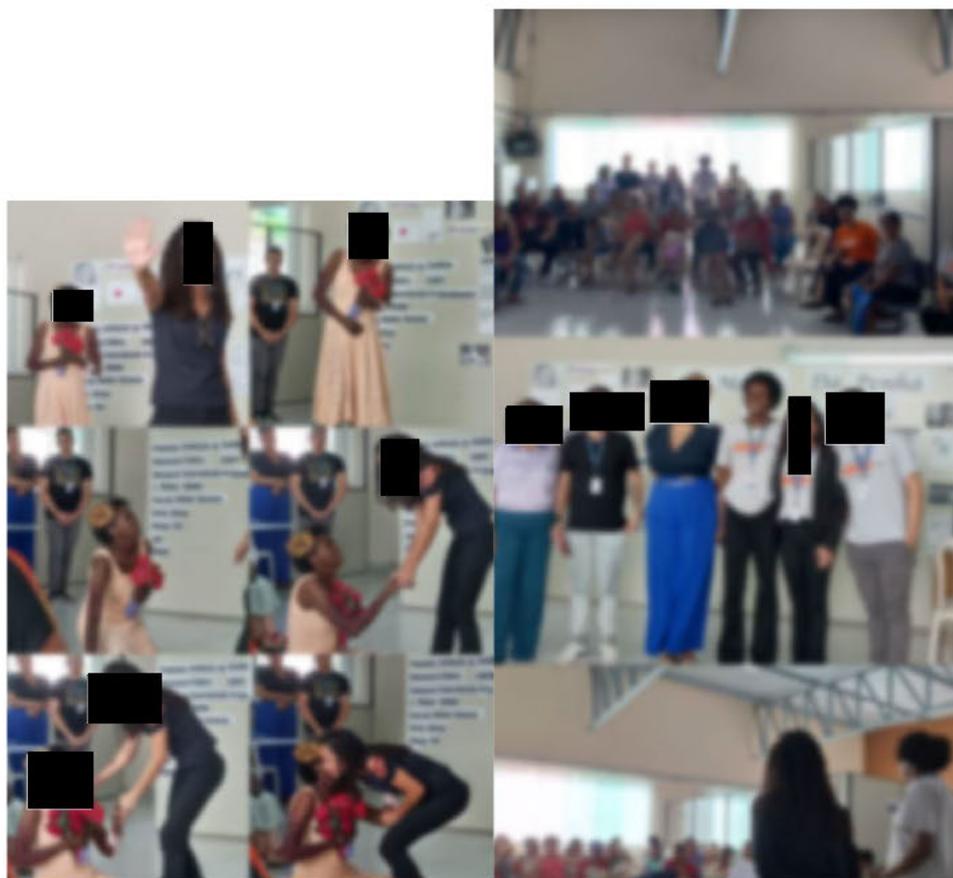


Oficina de Artesanato - PMC Santos Reis - Montes Claros

O trabalho comunitário por meio de temáticas transversais à mediação comunitária e ao enfrentamento à violência, é uma importante estratégia utilizada pelas equipes no alcance do público de forma coletiva. Se observarmos a produção desse indicador nesse trimestre, veremos que o maior volume de pessoas atendidas se deu no mês de agosto, mês em que a maior parte das equipes executou alguma ação em parceria com as referências e/ou a rede relacionadas ao agosto lilás, pautando a prevenção e o enfrentamento a violência contra mulher. Estes espaços grupais reverberam na sensibilização do público acerca da temática resultando em atendimentos individuais posteriores, quando este público busca a equipe para tratar suas demandas.

Média Mensal de Pessoas Atendidas



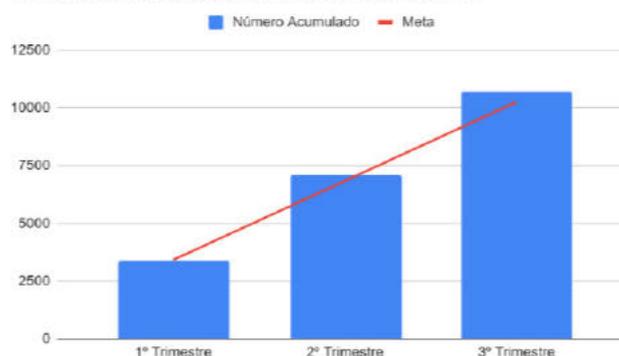


PMC Rosa Neves em ação do Agosto Lilás

Estima-se que seria capaz ter obtido um resultado ainda melhor no atingimento deste indicador e avalia-se que alguns fatores atravessaram a execução do trabalho ao longo deste trimestre. Um exemplo, é o período de vedações eleitorais, ao qual a equipe teve de se atentar ao planejar as ações. Grande parte dos líderes comunitários com quem por vezes articulamos nossas ações nos territórios, estiveram atuando em movimentos políticos e campanhas eleitorais, sem contar que em alguns territórios, as campanhas também alteram sua dinâmica social. Esse período impactou sobretudo as propostas de ações coletivas das equipes, restringindo e/ou impossibilitando que algumas ações fossem realizadas em sua integralidade, de modo que as ações foram realizadas sem ampla divulgação, abarcando um número menor de participantes, exigindo a criação de outras estratégias. Outro aspecto se pauta pelo aquecimento das dinâmicas de criminalidade em diversos territórios. Momento em que a sensação de segurança dos moradores diminuiu, impactando a dinâmica social (diminuição da circulação, do acesso aos serviços, aos espaços de lazer, etc.) e na participação comunitária, conjuntura em que por vezes as equipes técnicas precisam recuar de algumas frentes, para qualificar as leituras e propor novas intervenções.

No 23º Período Avaliatório, em relação ao indicador 1.3 - Ações junto às redes de proteção social, o PMC superou a meta estipulada em 104%, de forma que a meta pactuada para o terceiro trimestre era de 10 260 ações e foram executadas 10.693 articulações de rede.

1.3: Número Acumulado/Trimestre x Meta

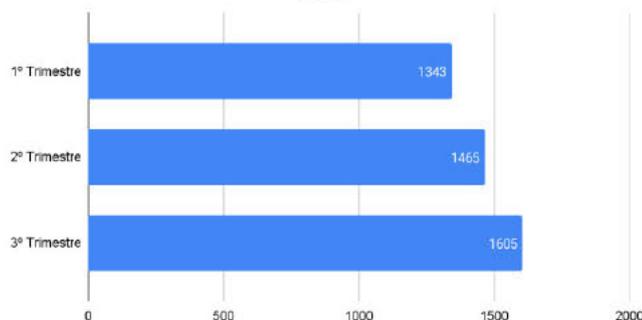


Válido ressaltar que a meta estipulada para essas ações contabiliza o somatório do trabalho que vem sendo desenvolvido. Assim, conforme mencionado em relatórios anteriores, as ações junto às redes de proteção social já estão consolidadas na atuação do Programa nos territórios, essa é uma avaliação percebida quando, apesar de serem números acumulados, os dados permanecem estáveis nos três trimestres.

O esforço contínuo de discussão, seja em supervisões metodológicas ou encontros de formação, junto às equipes para uma execução do trabalho em rede tem tido reverberações significativas de parcerias fortalecidas com as redes formais e informais, execução de trabalho conjunto, participações em ações e desenvolvimento de atividades. Salienta-se que, diante do fomento e do aumento dos atendimentos nas modalidades coletivas, as articulações com a rede se tornam necessárias para que demandas sejam deliberadas e atividades executadas. Diante do exposto, evidenciamos um maior número de ações categorizadas como “Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social”. Esses fluxos são potencializados por esses atendimentos coletivos, pela execução das ações no Agosto Lilás e no Setembro Amarelo. Isso demonstra uma coadjuvação de instituições e equipamentos nas atividades realizadas no território. Foi verificado, contudo, como apontado no 22º Relatório de Monitoramento, que muitas dessas atuações são propostas pela rede formal, com a participação de moradoras/es e referências comunitárias somente nas atividades executadas. A equipe de supervisores tem retomado a importância e a potencialidade de uma política pública construída em conjunto com a rede formal, informal e as pessoas do território. Assim, como mencionado anteriormente, foi verificado neste trimestre, uma execução mais aumentada de projetos, indicando que, nesse trimestre, a atuação com a rede foi mais assertiva e condizente com a metodologia e os basilares do Programa. Tem sido foco de atenção, no entanto, as ações do Calendário Temático, uma vez que a Rede também compartilha do incentivo aos eventos mensais, de modo que essas ações tenham consonância com o que está sendo produzido e demandando pelo território.

Ainda sobre esse fluxo de ações e atividades em conjunto, evidencia-se o comprometimento das equipes em construir estratégias para execução eficiente do trabalho diante das vedações eleitorais. Em relação aos equipamentos públicos, a parceira mais concreta para o Mediação de Conflitos são os Centro de Referência de Assistência Social, sendo as eleições municipais um desafio, mas que foi possível caminhar sem intercorrências e com bastante eficiência.

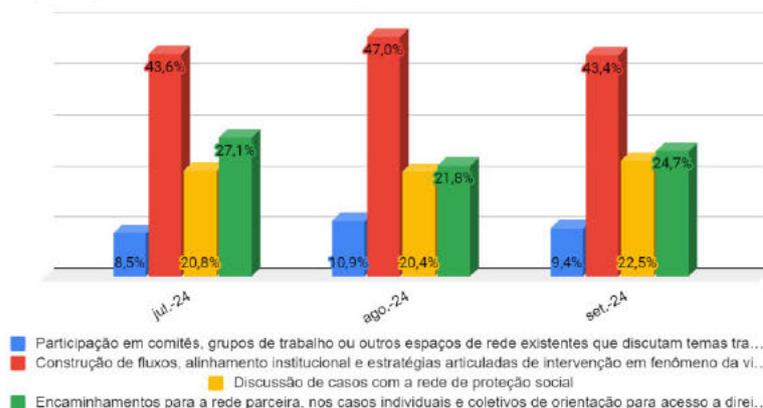
Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social



Agosto Lilás - Ação com o Centro de Saúde do Jardim dos Comercários - PMC Minas Caixa

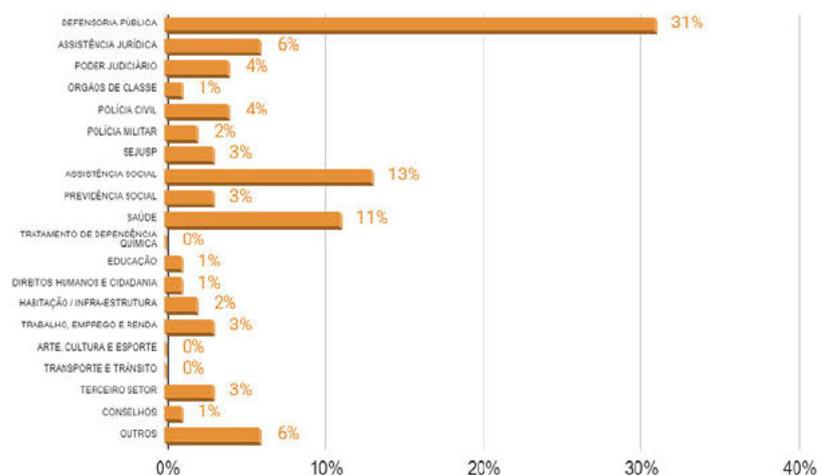
Se por um lado obteve-se um aumento no número de ações para a construção de fluxo, por outro houve uma pequena diminuição no número de encaminhamentos e discussões de caso para redes parceiras. Isso, contudo, não é um demérito. Os indicadores do programa se movimentam em equilíbrio, ao aumentar o número de atividades coletivas, há uma redução nos atendimentos individuais e, por consequência, diminuição de encaminhamentos e discussões de caso, atividades essenciais na condução dos atendimentos individuais. Essa redução não é significativa, pelo contrário, acompanha a estabilidade de meses anteriores, conforme gráfico abaixo.

Ações junto à Rede de Proteção Social



Também sobre os encaminhamentos, seguimos, como em períodos anteriores, com um maior número de encaminhamentos efetuados para a Defensoria Pública, com maior frequência para a área de família, seguido da assistência social e da saúde. Corroboramos a avaliação passada nas quais as discussões de caso se concentram, em maioria, com a assistência social e a saúde, por serem redes parceiras mais cotidianas e territoriais.

Encaminhamentos 1º, 2º e 3º Trimestre



Por fim, diante da intensificação dos homicídios nos territórios foi salientado pela Supervisão Metodológica uma atenção especial das equipes e dos Gestores Sociais no que tange a discussão desses fenômenos em rede. A importância de ampliar o debate para demais instituições, formais e informais, permite, a partir do entendimento da violência como um fenômeno multicausal, as ações de enfrentamento e prevenção às violências implicadas de maneira coletiva, ampliada, nas quais diversos atores compõem o fazer da segurança cidadã.



Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 41.034 •	• 49.409 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos e da realização de oficinas. Tem como público-alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das UPCs, que registram elevada incidência de criminalidade violenta. Seu foco é prevenir fatores de risco, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido.</p> <p>Este indicador visa a mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa, tendo em vista a concepção de mediação comunitária.</p> <p>Para fins deste indicador, são considerados atendimentos cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. casos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2. casos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3. projetos: intervenções que visam a trabalhar, a partir da demanda local ou institucional, as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4. ações de organização comunitária: intervenções que visam ao fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam; 5. Oficinas do Programa Mediação de conflitos: intervenções coletivas realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência do Programa, com potencial em mobilização social e manejo para condução de grupos, abordando com as comunidades temáticas sobre as violências, segurança pública, direitos humanos e cidadania, além de potencializar a participação social para o enfrentamento às violências. 	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 foram realizados cumulativamente • 49.409 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista até março de 2024 era de • 41.034 •, atingiu-se 120,4% do objetivo previsto. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC. 01 de julho a 30 de setembro de 2024

Tabela 3 - Distribuição do número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos por UPC

UPC	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
CABANA	972	159	146	103	1380
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	528	88	106	61	783
JARDIM FELICIDADE	670	94	211	91	1066
JARDIM LEBLON	877	382	316	298	1873
MINAS CAIXA	380	118	187	190	875
MORRO DAS PEDRAS	922	140	133	192	1387
PEDREIRA PRADO LOPES	651	96	46	74	867
PRIMEIRO DE MAIO	702	113	95	125	1035
RIBEIRO DE ABREU	1441	244	250	275	2210

UPC	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
SANTA LÚCIA	542	126	115	96	879
SERRA	1019	216	184	142	1561
TAQUARIL	2532	351	437	400	3720
VILA PINHO	995	217	217	219	1648
CITROLÂNDIA	860	165	213	148	1386
JARDIM D AS ALTEROSAS	1085	171	172	245	1673
JARDIM TERESÓPOLIS	1707	292	298	178	2475
PTB	849	232	282	229	1592
NOVA CONTAGEM	1243	186	254	227	1910
RESSACA	713	137	98	49	997
CARAPINA	846	139	188	132	1305
TURMALINA	1865	272	350	261	2748
BOM JARDIM	597	223	232	227	1279
OLAVO COSTA	933	250	219	220	1622
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	1654	290	265	277	2486
JUSTINÓPOLIS	440	56	63	51	610
ROSANEVES	919	230	173	94	1416
VENEZA	1190	192	297	174	1853
PALMITAL	1829	157	167	190	2343
VIA COLÉGIO	940	202	172	201	1515
JARDIM CANAÃ	603	102	125	79	909
MORUMBI	916	109	177	220	1422
MORRO ALTO	422	51	64	47	584
TOTAL	31842	5800	6252	5515	49409

Como afirmado na introdução deste relatório, a meta estipulada para o *Indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos* foi superada, portanto, iremos destacar somente duas equipes, seja pelo aumento muito superior à meta ou indicador muito abaixo.

A equipe da PPL ficou significativamente abaixo da meta, executando somente 41% do número de atendimentos estipulados para o trimestre. Desde o início do ano houve um intenso trabalho da Supervisão Metodológica e da Gestão Social na capacitação da equipe para melhor qualificação de leituras de análises sociais, criminais e, principalmente, na qualidade e confiabilidade dos dados e indicadores. Foram intensificadas as supervisões que buscavam corrigir possíveis erros da equipe e fomentando o rompimento de alguns vícios de feitura do trabalho. Esses erros analíticos e da compreensão da configuração de atendimento para o Programa, fizeram com que o trabalho executado fosse aprimorado, mas houve uma redução do indicador, verificado em todos os trimestres de 2024. A partir do mês de julho houve uma reconfiguração da equipe, assim, elementos como a chegada dessa nova analista, período de férias e atestados médicos também impactaram no alcance do indicador.

Destacamos a equipe do PMC Bom Jardim/Esperança por ter alcançado a meta em 504%, devido ao investimento da equipe nas modalidades de atendimentos coletivos. A equipe tem investido em circulações no território visando construir um vínculo com os microterritórios que não acessam o programa, qualificando assim a sua leitura dos mesmos. Além disso, em agosto a equipe realizou várias ações referentes ao Agosto Lilás, contribuindo assim para um aumento significativo nos atendimentos em organização comunitária. Outro aspecto que certamente impactou este indicador foi a consolidação da oficina no território, apresentando um resultado crescente de participantes e a construção de vínculos e de uma rede de solidariedade entre as mulheres participantes, fortalecendo o capital social comunitário e o protagonismo feminino nos espaços comunitários.



Ação Agosto Lilás na Praça com as mulheres da Oficina - PMC Bom Jardim/Esperança.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 1.980 •	• 2.502 •
Descrição do Indicador	
<p>Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. casos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2. casos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3. projetos: intervenções que visam a trabalhar, a partir da demanda local ou institucional, as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4. ações de organização comunitária: intervenções que visam ao fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam; 5. Oficinas do Programa Mediação de conflitos: intervenções coletivas realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência do Programa, com potencial em mobilização social e manejo para condução de grupos, abordando com as comunidades temáticas sobre as violências, segurança pública, direitos humanos e cidadania, além de potencializar a participação social para o enfrentamento às violências. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 foram atendidas em média • 2.502 • pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 1.980 •, alcançou-se 126,4% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de pessoas atendidas em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 4 - Distribuição da média mensal por UPC

UPC	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
CABANA	88	51	57	65
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	43	46	37	42
JARDIM FELICIDADE	42	179	48	90
JARDIM LEBLON	95	68	72	78
MINAS CAIXA	42	70	89	67
MORRO DAS PEDRAS	75	77	112	88
PEDREIRA PRADO LOPES	69	35	32	45
PRIMEIRO DE MAIO	46	39	70	52
RIBEIRO DE ABREU	125	123	133	127
SANTA LÚCIA	56	42	41	46
SERRA	69	58	54	60
TAQUARIL	86	109	78	91
VILA PINHO	63	88	113	88
CITROLÂNDIA	99	157	95	117
JARDIM DAS ALTEROSAS	57	81	222	120
JARDIM TERESÓPOLIS	114	131	78	108

UPC	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
PTB	66	95	45	69
NOVA CONTAGEM	54	89	94	79
RESSACA	79	54	29	54
CARAPINA	43	53	49	48
TURMALINA	146	145	114	135
BOM JARDIM	56	120	62	79
OLAVO COSTA	76	81	65	74
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	136	153	116	135
JUSTINÓPOLIS	42	58	47	49
ROSANEVES	62	63	41	55
VENEZA	66	167	77	103
PALMITAL	77	74	87	79
VIA COLÉGIO	81	71	88	80
JARDIM CANAÃ	74	98	58	77
MORUMBI	36	52	99	62
MORRO ALTO	34	46	33	38
TOTAL	2297	2773	2435	2502

Para o Indicador 1.2 - Média mensal de Pessoas Atendidas, também destaca-se duas equipes: PPL, como a equipe que ficou abaixo da meta estipulada e Jardim das Alterosas, superando a expectativa. Em relação a equipe da PPL, temos somente 54% da meta da média de pessoas atingidas. Avalia-se que o impacto da não continuidade das oficinas nesse território foi fundamental para que esta meta não fosse alcançada. Iniciou-se o terceiro trimestre ainda sem uma oficina implantada, após a rescisão da última oficina, e a equipe apresentou dificuldades em receber propostas. Para tanto, diversas estratégias foram articuladas, a equipe se empenhou em fazer contato com referências comunitárias que pudessem indicar pessoas interessadas, analisar e conversar com as proponentes, visitar os espaços que as proponentes pensaram em executar a oficina, circular com as possíveis oficinas para entender a relação territorial e comunitária e mobilizar a presença dessas proponentes em outras ações do Programa e da Rede. Após esse intenso trabalho, foi contratada uma nova oficina e compreendemos que esse número poderá ter melhor desempenho no próximo trimestre. Estratégias de mobilização e intensificação dessa mobilização já estão sendo pensadas e executadas.

Em contrapartida, as ações de organização comunitária realizadas pelo PMC Jardim das Alterosas elevaram o número de atendimentos e de pessoas atendidas pela equipe, ultrapassando a meta estipulada em 324%. Tais ações têm potencial para um forte vínculo comunitário, pois foram demandas trazidas pela Rede de proteção Social e pelos próprios moradores, destaca-se que as atividades tinham como ponto de partida uma desestabilização das relações territoriais, seja entre os próprios moradores ou dos moradores com a rede formal, e a equipe esteve presente nessas atividades divulgando o trabalho do Mediação de Conflitos com uma perspectiva de conversa e acolhimento, sendo possível tratar temas como violência comunitária, institucional, pertencimento e importância da efetiva participação social.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 10.260 •	• 10.693 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária, concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente, entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.</p> <p>Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do PMC, que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de proteção social:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e à mediação comunitária; 2. Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social; 3. Discussão de casos com a rede de proteção social; 4. Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa; 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 foram realizadas cumulativamente • 10.693 • ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 10.260 •, foi alcançado 104,2% da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 5 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

UPC	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
CABANA	249	29	40	41	359
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	135	27	28	21	211
JARDIM FELICIDADE	179	31	30	15	255
JARDIM LEBLON	265	38	33	39	375
MINAS CAIXA	144	23	14	14	195
MORRO DAS PEDRAS	329	52	53	74	508
PEDREIRA PRADO LOPES	139	44	34	31	248
PRIMEIRO DE MAIO	313	29	34	26	402
RIBEIRO DE ABREU	203	37	33	35	308
SANTA LÚCIA	177	37	44	30	288
SERRA	324	56	53	23	456
TAQUARIL	251	53	43	50	397
VILA PINHO	192	38	39	30	299
CITROLÂNDIA	329	53	44	25	451
JARDIM DAS ALTEROSAS	89	9	29	20	147
JARDIM TERESÓPOLIS	310	41	47	58	456
PTB	162	23	18	21	224

UPC	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
NOVA CONTAGEM	190	44	46	42	322
RESSACA	173	23	22	19	237
CARAPINA	266	50	48	45	409
TURMALINA	354	70	91	60	575
BOM JARDIM	114	19	20	18	171
OLAVO COSTA	260	72	73	60	465
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	218	40	36	40	334
JUSTINÓPOLIS	129	31	29	26	215
ROSANEVES	164	29	35	26	254
VENEZA	335	52	54	60	501
PALMITAL	340	56	43	58	497
VIA COLÉGIO	180	29	26	28	263
JARDIM CANAÃ	215	39	36	34	324
MORUMBI	235	40	34	35	344
MORRO ALTO	138	24	22	19	203
TOTAL	7101	1238	1231	1123	10693

Assim como os demais indicadores deste 23º período avaliatório, a meta estipulada para as ações do PMC junto às redes de proteção social foi atingida, por isso discorre-se apenas sobre duas equipes, aquela que se destacou seja pelo alcance muito superior ao esperado e aquela de mais se distanciou do cumprimento do indicador: Justinópolis e Minas Caixa.

A equipe do Justinópolis tem sido muito provocada quanto ao vínculo junto às redes mistas presentes no território de abrangência e por isso tem feito movimentos de estarem mais próximos. No entanto, o que se avaliou como condicionantes para a superação deste indicador em 160% estão mais relacionados a outros fatores vivenciados pela equipe ao longo deste trimestre. Um primeiro aspecto é sobre a complexidade dos casos acompanhados nesse período, o que demanda diversas articulações, discussões, estabelecimento de fluxos e encaminhados junto a rede de proteção, trazendo esse impacto positivo ao indicador. Além disso, essa equipe vivenciou ao longo deste trimestre um cenário de dinâmica de criminalidade severamente aquecida nos territórios, com aumento do número de homicídios, diversos conflitos entre grupos armados e um crescimento no controle exercido pelo tráfico sob os territórios, impactando inclusive nas circulações. Nesse cenário, as articulações de rede são uma importante ferramenta na qualificação das leituras territoriais e na construção de estratégias de prevenção e de alcance do público. Um terceiro elemento é com relação a necessidade de reimplantação de oficina. A fim de identificar potenciais proponentes de oficinas, a equipe esteve dialogando muito com as redes ao longo do trimestre, realizando visitas, estando em espaços estratégicos e participando de ações promovidas pelas redes para divulgação, visando assim localizar nos territórios mulheres interessadas e com perfis e ofícios alinhados aos objetivos do programa, bem como as estratégias de prevenção necessárias ao momento da comunidade.

No que diz respeito a equipe do PMC Minas Caixa, a mesma não vem atingido o indicador de articulação de rede há vários meses, por este motivo o índice é de 56%. Atualmente a equipe enfrenta uma dificuldade geográfica no que tange às ações territoriais do programa, já que os bairros da área de abrangência são distantes um dos outros e de difícil circulação, impactando diretamente em seus indicadores, principalmente nas articulações de rede. A equipe tem reservado esforços para atingir a meta de atendimentos, porém, diante dos fatores já apresentados e um número baixo de analistas sociais para um território tão extenso, não tem conseguido concretizar as metas de todos os indicadores.

Frequentemente a equipe tem sido provocada pela importância de equilibrar as atividades no território, abrindo margem para as articulações de rede e nesse propósito tem sido acompanhada de perto pela gestão social e supervisão metodológica, buscando estratégias para esse alcance. Importante ressaltar que será necessário um prazo de adaptação e alinhamento dessa equipe para que seja possível atingir os números dos indicadores em um processo de análises territoriais e aproximação da rede institucional.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS FICA VIVO!

Contextualização Geral dos Indicadores do Programa:

O terceiro trimestre, correspondente ao 23º período avaliatório, evidencia o alcance das metas estipuladas para os indicadores 2.1 e 2.3. Para esses indicadores, houve desempenho acima das expectativas, em contraposição ao indicador 2.2, que alcançou 95% da meta estipulada.

Segue abaixo o descritivo das metas, e os quantitativos efetivamente alcançados no trimestre:

Indicador	Meta	Alcançado	%
2.1	3240	3325	103%
2.2	8910	8489	95%
2.3	83643	90324	108%

Tabela 1: Indicadores e metas

Os resultados descritos na Tabela correspondem ao investimento e comprometimento tanto dos analistas, quanto dos oficinairos que desenvolvem o trabalho nas áreas de abrangência. Ambos apresentando bom desempenho, ainda que enfrentando dificuldades relacionadas às especificidades presentes nos territórios. Nos meses de julho, agosto e setembro, puderam-se perceber mudanças significativas na dinâmica social das violências e criminalidades nas áreas de abrangência e atuação do Programa Fica Vivo!. Além das questões que tangem às dinâmicas territoriais, ressaltamos a crescente alteração nos quadros de oficinas, tendo em vista desligamentos e substituições de oficinas e/ou oficinairos e oficinairas. Tais elementos podem ter contribuído para um desempenho aquém do esperado no indicador 2.2.

Em resposta às especificidades e desafios apresentados pelos territórios, a supervisão metodológica implica cada vez mais na construção de intervenções e acompanhamento das equipes técnicas. A partir da avaliação e continuidade do trabalho em desenvolvimento, tendo por objetivo a qualificação de projetos de oficinas já implementadas, análise e construção de ações, projetos de prevenção, instrumentalização e qualificação dos analistas em espaços de formação.

A partir das várias modalidades de atendimento do Programa Fica Vivo! cabe destacar os atendimentos realizados para além dos espaços das oficinas e que contribuem significativamente para o alcance das metas estipuladas no 23º período avaliatório. Os atendimentos individuais constituem uma frente conduzida pelas equipes técnicas, método que pode se desdobrar em discussões e articulações junto à rede de atendimento territorial, visando a promoção e acesso a direitos e proteção social das juventudes que apresentam vulnerabilidades. Ressaltamos que os atendimentos individuais demandam atenção e assertividade na construção dos encaminhamentos, o que implica no acompanhamento contínuo e diálogo constante junto à equipe técnica, gestão social e supervisão metodológica. Em contrapartida, os projetos locais e os projetos de circulação, enquanto modalidade de atendimentos, são elaborados e executados de maneira estratégica, considerando as demandas apresentadas pelas juventudes, a dinâmica social das violências e criminalidades, temáticas que perpassam as juventudes, situações de violências e, por fim, a prevenção de homicídios.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 3.240 •	• 3.325 •
Descrição do Indicador	
<p>As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Territorial) que extrapolam a dimensão do escritório.</p> <p>As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPCs (chamados de oficinairos), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Os oficinairos se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens.</p> <p>As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local, as especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa.</p> <p>A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto.</p> <p>Este indicador visa a mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No que se refere especificamente ao indicador 2.1, nota-se que o Programa realizou, em média, • 3.325 • encontros de oficinas por mês. A meta estabelecida foi de • 3.240 •. Portanto, o programa superou em 3% o estabelecido. Na Tabela abaixo pode-se observar a quantidade de encontros realizados nos territórios em que as oficinas foram retomadas.



Performance do Indicador

Tabela 6 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÉDIA
CABANA	165	152	156	158
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	92	87	84	88
JARDIM FELICIDADE	120	104	104	109
JARDIM LEBLON	86	86	100	91
MINAS CAIXA	90	84	85	86
MORRO DAS PEDRAS	108	107	93	103
PPL	104	104	100	103
PRIMEIRO DE MAIO	102	72	87	87
RIBEIRO DE ABREU	107	99	103	103
SANTA LÚCIA	91	123	112	109
SERRA	136	135	128	133
TAQUARIL	109	115	94	106
VILA PINHO	101	89	98	96
CITROLÂNDIA	95	111	73	93
JARDIM DAS ALTEROSAS	83	77	74	78
JARDIM TERESÓPOLIS	97	78	85	87
PTB	104	95	91	97
ESTRELA D'ALVA	0	0	0	0
NOVA CONTAGEM	154	155	148	152
RESSACA	96	94	91	94
CARAPINA	94	85	84	88
TURMALINA	80	65	61	69
BOM JARDIM	95	82	84	87
OLAVO COSTA	79	103	100	94
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	113	111	118	114
JUSTINÓPOLIS	125	93	108	109
ROSANEVES	76	80	81	79
VENEZA	149	154	148	150
PALMITAL	131	132	122	128
VIA COLÉGIO	91	97	91	93
JARDIM CANAÃ	101	97	95	98
MORUMBI	131	120	112	121
MORRO ALTO	113	135	127	125
TOTAL	3418	3321	3237	3325

No atual período avaliatório, de um ponto de vista qualitativo importante destacar as seguintes UPCs:

UPC	JUL	AGO	SET	TOTAL	MÉDIA
CABANA	165	152	156	473	158
NOVA CONTAGEM	154	155	148	457	152
VENEZA	149	154	148	451	149

Número de Encontros de Oficinas

Cabana

A UPC Cabana possui bons índices no que diz respeito ao número de encontros de oficinas. Isso pode ser creditado a alguns fatores, listados a seguir: 1) É uma equipe que possui consolidada trajetória de trabalho, tanto no Programa, como no território do Cabana, o que proporciona um acompanhamento qualificado das oficinas. Tal qualificação contribui para diminuir eventuais problemas de dificuldade na execução dos encontros, uma vez que é possível buscar alternativas junto aos oficinairos, jovens e rede para a manutenção dos encontros com mais tranquilidade; 2) o fato de que o grupo de oficinairos também é um grupo consolidado, com quantidade relevante de oficinairos vinculados ao território; 3) esses dois fatores facilitam o vínculo com a juventude e a diminuição de eventuais intercorrências que pudessem interferir na ocorrência dos encontros de oficina. Dessa maneira, é possível, até o momento, garantir a constância dos encontros.

Nova Contagem

A UPC Nova Contagem atualmente possui 17 oficinas ativas e um quadro composto por 16 oficinairos. O grupo de oficinairos se apresenta de maneira coesa e organizada, elementos que contribuem significativamente para o alcance das metas, tal como estabelecidas no indicador 2.1.

No último período avaliatório, Nova Contagem também se destacou quantitativamente no indicador 2.1, resultado de muito esforço e cuidado da equipe técnica que passou por reconfiguração. Neste terceiro trimestre, ressaltamos novamente o investimento e comprometimento da equipe e grupo de oficinairos, pois se percebe a dedicação dos mesmos para o alcance das metas, bem como para novos investimentos, tais como o processo de qualificação das demandas apresentadas pelas juventudes e consequentemente implementação de novas oficinas e ampliação dos atendimentos.

Veneza

A UPC Veneza também possui bons números no que diz respeito ao quantitativo de encontros de oficinas realizados devido a alguns fatores, listados a seguir: 1) É uma equipe que em sua maioria também possui mais tempo de formação, então uma maior proximidade com oficinairos, conhecimento do território e aproximação com a juventude. Tais fatores contribuem para construções com esses grupos, incluindo ainda a rede parceira, para que seja possível evitar eventuais intercorrências que dificultem a manutenção dos encontros de oficinas; 2) O grupo de oficinairos também é antigo e engajado no trabalho no território, o que contribui para que seja mais efetiva a construção de estratégias para a plena manutenção da execução das oficinas.

UPC	JUL	AGO	SET	TOTAL	MÉDIA
ROSANEVES	76	80	81	237	79
JARDIM DAS ALTEROSAS	83	77	74	234	78
TURMALINA	80	65	61	206	69

Número de Encontros de Oficinas

Rosaneves

É possível considerar que os números aquém do esperado no que diz respeito ao número de encontros de oficinas realizados no Rosaneves se deve a um fator mais preponderante, a saber: o desligamento de três oficinas (artesanato, fotografia e futebol misto) entre o fim do último período avaliatório (abr-mai-jun) e o início do período avaliatório descrito neste relatório (jul-ago-set). Dessa forma, é possível considerar que esses desligamentos impactaram no número de encontros de oficina realizados, uma vez que menos oficinas implicarão de fato em menos encontros realizados. A equipe, nos espaços com a supervisão metodológica, compartilhava as propostas recebidas e alguns desafios no processo de implantação. Um dos desafios a ser destacado, é a dificuldade em encontrar lugares possíveis para a execução de oficinas, em espaços estratégicos no que diz respeito à dinâmica das violências e criminalidade. Entretanto, em diálogos conjuntos entre equipe, gestão e supervisão, além do grande esforço empreendido pela equipe, tem sido vislumbradas algumas possibilidades.

Em agosto e setembro foram implantadas duas novas oficinas, sendo possível, assim, considerar que no próximo período avaliatório haverá um incremento em encontros de oficina realizados. A equipe segue em busca de proposta para a implantação de mais uma oficina, a fim de que o cenário de Rosaneves se torne mais estável.

Jardim das Alterosas

No que diz respeito ao Jardim das Alterosas, o menor número encontros de oficinas se deve a um desligamento, não repostado até o momento. E em segundo lugar, ao número de oficinas atual, oito. Sendo assim aconteceram menos encontros no total, visto que são menos oficinas, comparativamente a outros territórios. O território do Jardim das Alterosas é um local árduo no que diz respeito aos locais que possam ser eventuais parceiros a receber oficinas. São pouquíssimos equipamentos

públicos, e raros os espaços coletivos, tais como praças, quadras comunitárias, etc. Dessa forma é bastante desafiadora a expansão de oficinas nesse território. A equipe tem buscado novas propostas de projeto de oficinas, e, além disso, busca mapear entre os locais possíveis, aqueles com adequação mínima para a implantação. Além disso, cabe ressaltar o trabalho constante da equipe do Jardim das Alterosas para qualificar a execução das oficinas já implantadas, através de acompanhamento próximo.

Turmalina

Apresentando rendimento inferior ao esperado frente às expectativas e metas estipuladas no indicador 2.1, faz-se relevante apresentar algumas limitações encontradas no último trimestre correspondente ao 23º período avaliatório. No último trimestre, foi realizado o desligamento de uma oficina de dança, a partir da solicitação daicineira, bem como a não reposição da oficina de futsal, visto as dificuldades de localização de proponentes para atuação no programa Fica Vivo! e espaços que contemplem as necessidades para implementação de novas atividades.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 8.910 •	• 8.492 •
Descrição do Indicador	
<p>As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos.</p> <p>Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina no período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Fórmula de Cálculo: (somatório do número absoluto de jovens que frequentaram as oficinas do Programa em cada mês do período avaliatório / número de meses do período avaliatório).	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 foram atendidos em média • 8.492 • jovens nas oficinas em execução até setembro de 2024, sendo a meta de • 8.910 • ficando 5,3% abaixo da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de jovens em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.



Performance Indicador

O não alcance da meta estipulada para o indicador está relacionado ao processo de implantação e encerramento de oficinas. Durante o trimestre, foram implantadas 34 novas oficinas, enquanto 28 encerraram suas atividades. Os contratos encerrados neste período tiveram diversas motivações, como razões profissionais dos oficinairos, candidaturas políticas e, principalmente, a necessidade de qualificar os atendimentos oferecidos às juventudes dos territórios atendidos pelo programa.

Apesar dos encerramentos, o saldo positivo na implantação de novas oficinas aponta para um avanço gradual em direção à meta geral. Esse processo envolve a mobilização das juventudes para participarem das atividades, o que, embora tenha sido iniciado, ainda está em fase de consolidação.

Dessa forma, compreendemos que o impacto positivo das novas oficinas implantadas será mais evidente nos próximos trimestres, à medida que as juventudes dos territórios se engajem mais nas ações e encontros propostos pelo programa.

Tabela 7 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÉDIA
CABANA	380	371	398	383
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	224	228	233	228
JARDIM FELICIDADE	318	317	328	321
JARDIM LEBLON	273	267	340	293
MINAS CAIXA	251	235	264	250
MORRO DAS PEDRAS	271	245	218	245
PPL	294	293	304	297
PRIMEIRO DE MAIO	243	255	244	247
RIBEIRO DE ABREU	233	226	243	234
SANTA LÚCIA	268	281	276	275
SERRA	360	364	379	368
TAQUARIL	201	208	215	208
VILA PINHO	211	174	220	202
CITROLÂNDIA	168	185	183	179
JARDIM DAS ALTEROSAS	122	99	81	101
JARDIM TERESÓPOLIS	271	269	250	263
PTB	273	264	258	265
ESTRELA D'ALVA	0	0	0	0
NOVA CONTAGEM	305	338	356	333
RESSACA	119	110	121	117
CARAPINA	268	255	258	260
TURMALINA	175	173	180	176
BOM JARDIM	193	173	185	184
OLAVO COSTA	280	282	282	281
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	256	265	293	271
JUSTINÓPOLIS	278	251	347	292
ROSANEVES	309	330	356	332
VENEZA	395	415	415	408
PALMITAL	320	351	343	338
VIA COLÉGIO	311	305	294	303
JARDIM CANAÃ	276	280	283	280
MORUMBI	284	255	352	297
MORRO ALTO	266	267	250	261
TOTAL	8396	8331	8749	8492

Abaixo, destacamos as equipes com média mensal de atendimentos significativa para o alcance da meta:

UPC	JUL	AGO	SET	TOTAL	MÉDIA
VENEZA	395	415	415	1225	408
CABANA	380	371	398	1149	383
SERRA	360	364	379	1103	368

Tabela 6 - Média Mensal de Jovens Atendidos em Oficinas

Veneza

No que diz respeito ao desempenho superior da UPC Veneza no indicador 2.2 - média mensal de jovens participantes em oficinas, é possível considerar alguns fatores. O primeiro deles se refere ao grupo de oficinairos, tal como dito anteriormente, na descrição sobre o desempenho na unidade no indicador 2.1. O grupo de oficinairos é mais antigo e experiente, além de ter vinculação positiva com a juventude do território, potencializando assim maior presença dos jovens em oficinas. Além

disso, cabe destacar que no território do Veneza as oficinas se configuram efetivamente como espaço de encontro e lazer da juventude do território, não tendo tanta competição com outros espaços. Tal fato contribui para um maior número de jovens presentes nas oficinas. Outro aspecto refere-se também ao acompanhamento da equipe, que potencializa intervenções caso tenha alguma queda no número de jovens.

Cabana

No que diz respeito a esse indicador, o caso do Cabana é bastante semelhante ao caso do Veneza, tanto na característica dosicineiros – antigos e experientes, e vinculados ao território - como da equipe, que também é experiente e possui um vínculo consolidado com a juventude do território. As oficinas são espaços identificados pela juventude do Cabana como muito relevantes, e, portanto, se fazem presentes de maneira efetiva nos espaços. Além disso, a constância das oficinas também contribui para a presença da juventude, que sabe que as oficinas estão lá para atendê-los tal como é proposto.

Serra

A UPC Serra também teve bom desempenho no indicador 2.2, sendo possível destacar alguns fatores. O Programa no território conta com 15 oficinas, um número relevante quando consideramos a média de jovens participantes em oficinas. O segundo ponto é a grande adesão dos jovens em algumas oficinas, tal como a de futsal, a despeito do Aglomerado da Serra ser um território com muitas ofertas de atividades. É possível, assim, considerar que o programa consegue ter um bom desempenho mesmo diante dessa realidade territorial. Atualmente a Serra conta com uma equipe nova, que busca aprofundar seu vínculo com osicineiros eicineiras, bem como conhecer e se vincular com a juventude atendida. A equipe tem demonstrado muita disposição em conhecer o território e desenvolver um trabalho a cada dia mais qualificado.

UPC	JUL	AGO	SET	TOTAL	MÉDIA
TURMALINA	175	173	180	528	176
RESSACA	119	110	121	350	117
JARDIM DAS ALTEROSAS	122	99	81	302	101

Tabela 7 - Média Mensal de Jovens Atendidos em Oficinas

Turmalina

Em relação à queda na média mensal de atendimentos nas oficinas, Turmalina encontra dificuldades no processo de implementação de novos projetos de oficinas. Considerando elementos como ausência de proponentes interessados em atuar junto ao Programa Fica Vivo!, ausência de espaços que possam receber as oficinas, bem como a inflexibilidade de parceiros da rede territorial que encontram dificuldades na compreensão dos métodos de atendimento e pactuações relacionadas à oficina como um espaço de portas abertas.

Ressaca

Atualmente, a equipe do Ressaca apresenta dificuldades no alcance e ampliação dos atendimentos das juventudes nos espaços das oficinas. O quantitativo baixo se vincula às necessidades de inovação e reconfiguração dos projetos de oficinas em execução, o que implica desligamentos, substituições e construções de ações.

A partir do acompanhamento realizado junto à equipe técnica, pode-se perceber a sinalização das juventudes por novas atividades, a partir de diálogos e ausência nos espaços de oficinas. Desta maneira, faz-se necessário avançar na qualificação das demandas apresentadas pelos jovens, contribuindo assertivamente na ampliação dos atendimentos e alcance das metas. Cabe ressaltar que esforços e estratégias estão sendo direcionados à equipe técnica.

Jardim das Alterosas

Algumas das elaborações feitas referentes ao indicador 2.1 também são aplicáveis ao indicador 2.2 - Média mensal de jovens participantes em oficinas. Assim, ressalta-se que o quantitativo atual de oito oficinas pode interferir no alcance de maiores médias de jovens participantes em oficinas. Além disso, a equipe está em qualificação do quantitativo de algumas oficinas com menor número de jovens, realizando ações de divulgação, pensando possíveis mudanças de horário, algumas alterações na dinâmica interna da oficina, etc.. Algo importante ainda a ser considerado diz respeito à dinâmica das violências e criminalidade, visto que o território ainda colhe os efeitos de um aquecimento da dinâmica e prisões realizadas há alguns meses. Esses fenômenos contribuíram para que em algumas oficinas, com maior número de jovens envolvidos com a criminalidade, que estes se ausentassem por tempo mais prolongado das oficinas. Alguns vem aos poucos retornando, e a equipe busca ampliar o contato e o vínculo com esses jovens. Outra frente de trabalho a ser ressaltada é a realização de projetos, uma vez que a equipe desenvolveu um projeto por mês nesse trimestre. Os projetos locais e de circulação, para além de seus objetivos gerais, também apresentam contribuição paralela no que diz respeito a atrair jovens que ainda não conheciam o programa para as oficinas. Um dos projetos a serem destacados no período é a Copa Fica Vivo! Alterosas, realizado em agosto. O projeto tinha como objetivo a integração entre a juventude, mas também foi parte de uma ação conjunta com o Gepar, que contemplou a doação de tênis por parte da polícia militar para os jovens atendidos. Tal ação da polícia é referente à ACISO (Ação Cívico Social), que é um conjunto de ações desenvolvidas pela polícia contando com parceiros diversos da rede. Sobre os desafios ora apresentados aqui, todos estes tópicos são discutidos nos espaços de supervisão, buscando, juntamente com a gestão, pensar em possibilidades para a superação do atual cenário.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 83.643 •	• 90.311 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público.</p> <p>Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa:</p> <p>1. Atendimentos individuais: são realizados pelos Analistas Sociais a adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPCs. Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre os aspectos sociais e subjetivos.</p> <p>2. Atendimentos Coletivos:</p> <p>1. Projetos de Oficinas: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da UPC de Base Territorial.</p> <p>2. Projetos Locais: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos adolescentes e jovens.</p> <p>3. Projetos de Circulação: configuram-se como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais por promoverem a circulação do público atendido para além da região de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade.</p> <p>4. Projetos (Inter) Institucionais: configuram-se como uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou a maior parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 o número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! foi de • 90.311 •, sendo a meta de • 83.643 • superada em 8%.

O desempenho positivo em relação à meta pode ser atribuído ao contínuo investimento qualificado das equipes técnicas, que têm se dedicado ao acompanhamento das oficinas e à execução de projetos de prevenção assertivos, garantindo a qualidade e a eficiência das ações promovidas pelo programa.

Além disso, o sucesso está diretamente ligado ao processo constante de estabelecer e fortalecer os vínculos com as juventudes nos territórios atendidos. Esse trabalho de proximidade e diálogo é essencial para criar um ambiente de confiança e participação ativa dos jovens nas atividades oferecidas.

Esses fatores combinados contribuem para o engajamento crescente das juventudes nas ações do Programa Fica Vivo!, refletindo em um desempenho acima do esperado e no cumprimento das metas estipuladas para o período.



Performance do Indicador

A tabela abaixo apresenta o número acumulado de atendimentos realizados pelo programa no trimestre, por UPC.

Tabela 8 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
CABANA	2578	546	694	415	4233
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	1634	274	281	264	2453
JARDIM FELICIDADE	2079	347	353	382	3161
JARDIM LEBLON	1788	345	311	364	2808
MINAS CAIXA	1168	301	272	282	2023
MORRO DAS PEDRAS	1876	318	294	244	2732
PEDREIRA PRADO LOPES	2025	373	317	323	3038
PRIMEIRO DE MAIO	1385	259	369	269	2282
RIBEIRO DE ABREU	1517	401	242	345	2505
SANTA LÚCIA	1274	278	327	316	2195
SERRA	2432	454	390	385	3661
TAQUARIL	1742	237	353	314	2646
VILA PINHO	1371	256	235	250	2112
CITROLÂNDIA	1344	221	279	214	2058
JARDIM DAS ALTEROSAS	1537	235	253	228	2253
JARDIM TERESÓPOLIS	1597	306	296	321	2520
PTB	1620	295	306	314	2535
ESTRELA D'ALVA	0	0	0	0	0
NOVA CONTAGEM	2005	331	385	397	3118
RESSACA	1451	173	164	197	1985
CARAPINA	1817	317	321	310	2765
TURMALINA	1566	249	245	229	2289
BOM JARDIM	1420	263	190	228	2101
OLAVO COSTA	2157	376	394	378	3305
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	1766	295	387	359	2807
JUSTINÓPOLIS	1876	320	287	361	2844
ROSANEVES	2800	453	407	429	4089
VENEZA	3029	470	454	443	4396
PALMITAL	2364	336	414	353	3467
VIA COLÉGIO	2195	331	321	297	3144

UPC	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
JARDIM CANAÃ	1890	336	346	343	2915
MORUMBI	1825	307	311	462	2905
MORRO ALTO	1829	329	408	400	2966
TOTAL	58957	10332	10606	10416	90311

A seguir, apresentamos as Unidades de Prevenção à Criminalidade que obtiveram desempenho destacado no número total de atendimentos realizados pelo programa:

UPC	JUL	AGO	SET	TOTAL	MÉDIA
CABANA	546	694	415	1655	552
VENEZA	470	454	443	1367	456
ROSANEVES	453	407	429	1289	430

Tabela 9 - Número Acumulado de Atendimentos Realizados pelo Programa

Cabana

No que diz respeito ao indicador 2.3, é possível destacar o desempenho positivo da UPC Cabana devido a alguns fatores que serão logo destacados. O quantitativo de oficinas ativas (17), com uma média de jovens alta e estável, é um dos primeiros elementos a serem destacados. Além disso é fundamental colocar em perspectiva os projetos locais e de circulação desenvolvidos pela equipe, que busca, de maneira muito criativa, executar os projetos, ainda que seja importante destacar que dificuldades logísticas, tais como transporte, muitas vezes se fazem presentes. Ainda assim, a equipe da UPC Cabana consegue desenvolver atividades que envolvem os jovens, movimentando o Programa na comunidade. Também é importante ser destacado que os atendimentos individuais são uma relevante frente de trabalho desta equipe. Como uma das atividades destaque dessa equipe ao longo do trimestre, é possível destacar o II Festival do Fica Vivo Cabana, realizado nos dias 24 e 31 de agosto no Colégio Salesiano. O festival contemplou as oficinas de vôlei e de futsal, além das participações das oficinas de funkultura e de tranças.



Imagem 1 – II Festival do Fica Vivo Cabana

Veneza

A equipe do Veneza também possui fatores que, combinados, contribuem para um número robusto de atendimentos no indicador 2.3. É uma unidade com um número relevante de oficinas (embora seja importante destacar o quanto a área de abrangência dessa unidade é extensa). Além disso, a equipe também desenvolveu tanto projetos locais como de circulação no período. Outro elemento, é o forte elemento comunitário dessa equipe, que se engaja, juntamente com osicineiros, em atividades que congregam o público atendido e a comunidade em geral. Como exemplo pode ser destacada a festa junina da oficina de swag, projeto feito por uma demanda dos jovens atendidos, mas que contemplou também a comunidade do território. Outro elemento a ser destacado sobre o desempenho neste indicador, é que a equipe do Veneza também possui bom desempenho no que diz respeito à realização de atendimentos individuais, o que demonstra um bom vínculo entre equipe e juventude. Tais fatores contribuem muito para o fortalecimento da imagem do Programa no território.

Rosaneves

Cabe destacar que a equipe do Rosaneves é uma equipe menos experiente, mas que ainda assim, tem obtido resultados positivos devido ao engajamento das analistas com o trabalho no território. Tal engajamento é demonstrado pelo quantitativo de 5 projetos realizados no atual período avaliatório. No mês de julho, foram realizados três projetos, atendendo 74 jovens no total, a saber: 1) O projeto Mobiliza D, projeto que envolveu o Instituto O Grito (Justinópolis), o Favela 3D, e a

oficina de hip hop do Programa Fica Vivo!, que promoveu a circulação da juventude por Ribeirão das Neves, também promoveu o acesso à cultura e a ampliação do vínculo com a equipe; 2) Amistoso de futebol ocorrido no campinho do Barcelona, entre uma oficina do Sevilla B e uma do Rosaneves. A demanda chegou à equipe pelos oficinairos e jovens, que desejavam construir essa atividade; 3) Piquenique no Parque Ecológico, projeto que envolveu jovens da oficina de futsal do Campo do Plantão. O projeto visou promover a circulação pela própria cidade, uma vez que os jovens tinham pouca apropriação do Parque Ecológico.

Tais atividades destacam o comprometimento da equipe em desenvolver ações que coloquem a juventude para se movimentar no território e na cidade como um todo, bem como ampliar o vínculo dessa equipe com oficinairos e jovens.



Imagem 2 – Projetos realizados pela equipe do Rosaneves

UPC	JUL	AGO	SET	TOTAL	MÉDIA
BOM JARDIM	263	190	228	681	227
CITROLÂNDIA	221	279	214	714	238
RESSACA	173	164	197	534	178

Tabela 9 - Número Acumulado de Atendimentos Realizados pelo Programa

Bom Jardim

A UPC Bom Jardim esperança tem enfrentado alguns desafios que interferiram no alcance de números mais robustos no indicador 2.3, e aqui destacam-se alguns. Ocorreram desligamentos de algumas oficinas, enquanto outras vem sendo acompanhadas devido ao baixo número de jovens. A equipe vem desenvolvendo junto aosicineiros ações para maior divulgação dessas oficinas. A despeito desse quantitativo mais baixo com relação ao indicador, a equipe também desenvolveu projetos locais e de circulação, demonstrando comprometimento em alterar o atual cenário. A supervisão metodológica e gestão social vem acompanhando a equipe, compartilhando os desafios e pensando conjuntamente em estratégias que possam contribuir para uma melhoria nos números gerais no próximo período avaliatório.

Citrolândia

A equipe do Citrolândia tem tido alguns desafios, que comprometem um desempenho satisfatório no indicador 2.3. Dentre eles podemos destacar alguns fatores, que discutiremos a seguir. Ocorreram muitos desligamentos de oficinas, seja por questões metodológicas, seja por interesse próprio deicineiros e icineiras, impactando no quantitativo geral de número de jovens atendidos. Como exemplo de desligamento por questões metodológicas é possível destacar a oficina de ritmos e danças, e por questões específicas dos icineiros a oficina de futsal do Paquetá, em que devido a questões pessoais foi solicitado o desligamento. Cabe ressaltar a importância estratégica da oficina no Paquetá e que a equipe já vem em busca de nova proposta de projeto de oficina para esse local.

Além disso, a equipe tem realizado projetos locais no território, buscando ampliar o público atendido, e também expandindo as relações comunitárias que possam proporcionar o encontro com novos proponentes de oficinas. Há que se destacar que há algumas dificuldades no recebimento de propostas, mas que a equipe tem se dedicado na identificação dessas novas lideranças. Tanto supervisão como gestão vêm acompanhando os processos de busca, bem como tem orientado sobre estratégias a serem utilizadas para ampliar o recebimento de projetos.

Ressaca

A equipe do Ressaca, assim como no indicador 2.2, encontrou dificuldades em alcançar desempenho satisfatório no que tange ao quantitativo de atendimentos acumulados realizados pelo programa. Além da necessidade de avançar na perspectiva de reconfiguração do quadro de oficinas, pautando as demandas apresentadas pelas juventudes e priorizando atividades que dialoguem com perfil atendido no território, compreende-se que exista a necessidade de potencializar a construção e manutenção de vínculos, enquanto estratégias que corroboram não apenas com a ampliação dos atendimentos em espaços de oficinas, mas também na realização de atendimentos individuais e construção de projetos locais e de circulação.

Mês das Juventudes

No dia 12/08 é comemorado, anualmente, o Dia Internacional das Juventudes. A data, proposta em 1999 pela Organização das Nações Unidas, tem entre seus objetivos reconhecer a importância social das juventudes, promover a participação social das e dos jovens, refletir sobre os desafios vivenciados por essa população e, por fim, dar destaque à importância de investimentos para este público.

Ao longo do mês de agosto, o Programa Fica Vivo! Celebrou a data com as juventudes atendidas em diversas ações de prevenção à criminalidade. Apresentamos, a seguir, algumas ações realizadas envolvendo essa temática.

Cine Juventudes



Imagem 3 – Cartaz do filme “A vizinhança do tigre”

No dia 14 de agosto ocorreu o Cine Juventudes, evento proposto pela Diretoria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade para Juventudes (DPJU) envolvendo a participação de equipes técnicas, supervisão metodológica e oficinairos, e tendo como seu público adolescentes e jovens atendidos pelos Programas Fica Vivo! e Se Liga.

O evento foi pensado dentro da Programação do mês das juventudes, uma proposta construída em diálogo institucional que visou estimular em todas as redes de atendimento à juventude a realização de ações voltadas para esse público.

Dessa maneira, a DPJU idealizou a exibição do filme “A vizinhança do tigre”, na parte da tarde, no Centro de Referência da Juventude (CRJ). O evento contou com a participação de 225 pessoas, entre oficinairos, jovens, e equipes técnicas.

As equipes técnicas, e também os oficinairos (no caso do Programa Fica Vivo!) tiveram a responsabilidade de mobilização para o evento, bem como de acompanhar o público na exibição do filme. É importante destacar que o filme foi produzido por uma produtora de Belo Horizonte, e que o filme foi realizado em Contagem. Dessa forma, foi possível potencializar junto ao público o acesso a produtos culturais idealizados por pessoas da própria região (BH e RMBH). Além disso, o momento foi positivo no sentido de fomentar a circulação da juventude pela cidade e por um equipamento público – o CRJ – que foi fruto da luta da juventude e que é feito para a juventude.



Imagem 4 - Cine Juventudes no CRJ

UPC Ressaca

Projeto de Circulação no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB)

Exposição: Encruzilhadas da Arte Afro-brasileiras

Na perspectiva de avançar na construção e manutenção de vínculos, a equipe do Ressaca construiu junto a oficina de Expressões Artísticas um projeto de circulação. Tendo em vista o mês das juventudes, a equipe construiu um cronograma de ações ao longo do mês de julho, objetivando discutir sobre a Cultura Afro-brasileiras, pautando a história da diáspora, da formação dos primeiros aglomerados e favelas, ressaltando a ancestralidade, cultura e arte. A discussão da temática Cultura Afro-brasileiras, teve por objetivo nortear a visita a exposição Encruzilhadas da Arte Afro-brasileiras no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB). O projeto de circulação foi realizado no dia 05/08/2024 e contou com a participação de 12 jovens, oficinaira e equipe técnica. Além de promover a circulação e apropriação de novos espaços para além dos territórios, fomentar o acesso à cultura e conhecimento, o projeto provocou as juventudes do início ao fim da ação, gerando sentimentos de identificação e estranhamento, pertencimento e exclusão, emoções vivenciadas cotidianamente pelas juventudes atravessadas pelas violências e vulnerabilidades existentes nas áreas de abrangência e atuação do Programa Fica Vivo!, onde corpos são marcados como partes estáticas de um território e o desejo de existir para além das violências é um desafio constante. Construir, executar e fomentar espaços de circulação, apropriação e reflexão se constitui enquanto ações de proteção social.



Imagem 5 - Projeto de Circulação UPC Ressaca – Centro Cultural do Banco do Brasil

UPC Minas Caixa

14 jovens atendidos nos dois projetos

O Projeto Cine Comentado foi realizado com os participantes da oficina de teatro, onde ocorreu um encontro para a apresentação da proposta. Houve uma adesão positiva dos jovens, que se mostraram interessados em participar da iniciativa. No encontro, foi construída em conjunto a dinâmica de exibição do filme e a criação de uma roda de conversa para discussão posterior.

A proposta foi elaborada de forma a garantir a participação ativa dos jovens nas próximas edições, nas quais eles terão a responsabilidade de escolher o filme e conduzir o momento de conversa. Isso reforça o protagonismo juvenil, estimulando a autonomia e o engajamento no projeto, além de promover debates relevantes para o grupo.

Durante o evento, a equipe também ofereceu aos jovens um "diário de jovem", ligado à temática do filme exibido. A proposta incentivou os participantes a escreverem mais, especialmente sobre suas trajetórias de vida, promovendo um espaço de reflexão e expressão individual.

A entrega do diário também foi uma maneira de conectar os temas abordados no filme com as vivências dos jovens. A ideia foi proporcionar um espaço seguro para que eles pudessem refletir e relatar suas experiências pessoais, especialmente no contexto das dificuldades enfrentadas em seus territórios.

No decorrer das discussões, foi possível explorar temas relacionados às suas experiências como jovens no território atendido pelo programa. Questões como os atravessamentos da criminalidade e da violência nas suas vidas foram abordadas de maneira sensível e aberta.

Ao final, as conversas geraram reflexões importantes sobre as perspectivas de futuro dos jovens, estimulando uma visão crítica sobre os desafios que enfrentam e fortalecendo o diálogo sobre possíveis caminhos para superá-los. Esse processo foi fundamental para fomentar o senso de comunidade e a troca de experiências entre os participantes.



Imagem 6 - Cine Comentado Minas Caixa

UPC Citrolândia

Projeto local - Sarau das juventudes

No dia 31 de agosto ocorreu o Sarau das Juventudes na Praça do Dicalino, no Citrolândia. A oficina teve o engajamento dosicineiros de arte e cultura atuantes no território, bem como da equipe de analistas sociais do Programa. Foram realizadas no dia batalhas de rima freestyle com violão e apresentações de rock. Alguns jovens também puderam expor seus desenhos, e outro grupo de jovens auxiliaram a equipe na produção dos registros fotográficos da ação. Ao todo, participaram do projeto 25 jovens. Além da promoção da juventude, importante durante todo o ano, mas marcada durante o mês de agosto, o projeto também contribuiu para divulgar as oficinas do programa no território. Outra contribuição relevante foi ampliar o acesso a expressões artístico culturais, produzidas pela própria juventude.

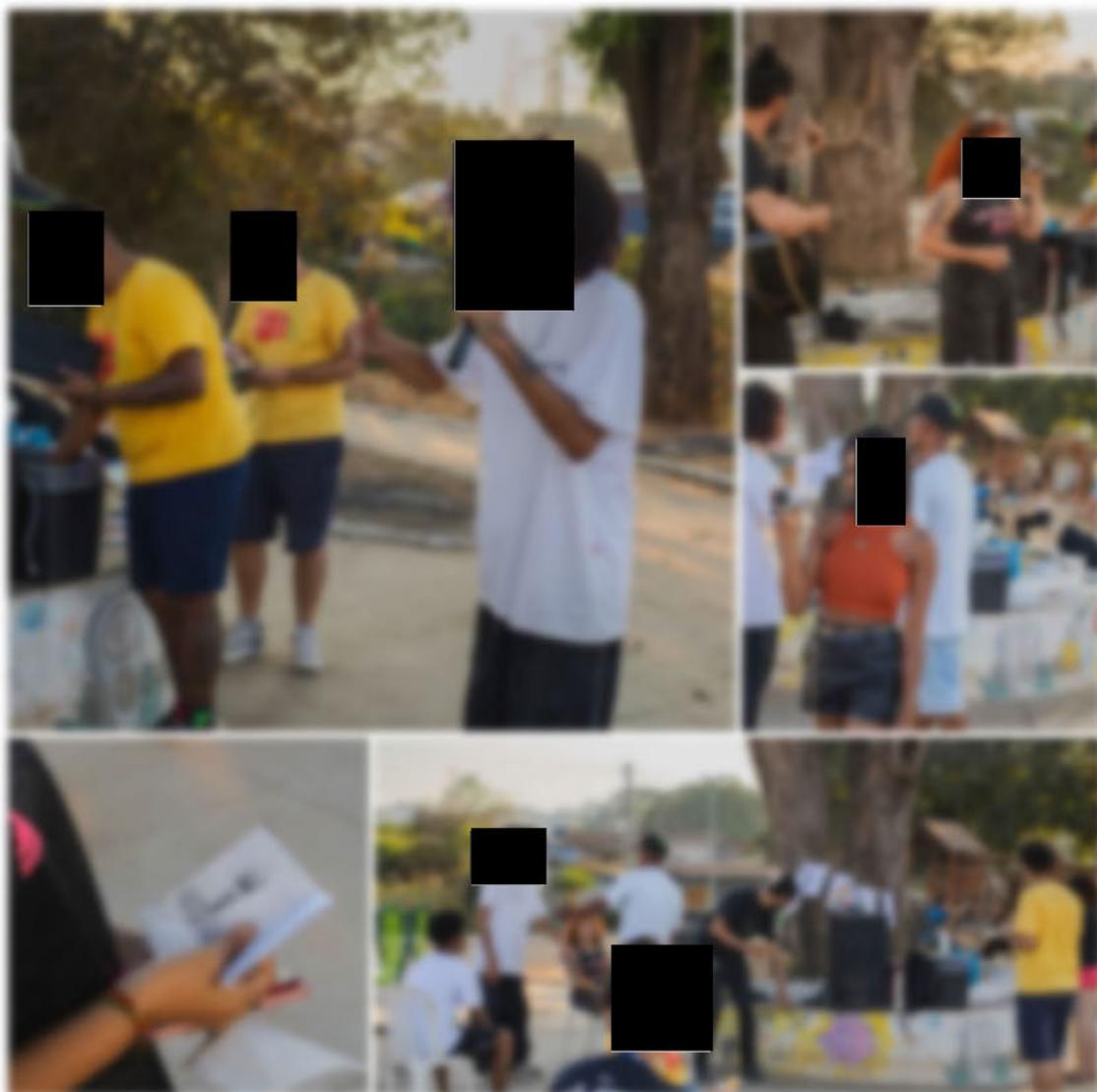


Imagem 7 – Sarau das Juventudes Citrolândia

UPC Santa Lúcia

Projeto de circulação – Sesc Geek

No dia 10 de agosto, jovens do território do Santa Lúcia estiveram presentes no evento Sesc Geek, evento esse voltado para a temática de jogos eletrônicos, filmes e cosplay. Os jovens puderam participar de uma atividade de seu interesse, além de circular pela cidade e frequentar espaço público que abrange diversas atividades culturais, o Sesc Palladium. Os ingressos para o evento foram cedidos por meio de articulação do Departamento de Monitoramento e Gestão de Projetos, e uma analista e um oficinairo acompanharam os jovens nesse projeto de circulação.

Cabe destacar como os projetos locais e de circulação visam ouvir e atender a juventude contemplando toda a sua diversidade, buscando alcançar os mais diversos públicos da área de abrangência do Programa. Dessa maneira, é possível construir junto a várias juventudes alternativas de vida e de viver que contemplem um futuro menos atravessado pelas violências.



Imagem 8 – Projeto de circulação Sesc Geek

b) Intervenções da supervisão metodológica a partir da análise dos indicadores e metas:

A supervisão metodológica realiza, por meio das supervisões e outros mecanismos, o acompanhamento constante do trabalho das equipes técnicas. Dessa maneira, busca-se qualificar o trabalho, auxiliando a equipe na superação dos desafios que se apresentam, tentando construir intervenções possíveis diante de cada cenário.

No que diz respeito ao indicador 2.2, que ficou aquém do pactuado na meta, cabe ressaltar que vem sendo empreendidos esforços conjuntos de supervisão, gestão e equipes técnicas para a superação desse cenário. No que se refere à supervisão metodológica, em particular, destacamos alguns pontos discutidos em espaços de supervisão: 1) a necessidade de ampliar ações de divulgação das oficinas do Programa no território, seja em parceria com a rede, seja por meio de ações do próprio programa, como projetos locais e de circulação; 2) a necessidade de constante qualificação das oficinas, por meio do acompanhamento das equipes e discussão de situações desafiadoras com a supervisão metodológica; 3) a necessidade constante de qualificação dos oficineiros, a fim de que as oficinas sejam espaço atrativo para a juventude, e que os oficineiros e oficineiras consigam ter manejo das situações apresentadas pelos jovens; 4) a discussão de situações relacionadas à dinâmica das violências e criminalidade que possa interferir na presença de jovens em oficinas do Programa, interferindo assim, no indicador. E, além disso, estratégias para a segurança de oficineiros, jovens, ao mesmo tempo em que se cuida da manutenção do espaço da oficina.

Em paralelo, a supervisão segue elaborando e executando capacitações com as equipes, a fim de que seja possível oferecer ao público atendido atividades do programa que estejam a cada dia mais de acordo com os pressupostos metodológicos do Fica Vivo!

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 472 •	• 553 •
Descrição do Indicador	
<p>Em complemento ao Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e Gestão Social como representantes da OS.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas ações de Intervenção Estratégica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. reuniões dos Grupos Especiais de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) da Polícia Militar de Minas Gerais com a Gestão Social de Base Territorial e equipes técnicas, que ocorrem, no mínimo, 1 (uma) vez ao mês em cada território de atuação e que possuem como pauta aquelas definidas na Resolução Conjunta SEDS-PMMG nº 160/2013, que estabelece as diretrizes de atuação conjunta entre o GEPAR e as UPCs. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões com o GEPAR, conforme a Resolução Conjunta supra. 2. reuniões preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) ocorridas entre a Gerência de Intervenção Estratégica, da SUPEC, e a Gestão Social, com o objetivo de promover o alinhamento sobre as pautas a serem apresentadas, no âmbito da proteção social, pela gestão social no espaço do GIE, além de favorecer a qualificação tanto da atuação da gestão social neste espaço, quanto o desenvolvimento das ações de proteção social. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões preparatórias para o GIE. 3. reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) com a participação da Gestão Social de Base Territorial, representando a proteção social de cada um dos territórios atendidos. O GIE objetiva a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e da tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, cada ação de representatividade da proteção social realizada por meio dos gestores sociais no espaço do GIE. Desta forma, nos casos em que o gestor social estiver representando mais de 1 (uma) UPC, serão contabilizadas tantas ações de representatividade da proteção social quantas feitas pelo referido gestor social na mesma reunião do GIE. 	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 foram realizadas cumulativamente • 553 • ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 472 •, foi realizado 17,16% além do esperado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Como se sabe, a partir da assinatura do V Aditivo ao Contrato de Gestão, a ação "Reuniões Preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica" passou a compor o Indicador 2.4 do Programa Fica Vivo! "Número acumulado de ações de intervenção Estratégica realizadas por meio do Programa Fica Vivo!". Essas reuniões se somam às ações "Reunião mensal com GEPAR" e "Participação da gestão social representando a proteção social nos GIEs", a partir do mês de agosto de 2021.

Nos documentos elaborados a partir das Reuniões Preparatórias para o Grupo de Intervenção Estratégica, a Gerência de Intervenção Estratégica alinha as pautas que serão apresentadas pela proteção social, avaliando os principais pontos das discussões da dinâmica e as ações desenvolvidas pela Proteção Social por intermédio dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos para responder a cada uma das demandas apresentadas pela dinâmica social das violências e criminalidade de cada território.

Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 9 - Distribuição das ações de intervenção estratégica por tipo e UPC

UPC	22º PA	JULHO			AGOSTO			SETEMBRO			TOTAL
		GEP AR	GIE	RP-GIE	GEP AR	GIE	RP-GIE	GEP AR	GIE	RP-GIE	
CABANA	10	0	0	0	1	0	0	1	1	1	14
CONJUNTO ESPERANÇA/ VILA CEMIG	10	1	0	0	1	1	1	1	1	1	17
JARDIM FELICIDADE	15	1	0	0	1	1	1	1	0	0	20
JARDIM LEBLON	13	1	0	0	1	1	1	1	0	0	18
MINAS CAIXA	13	1	0	0	1	1	1	1	0	0	18
MORRO DAS PEDRAS	23	2	1	1	2	1	1	2	2	2	37
PEDREIRA PRADO LOPES	11	1	1	0	1	0	0	1	1	1	17
PRIMEIRO DE MAIO	15	1	0	0	1	1	1	1	0	0	20
RIBEIRO DE ABREU	24	2	0	0	0	0	0	2	0	0	28
SANTA LÚCIA	10	1	1	1	1	0	0	1	1	1	17
SERRA	9	1	1	1	0	0	0	0	1	1	14
TAQUARIL	12	1	1	0	1	0	0	1	1	1	18
VILA PINHO	9	1	0	0	1	1	1	1	1	1	16
CITROLÂNDIA	10	1	0	0	1	1	1	1	0	0	15
JARDIM DAS ALTEROSAS	12	1	0	0	1	1	1	1	0	0	17
JARDIM TERESÓPOLIS	11	1	0	0	1	1	1	1	0	0	16
PTB	10	1	0	0	1	1	1	1	0	0	15
ESTRELA D'ALVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NOVA CONTAGEM	10	1	1	1	1	0	0	1	1	1	17
RESSACA	10	1	1	1	1	0	0	1	1	1	17
CARAPINA	10	1	0	0	1	1	1	1	0	0	15
TURMALINA	12	1	0	0	1	1	1	1	0	0	17
BOM JARDIM	8	1	0	0	1	1	1	1	0	0	13
OLAVO COSTA	10	1	1	1	1	0	0	1	1	1	17
CRISTO REI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	10	1	1	1	1	0	0	1	1	1	17
JUSTINÓPOLIS	10	1	1	1	1	0	0	1	1	1	17
ROSANEVES	9	1	1	1	1	0	0	1	1	1	16
VENEZA	9	1	1	0	1	0	0	1	1	1	15
PALMITAL	10	0	0	1	1	0	0	0	0	0	12
VIA COLÉGIO	16	1	0	1	1	0	0	0	0	0	19
JARDIM CANAÃ	10	0	0	0	1	1	1	1	0	0	14
MORUMBI	12	1	0	0	1	1	1	0	0	0	16
MORRO ALTO	9	1	0	0	1	1	1	1	0	0	14
TOTAL	372	31	12	11	31	17	17	30	16	16	553

A reunião mensal entre a unidade de prevenção e o Gepar é uma diretriz estabelecida na Resolução conjunta no decreto 160 de 2013. Ela tem o objetivo de aprimorar a articulação e atuação conjunta entre a Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) e o Grupamento de Intervenções Estratégicas em Áreas de Risco (GEPAR). Conforme metodologia do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!, nesses espaços de articulação devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e da criminalidade com o propósito de construção, avaliação e monitoramento de ações conjuntas na prevenção da violência e na promoção da segurança. Como desdobramentos dos encontros, espera-se o aumento da segurança na área de abrangência das unidades de prevenção e a execução de ações assertivas no território, pautadas no conceito de segurança cidadã. Além disso, esses encontros devem, também, favorecer a interlocução entre a repressão qualificada e a proteção social.

No 23º período avaliatório do Contrato de Gestão, que compreende os meses de julho, agosto e setembro, foram realizadas 92 (noventa e duas) reuniões entre a Gestão Social e o GEPAR, em detrimento de 9 (nove justificativas apresentadas para a não realização do encontro). Importa ressaltar que há atualmente 32 unidades de base territorial implantadas e 01 (uma) em processo de diagnóstico de implantação UPC Estrela D'alva e que o número de reuniões entre UPC e GEPAR são maiores que o número de unidades devido alguns territórios serem atendidos por mais de uma CIA da PMMG ou até mais de um BPMMG. Pelas singularidades expostas acima, pode-se considerar que este número total pode flutuar entre 32 e 35 encontros. Há de se considerar também, que os casos de reuniões extraordinárias, para além da estabelecida mensalmente,

que podem ocorrer pontualmente por conta de aquecimento da dinâmica criminal ou alinhamentos necessários para a manutenção desta parceria.

Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atas produzidas a partir das reuniões realizadas pela Gestão Social de cada Unidade de Prevenção de base territorial com o Gepar.

No mês de julho, foram produzidas 31 (trinta e uma) atas e 4 (quatro) justificativas para não realização da reunião. As Unidades que apresentaram justificativa foram: UPC Cabana - gestão social de licença médica; UPC Palmital - não realização da reunião com o GEPAR 69 devido férias do Comandante no mês de julho/2024; UPC Via Colégio - o território é atendido por 2 (duas) CIA's 71 e 69, justifica-se a não realização da reunião com o GEPAR 69 devido férias do Comandante no mês de julho/2024.

Em agosto, houveram 31 (trinta e uma) atas produzidas e 4 (quatro) justificativas para a não realização da reunião. Sendo essas Unidades a justificarem: UPC Serra: férias do Comandante do GEPAR; UPC Ribeiro de Abreu: gestão social de afastamento médico, nesse sentido não houve reunião com a 18ª CIA que cobre a área CBTU, também não ocorreu reunião com a 24ª CIA que cobre a área do Ribeiro de Abreu.

Por fim, no mês de setembro foram elaboradas 30 (trinta) atas, e 6 (seis) justificativas para a não realização da reunião. As Unidades que apresentaram justificativa foram: UPC Palmital - gestão social de licença médica não realizando reunião com GEPAR 69; UPC Via Colégio: gestão social de licença médica, não realizando reunião com GEPAR 69 e 71; UPC Serra: indisponibilidade de agenda do Comandante do GEPAR; UPC Morumbi: cancelamento de agenda por parte do Comandante do GEPAR e posterior indisponibilidade de agenda.

Com relação as reuniões preparatórias para o encontro do GIE, que também é uma ação de Intervenção Estratégica e compõe este indicador, consistem na discussão prévia entre a gerência de intervenção estratégica e a gestão social. Neste momento, esses atores realizam o alinhamento das pautas que serão apresentadas no encontro do grupo de intervenção estratégica, identificando quais os principais desafios enfrentados naquele território, bem como as ações desenvolvidas pelos programas da política de prevenção à criminalidade enquanto resposta à dinâmica social das violências e criminalidades. Nesse sentido, as reuniões preparatórias tendem a ocorrer no dia que antecede o encontro do GIE. Importante destacar que muitos dos encontros do GIE são bimestrais, logo, nem todos os territórios realizaram discussões prévias mensalmente.

No período que compreendeu o 23ºPA, ocorreram 45 reuniões preparatórias, delas 12 realizadas no mês de julho, 17 em agosto e 16 reuniões no mês de setembro, contemplando na pauta a discussão sobre os aglomerados de Belo Horizonte, Região Metropolitana e interior de Minas Gerais onde temos a implantação do programa Fica Vivo! e do grupamento da polícia militar, Gepar.

A última ação que compõem este indicador é a presença da gestão no grupo de intervenções estratégicas – GIE. Este é um encontro formal conduzido pelo Ministério Público e que conta com a participação de diversos atores envolvidos com a segurança pública, dentre eles: representantes das delegacias de homicídios, comandantes do GEPAR, representantes da prefeitura, gestão social e outros. Localizado no eixo “intervenção estratégica” do programa Fica Vivo, o GIE tem como objetivo principal “a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas, por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações realizadas nas áreas de abrangência do Programa”.

Em julho foram realizados os 06 encontros previstos em BH, RMBH e Interior, a gestão esteve presente na discussão de 12 territórios, e ausentes na discussão de 02 territórios (Palmital e Via Colégio). Os territórios com participação da gestão social foram: Serra, Santa Lúcia, Taquaril, PPL, Morro das Pedras, Nova Contagem, Ressaca, Justinópolis, Rosaneves, Veneza, Olavo Costa e Santos Reis, totalizando 12 assinaturas.

Em agosto, foram realizados os 07 encontros previstos em BH, RMBH e Interior, a gestão esteve presente na discussão de 17 territórios, e ausente na discussão de 03 territórios (Cabana, Ribeiro de Abreu e CBTU). Os territórios com participação da gestão social foram: Ventosa, Vila Cemig, Vila Pinho, Jardim Leblon, Minascaixa, Jardim Felicidade, Primeiro de Maio, Alterosas, Citrolândia, PTB, Teresópolis, Carapina, Turmalina, Bom Jardim/Esperança, Canaã, Morumbi e Morro Alto, totalizando 17 assinaturas.

E em setembro, foram realizados os 7 encontros previstos em BH, RMBH e Interior, com a presença da gestão social na discussão sobre os 17 territórios, e ausente na discussão de 02 territórios (Palmital e Via Colégio). Os territórios com participação da gestão social foram: Morro das Pedras, Serra, Santa Lúcia, PPL, Taquaril, Cabana, Ventosa, Vila Cemig, Vila

Pinho, Estrela Dalva, Ressaca, Nova Contagem, Justinópolis, Rosaneves, Veneza, Santos Reis e Olavo Costa, totalizando 17 assinaturas.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SE LIGA

Contextualização Geral dos Indicadores

Belo Horizonte e região metropolitana

No período analisado, no que toca ao atendimento, é percebido que três modalidades contribuíram de forma mais significativa para o alcance e manutenção dos indicadores, são estas: Atividades internas realizadas junto às Unidades Socioeducativas, ações com familiares e atendimento individual de egressos acompanhados. O que evidencia o investimento do programa tanto no eixo pré-egresso quando no eixo egresso.

A estabilidade do quantitativo das ações junto à rede de proteção social, demonstra a consolidação do programa frente à atores estratégicos, e as articulações necessárias para construção dos casos em acompanhamento.

Em relação às ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas, é observado uma oscilação. As constantes mudanças de equipe técnica e direção das Unidades Socioeducativas, acabam por fragilizar as construções que viabilizam a efetivação das atividades metodológicas a serem realizadas. Isso implica diretamente consolidação das ações, uma vez que precisamos reiteradamente (re)construir esta parceria tão estratégica.

Dentre os casos acompanhados no trimestre, os relatos que demandaram atenção e articulações foram os de: ameaças, infrequência escolar, situação de vida nas ruas, insuficiência alimentar, baixa/ausência de renda, vínculos familiares e/ou societários fragilizados e/ou rompidos e cumprimento irregular da medida cautelar junto à Ceapa. Os municípios de maior incidência de vulnerabilidades e riscos são: Belo Horizonte; Vespasiano, Santa Luzia, Ribeirão das Neves. Para a tratativa dos casos, o programa realizou a construção de encaminhamento e contrarreferenciamento junto à rede de proteção dos municípios dos egressos, também o acompanhamento sistemático considerando os diversos processos de vulnerabilização.

Zona da Mata

No mês julho alguns fatores se destacaram e foram cruciais para a continuidade do envolvimento dos adolescentes/jovens acompanhados pelo programa com a criminalidade. Continua ocorrendo grande reincidência infracional entre o público do programa, o que indica forte vínculo entre a criminalidade e o contexto socioeconômico desfavorável ao qual os adolescentes/jovens retornam após a medida socioeducativa.

O retorno ao mesmo contexto, marcado por desigualdades sociais, fragilidade dos vínculos familiares, inclusive com envolvimento de familiares com a criminalidade, defasagem escolar e dificuldade de acesso a direitos básicos, gera um ambiente propício para a reincidência, que levam esses adolescentes/jovens a perpetuar práticas infracionais, demonstrando a necessidade de políticas públicas mais efetivas para a reinserção social. A maioria dos jovens acompanhados pelo Programa expressam o desejo por se manterem envolvidos na dinâmica da criminalidade, principalmente, no que tange ao entrelaçamento de suas identidades a este contexto, bem como os ganhos financeiros atrelados ao fator de renda. Alguns deles manifestaram o desinteresse pelos trabalhos formais para poderem ocupar papéis importantes dentro do gerenciamento do tráfico, expressando que apesar de correrem riscos, o ganho financeiro se sobrepõe, principalmente, atrelados ao desejo de auxiliarem seus familiares a terem melhores condições de vida.

Quanto ao eixo trabalho e renda, é possível identificar na minoria dos adolescentes/jovens acompanhados um interesse em um trabalho formal e a condição da manutenção deste interesse. A defasagem escolar tem impossibilitado o acesso a vagas de emprego formal, devido aos altos pré-requisitos. Apesar disso, atualmente, há 02 (dois) jovens acompanhados pelo programa que estão inseridos no mercado de trabalho formal.

Em relação ao eixo profissionalização, no mês de julho, o município de Juiz de Fora, através da Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania, ofertou cursos profissionalizantes em diversas áreas no objetivo de contemplar adolescentes/jovens egressos do Sistema Prisional, das medidas socioeducativas e em situação de vulnerabilidade social. 02 (duas) adolescentes/jovens apresentaram interesse e realizaram a inscrição. No entanto, as mesmas não conseguiram sustentar a decisão, se abstendo de realizarem o curso.

Em relação ao eixo saúde, alguns adolescentes/jovens inseridos no Programa apresentam demandas em relação à saúde mental, em concomitância com dependência química. O acesso aos equipamentos de saúde em conjunto com o Programa

Se Liga, tem possibilitado acompanhamento de tais demandas através do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e de outros equipamentos da rede de proteção socioassistencial, como o CREAS. Embora essenciais, cabe destacar a preocupação com a eficácia dos mesmos, visto que os quadros clínicos dos adolescentes/jovens não têm apresentado evoluções positivas, permanecendo e/ou intensificando os quadros de sofrimento psíquico, demarcado por uma série de violação de direitos. Além disso, a maioria do público do Programa apresenta resistência em acessar os equipamentos necessários, por insegurança, descrença ou mesmo o medo do estigma.

No mês de julho de 2024 a Equipe do Programa Se Liga deu continuidade aos atendimentos com os adolescentes e jovens egressos relativos ao mês anterior, através de visitas domiciliares, ligações telefônicas e envio de mensagens. Foi dado andamento nas demandas dos acompanhados, tendo sido realizadas visitas para acompanhamento nas cidades de Juiz de Fora, Muriaé, Ubá e Cataguases. Em relação às articulações com a Rede de Proteção Social foram realizadas importantes conexões com a rede dos municípios dos adolescentes/jovens acompanhados pelo Programa, tendo sido avaliada cada demanda e necessidade de intervenção com a rede parceira. Também foram realizadas discussões de caso com a rede socioassistencial. Em Ubá - MG foi possível realizar com o CRAS São Domingos, CRAS Vila Casal e Casa da Juventude. Em Juiz de Fora, foi realizada discussão de caso com o Serviço de Migração, CRAS Olavo Costa e Casa de Acolhimento Colméia III. Além disso, foram realizadas discussões de caso com a rede socioassistencial de forma remota. Ainda neste mesmo mês, foi possível realizar discussão de caso entre os Programas de Prevenção Social à Criminalidade, Ceapa Juiz de Fora e Se Liga BH/RM/CM sobre jovem acompanhada. As articulações com a rede tanto de proteção quanto socioassistencial, tem acontecido de forma fluida, sem dificuldade para acionar os equipamentos, tanto para o diálogo e construção de atendimento. Mesmo com toda a fragilidade dos equipamentos, serviços, programas e projetos, como a precarização do trabalho dos próprios profissionais que compõem essa rede. O fato de o Se Liga dialogar com os mesmos, enquanto um ator que entende essas fragilidades e busca a construção de possibilidades de atendimento para o público através de uma perspectiva multiprofissional, reforça a importância do mesmo.

O Programa vem construindo uma parceria com Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania (SESUC) e Centro Socioeducativo Santa Lúcia, a partir do que a equipe, durante as atividades na Unidade, pode perceber diante da desmotivação dos jovens sobre cursos a serem ofertados pela SESUC, executados pelo SENAI, e a partir das dúvidas que trouxeram sobre como podem desfrutar das habilidades após o cumprimento da medida. Dessa forma, foi construído com a Unidade e com a SESUC a realização de oficina do Se Liga com foco em potencializar a inserção no mercado de trabalho formal e as habilidades empreendedoras. Entretanto, cabe salientar a fragilidade da comunicação interna no Centro Socioeducativo de Juiz de Fora (CSE - JF), uma vez que a equipe técnica não foi devidamente informada acerca da articulação estabelecidas com a Direção Geral e alguns membros da equipe do CSE - JF, bem como com a SESUC, dificultando o planejamento e a definição das datas das oficinas.

No que se refere às articulações com as Unidades Socioeducativas, foi dado seguimento ao trabalho realizado, mantendo o fluxo com as 4 (quatro) Unidades Socioeducativas da Zona da Mata. O programa aproveitou das festividades juninas para realizar uma atividade com os adolescentes/jovens em cumprimento de medida socioeducativa, e seus respectivos familiares, nas 4 (quatro) Unidades que fazem parte da área de abrangência: Centro Socioeducativo Santa Lúcia, Casa de Semi Liberdade Caminheiros de Jesus, Casa de Semi Liberdade Bethânia e Casa de Semi Liberdade Caminho e Vida.

O Objetivo da atividade foi de proporcionar um momento de descontração e diversão, inspirada em uma brincadeira típica de festa junina chamada "Rabo de burro". Inicialmente, foi feita uma roda de apresentação do Programa Se Liga, seguida da realização da dinâmica. Foi colocado um painel de uma vaca na parede e os adolescentes/jovens foram convidados a vendarem os olhos e a serem guiados para colarem o rabo do animal no desenho exposto, através da ajuda dos respectivos familiares e da equipe do Se Liga. Traçando uma analogia com o objetivo geral do Programa, a atividade proposta objetivou demonstrar, por meio da ludicidade, como a família, bem como o Programa, podem auxiliá-los nas decisões cotidianas e futuras de suas vidas, de modo que possa estimular a importância do 'outro' no cuidado. Assim, foi proposto um espaço de lazer, buscando o estreitamento de vínculos e o fortalecimento da confiança entre os adolescentes/jovens, suas famílias e a equipe técnica das Unidades e do Programa Se Liga.

Cabe ressaltar que na Unidade Caminho e Vida não foi realizada a atividade no dia da festividade. Apesar de ter sido realizada a organização da participação do programa com todas as unidades com bastante antecedência, sendo confirmado na semana de cada evento, a unidade informou apenas no dia anterior que a data havia mudado devido a visita de representantes da SUASE ao local. Como a nova data de realização seria na mesma que de outra unidade e já havia sido programada a viagem até o município de Muriaé, a equipe do programa realizou a atividade com os adolescentes e entregaram o kit.

Ainda em julho, mesmo diante do cenário de progressões de medida em Juiz de Fora, foi possível realizar estudo de caso e atendimento individual de 01 (um) jovem em processo de desligamento da Casa de Semiliberdade Bethânia e de 05 (cinco) jovens/adolescentes em processo de desligamento do Centro Socioeducativo de Juiz de Fora.

Em agosto, as fragilidades sociais identificadas no acompanhamento dos adolescentes e jovens do Programa Se Liga são persistentes, ressurgindo com frequência, mesmo em períodos com menor registro. Esses dados demonstram a necessidade de ações contínuas para enfrentar essa realidade. A análise dos dados do mês de agosto revela fatores que constantemente intensificam o envolvimento dos adolescentes e jovens com a criminalidade. Tais fatores são cruciais para a permanência da dinâmica da criminalidade e sua compreensão se torna fundamental para traçar ações estratégicas que visam a reinserção social como uma alternativa para este contexto.

Em relação ao envolvimento na criminalidade, é possível perceber que a maioria dos jovens acompanhados pelo Programa expressam o desejo por se manterem envolvidos na dinâmica, principalmente, no que tange ao entrelaçamento de suas identidades a este contexto, bem como os ganhos financeiros. Alguns deles manifestaram o desinteresse pelos trabalhos formais para ocupar papéis importantes dentro do gerenciamento do tráfico, expressando que apesar de correrem riscos, o ganho financeiro se sobrepõe, principalmente, atrelados ao desejo de auxiliarem seus familiares a terem melhores condições de vida. Ainda em agosto, a Equipe do Programa Se Liga deu continuidade aos atendimentos com os adolescentes e jovens egressos relativos ao mês anterior, através de visitas domiciliares, ligações telefônicas e envio de mensagens. Foi dado andamento nas demandas dos acompanhados, tendo sido realizadas visitas para acompanhamento na cidade de Juiz de Fora, nos demais municípios, o acompanhamento se deu de forma remota. Na cidade de Juiz de Fora foram realizados atendimentos individuais através de visitas domiciliares, ligação telefônica e via aplicativo de mensagens. A questão da localização da sede do Programa continua sendo entrave para o desenvolvimento do trabalho, uma vez que, tanto os jovens acompanhados, assim como aqueles em pré-inclusão não podem vir até a Unidade. Ainda, foi possível a inclusão de 04 (quatro) jovens, da cidade de Guarani (1), Rosário da Limeira (1) e Juiz de Fora (2).

Em relação às articulações com a Rede de Proteção Social foram realizadas várias interlocuções com os municípios dos adolescentes/jovens acompanhados pelo Programa, tendo sido avaliada cada demanda e necessidade de intervenção com a rede parceira, sendo possível a realização de discussões de caso com a rede socioassistencial. Em Ubá – MG, foi realizada a discussão de caso com a Casa da Juventude. Já em Juiz de Fora, foi realizada com a Casa de Acolhimento Resplandecer, referente ao irmão de uma jovem acompanhada pelo Programa. No município de Eugenópolis, foi realizada discussão de caso de forma remota com o CAPS Sítio Boa Sorte, a respeito de 02 (dois) adolescentes.

Ao longo dos dois anos de funcionamento do programa, foi estabelecida uma importante parceria com a Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania (SESUC) do município de Juiz de Fora, que vem pautando sua atuação na perspectiva da segurança cidadã, desenvolvendo vários projetos em âmbito municipal voltados para a prevenção à criminalidade. Além disso, a Secretaria sempre buscou fortalecer os Programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade do Estado. Assim, a gestão social do programa Se Liga ZM, em parceria com a gestão compartilhada (gestão de base territorial e municipal) realizaram uma reunião com Leandro Lisboa Barros, novo secretário de Segurança da SESUC, e equipe. O objetivo da reunião foi reforçar a parceria entre a SESUC e a Política de Prevenção à Criminalidade do Estado, tratando sobre a parceria a ser realizada com o Centro Socioeducativo de Juiz de Fora, oficinas voltadas para o mercado de trabalho e empreendedorismo, com os adolescentes/jovens que estão participando dos cursos oferecidos pela SESUC, executados pelo SENAI. Além disso, Leandro informou que Juiz de Fora está entre as 30 cidades brasileiras contempladas com uma unidade do Centro de Convivência pela Vida (Convive), também como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O equipamento público será instalado no Parque das Águas, com investimento de R\$ 13 milhões. No entanto, ainda não soube informar como e quando ele será implantado, uma vez que a Secretaria aguarda maiores informações e orientações do Governo Federal. Também foi realizada articulação com a mesma secretaria e com o Centro Socioeducativo de Juiz de Fora, para realização de oficinas do Programa Se Liga, com a temática de inserção no mercado de trabalho, a serem executadas na Unidade durante a realização dos cursos oferecidos pela SESUC em parceria com o SENAI para os adolescentes/jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Contudo, identifica-se na minoria dos adolescentes/jovens acompanhados um interesse em um trabalho formal. Outro fator determinante, apresenta é em relação ao nível avançado de escolaridade requisitado, tendo em vista que os adolescentes/jovens acompanhados pelo Programa abandonam a Escola nos primeiros anos para se envolverem em práticas infracionais, causando uma defasagem escolar e afetando a inserção no mercado de trabalho formal. Apesar disto, por meio de encaminhamento realizado pelo Programa Se Liga ao Programa Jovem Aprendiz, 01 (um) adolescente foi teve sua aprovação no processo seletivo e foi contemplado com uma vaga de emprego.

No referido mês, também foi realizada reunião com os Programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade Se Liga, Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, PrEsp e Ceapa, tendo como temática a contextualização sobre a atuação do Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC) no país e os efeitos no município de Juiz de Fora e Zona da Mata. Ademais, foi possível a participação do Programa na Reunião de Rede do CRAS Olavo Costa, tendo como temática a Atribuição do Conselho Tutelar. E, em referência ao mês da conscientização pelo fim da violência contra a mulher, o Programa participou de ações no município com a temática do Agosto Lilás.

Quanto as articulações com as Unidades Socioeducativas, foi dado seguimento ao trabalho realizado, tendo sido mantido contato com as 4 (quatro) Unidades Socioeducativas da Zona da Mata e uma articulação com o Centro Socioeducativo São Jerônimo.

Em agosto, foi possível realizar as atividades coletivas internas com as 02 (duas) Casas de Semiliberdade Bethânia, Caminheiros de Jesus e com o Centro Socioeducativo de Juiz de Fora. A Casa de Semiliberdade Caminho e Vida realizou um convite ao Programa Se Liga para participação de uma atividade externa com os adolescentes/jovens acautelados. A atividade seria realizada no Via Park Club, sendo da responsabilidade da Unidade o deslocamento dos adolescentes/jovens e a entrada no parque para os participantes. Ao Programa se Liga coube a elaboração de um Projeto de Circulação para oferta de lanche, havendo aprovação para a efetividade do Projeto. Na semana da atividade, a Unidade informou que haveria a possibilidade de alteração de local, porém no dia anterior à atividade, o local foi confirmado. Assim, as analistas sociais se deslocaram até a cidade de Muriaé, porém foram informadas que o Via Park Club estava com problemas de manutenção e que seria alterado o local para uma praça e que iria ser diminuído o número de participantes. Foi solicitado à direção da Unidade o envio de um Ofício com a justificativa das alterações. Apesar da resistência inicial, foi encaminhado um e-mail ao Programa em justificativa.

Com relação ao Centro Socioeducativo de Juiz de Fora, houve um impasse no mês de agosto. Em reuniões acordadas com a Unidade, foi estabelecido uma parceria com o Programa Se Liga e com a SESUC, para a realização de oficinas voltadas para o mercado de trabalho a serem ofertadas pelo Programa com os adolescentes/jovens que estão fazendo os cursos profissionalizantes ofertados pela Secretaria (SESUC), executados através do SENAI. Após reuniões de alinhamento, foram disponibilizadas 04 (quatro) datas para o Se Liga a serem confirmadas posteriormente mediante disponibilidade de parceiros que seriam convidados para a realização das oficinas. No entanto, a Unidade vem apresentando bastante desorganização em relação a datas e parcerias, o que também vem sendo relatado por outros atores da rede. Foram modificadas as possibilidades de data, o que prejudicou a realização das oficinas, sendo acordado que serão realizadas após a finalização dos cursos e não durante como acordo, com SESUC e a Unidade.

Em relação a Casa de Semiliberdade Bethânia houve 01 (uma) progressão de medida socioeducativa, a qual havia sido sugerido a extinção da medida e 01 (uma) extinção de adolescente de São João Del Rei, fora da abrangência do Programa Se Liga Juiz de Fora. Na Casa de Semiliberdade Caminheiros de Jesus houve 01 (uma) extinção de medida e 01 (uma) progressão de medida socioeducativa e no Centro Socioeducativo de Juiz de Fora, houve 01 (uma) progressão, não havendo sugestão de extinção de medida socioeducativa no respectivo mês. Ademais, permanece os relatos de que o sistema socioeducativo de internação de Juiz de Fora tem se qualificado enquanto referência de conduta punitiva e disciplinadora, fazendo com que adolescentes/jovens de outras cidades sejam transferidos para o município. Além disso, muitos adolescentes/jovens de Belo Horizonte estão sendo transferidos para o Centro Socioeducativo de Juiz de Fora, devido a ser uma das poucas Unidades de Minas Gerais que trabalha com a capacidade total de adolescentes/jovens.

As fragilidades sociais identificadas no acompanhamento dos adolescentes e jovens do programa Se Liga ressurgem com frequência, e a análise dos dados do mês de setembro revela fatores que constantemente intensificam o envolvimento dos adolescentes e jovens com a criminalidade. Tais fatores, detalhados a seguir, são cruciais para a permanência da dinâmica da criminalidade e sua compreensão se torna fundamental para a execução do programa traçar ações estratégicas que visam a reinserção social como uma alternativa para este contexto.

Também foram realizadas algumas operações policiais, divulgadas através da mídia, visando cessar a atuação do crime organizado, especificamente nas cidades de Juiz de Fora, Muriaé, Cataguases e Rio de Janeiro. Como resultado destas operações, 03 (três) jovens de Muriaé acompanhados pelo Programa foram apreendidos, sendo 02 (dois) na cidade de Muriaé e (01) na cidade do Rio de Janeiro, estando atualmente em Penitenciárias aguardando julgamento. Pôde-se perceber uma precariedade no acesso à direitos e à serviços, tanto para a família quanto para os jovens. A falta de orientações adequadas e de atendimentos humanizados dos serviços de atendimento à população, afetaram o direito de familiares requererem o Cadastro de Visita Social, seja para visitação e/ou entrega de alimentos, roupas e afins, inferindo no direito

dos jovens. Ainda no que se refere às violações e violências, ambos estão sendo relatados por meio da companheira de 01 (um) jovem acompanhado, residente do município de Ponte Nova e que atualmente está no Presídio da cidade. A ocorrência de duplicidade de primeiro nome do jovem com a divergência de crimes cometidos, têm gerado sofrimento psicológico, tendo em vista estar sendo acusado, dentro do presídio, por um crime que não cometeu. Além disso, tem relatado sofrer violências físicas com recorrência provocada por agentes penitenciários. O acompanhamento do jovem e família apresenta-se em torno de encaminhamentos à órgãos de Justiça responsáveis por intervenções, que apresentam uma extensa burocracia e morosidade na resolução.

No mês de setembro a equipe do programa Se Liga deu continuidade aos atendimentos com os adolescentes e jovens egressos relativos ao mês anterior, através de visitas domiciliares, ligações telefônicas e envio de mensagens. Foi dado andamento nas demandas dos acompanhados, tendo sido realizadas visitas para acompanhamento na cidade de Juiz de Fora. Nas demais cidades, o acompanhamento se deu de forma remota. Em relação às articulações com a Rede de Proteção Social foram realizadas com os municípios dos adolescentes/jovens acompanhados pelo Programa, tendo sido avaliada cada demanda e necessidade de intervenção com a rede parceira.

Ainda, a equipe deu continuidade ao trabalho com a rede de proteção e socioassistencial, realizando discussões de caso dos adolescentes e jovens acompanhados, sendo possível a realização de discussões de caso com a Rede Socioassistencial, tais como em Juiz de Fora, com a Casa de Acolhimento Resplandecer, referente a 01 (um) adolescente acompanhado; com o CRAS Sul Ipiranga, sobre a companheira de 01 (um) jovem acompanhado e com o CRAS Nordeste Gramma, a respeito de 01 (um) adolescente acompanhado. No município de Eugenópolis, a Discussão de Caso foi realizada de forma remota com o CAPS Sítio Boa Sorte, a respeito de um caso complexo de saúde mental com tentativas de autoextermínio, uso abusivo de drogas e duas tentativas de homicídio de um adolescente acompanhado pelo programa. O programa também vem acompanhando uma adolescente no município de Ubá, com várias questões graves de saúde mental com relatos de autoextermínio, sendo imprescindível a mobilização e sensibilização da rede do município para acompanhamento do caso, sendo este trabalho executado em sua maioria de forma remota por meio de chamadas de vídeos e contatos telefônicos. Também foi realizada discussão de caso de forma remota com o CRAS São Domingos, sobre a adolescente acompanhada e várias articulações por telefone, sendo planejada visita ao município para o próximo mês.

Como de costume, o programa participou da reunião mensal do Comitê do Programa Descubra, contando com a participação da Rede de Proteção Social do município de Juiz de Fora. Nesta reunião, foi realizada a divulgação de planilhas que possibilitam que os participantes do comitê insiram adolescentes/jovens em oportunidades de vaga de jovem aprendiz. Além disso, houveram diálogos importantes entre os atores da Rede sobre a atuação do Programa Descubra no município de Juiz de Fora, considerando a busca constante pela inserção dos adolescentes/jovens em postos de trabalho formais. Também foram levantadas críticas a respeito da dificuldade de acesso destes jovens às vagas, visto que as exigências estabelecidas são de alto nível de escolaridade, não contemplando ao público que acessa a Rede, dificultando assim a inserção no mercado de trabalho. Isto posto, o Promotor do Ministério do Trabalho se mostrou aberto em recebê-las e estimulou aos participantes sugestões para aprimoramento das possibilidades de vagas.

Ainda, houve a participação da gestão social e das analistas sociais na entrevista sobre o estudo do Programa de Acompanhamento ao Egresso das Medidas Socioeducativas de Semiliberdade e Internação em Minas Gerais: Uma avaliação de resultados do Programa, que consiste como proposta de atividade do trabalho de conclusão de curso de Administração Pública da Fundação João Pinheiro. Ademais, foi possível a participação do Programa na Reunião de Rede do CRAS Olavo Costa, tendo como temática os Benefícios Eventuais, participação na Reunião do Comitê do Programa Descubra e Capacitação sobre o Minas Forma.

Além disso, foram realizadas articulações referentes ao informe de mudança de local físico do Programa Se Liga Juiz de Fora, como a Secretaria de Assistência Social, ao Comitê do Programa Descubra, Judiciário, Ministério Público e Defensoria, bem como para outros atores da rede socioassistencial presentes em reuniões nas quais o Programa compareceu.

No que se refere às articulações com as Unidades Socioeducativas, foi dado seguimento ao trabalho realizado, tendo sido mantido contato com as 4 (quatro) Unidades Socioeducativas da Zona da Mata. No mês de setembro, foi possível realizar as atividades coletivas internas com as 02 (duas) Casas de Semiliberdade, Bethânia, Caminheiros de Jesus e com o Centro Socioeducativo de Juiz de Fora. Devido a algumas intercorrências em relação ao veículo, não foi possível realizar viagem e atividade interna na Casa de Semiliberdade Caminho e Vida, na cidade de Muriaé.

Destaca-se a realização de atividades coletivas nas duas Unidades de semiliberdade em Juiz de Fora, Casa de Semiliberdade Bethânia e Caminho de Jesus, tendo como tema o setembro Amarelo, campanha criada com o objetivo de conscientização sobre a vida e o cuidado em saúde mental. No primeiro momento foi realizada uma roda de conversa com os adolescentes/jovens no objetivo de contextualização sobre a temática, além de compartilhamentos sobre vivências pessoais. Após, foi debatido sobre como o cuidado na saúde mental pode contribuir para um melhor entendimento das emoções. Para finalizar, foi sugerido que cada adolescente/jovem escrevesse em uma cartolina frases/palavras que gostariam de dizer para alguém que amam, no sentido de trabalhar motivações positivas direcionadas a si e a outros. Apesar de demonstrarem algumas dificuldades de desenvolver estas frases/palavras, com o auxílio do Programa Se Liga e dos adolescentes/jovens entre si, foi possível a criação do material. A atividade foi muito proveitosa, os adolescentes/jovens foram muito participativos, compartilhando histórias, engajando e apresentando suas opiniões sobre o tema.

Cabe ressaltar que, devido a uma intercorrência envolvendo um veículo utilizado pelo programa Se Liga Regional Zona da Mata para visitas, atividades com a rede socioassistencial e com as Unidades Socioeducativas, não foi possível realização de viagens para as cidades da área de abrangência desta Regional. Em decorrência disso, não foram possíveis articulações presenciais e atividade coletiva interna com a Casa de Semiliberdade Caminho e Vida da cidade de Muriaé, como também atendimentos presenciais dos adolescentes/jovens acompanhados desta e de outras cidades.

Com relação ao Centro Socioeducativo de Juiz de Fora, tem aumentado a rotatividade dos adolescentes/jovens de Belo Horizonte e região metropolitana na Unidade, devido ao Socioeducativo de Juiz de Fora ser uma das poucas Unidades que trabalha com a capacidade total de vagas. Com isto, quando necessitam de uma vaga no Estado, estão enviando os adolescentes/jovens para a Unidade de Juiz de Fora. Na unidade foi realizada uma atividade coletiva interna do mês, contando com a participação de 10 adolescentes/jovens. A atividade teve como objetivo promover uma roda de conversa sobre empreendedorismo, facilitada por Jonathan Carvalho, barbeiro, produtor cultural e proprietário da URUTU Barbearia/Cultural, coletivo social. Inicialmente, ocorreu uma roda de apresentação dos adolescentes/jovens e suas respectivas naturalidades, bem como as analistas sociais e o parceiro Jonathan também se apresentaram. Em um segundo momento, Jonathan apresentou sua trajetória de vida, os desafios encontrados para empreender em um contexto de vulnerabilidade social e como criou a barbearia e espaço cultural URUTU, bem como os projetos que são realizados no espaço.

Além disso, buscou-se traçar a visão acerca do empreendedorismo social, atrelado ao contexto em que os adolescentes/jovens estão inseridos, de maneira acessível para a realidade que os compõem. Inicialmente, os jovens ficaram tímidos durante a roda de conversa, porém com o tempo começaram a se enturmar com o novo parceiro, expressando identificação, curiosidade e interesse pelas trocas de ideias promovidas.

No mês de setembro, não houve sugestão de extinção e progressão de medida nas Unidades Socioeducativas, devido às audiências concentradas que irão ocorrer no mês de novembro.

Especificamente em relação à cidade de Muriaé, a Unidade Socioeducativa de Semiliberdade Caminho e Vida apresentou uma leitura sobre a dinâmica da criminalidade. Foi levantado que, a partir destas operações policiais realizadas, e ao êxito em grandes apreensões de drogas e de "pessoas cabeças" sic ligadas ao tráfico na cidade, os crimes de maior potencial ofensivo, como homicídios, diminuíram de 04 (quatro) anos até a presente data.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 2.130 •	• 2.517 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Se Liga visa corroborar para a construção de alternativas ao ato infracional a partir do atendimento de adolescentes/jovens que concluíram, ou estão em processo de desligamento, das medidas socioeducativas - MSE de semiliberdade ou internação. Desse modo, para o alcance deste objetivo, o Programa realiza atividades coletivas e/ou individuais por meio de atendimentos nas seguintes modalidades:</p> <p>1. Eixo Pré-egressos e Pré-inclusão:</p> <p>a. Atividade de apresentação individual: atendimento realizado pelo Analista Social de referência, na UPC do Programa, aos adolescentes em processo de desligamento das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação e que são da área de abrangência do Programa. Baseiam-se em uma escuta e intervenção apuradas que visam a vinculação do atendido com o Programa Se Liga.</p> <p>b. Atividade de apresentação coletiva: modalidade de atendimento dinâmica, lúdica e participativa, desenvolvida pela equipe técnica do Programa, promovida dentro das Unidades Socioeducativas, destinadas aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade ou internação, que se encontram em processo de desligamento e que sejam da área de abrangência de atendimento do Se Liga, com o objetivo de despertar o interesse deste público ao apresentar as propostas, possibilidades de intervenção e formas de acesso a esta política pública.</p> <p>c. Atividades Internas: atividades desenvolvidas nas Unidades Socioeducativas cujas temáticas sejam atinentes ao período pós-desligamento e que são destinadas aos adolescentes em processo de desligamento das MSE das áreas de abrangência do Programa, fomentando o vínculo com o/a analista e estagiário/estagiária de referência, aumentando assim a possibilidade de adesão futura ao Programa.de.</p> <p>d. Atividades Externas: atividades ofertadas fora das Unidades Socioeducativas com o objetivo de oportunizar ao público foco, o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos disponíveis na cidade e na rede de proteção, além de estabelecer e/ou fortalecer os vínculos dos adolescentes com o Programa, podendo agregar, quando possível, adolescentes de mais de uma Unidade Socioeducativa.</p> <p>e. Ações com familiares: ações pontuais construídas junto à unidade socioeducativa e que proporcionam espaços de fortalecimento do vínculo entre os adolescentes, as famílias e o Se Liga, desde que contribuam para a adesão futura do egresso ao Programa.</p> <p>f. Acolhimento: momento de escuta, na qual é acolhida e trabalhada a escolha do adolescente/jovem em participar do Programa. Têm-se como objetivo entender os pontos que levaram o adolescente/jovem à conectar-se ao Se Liga.</p> <p>2. Eixo Egressos</p> <p>a. Atendimentos individuais: atendimentos destinados aos egressos em acompanhamento pelo Se Liga orientados pela escuta e intervenção apuradas, sendo estratégia fundamental para a formação e manutenção do vínculo do atendido com o Programa. São acolhidas as suas expectativas com relação ao Programa Se Liga, as questões que emergem no reencontro com a liberdade e os efeitos dos atendimentos e encaminhamentos quanto aos aspectos sociais e subjetivos.</p> <p>b. Oficinas: constituídas por periodicidade definida, podendo haver um ou mais encontros, sendo previamente preparados a fim de alcançar o objetivo da proposta. As oficinas são estratégias pontuais de atividades coletivas que visam desenvolver temáticas do interesse do público que acessa o Programa, tangenciando possibilidades distintas ao envolvimento com a criminalidade, profissionalização, trabalho e renda, por exemplo.</p> <p>c. Acolhimento: momento de escuta, destinado aos egressos já acompanhados pelo Se Liga. Caracteriza-se pela presença do adolescente/jovem na Unidade do Programa, não necessariamente motivada pelo atendimento previamente agendado com o analista social de referência, mas para tratar de alguma demanda pontual. Em sua grande maioria, pauta-se na busca por orientações e serviços, mas também em situações de urgência e emergência.</p> <p>d. Visita domiciliar: instrumento técnico metodológico, de caráter pontual, e que tem por objetivo acessar o egresso após o cumprimento da medida socioeducativa, seja ele acompanhado ou não pelo Se Liga, bem como seus familiares, considerando a impossibilidade do contato telefônico, a fim de convidá-lo a participar do Programa ou para a manutenção e qualificação do próprio acompanhamento.</p> <p>e. Ações com familiares: forma de atendimento na qual o familiar ou a pessoa do convívio do egresso acompanhado pelo Se Liga é incluído no Programa. As ações com a família devem ser estabelecidas de acordo com o direcionamento do caso, objetivando trazer contribuições importantes para seu acompanhamento.</p>	

f. Atividade de circulação: modalidade de atendimento individual e coletiva. Individual: ferramenta que visa promover a autonomia e a reinserção social, elaborada de maneira singular, com ocorrência em diferentes espaços da cidade, a partir das demandas do adolescente/jovem, considerando o seu projeto de vida no reencontro com a liberdade. Coletiva: forma a oportunizar o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos da rede de proteção.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 foram realizados cumulativamente • 2.517 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Se Liga. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 2.130 •, ou seja, atingiu-se 118,2% do estabelecido.

Abaixo segue uma descrição dos atendimentos realizados por modalidade.

<i>3.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga</i>		
<i>Atendimentos Acautelados e Pré Inclusão</i>	BH	ZM
Atividade de Apresentação Coletiva	81	1
Atividade de Apresentação Individual	49	14
Atividades Internas	385	331
Atividades Externas	10	16
Ações com Familiares	189	16
Acolhimento	52	6
Total	766	384
<i>Atendimentos Egressos Incluídos no Se Liga</i>		
Atendimento Individual	513	507
Atendimento em Oficina	15	0
Acolhimento	38	0
Visita Domiciliar	9	67
Atividade de Circulação	36	0
Total	611	574
<i>Atendimentos a familiares</i>		
Atendimentos individuais	155	27
Total Geral	1.532	985

Com o intuito de melhor qualificar os resultados, serão abordados os resultados desse indicador discriminando pela Regional BH/Região Metropolitana/Central Mineira e Regional Zona da Mata.

Regional BH/Região Metropolitana de BH e Central Mineira

JULHO

Entre os fatores que impulsionaram o alcance da meta estão as atividades realizadas com o eixo pré-egresso, como: Realização de atividade coletiva de apresentação do programa; Realização de apresentação coletiva em Unidade Socioeducativa; Atividade temática interna e ações com familiares. No mês de julho, para além da participação do Se Liga nas festividades juninas, também participamos do circuito formativo no CSE Santa Clara, trabalhando a temática de "Masculinidades e Paternidades", o que resultou no alcance da meta acima do previsto.

Em relação ao eixo egresso, o número de atendimentos individuais ficou abaixo do apresentado no mês anterior, mas permanece estável comparado aos demais meses do ano.

AGOSTO

Registramos uma redução significativa no número de atendimentos durante o mês de agosto, comparado ao número dos dois meses anteriores. Essa queda já era prevista considerando o término da execução do projeto “Se Liga São João - festividades juninas”. As festas juninas envolvem um aumento considerável nas atividades internas, o que, por sua vez, impacta positivamente nos resultados esperados com o eixo pré-egresso. Importante que, mesmo com a diminuição citada, manteve a estabilidade do quantitativo de atendimentos comparados aos demais meses do ano.

SETEMBRO

O aumento no número acumulado de atendimentos, em relação ao mês anterior, se deu em maior expressividade pelas atividades de apresentação coletiva e individuais do público pré-egresso. A pedido da unidade socioeducativa Santa Clara foi realizada a atividade de apresentação coletiva, contando com 29 jovens. Além disso, considerando a proximidade de desligamento de jovens acautelados nas unidades Santa Clara e Sete Lagoas, realizamos as apresentações individuais, como previsto metodologicamente. Válido ainda destacar que tivemos o convite das unidades Venda Nova para participar da atividade externa que contava com a participação de todas as unidades de semiliberdade.

Zona da Mata

A descrição do Indicador referente à Zona de Mata foi apresentada na [Contextualização geral dos indicadores](#).

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.2. Número acumulado de ações estratégicas junto à rede de proteção social das pessoas acompanhadas pelo Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 1.080 •	• 1.356 •
Descrição do Indicador	
<p>Partindo da concepção de que o trabalho com o/a adolescente/jovem que cometeu ato infracional não é sem relação com o sujeito de direitos, o que convoca o Estado a consolidar práticas que conciliem responsabilização e garantia de direitos, o Programa Se Liga busca, de forma integrada, o desenvolvimento de uma ampla rede de atendimento, promovendo o fomento à atuação de uma rede de proteção social mista, que abarca tanto a rede institucional quanto sociocomunitária, a partir do que cada adolescente/jovem endereça ao Programa. Por meio deste fortalecimento da rede de proteção que o Se Liga considera possível ofertar alternativas outras que visem o rompimento com a trajetória infracional de adolescentes e jovens. Neste ínterim, o desenvolvimento de tais estratégias por parte das equipes se apresentam como fundamentais no alcance dos objetivos do Programa.</p> <p>Para fins deste indicador deverão ser contabilizadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à juventude e socioeducação; 2. Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violências e criminalidade com a rede de proteção social; 3. Discussão de casos dos egressos acompanhados pelo Programa com a rede de proteção social; 4. Encaminhamentos das demandas dos casos acompanhados pelo Programa à rede parceira, para orientação, acesso a direitos e à cidade; 5. Número de visitas às instituições que visem estabelecer parcerias estratégicas para o Programa Se Liga e para a execução da política pública na área de abrangência da regional, de forma a garantir atuação articulada do Programa e encaminhamento do público atendido, bem como respostas mais eficientes ao fenômeno da criminalidade e violências; 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 o Programa realizou • 1.356 • ações estratégicas com a rede de proteção social. Considerando que a meta para o período foi de • 1.080 • ações acumuladas, o programa executou 25,6% a mais do que o total pactuado.

3.2 - Número acumulado de ações estratégica junto à rede de proteção social		
Modalidades	BH	ZM
Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede	40	21
Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas	658	241
Discussão de casos dos egressos	29	43
Encaminhamentos das demandas à rede parceira	114	161
Número de visitas que visem estabelecer parcerias estratégicas	20	29
Total	861	495

Para melhor qualificar os resultados, serão abordados os resultados desse indicador discriminando pela Regional BH/Região Metropolitana/Central Mineira e Regional Zona da Mata.

Regional BH/Região Metropolitana de BH e Central Mineira

JULHO

No mês de julho assim como nos anteriores, o número de construções de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas permanece alto. O encaminhamento das demandas à rede parceira oscila bastante porque é proporcional à demanda e às novas inclusões de adolescentes/jovens.

O número 0 (zero) em participação de comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede se justifica pelas férias das Comissões do Fórum Permanente Socioeducativo. Além disso, não houve supervisões coletivas ou individuais no mês de julho, o que permanecerá até o final da licença maternidade da Supervisão Metodológica.

AGOSTO

A equipe teve um investimento notável nas modalidades que compõem este indicador, o que favoreceu para a manutenção do alcance da meta. O número acumulado de ações junto à rede socioassistencial apresentou um leve decréscimo no mês de agosto. Essa redução pode ser justificada pela diminuição na construção de fluxos e alinhamentos com a rede, o que pode estar relacionado ao número relativamente baixo de novas inclusões no programa nesse período. É importante destacar, no entanto, que o número de participações em comitês, grupos de trabalho e outros espaços de rede apresentou um leve aumento no mesmo período. Esse incremento pode ser explicado pelo convite da rede para participar de diversos eventos, incluindo a Semana da Juventude do Seminário de "18 anos da lei Maria da Penha, realizado pela Rede de Enfrentamento à Violência de Gênero contra Mulheres e Meninas/MG-2024".

SETEMBRO

O curto decréscimo no número acumulado de ações junto a rede, se deu especificamente pela construção de fluxo e alinhamentos. Porém, o indicador se manteve estável e as parcerias preservadas.

Zona da Mata

A descrição do Indicador referente à Zona de Mata foi apresentada na [Contextualização geral dos indicadores](#).

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 1.215 •	• 941 •
Descrição do Indicador	
<p>As articulações do Se Liga junto às Unidades Socioeducativas é o primeiro e fundamental passo para que sejam possíveis e efetivas as intervenções a serem realizadas junto ao público. Deste modo, parte considerável dos esforços das equipes técnicas deverá ser destinada a estas ações estratégicas para a articulação dos trabalhos a serem desenvolvidos.</p> <p>O alinhamento prévio entre o Programa e a Unidade antes da realização das atividades e as discussões conjuntas de estudo de caso são importantes para que não haja sobreposição de atividades, bem como direcionar todos os esforços para o alcance de melhores resultados.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas articulações para as ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Estudos de casos realizados em parceria com as Unidades Socioeducativas antes do desligamento dos adolescentes a fim de garantir a sustentação e efetivação das construções realizadas com os mesmos durante a MSE, bem como para que o/a analista social do Se Liga tenha conhecimento apropriado do caso. 2. Atividades de Apresentação do Programa nas modalidades coletivas e individuais; 3. Atividades Externas às Unidades Socioeducativas; 4. Atividades Internas às Unidades Socioeducativas; 5. Participação em estudos de casos ampliados dos pré-egressos, a convite das unidades socioeducativas, com a rede de proteção social; 6. Reuniões de alinhamento e repactuação de fluxos desta parceria. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 foram realizadas cumulativamente • 941 • ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 1.215 •, o Programa alcançou 77,4% da meta.

Abaixo segue uma descrição das ações realizadas por modalidade.

3.3 - Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas		
Tipos de ações	BH	ZM
Estudo de caso com a Unidade	85	22
Atividades de apresentação individual	48	15
Atividade de apresentação coletiva	9	1
Atividades internas e externas	49	32
Estudos de caso ampliados	8	0
Reuniões de alinhamento	476	196
Total	675	266

Assim como nos indicadores anteriores, a qualificação dos resultados será feita considerando as duas regionais.

Regional BH/Região Metropolitana de BH e Central Mineira

JULHO

Permanece o desafio da necessidade de fluidez na comunicação com algumas Unidades Socioeducativas. Para alguns casos, a equipe vem adotando a estratégia de identificar o momento de “insistir ou recuar” nas tratativas, e em muitos casos os retornos são escassos. Importante destacar que o quantitativo do mês de julho não retrata o investimento da equipe em

relação às tentativas de contato para realização de ações. Porém, a falta de resposta por parte das Unidades justifica o não alcance de algumas ações estratégicas, e consequentemente impacta no alcance do indicador.

AGOSTO

O número acumulado de ações estratégicas junto às unidades socioeducativas, apresentou um leve acréscimo comparado ao mês anterior. Mesmo assim, insuficiente para o alcance da meta. O que pode ser atribuído, principalmente, ao aumento gradual nos estudos de caso com as Unidades, nas apresentações individuais e nas apresentações coletivas. O leve aumento nos estudos de caso pode ser explicado pelo fluxo natural e, por vezes, imprevisível da entrada de novos jovens nas medidas socioeducativas. O aumento das atividades de apresentação individual, pode ser atribuído à dinâmica e à imprevisibilidade do processo de desligamento dos jovens das medidas socioeducativas. O incremento nas apresentações coletivas pode ser justificado pela construção e análise da equipe do Programa Se Liga em indicar e fomentar, junto às equipes das Unidades, a necessidade da atividade coletiva para os jovens em cumprimento de medida.

SETEMBRO

O aumento no número acumulado de ações estratégicas junto às unidades socioeducativas, em relação ao mês anterior, se deu em maior expressividade pelos estudos de caso e articulações para efetivação das atividades de apresentação individual. Além do número de apresentações individuais necessárias aos jovens próximos ao prazo de desligamento da medida, as unidades Contagem, Sete Lagoas, Horto e Ipiranga foram acionadas pela equipe técnica do programa para realização dos estudos de casos dos jovens que já estavam em cumprimento da medida de internação em construção avançada para o desligamento, ou em medida socioeducativa de semiliberdade superior a dois meses de cumprimento.

Zona da Mata

A descrição do Indicador referente à Zona de Mata foi apresentada na [Contextualização geral dos indicadores](#).

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA CENTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS

Contextualização Geral dos Indicadores:

O relatório em tela propõe análise crítica reflexiva acerca do Programa CEAPA e sua execução dentro dos meses de abril a junho de 2024, trimestre que corresponde ao 23º período avaliatório do Contrato de Gestão 02/2019.

Em caráter primário, se torna relevante resgatar contextos e fatos que moldaram esse período e conduziram o Programa aos resultados aqui retratados. Com essa prerrogativa, discutir esse trimestre é lançar luz sobre o processo de auditoria instaurado no final do mês de abril e ainda em ocorrência.

Sobre esse cenário, para fins de rápida contextualização, o Programa, por ordem da Controladoria Geral do Estado (CGE) e através da OS executora, foi notificado a apresentar o trabalho desenvolvido nos anos de 2023 até o momento. Essa demanda partiu de leitura da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública em resposta a manifestações de alguns setores do Poder Judiciário e os repto enfrentados na relação cotidiana com a Unidade de Belo Horizonte. Desafios esses caracterizados por lapso demasiado no tempo de encaminhamento do público atendido e também na necessidade de remodelar a metodologia de acompanhamento diante do alto número de casos acumulados, feita no final do ano de 2023, que levou a impasses com o Juizado Especial Criminal da capital mineira.

Mediante o procedimento de auditoria, que se deve antecipar, é visto como instrumento legítimo e fundamental para a transparência e efetividade de qualquer política pública, a CEAPA, em todas as suas 20 unidades, e a fim de favorecer esse momento, direcionou esforços nesses meses para a conferência dos documentos comprobatórios e a garantia da organização dos dados a serem auditados. Neste ponto, devemos avultar que o suporte da supervisão metodológica foi cabal e visou a operacionalização do método previsto pela DAL e a apropriação de todos os atores presentes nas unidades acerca dos cuidados e seriedade dessa pauta.

O trabalho em prol da auditoria ainda está em pleno vigor junto a UPC de Belo Horizonte, que se encontra na fase de apresentação e análise dos documentos – com possibilidade de expansão para outras Unidades. Não obstante, em paralelo, o Programa permanece com suas frentes ordinárias de atuação e sobre as quais serão mais abaixo destrinchadas. Somada a essas, merece destaque nessa introdução a ampliação do Serviço APEC para outros dois municípios mineiros.

No mês de junho, no dia 12, foram realizadas as implantações das unidades do Serviço APEC nas cidades de Contagem e Uberlândia. Ambos os espaços são comandados, respectivamente, pelos gestores que já executam o trabalho da CEAPA no município, e contam com equipe própria composta por 02 analistas cada. A expectativa do Serviço APEC nessas localidades é garantir o atendimento às pessoas custodiadas – pré e pós audiência - de modo a responder os preceitos dos direitos humanos, bem como favorecer a lógica da tomada de decisão pela magistratura considerando o sujeito integral e mecanismos diversos ao aprisionamento como única resposta a conduta delituosa.

Ainda na esteira do Serviço APEC, importa registrar que a Unidade de Belo Horizonte teve participação ativa na implantação da Central de Audiência de Custódia da Comarca de Belo Horizonte - CEAC/BH. Sendo essa uma estrutura prevista na regulamentação da Lei das Cautelares, como local no qual todos equipamentos relacionados ao público flagranteado possam desenvolver atendimento qualificado, célere e em respeito com a legislação. Com a execução nesse novo espaço, a APEC Belo Horizonte iniciou a realização dos atendimentos pré-audiência de custódia. Nessa modalidade, a equipe promove oferta de atendimento universal às pessoas conduzidas para as audiências e, por meio desse processo, produz um relatório técnico, aos moldes das orientações do Conselho Nacional de Justiça, que é utilizado pela magistratura para a tomada de decisão frente ao sujeito custodiado. Essa prática estreou em 03 de junho, e até a data de fechamento deste relatório, 08 de julho, 382 atendimentos dentro dessa modalidade foram executados em Belo Horizonte (não incluídos os atendimentos pós-custódia). O mesmo caminho agora é trilhado nas duas unidades recém implantadas e acima citadas.

Ainda no escopo do Serviço APEC, a supervisão metodológica do Programa CEAPA, teve seu corpo acrescido de mais uma profissional no trimestre em análise. Agora, essa função conta com 4 profissionais, que trabalham com o intuito de promover reflexão, construir estratégias e alinhamento metodológico entre as 19 unidades da CEAPA, para os 3 Serviço APEC e 1 unidade do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência. Com a finalidade de registro, como desafio, se encontra justamente a diversidade gerada por métodos distintos entre o fazer de uma Central de Acompanhamento de Alternativas Penais e o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada. Para tal, a equipe de supervisão busca estudar e se qualificar para responder ao novo cenário.

Para continuar no tema sobre qualificação e atuação com os objetivos da CEAPA, o segundo trimestre de 2024 foi de continuidade na promoção de espaços de aprimoramento das equipes técnicas. Mensalmente, foram promovidas

capacitações em formato híbrido – BH e RMBH em caráter presencial e equipes do interior por vídeo chamada. Os temas contemplados remetem a base metodológica do Programa e são de suma importância para atuação consistente e efetiva com o público das alternativas penais. Como exemplo, citamos a temática sobre Dados e Indicadores, que foi esmiuçada em encontros realizados em maio e junho.

Ainda nesse trimestre, a supervisão metodológica desenvolveu também os já habituais encontros de capacitação introdutórios para os novos analistas da CEAPA, e agora também para os profissionais da APEC. E ainda somou a sua prateleira de ações, o desenvolvimento e execução de capacitação inicial para gestores sociais que coordenam essas equipes. Com os esforços endereçados à continuidade desse processo e evolução da formação dos profissionais, nas análises nos campos dos indicadores apontaremos alguns resultados observados.

Por fim, se destaca ainda que dentro do trimestre também foram encerrados os dois anos da atuação da unidade de Barbacena dentro do desenho do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência em parceria com o Ministério Público. Com isso, foi feita a inclusão dessa unidade dentro do Programa CEAPA e com resposta direta às metas e indicadores desse. De tal modo, no findado período avaliatório, mais precisamente no mês de maio, a unidade de Barbacena passou a ser regida dentro dos preceitos da CEAPA e esse trimestre será analisada compondo esse Programa.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 59.976 •	• 64.367 •
Descrição do Indicador	
<p>Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, a CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pela CEAPA:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novas pessoas com alternativas penais; 2. Atendimentos individuais de acompanhamento das pessoas com alternativas penais; 3. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro do (a) Grupo de Inicialização, (b) Grupo de Acompanhamento, (c) Grupo Introdutório e (d) Grupo de Finalização ao longo do cumprimento da determinação judicial que assinaram lista de presença; 4. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais que assinaram lista de presença; 5. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Grupos de Responsabilização para homens autores de violência contra a mulher que assinaram a lista de presença. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 foram realizados cumulativamente • 64.367 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais.

Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 59.976 •, o programa atingiu 107,3% da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 10 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA

UPC	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	1020	180	150	174	1524
BARBACENA	898	445	361	256	1960
BELO HORIZONTE	7551	1342	1254	1251	11398
BETIM	4289	478	743	752	6262
CONTAGEM	3853	781	754	744	6132
CURVELO	636	179	214	220	1249
DIVINOPOLIS	660	98	142	151	1051
GOVERNADOR VALADARES	2307	495	466	398	3666
IBIRITE	2079	415	389	306	3189
IPATINGA	2264	411	386	412	3473
JUIZ DE FORA	3150	515	456	428	4549
MONTES CLAROS	2081	345	342	338	3106
POUSO ALEGRE	0	0	0	0	0
R. DAS NEVES	1810	275	272	397	2754
SANTA LUZIA	1766	294	266	279	2605
SETE LAGOAS	1694	367	371	282	2714
UBERABA	2187	346	309	301	3143
UBERLÂNDIA	1647	358	394	509	2908
VARGINHA	520	185	219	222	1146

UPC	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
VESPASIANO	975	198	199	166	1538
TOTAL	41387	7707	7687	7586	64367

Assim como no período avaliatório anterior, a meta correspondente ao primeiro indicador do Programa também foi alcançada no atual trimestre. Foram executados 22.980 atendimentos, enquanto a meta prevista estimada era de 20.286 atendimentos, o que correspondeu a um desempenho de 13% além do previsto. Diante do quantitativo mencionado para o alcance deste indicador, alguns fatores merecem destaque pela contribuição neste desempenho positivo.

Inicialmente, cabe enfatizar o resultado positivo de três Centrais de Acompanhamento de Alternativas Penais, a saber: as Unidades de Curvelo, Divinópolis e Varginha. Nestes municípios, houve um aumento exponencial do número de atendimentos quando comparado ao trimestre anterior, representando um aumento aproximado de 47% dos atendimentos nessas Centrais em relação ao último período avaliatório. Ainda neste contexto, vale destacar a necessidade da permanência de ações que qualifiquem as portas de entrada de casos para o Programa, como no caso do município de Varginha, visando o encaminhamento de casos que, de fato, representem a aplicação de alternativas à prisão, e que já têm sido fomentadas articulações e discussões entre a supervisão metodológica, gestão social e Diretoria de Alternativas Penais com este fim.

Noutro giro, é notória a relevância dos atendimentos grupais para a composição e qualificação deste indicador. Ainda que demonstrem crescimento ao longo do ano, identifica-se, no período em tela, que após as capacitações metodológicas houve acréscimo dos Grupos de Acompanhamento realizados pelas equipes técnicas, com vistas ao aprofundamento das discussões com o público e ampliação do repertório técnico de intervenções. Assim, permanece sendo fomentada a execução dos atendimentos grupais no Programa, como no caso do acompanhamento de Medidas Cautelares, que são foco constante de discussão da supervisão metodológica e equipes técnicas. Além disso, ressalta-se que o desenvolvimento das intervenções coletivas gera impacto positivo no cumprimento, tal como demonstram os dados, e por isso devem ser aplicadas nas diversas alternativas penais acompanhadas.

Ainda no contexto dos atendimentos grupais previstos e executados pelo Programa, destaca-se as Ações de Responsabilização para homens autores de violências contra as mulheres, como frente prioritária de atuação. Para os municípios em que o fluxo de encaminhamento dos casos de Medidas Protetivas de Urgência e Medidas Cautelares seja inexistente ou insuficiente, têm sido orientadas pela Diretoria de Alternativas Penais articulações com o Poder Judiciário local para o fomento do encaminhamento deste público para acompanhamento nas Unidades.

No que toca aos atendimentos individuais de inscrição, atendimentos individuais de acompanhamentos e Grupos de Responsabilização houve discreto aumento quantitativo, indicando certa estabilidade dessas modalidades se comparado ao período anterior. Já sobre os Projetos de Execução de Alternativas Penais, verificou-se leve queda no desempenho que se justifica, especialmente, pela articulação de Belo Horizonte com o Juizado Especial de Criminal e o direcionamento para execução externa de algumas temáticas grupais em outros municípios.

Por fim, diante do exposto, cabe destacar o desempenho positivo em alguns municípios, que contribuíram para a superação da meta:

- **BETIM:** assim como nos outros períodos avaliatórios deste ano, o desempenho desta Central se manteve além da meta estabelecida, sendo executado neste último período 96% além do pactuado, sendo observada uma redução de 17% em relação ao último trimestre. Essa tímida redução, é consequência da permanência de organização mantida pela equipe, com a execução de diversos grupos simultâneos de Ações de Responsabilização no Âmbito da Lei Maria da Penha, diante da permanência do significativo quantitativo de casos encaminhados pelo Poder Judiciário. Contudo, cabe destacar a parceria realizada recentemente com a Rede de Alternativa Penal para a execução do PEAP – Drogas e que já tem executado o grupo mencionado a partir de alinhamento com o Programa. Por fim, vale ressaltar o aumento da equipe técnica neste período, que passou a contar com mais uma analista e consequentemente contribui qualitativamente nesta frente.
- **UBERLÂNDIA:** apesar de desempenho sempre superior à meta estabelecida neste indicador, o município em questão no último trimestre apresentou uma execução de 67% a mais que o pactuado, sendo percebido um aumento de 56% em relação ao trimestre anterior. Além disso, diante de aproximação e articulações com o Poder Judiciário houve aumento de casos encaminhados pela Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, que tem representado um quantitativo expressivo de encaminhamento para acompanhamento em grupo na Unidade. Também cabe destacar, assim como no observado no período anterior, que o encaminhamento de ANPP permanece contribuindo na porta de entrada do Programa no município.

- **CONTAGEM:** no período em tela, houve superação da meta esperada em 51%, demonstrando a ascendência permanente do quantitativo. Tal desempenho está atrelado, especialmente, ao volume de desenvolvimento dos PEAPs e Ações de Responsabilização para homens. Considerando a execução muito para além da expectativa, para que as frentes de trabalho da equipe sejam realizadas de forma equilibrada e possível, a Diretoria de Alternativas Penais orienta à Gestão Social do município que construa relações com parceiros na rede para execução de algumas temáticas grupais. Assim, os grupos de trânsito passaram a ser desenvolvidos em conjunto com a Transcon, com vistas à execução totalmente externa em um futuro próximo, possibilitando maior fôlego dos profissionais da CEAPA para atuação nas temáticas relativas à violência. Somado a isso, a consolidação do monitoramento na perspectiva mensal para todas as pessoas com alternativa penal gerou aumento do fluxo de atendimentos de acompanhamento, conforme demonstram os dados.

Por outro lado, houve municípios que não alcançaram a sua própria meta e, diante disso, merecem análise detalhada.

- **DIVINÓPOLIS:** primeiramente faz-se necessário destacar o relevante avanço na porta de entrada do Programa no período em tela. No mês de setembro foram realizadas 30 inscrições nesta Central, movimento que começou no mês de agosto, oriundo da Vara de Execuções Penais que encaminhou Acordos de Não Persecução Penal. Como consequência, no mês de agosto foi realizado o primeiro PEAP do município, com a temática de Trânsito, que finalizou em setembro com a integralização do cumprimento de todos os participantes. Tal aumento de casos aportados é fruto das articulações da Gestão Social com o Poder Judiciário local e demais atores. Entretanto, ainda não foi possível o alcance da meta, já que como registrado em relatórios anteriores, para que a meta esperada para o município seja atingida, ainda deve haver investimento nas articulações que mobilizam a porta de entrada no Programa a partir das múltiplas estratégias de atuação traçadas nesse sentido. Espera-se que, com mais avanço nessas tratativas, o número de pessoas com alternativa penal designadas para o acompanhamento da Central se torne robusto e adequado, já que existe capacidade técnica para absorver o público. Registra-se, por fim, o desempenho de 52% da meta esperada para o período, o melhor resultado do ano.
- **CURVELO:** Esse município enfrenta histórico desafiador quanto a manutenção de sua meta relacionada ao indicador que versa sobre os atendimentos. Inicialmente, com uma porta de entrada com recorte somente de Medidas Protetivas de Urgência, advindas da implantação no escopo do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência, a unidade tem necessidade de investir cada vez mais na solidificação da parceria com novos juízos para encaminhamento de diferentes institutos jurídicos. Esse processo de fortalecimento da oferta de atuação junto ao Poder Judiciário local tem ganhado corpo, o que culminou no aumento dos casos inscritos no trimestre em avaliação. Com uma média de 11 pessoas inscritas no mês, a unidade saltou para 26. Ainda não se caracteriza como o número necessário para funcionamento da unidade e consequente volume das demais modalidades de atendimento que preveem o indicador. Contudo, esse aumento, que se mostra progressivo desde o mês de junho, já é um aceno positivo para os trabalhos na unidade. A expectativa é que o aumento dos casos inscritos leve ao natural alcance da meta, vez que as pessoas acompanhadas passarão pelos atendimentos ofertados pelo Programa.
- **BELO HORIZONTE:** Mediante o desempenho de 3.847 atendimentos, o que significa 941 a menos do pactuado para o trimestre, essa unidade repete resultados insatisfatórios nesse indicador. O valor executado representa 80% da meta e fortalece o alerta deste município no que diz do eixo de atendimentos. Para compreender esse cenário, se deve ir além do número posto e refletir sobre o modo de funcionamento e organização dessa unidade. Isto posto, ao partirmos do número total de pena ativas, 2.033, e de uma presença mínima mensal de ao menos 74% desse público no equipamento para atendimento, isso seria suficiente para, somado com os atendimentos de inscrição, atingir a meta esperada. Contudo, o que se observa são grandes períodos de ausência das pessoas em cumprimento na unidade (reflexo da fragilidade do monitoramento na lógica mensal e sequencial) e também a demora para o encaminhamento a fim de que iniciem o cumprimento.

Além desses aspectos que desfavorecem o alcance da meta, devemos chamar a atenção para o fato de que 66,2% das pessoas ativas nessa unidade são de modalidades de alternativas penais sobre as quais o Programa preconiza as intervenções em grupo, mas que na realidade seguem, em grande parte, em atendimentos individuais feitos com temporalidades não semanais. Sobre isso, é fundamental destacar que a maioria do público dessa unidade é oriundo das audiências de custódia e possuem determinação para cumprimento por meio do comparecimento obrigatório. Com essa possibilidade, o Programa preconiza a execução de grupos para intervenção semanal, mas isso não tem sido viável em parte considerável dos casos devido a determinação judicial constar que o comparecimento deve ser mensal, o que não permite construções metodológicas grupais qualitativas com essa camada dos atendidos. Isso, por sua vez, favorece o superlotação da porta de atendimento individual,

o que leva a sobrecarga dessa frente de trabalho da equipe, mas que de modo geral não impulsiona o número de atendimentos dentro do indicador.

Para finalizar, vale ainda observar que os dados pertinentes a modalidade de Atendimento Individual de Inscrição apresentara, no trimestre anterior, queda. Isso estava ligado não somente aos limites postos na parceria com o Juizado Especial Criminal, mas também foi observado em quase todos os juízes encaminhadores, conforme anunciado no relatório anterior. Neste trimestre, não foi constatada nova queda e esses números apresentaram um leve aumento, ao passar de 637 para 668. Contudo, o que se destaca na porta de entrada, é a redução das medidas cautelares desde o primeiro trimestre do ano. Esse fenômeno ainda não foi analisado, mas será feito diálogo com Serviço APEC e CEAC para entendimento.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 74% •	• 77% •
Descrição do Indicador	
Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de • 77% •. Considerando que a meta estabelecida foi de • 74% •, o Programa alcançou 4,1% da meta estabelecida para o indicador. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

Tabela 11 - Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO	METAS
ARAGUARI	46	63	73%	74%
BARBACENA	84	93	90%	74%
BELO HORIZONTE	783	994	79%	74%
BETIM	155	194	80%	74%
CONTAGEM	259	307	84%	74%
CURVELO	27	31	87%	74%
DIVINOPOLIS	24	34	71%	74%
GOVERNADOR VALADARES	134	191	70%	74%
IBIRITE	120	158	76%	74%
IPATINGA	56	94	60%	74%
JUIZ DE FORA	76	102	75%	74%
MONTES CLAROS	92	129	71%	74%
POUSO ALEGRE	0	0	0%	74%
R. DAS NEVES	61	81	75%	74%
SANTA LUZIA	51	86	59%	74%
SETE LAGOAS	90	110	82%	74%
UBERABA	60	83	72%	74%
UBERLÂNDIA	62	69	90%	74%
VARGINHA	22	24	92%	74%
VESPASIANO	30	41	73%	74%
TOTAL	2232	2884	77%	74%

O Programa Ceapa, no trimestre objeto de estudo desse relatório, apresentou 77% de baixas efetivadas por meio do cumprimento integral da alternativa penal, o que significa êxito no desempenho do Indicador 4.2. Por meio desse resultado, sinaliza-se a estabilidade no fomento desse eixo, caracterizado pelo alcance da meta, como também havia ocorrido no período avaliatório pregresso, registrando aumento de 3% no valor desempenhado além do pactuado.

Conforme discorrido no relatório passado, se faz imperioso pautar a importância que os espaços formativos representaram no processo de consolidação da meta dentro desse indicador. Além das temáticas sobre monitoramento, metas e indicadores desenvolvidas de modo coletivo nos espaços de capacitação mensal, a supervisão metodológica tem se dedicado ainda a análise da planilha de monitoramento de cada uma das unidades e a devolução dos pontos de atenção para cuidado e tratativa junto aos casos. Isso tem provocado nas equipes a lógica da intervenção tempestiva e a compreensão dos elementos que favorecem a regularização do cumprimento.

Para compreender melhor o contexto desse indicador, alguns números e reflexões podem auxiliar. No trimestre que compreende os meses de julho, agosto e setembro de 2024, o total de 2.884 alternativas penais foram encerradas no Programa. Dessas, 2.232 foram finalizadas mediante o cumprimento das condições aplicadas pelo poder judiciário. Trata-se de valores expressivos quando colocados sob a perspectiva de que as pessoas acompanhadas, e que juntas configuram esse montante, foram alvos de atendimentos individuais, grupais, encaminhamentos para a rede parceira e encaminhamentos para a rede de proteção e, como estratégia, contatos telefônicos, ofícios juntados aos processos, notificações via aplicativos de mensagens ou cartas foram utilizados como ferramenta de atuação junto aos casos. O dado geral de baixas deve sempre ser associado aos procedimentos interventivos feitos com o público e que não somente levaram ao encerramento da alternativa penal pelo cumprimento, mas também tiveram como centralidade a superação de riscos criminais e vulnerabilidades sociais.

Ainda sobre o desempenho nesse indicador, para fins de melhor elucidação, importa debruçar sobre as modalidades de alternativas penais, as variações do executado no percentual de cumprimento e as inferências possíveis provenientes das especificidades de cada uma. Para essa proposta, a seguir, distinguimos as modalidades com execução de cumprimento que impuseram dados significativos a esse indicador e favoreceram os resultados obtidos no 23º PA. Como melhor desempenho se despontam os Projetos de Execução de Alternativas Penais, que a cada mês supera o percentual estabelecido e entrega constantemente valores maiores que 87%. Se tratam de intervenções em caráter grupal e com total de encontros que podem variar de 4 a 8, o que mostra que a condução compacta, favorece a regularidade e o cumprimento integral da determinação.

Como segunda alternativa penal com melhor desempenho nas baixas por cumprimento da determinação judicial estão as Medidas Protetivas de Urgência. Essa prática é fortemente desenvolvida dentro do Programa por meio das Ações de Responsabilização com Homens Autores de Violência Contra às Mulheres, que são desenvolvidas tanto na perspectiva individual quanto grupal. Como processo que leva a índices satisfatórios dentro do indicador 4.2, elencamos dois pontos prioritários: a promoção de grupos e atendimentos individuais com menor lapso entre a inscrição e o início da intervenção, bem como o investimento da supervisão no desenvolvimento do repertório da equipe para condução desses grupos/casos.

No sentido contrário, a alternativa penal com o menor desempenho no trimestre permanece sendo a Prestação de Serviço à Comunidade. Essa, por sua vez, demanda articulações externas frequentes e assertivas com a rede parceira, o que também tem reflexo direto no indicador 4.3. Nesse escopo, é observada oscilação do percentual que em dois meses permaneceu próximo aos 65% e em outro atingiu 71%. Diante do cenário insatisfatório no percentual de baixas da PSC, a supervisão metodológica investe, junto às equipes, na formação sobre intervenções grupais para esse público, visando a vinculação e superação dos elementos que favorecem a irregularidade. Apesar de já se observar o aumento de atendimentos nesse tipo de modalidade, ainda não se atingiu a robustez necessária para levar ao êxito no cumprimento da determinação.

Em continuidade, o desempenho do percentual dentro do recorte das Medidas Cautelares também se apresenta aquém do pactuado. Contudo, apesar do não alcance, esse eixo mostrou, no trimestre em tela, avanços, tendo se estabilizado acima da margem dos 70%, inclusive com a superação do pactuado no mês de julho. Todavia, as metodologias de acompanhamento das medidas cautelares foram alvo de capacitação das equipes no período em questão e seguem sob os holofotes para qualificação. Nesse contexto, a lição que permanece para melhorias nessa frente é a atuação concisa por meio das práticas grupais, encaminhamentos e monitoramento tempestivos.

Por fim, de modo breve, citamos ainda o percentual de cumprimento no âmbito das Penas Pecuniárias. O cumprimento dessa alternativa se vincula às condições financeiras da pessoa atendida e sofre impacto direto do desemprego, baixa renda, adoecimento, questões familiares e afins. Conforme se observa dentro dos meses é presente grandes oscilações no trimestre, mas no geral, o percentual foi atingido.

Com o intuito de compreender os elementos que compõem esse indicador e refletir sobre os pontos que levam a uma atuação satisfatória dentro da meta, a seguir elencamos alguns municípios que atuaram de modo a não somente entregar o pactuado, como a superar esses valores:

- **VARGINHA:** a unidade pertencente a esse município apresentou percentual de cumprimento significativamente superior ao esperado para o trimestre em análise. Os elementos que clarificam essa ocorrência dialogam diretamente

com o citado acima sobre os tipos de alternativas penais e o cenário que leva ao desempenho mais que satisfatório. As alternativas de destaque foram as Medidas Protetivas de Urgência e as Medidas Cautelares, e em análise se observa a celeridade na construção da intervenção com o público, tanto pela via grupal quanto pelo atendimento individualizado, o que favorece o estabelecimento de vinculação com o Programa e a ação direta no fenômeno criminal que ocorreu com pouco tempo de distanciamento.

Ainda no mesmo ritmo do aqui descrito de modo geral, tem-se a PSC como a alternativa com menor percentual no indicador. Essa apresenta grande oscilação entre os meses, inclusive com meses em que nenhuma baixa é efetivada e isso leva a queda da média geral. Conforme é sabido, a conjuntura da PSC em Varginha, cujo funcionamento fez um ano em 2024, passa pela herança dos casos acompanhados anteriormente por outro equipamento, o que implica em pessoas habituadas a um modo de acompanhamento da pena diverso ao do Programa, a número inconclusivo de carga horária da determinação judicial e também a desmobilização da rede em volta dessa pauta. Contudo, todos esses elementos já são alvo de ações da supervisão metodológica no que cabe a esse ator. Para encerrar sobre a unidade em questão, é importante lançar luz sobre a melhora dentro do indicador 4.2. A unidade conseguiu superar desempenho insatisfatório no primeiro trimestre e consolidar, no 22º e 23º, atuação irretocável no que toca à meta.

- **BARBACENA:** Neste trimestre, a unidade de Barbacena novamente alcançou um percentual superior à meta estabelecida, qual seja, 90%. Sobre o alcance deste resultado, é possível dizer que as intervenções tempestivas realizadas pela equipe, somadas ao acompanhamento qualificado do público nas ações de responsabilização dos homens autores de violência contra a mulher, em atendimentos grupais e/ou individuais, têm culminado no cumprimento integral dessa modalidade de atendimento. Por fim, conforme descrito no relatório anterior, a unidade de Barbacena tem realizado, desde o final do mês de maio, o acompanhamento de outra alternativa penal, para além das Medidas Protetivas de Urgência, consistente na prestação de serviços à comunidade. Porém, tendo em vista o elevado quantitativo de horas a serem cumpridas, ainda não há que se falar em baixas por cumprimento integral, nem houve registro, até o momento, de baixas por indulto, de modo a impactar diretamente no alcance deste indicador.
- **UBERLÂNDIA:** No trimestre atual, o município de Uberlândia atingiu um resultado acima do percentual indicado na meta, a saber 90% de alternativas penais cumpridas, em decorrência do fortalecimento do procedimento de monitoramento das alternativas penais acompanhadas e qualificação da organização do trabalho da equipe para o desenvolvimento das diversas frentes do Programa, promovendo uma intervenção mais célere com o acompanhado diante de situações de irregularidades, vulnerabilidades e riscos que possam favorecer um processo de desresponsabilização e conseqüentemente um descumprimento da medida imposta.

No caminho contrário, sinalizamos abaixo alguns municípios que, dentro do trimestre, tiveram execução aquém do pactuado e não figuraram como contribuições positivas para o indicador de percentual de cumprimento dentro do período em estudo:

- **DIVINÓPOLIS:** ainda que não haja alcance da meta estipulada na perspectiva trimestral, é preciso ressaltar que nos meses de agosto e setembro houve atingimento, isto é, apenas no mês de julho o percentual não foi atingido. No mês de julho, que performou 57% ao invés dos 74% esperados, os três casos descumpridos apresentaram pouca vinculação com o programa ou desresponsabilização com o seu cumprimento. Nessa esteira, a supervisão metodológica permanece envidando esforços para que haja profundidade técnica no acompanhamento das pessoas com alternativa penal para que os fatores que levam à irregularidade do público sejam objeto de intervenção constante e qualificada.
- **IPATINGA:** no referido trimestre houve uma média de 60% do percentual de cumprimento, ou seja, desempenho insuficiente para a meta estipulada pelo Programa. Ainda que a equipe tenha consolidado o monitoramento das alternativas penais no mínimo mensalmente, os casos descumpridos entre julho e setembro, especialmente aqueles que deveriam cumprir prestação de serviços à comunidade, demonstraram pouca vinculação com a Central e com o cumprimento apesar das intervenções realizadas pela equipe. Nessa esteira, a supervisão metodológica permanece envidando esforços para que haja profundidade técnica no acompanhamento das pessoas com alternativa penal para que os fatores que levam à irregularidade do público sejam objeto de intervenção constante e qualificada.
- **SANTA LUZIA:** no referido trimestre houve uma média de 59% do percentual de cumprimento, ou seja, desempenho insuficiente para a meta estipulada pelo Programa. Ainda que a equipe tenha avançado no monitoramento mensal, os casos descumpridos entre julho e setembro das alternativas penais de PSC, Medidas Cautelares e Medidas Protetivas de Urgência demonstraram pouca vinculação com a Central e com o cumprimento apesar das intervenções realizadas pela equipe. Nessa esteira, a supervisão metodológica permanece envidando esforços para que haja

profundidade técnica no acompanhamento das pessoas com alternativa penal para que os fatores que levam à irregularidade do público sejam objeto de intervenção constante e qualificada.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 4.284 •	• 3.608 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais.</p> <p>Este indicador objetiva mensurar as ações da CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõem essa rede. Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de apoio:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Visitas de monitoramento às instituições da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais; 2. Reuniões de articulação com instituições da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais para discussão sobre fluxos de encaminhamento, fluxo de comunicação e acompanhamento do público; 3. Reuniões de articulação com instituições da Rede de Proteção Social para discussão sobre o acompanhamento do público, fluxos de encaminhamento e fluxo de comunicação; 4. Reuniões de articulação com os órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, para discussão sobre fluxos de encaminhamento de alternativas penais; fluxo de comunicação e acompanhamento do público; 5. Participações em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas relacionados às alternativas penais ou transversais; 6. Visitas para captação de novas parcerias; 7. Número de articulações realizadas nos encontros de rede desenvolvidos pelo Programa. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que foi de 01/07/2024 a 30/09/2024 foram realizadas cumulativamente • 3.608 • ações do programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 4.284 •, o objetivo não foi alcançado plenamente, com 84,2%. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 12 - Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio

UPC	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	71	13	14	17	115
BARBACENA	37	25	10	30	102
BELO HORIZONTE	78	40	53	52	223
BETIM	176	25	27	30	258
CONTAGEM	229	37	38	36	340
CURVELO	87	21	25	15	148
DIVINOPOLIS	130	19	20	19	188
GOVAL	146	24	25	25	220
IBIRITE	106	20	19	19	164
IPATINGA	154	30	24	22	230
JUIZ DE FORA	213	38	30	18	299
MONTES CLAROS	118	18	20	16	172
POUSO ALEGRE	0	0	0	0	0
RIBEIRÃO DAS NEVES	149	25	23	25	222
SANTA LUZIA	124	22	21	15	182
SETE LAGOAS	94	18	18	18	148
UBERABA	88	23	15	27	153

UPC	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
UBERLÂNDIA	135	21	20	18	194
VARGINHA	85	12	12	12	121
VESPASIANO	86	14	14	15	129
TOTAL	2306	445	428	429	3608

Neste trimestre, o número de articulações de rede realizadas corresponde a 89% da meta estabelecida, assim, para um total esperado de 1.458 ações, foram executadas 1.302. Bem como foi descrito no trimestre anterior, é importante pontuar o desempenho ascendente do Programa CEAPA ao longo do ano, ainda que no referido indicador a meta tenha permanecido aquém da expectativa.

Neste sentido, cumpre destacar alguns elementos que contribuíram para o aumento neste indicador. Um deles é a ampliação do corpo técnico da equipe em alguns municípios, conforme mencionado anteriormente, o que possibilitou a reorganização de determinadas frentes de trabalho e o investimento na realização das articulações de rede, visto que priorizá-las e organizar internamente para que a presença nesses espaços aconteça com qualidade e frequência é essencial para que a meta seja alcançada.

Outro fator importante é o quantitativo de ações de rede realizado pela equipe de Belo Horizonte, que impacta de modo significativo no desempenho deste indicador, e que no trimestre em questão apresentou-se com um crescimento considerável, tendo em vista os resultados apresentados nos meses anteriores, o que será detalhado adiante.

Por fim, o último elemento a se destacar em relação ao aumento deste indicador, diz respeito ao investimento das equipes nos três tipos de ações a seguir: visitas para a captação de novas parcerias; visitas de monitoramento às instituições da rede parceira para o recebimento da prestação de serviços à comunidade; e reuniões de articulação com instituições da rede parceira para recebimento de prestação de serviços à comunidade. Tais ações são o reflexo das atualizações dos catálogos de instituições parceiras e da consequente identificação das parcerias ativas e das possíveis descastradas.

No que toca às articulações com o Poder Judiciário, no trimestre em questão houve uma pequena diminuição no quantitativo total de ações, passando de 102 articulações no trimestre anterior para 89 nos meses de julho a setembro. Ainda assim, constata-se a continuidade no movimento de fomentar o encaminhamento de novos casos para as Centrais, no intuito de ampliar e fortalecer as portas de entrada junto ao Poder Judiciário de cada município. Neste sentido, incluem-se, especialmente, as articulações voltadas para o encaminhamento dos casos de Medidas Cautelares às Centrais, de modo a expandir as modalidades de alternativas penais acompanhadas e para que o Programa esteja cada vez mais em consonância com o objetivo desencarcerador da Política Nacional de Alternativas Penais.

Em relação aos Encontros de Rede, observa-se que houve uma pequena redução no número de articulações realizadas, se comparado ao trimestre anterior. É oportuno salientar que essa modalidade de ação, por se tratar de um formato de intervenção coletiva com a rede, é pauta constante de supervisões com as equipes e ponto de trabalho presente nas capacitações já realizadas.

Por fim, importa dizer que trabalhar a temática da Rede, para além das supervisões com cada equipe, está no cronograma das capacitações que serão realizadas pela supervisão metodológica até o final do ano, conforme solicitado e apontado pela Diretoria de Alternativas Penais (DAL) no Relatório de Monitoramento. A previsão é que seja o tema da capacitação do mês de dezembro de 2024 e que continue sendo pauta das demais capacitações e supervisões, de modo que as instituições parceiras ofereçam, para o público, um acompanhamento cada vez mais alinhado às diretrizes das alternativas penais.

Isto posto, passa-se a aprofundar na análise dos municípios que contribuíram para o não alcance desse indicador no referido período, bem como daqueles que apresentaram um resultado para além da meta estabelecida.

- **IPATINGA:** no referido período o município teve desempenho aquém da meta, atingindo 84% do esperado, apesar do alcance satisfatório no mês de julho. O principal desafio elencado pela equipe diz respeito à circulação no território sem o veículo da unidade, que se encontra em manutenção. Diante disso, estão criando estratégias junto à gestão social para que não haja despriorização dessa frente de trabalho. Ainda nesse mesmo sentido, a supervisão metodológica permanecerá contribuindo na logística de execução das ações de rede considerando o tempo de ausência do veículo e disponibilização de cartões de ônibus municipais para o transporte da equipe.

- **JUIZ DE FORA:** No trimestre tela, a meta registrada pela Unidade de Juiz de Fora não foi alcançada, sendo executado apenas 80% do indicador, sendo que a meta alcançada no último mês desse trimestre atingiu apenas 50% do pactuado. Cabe ressaltar que a equipe apresentou redução significativa no seu quadro, com a saída de duas analistas, sendo as vagas repostas somente no último mês do atual período avaliatório. Visando priorização e a manutenção dos atendimentos e consequentemente um menor impacto do percentual de cumprimento de alternativas penais, sobretudo pela execução de atendimentos grupais nas ações de responsabilização no âmbito da Lei Maria da Penha. Com a recomposição no quadro da equipe, espera-se que está frente retome como prioridade assim como nos trimestres anteriores.
- **BELO HORIZONTE:** repetindo os demais períodos avaliatórios do ano vigente, a unidade de Belo Horizonte teve resultados insatisfatórios na atuação junto a rede parceira. Contudo, o trimestre em questão apresentou execução bastante superior em comparação ao feito anteriormente. Os esforços para direcionamento sistematizado do trabalho por meio das regionais de PSC e os casos individualizados, com o leve fomento a priorização da saída da equipe da unidade para atuação junto aos parceiros, começa a apontar resultados quando saímos de 4% para uma média de 42% de ações de rede no mês. Evidentemente, tal montante ainda é inferior ao esperado para uma unidade desse porte, mas devemos ressaltar que esse fato revela que as estratégias propostas e aplicadas surtem efeitos e que o caminho é aprimorá-las. Todavia, ainda insta destacar que, o cenário de composição e organização da equipe permanece como elo frágil. Ausências, atestados e profissionais que iniciam o trabalho e não dão continuidade são elementos que se fazem muito presentes e causam impactos reais na rotina. As demandas imprevistas para suprir a facilitação de grupo mediante a ausência de profissional e suporte no plantão de atendimentos que estão desfalcados ainda lideram como fatores desorganizadores da equipe e seus eixos de demanda.
- **UBERABA:** Ao contrário do trimestre anterior, a unidade de Uberaba alcançou a meta, realizando um percentual de 20% acima do dado de referência. Como elementos que se destacam para o alcance deste indicador, é importante citar o aumento no quadro da equipe, que aconteceu no mês de julho, impactando positivamente na execução das frentes de trabalho, em especial nas ações do Programa junto às redes de apoio. O outro ponto foi a reorganização da distribuição dessas articulações entre os profissionais da equipe técnica a partir da regionalização municipal, com o objetivo principal de promover o aprofundamento da leitura de cada território. Além disso, objetivou-se a investida nas visitas de monitoramento às instituições da rede parceira para o recebimento de prestação de serviços à comunidade, visando atualizar o catálogo de instituições e identificar, dentre as entidades cadastradas, quais são parcerias efetivas para manutenção e quais podem ser descadastradas. Cabe salientar que, bem como tem sido realizado em outros municípios, a referida articulação resulta da construção e do acompanhamento que vem sendo realizado pela supervisão metodológica junto às equipes.
- **BARBACENA:** Neste período, a unidade de Barbacena teve desempenho que superou a meta, atingindo 20% acima do esperado. Destacam-se os meses de julho e setembro, ambos com dados satisfatórios. Sobre o alcance deste resultado, o acompanhamento do público encaminhado para a prestação de serviços à comunidade, a partir do final do mês de maio, fez com que a equipe se empenhasse na realização das articulações de rede voltadas para esta modalidade de alternativa penal. Assim, neste momento inicial, têm sido mais frequentes as visitas para a captação de novas parcerias, bem como reuniões de articulação com instituições da rede parceira para o recebimento de prestação

de serviços à comunidade, discussões sobre fluxos de encaminhamento e acompanhamento do público. Cabe salientar que a equipe permanece realizando reuniões com a rede de proteção social, a partir da demanda observada nos casos em acompanhamento no programa.

- **ARAGUARI:** No trimestre em análise, a meta registrada pela unidade de Araguari foi superada em 22% para além do estabelecido, com uma execução ainda mais robusta no último mês do período avaliatório. Cabe ressaltar que no trimestre em análise, a equipe desta unidade foi ampliada e passou a contar com um analista a mais para a execução desta e das demais frentes de trabalho. Destaca-se as visitas de monitoramento à Rede de Alternativas Penais para o recebimento da Prestação de Serviços à Comunidade e a articulação de parceria realizada pela equipe do município junto à instituição para a execução do PEAP – Drogas com início neste trimestre.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 18.045 •	• 18.057 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa PrEsp busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do sistema prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos seus familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social.</p> <p>Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.</p> <p>Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novas pessoas egressas; 2. Atendimentos individuais de pessoas egressas para fins de acompanhamento; 3. Atendimentos individuais de familiares de pessoas egressas; 4. Atendimentos individuais de pessoas pré-egressas e/ou familiares de pessoas pré-egressas; 5. Participação de pessoas egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença; 6. Participação de pessoas pré-egressas em ações grupais realizadas nas unidades prisionais que assinaram a lista de presença; 7. Participação de familiares de pessoas egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença; 8. Participação de familiares de pessoas pré-egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 foram realizados cumulativamente • 18.057 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 18.045 •, alcançou-se 100,06% do objetivo. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 13 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP

UPC	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE	1775	275	327	337	2.714
BETIM	846	119	142	104	1.211
CONTAGEM	831	160	141	168	1.300
DIVINÓPOLIS	394	109	81	127	716
GOVERNADOR VALADARES	566	83	76	78	808
IBIRITÉ	576	84	84	71	815
IPATINGA	708	133	71	88	1.000
JUIZ DE FORA	1217	202	209	221	1.849
MONTES CLAROS	908	284	199	97	1.488
RIBEIRÃO DAS NEVES	1038	205	168	142	1.553

UPC	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
SANTA LUZIA	426	78	108	114	726
SETE LAGOAS	825	145	239	189	1.398
UBERABA	576	109	73	86	844
UBERLÂNDIA	687	173	84	107	1.051
VESPASIANO	379	59	64	82	584
TOTAL	11.752	2.218	2.066	2.011	18.057

No referido período avaliatório, o PrEsp realizou 6.295 (seis mil duzentos e noventa e cinco) atendimentos, ultrapassando a meta global estipulada para o Indicador 5.1 - **Número Acumulado de atendimentos**. O programa executou aproximadamente 105% do esperado, apresentando um pequeno crescimento na execução quando comparado ao trimestre anterior, onde a entrega ficou em 102% da meta pactuada. A crescente evolução deste indicador é fruto de um trabalho árduo de intervenções e construções estratégicas realizadas com as equipes técnicas, atrelado ao grande investimento em capacitações metodológicas das equipes, a fim de que haja o aprimoramento contínuo do trabalho.

A potencialização do alcance do público perpassa por diversas estratégias e alinhamentos que levam em consideração o perfil majoritário de egressos, pré-egressos e seus familiares no território, a circulação, seus acessos, suas trajetórias, suas vulnerabilidades, demandas e as possibilidades de ofertas institucionais. Algumas ações que se destacaram no referido trimestre serão aqui elencadas, bem como será apresentado os municípios que têm encontrado maiores desafios no atingimento da meta estabelecida para este indicador.

Não obstante os desafios se apresentarem em algumas circunstâncias, os atores estratégicos da Política de Prevenção e os representantes do Instituto Elo estão sempre dialogando a fim de contornar os maiores imbróglios, construindo planos de ação específicos, repactuando acordos com as equipes e estabelecendo os pontos prioritários para o desenvolvimento e o avanço.

Não há como não evidenciar ainda alguns municípios cujos resultados apresentados são mais que satisfatórios para este indicador, Sete Lagoas, com alcance de 212%, Juiz de Fora, com alcance de 149%, Montes Claros, com alcance de 137%, Ribeirão das Neves, com alcance de 122%, Divinópolis, com alcance de 117%, Contagem, com alcance de 111% e Santa Luzia com alcance de 106%, são os municípios que mais se destacaram no atingimento do referido indicador.

É importante ressaltar que Divinópolis e Santa Luzia apresentaram uma expressiva recuperação de um trimestre para o outro, os municípios que foram destacados enquanto ponto de atenção para este indicador no último período avaliatório figuram, agora, com protagonismo, entre os municípios que apresentaram resultados expressivos no número acumulado de atendimentos. Juiz de Fora, Montes Claros e Ribeirão das Neves apontam para uma estabilização no processo de superação da meta para este indicador, enquanto Sete Lagoas vem apresentando um crescimento exponencial desde o início do ano, crescendo de 141%, no primeiro trimestre, para 212% neste período avaliatório.

Por outro lado, Belo Horizonte (83%), Ipatinga (69%), Uberlândia (86%) e Vespasiano (76%) ainda figuram enquanto destaques no grupo de municípios que enfrentam desafios para o alcance da meta do indicador de número acumulado de atendimentos. A seguir, será realizada uma análise qualitativa e quantitativa de alguns dos municípios que se destacaram neste período avaliatório.

Juiz de Fora e Sete Lagoas apresentaram os melhores resultados no tocante ao referido indicador. O primeiro merece destaque pelo desempenho apresentado durante todo o ano. Considerando os três períodos avaliatórios, o Programa vem apresentando ótimo desempenho, não só alcançando a meta, mas também estabilizando o indicador 5.1, acima dela.

A meta muito acima também é ponto de atenção para a gestão, supervisão e para os atores em geral, uma vez que é importante sempre equacionar as demandas apresentadas e a capacidade de resposta do Programa.

Porém, até o presente momento para Juiz de Fora a equação tem funcionado bem e sinalizado para um potencial de crescimento do Programa no Município, o que requer análises de outros atores estratégicos acerca de recursos e investimentos necessários para este fim.

Acreditamos que um dos fatores que levou a esse resultado foi a estabilidade do Programa no Município, que neste último ano não passou por mudanças significativas na equipe, bem como o fato de a UPC está com o mesmo gestor há um ano, o que favorece a consolidação de ações e o nivelamento metodológico e estratégico da equipe no município.

Para além disso, as estratégias de acompanhamento do público e dos encaminhamentos referenciados na rede tem sido um grande diferencial para o município, mantendo o Programa permanentemente articulado com a rede e construindo respostas mais eficazes para as demandas apresentadas.

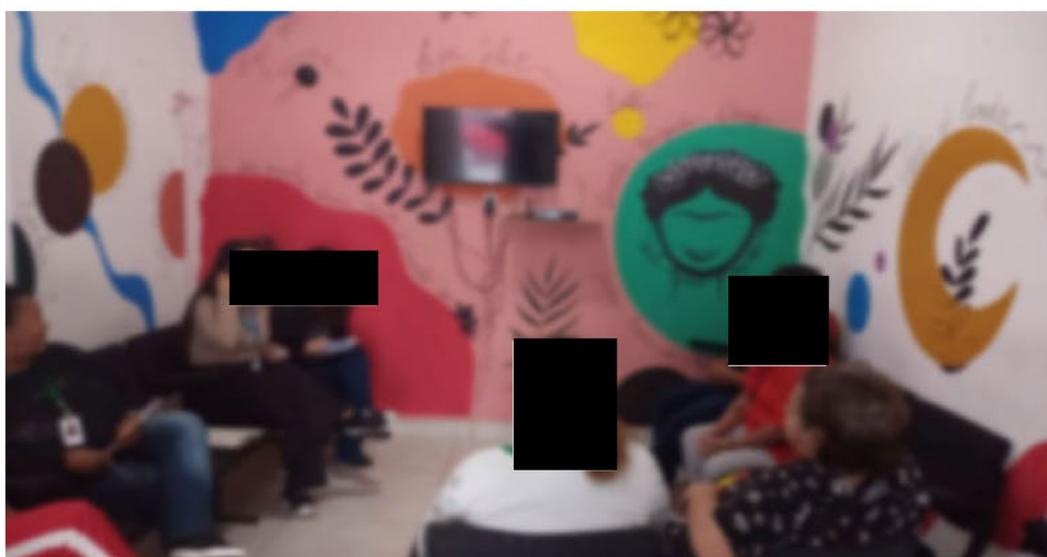
Isso tudo, somado às ações já consolidadas no território e junto à rede, como as ações de apresentação, discussão de casos e outras articulações, tem garantido a chegada e permanência do público em acompanhamento pelo Programa no Município.

Apesar disso, a equipe identifica que neste período houve uma pequena redução no número de atendimentos individuais, muito localizado na redução dos encaminhamentos feitos pela Unidade Prisional CAJAR, situação esta que já está sendo tratada pela gestão.

Outro ponto de investimento da equipe é o acolhimento de demandas e a oferta de atendimento no período de assinaturas, o que impactou positivamente o indicador neste e nos demais períodos.



Grupo de Apresentação Centro Pop - Julho de 2024



Grupo de Apresentação Casa de Passagem para Mulheres Novo Caminho - Agosto de 2024

Assim como Juiz de Fora, Sete Lagoas tem se destacado pelos excelentes resultados apresentados ao longo do ano para o indicador 5.1 – Número acumulado de Atendimentos, nos três períodos avaliados. Neste período foram feitos 573 (quinhentos e setenta e três) atendimentos acumulados, 303 atendimentos a mais da meta pactuada para o período.

Esse aumento foi mais expressivo no mês de agosto, o que está relacionado com o maior número de grupos reflexivos realizados, principalmente nas unidades prisionais. Houve crescimento também dos números de atendimentos individuais tanto de retorno como de inscrição, o que era esperado considerando as estratégias de qualificação das ações de apresentação do Programa junto à rede, bem como a própria qualificação do acompanhamento.

A equipe tem investido bastante nos atendimentos de retorno, e no acompanhamento progressivo e gradual das demandas do público, o que tem demonstrado não só maior resolutividade destas, como uma maior vinculação e referenciamento do Programa.

No mesmo sentido também, os municípios de Ribeirão das Neves e Montes Claros continuam se destacando no desenvolvimento do trabalho e nos resultados alavancados para este indicador, tendo ultrapassado o mesmo consideravelmente neste trimestre. O município de Neves atingiu o quantitativo de 515 atendimentos no trimestre, com uma média mensal de aproximadamente 172 atendimentos por mês, mantendo um percentual considerável de pessoas ativas em acompanhamento. Destaca-se que, embora o município tenha realizado 9 ações grupais no trimestre, o número de atendimentos provenientes das atividades coletivas é 99, o que só reforça o trabalho de acompanhamento desenvolvido pela equipe com os usuários que passam, em sua maioria, por atendimentos individuais.

A equipe de Ribeirão das Neves tem desenvolvido, a partir de uma provocação da Gestão Social e reflexão conjunta com a Supervisão Metodológica do Elo, uma leitura analítica sobre a circulação do público no município, a fim de entender o seu dinamismo, o percentual de concentração por territórios e os acessos institucionais. O objetivo de tal mapeamento é compreender de fato a movimentação do público do PrEsp para refletir sobre a porta de entrada do programa, uma vez, que embora o acompanhamento desenvolvido no território pela equipe PrEsp seja qualificado e expressivo, a chegada do público de outros municípios é tão vultosa quanto.

Em Montes Claros o cenário não foi muito diferente, onde se obteve uma média de 193 atendimentos mensais no trimestre. Apenas no mês de setembro observamos um decréscimo já esperado, devido a dois desligamentos de analistas sociais, o que impactou nos resultados obtidos no referido mês. Porém, visando estabelecer prioridades e reduzir os impactos do cenário, a Gestão Social e Supervisão Metodológica do Elo contribuíram para a organização e acompanhamento próximo da execução das frentes de trabalho.

Considerando a atipicidade mencionada, não podemos deixar de destacar os aspectos quantitativos e qualitativos das entregas do trimestre. Os números de novas inscrições e de atendimentos de retorno foram satisfatórios, sessenta e três (63) e duzentos e dezessete (217), respectivamente. Reflexo das articulações da Gestão e equipe técnica nos diversos espaços de rede e da estratégia assertiva de agendamento de retorno do público acompanhado, no intuito de dar continuidade ao desenvolvimento do PAE (Plano de Acompanhamento do Egresso).

Também, o investimento da equipe na realização de atividades coletivas foi notável. Foram realizadas vinte e uma atividades grupais, totalizando 220 participações. Destas, vinte e nove (29) de público egresso, oitenta e sete (87) pré-egresso e cento e quatro (104) familiares. Para isso, a equipe fez uso de locais importantes para vinculação do público com o espaço da UPC e da rede parceira, como por exemplo: CRASs; Eco Galpão (Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis) e Instituto Social Casa do Pão e Presídio Montes Claros I e II. Este movimento é fundamental para ampliação e consolidação das portas de entrada.

Importante salientar que 146 (cento e quarenta e seis) mulheres foram atendidas no período avaliado, em diferentes modalidades de atendimentos, agregando egressas, pré-egressas e familiares de egressos.

Como ação realizada, destaca-se o Grupo de apresentação, no espaço da ECO Galpão. Como a equipe vem observando que o número de egressos acompanhados que trabalham com a coleta de materiais recicláveis está aumentando, se faz estratégica tal aproximação.



Grupo de apresentação realizado no espaço da ECO Galpão – Agosto de 2024

Divinópolis e Santa Luzia, municípios com um histórico crônico de não alcance do indicador de atendimento, ultrapassaram a meta estabelecida no referido período avaliatório.

Divinópolis atingiu 117% da meta estipulada no referido trimestre. A Supervisão Metodológica e Gestão Social do Elo tem investido progressivamente na capacitação da equipe técnica para o fortalecimento da compreensão crítica acerca dos fenômenos de territorialidade e vinculação do público, bem como estimulado a construção de ações inéditas junto aos equipamentos da rede municipal para referenciamento maior do PrEsp no território.

Com o aumento da leitura crítica da equipe técnica sobre os pontos desafiadores do acompanhamento e dos pontos de vinculação do público, tem sido possível alcançar um quantitativo expressivo de atendimentos de retorno, o que evidencia uma confiança, segurança e comprometimento do público em aderir o plano de acompanhamento estabelecido no programa. Além do acesso continuado do público, a equipe tem investido nas intervenções coletivas enquanto estratégia para agregar mais valor aos espaços do programa, sendo assim no último período avaliatório houve a construção de ações direcionadas para o público egresso na Unidade de Prevenção à Criminalidade, em outros espaços da rede em que o público circula, bem como ações coletivas com o público pré-egresso das unidades prisionais do município.



Grupo reflexivo “Novidades Legislativas” em parceria com a Defensoria Pública de Minas Gerais - julho de 2024.

Já Santa Luzia fechou o período com 300 (trezentos) atendimentos, 18 acima do esperado. Apesar disso, a recuperação observada nos meses de agosto e setembro precisam se sustentar nos próximos períodos, a fim de que o indicador se estabilize dentro da meta pactuada.

Merece destaque nesse período a recomposição da equipe ao seu formato original, com profissionais das três áreas de formação preconizadas pelo Programa, quais sejam: Serviço Social, Direito e Psicologia.

Além de impactar na capacidade de atendimento, essa recomposição da equipe vem permitindo maior multiplicidade e troca de saberes, produzindo uma análise mais crítica, profunda e dialogada dos casos e dos encaminhamentos feitos.

Com isto, percebe-se claramente a qualificação do acompanhamento e a maior movimentação dos casos no Programa e na rede. Uma equipe com três analistas ganha fôlego não só quantitativo, mas principalmente qualitativo pela ampliação da criticidade e dos modelos de compreensão e apropriação do próprio trabalho.

Dito isso, alguns pontos precisam ser destacados por terem impactado positivamente o indicador em questão, tais como a retomada dos encontros de rede, que possibilita maior visibilidade do PrEsp junto aos parceiros e ao próprio público; a retomada dos grupos reflexivos com pré-egressos na PPP III, o que permite ampliar a porta de entrada; e a discussão dos casos junto aos serviços de saúde, que possibilitou o acompanhamento conjunto de casos crônicos e de maior gravidade no município.

Merece destaque também, nesse período, o diálogo que vem sendo feito com o novo Juiz da VEP, pela Gestão, desde julho, com o objetivo de apresentar o Programa e dialogar sobre as inconsistências e as informações equivocadas contidas nos termos de assinatura disponibilizados pela VEP. Essa articulação, que se manteve nos meses de agosto e setembro, tem permitido melhorar a compreensão acerca da atuação do Magistrado e o nivelamento das expectativas entre o Programa e a Vara de Execuções.

Além disso, neste trimestre também o Município de Contagem se destacou positivamente, apresentando importante recuperação do indicador 5.1 – Número Acumulado de Atendimentos, quando comparado ao trimestre passado. A meta proposta para o indicador em questão não só foi alcançada como foi ultrapassada, demonstrando a importância de uma equipe completa e alinhada para o trabalho.

Acreditamos que a recuperação está diretamente relacionada à recomposição da equipe, que no último trimestre passou por várias mudanças, e pela retomada de todas as frentes de atuação do Programa no Município.

Nesse sentido, merecem destaque a retomada das ações de apresentação no Centro Pop e Casa de Passagem, contato telefônico e por WhatsApp provocando e mobilizando atendimentos de retorno, e execução do grupo com os pré-egressos da Penitenciária Nelson Hungria em Contagem.

Para além disto, também merece atenção a estratégia adotada pela equipe no período de assinaturas, que consiste em ter sempre uma analista acompanhando as assinaturas e ofertando atendimento inicial ou de retorno para aqueles egressos que apresentarem dúvidas ou demandas naquele momento, sobretudo para aqueles que já são inscritos, mas ainda demonstram alguma incompreensão sobre o Programa.



Ação de Apresentação em Casa de Acolhimento - Agosto de 2024

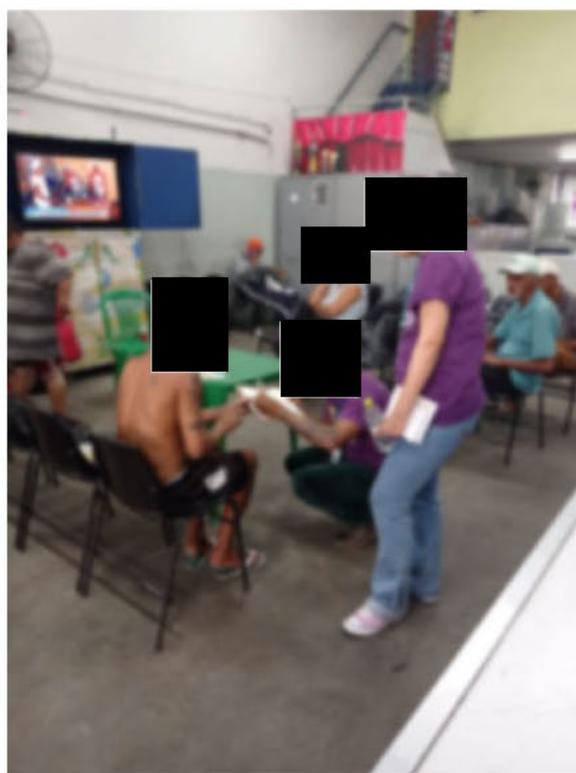
Por outro lado, porém, Belo Horizonte, Ipatinga, Vespasiano e Uberlândia não alcançaram a meta pactuada para este indicador nesse período avaliatório, seguindo o histórico do último trimestre. O município de Belo Horizonte, que tem enfrentado desafios crônicos no alcance da meta estabelecida para o indicador de atendimentos, embora não tenha logrado êxito, atingindo 83% da meta pactuada, o que se observa é uma melhora significativa no desempenho do acompanhamento dos usuários, o que repercute diretamente na majoração dos atendimentos realizados. O presente período avaliatório alcança a marca de maior quantitativo de atendimentos realizados no ano, demonstrando um crescimento de 5% se comparado ao período avaliatório anterior.

Isto se deve ao trabalho de sedimentação dos pontos focais basilares do trabalho, a que a Supervisão Metodológica e Gestão Social do Elo, junto da diretoria têm se dedicado. O empenho tem sido direcionado à maior qualificação do acompanhamento, com o estabelecimento de acordos mútuos de responsabilidade e comprometimento em conjunto do usuário, a fim de que se cristalize uma maior aderência aos objetivos e as intervenções construídas.

Além disso, a partir da leitura crítica acerca da multidimensionalidade das vulnerabilidades que atravessam a vivência do público egresso, bem como a interseccionalidade entre este e a vivência da situação de rua, a equipe tem construído ações junto aos equipamentos especializados no atendimento à população em situação de rua, a fim de ampliar a porta de entrada, contribuindo para que cada vez mais pessoas acessem o programa.



Ação de apresentação no Centro POP leste - julho de 2024.



Ação de apresentação no Centro POP centro-sul - agosto de 2024.

As principais estratégias adotadas para alavancar os atendimentos realizados pela equipe têm sido a aproximação com instituições parceiras nos territórios onde se sabe ser de maior circulação do público egresso, aumento da execução de ações de apresentação e ampliação das discussões de caso com a rede, o que automaticamente gera uma aproximação com esses equipamentos e um fortalecimento do contrafluxo de encaminhamentos por parte desta.

Em Ipatinga o desempenho médio global do trimestre ficou em 69%, bem abaixo do esperado. O município é um dos que ainda possuem a assinatura junto do PrEsp, e a equipe tem percebido que os picos de atendimentos gerados pelas assinaturas trimestrais, como os atingidos nos meses de janeiro, abril e julho deste ano, com respectivamente 204, 129 e 133 atendimentos, não são suficientes para a manutenção da estabilização do indicador nos demais meses. Isso porque, embora as assinaturas

gerem um maior movimento no espaço da UPC, não são todos os usuários que apresentam demandas e vulnerabilidades que justifiquem um acompanhamento pelo programa, estando, pelo contrário, a maioria com um interesse pontual e imediato na resolução de suas questões jurídicas relacionadas à assinatura.

No presente período avaliatório, os atores estratégicos de referência do município (Supervisão Metodológica, Gestão Social, Supervisão da Gestão do Elo e a diretoria do programa) se reuniram para uma discussão ampliada, onde foi possível pensar em apostas e encaminhamentos direcionados para os próximos meses. Em reunião no mês de setembro, a Supervisão Metodológica chamou a atenção da equipe para a reflexão sobre o que tem sido desenvolvido à ampliação da porta de entrada do programa para além da assinatura, e em conjunto fomentou-se a necessidade de pensar os espaços de circulação do público egresso e direcionar o nosso foco para esses territórios estratégicos.

No entanto, vale destacar que, neste trimestre, a equipe de Ipatinga contou com desafios estruturais que impossibilitaram a execução dos grupos reflexivos e de apresentação nas unidades prisionais, pois o carro da Unidade estava em manutenção do início de julho até o mês de setembro. Ou seja, não há que se olvidar dos impactos negativos de tal intercorrência no indicador de atendimento, e, como as unidades prisionais do município se encontram fora do perímetro urbano, não foi possível o deslocamento da equipe via transporte público.

Já em Vespasiano, embora a média de número de atendimentos do trimestre, sessenta e oito (68), tenha atingido o melhor quantitativo em período de avaliação, ainda não avançamos ao ponto de alcançarmos a meta esperada.

O quantitativo de atendimento de retorno, 42 (quarenta e dois), e sobretudo de novas inscrições, 33 (trinta e três), também tiveram um relevante acréscimo.

Dos trinta e três novos inscritos, 28 tiveram como forma de chegada ao PrEsp o encaminhamento pela rede, em sua maioria o 3º setor e os serviços de Assistência Social do município. Compreendido como retorno positivo do investimento da equipe nas ações itinerantes.

Os espaços itinerantes de rede, como a Casa de apoio à pessoa em situação de rua, o CRAS Morro Alto e as Comunidades Terapêuticas (CTs) Monte Sião e Valorizando Vidas, têm se fortalecido enquanto espaços estratégicos para acesso ao público do programa. Ainda que a equipe esteja acessando os espaços da rede para atendimentos individuais e grupais, já se observa o movimento do público de reconhecimento do espaço da UPC para os atendimentos de retorno.

Foram realizadas 14 (quatorze) atividades de grupos, computando 109 (cento e nove) participações. Destas, tivemos 39 (trinta e nove) mulheres participantes. Isso, entre ações realizadas nos espaços supracitados de rede e em Presídios de Vespasiano, Pedro Leopoldo e Lagoa Santa.



Grupo de Apresentação do

Programa realizado na Comunidade Terapêutica Valorizando vidas - Setembro 2024

Programa realizado na Comunidade

Uberlândia, por sua vez, também não alcançou a meta estabelecida para este indicador, assim como no último período avaliatório, ultrapassou a meta em julho, com 173 (cento e setenta e três) atendimentos, e ficou abaixo nos meses de agosto e

setembro, respectivamente com 84 (oitenta e quatro) e 107 (cento e sete) atendimentos. O município teve uma pequena evolução na média global do trimestre deste indicador, tendo alcançado 86% do esperado. Não obstante a pequena evolução, há muito o que se avançar ainda, motivo pelo qual a Diretoria do programa, Supervisão Metodológica, Gestão Social e Supervisão da Gestão do Elo se reuniram para uma reunião ampliada de discussão dos desafios do município.

Embora seja um município com ampla extensão territorial e vantajoso potencial demográfico, há outras questões que se apresentam enquanto desafio para a chegada e manutenção do público egresso em acompanhamento. Algumas das regiões com maior concentração de vulnerabilidades são bem afastadas do centro da cidade, o que, por vezes, dificulta o acesso desta parcela da população ao programa com uma maior frequência, entre outros desafios institucionais que tem sido ponto de atenção no acompanhamento da equipe pela Supervisão Metodológica e Gestão Social do Elo.

Em reunião presencial no mês de setembro, a Supervisão Metodológica do Elo alinhou o escopo de trabalho prioritário e iniciou a construção de um plano de ação com a equipe, no qual foi possível sistematizar as principais frentes de atuação, as datas das atividades e as respectivas referências, na expectativa de que se contorne os desafios apontados. Tal instrumento foi compartilhado e teve contribuição também da Gestão Social, a qual tem acompanhado com maior proximidade no dia a dia da equipe a evolução e a avaliação das ações propostas.

Uberaba também vem enfrentando um grande desafio na retomada do crescimento e estabilização deste indicador, tendo ficado abaixo da meta pactuada após uma recuperação importante no trimestre anterior. Apesar de ter se aproximado muito da meta, esta instabilidade no indicador tem sido ponto de atenção para equipe, supervisão e gestão, uma vez que o indicador vem passando por variações significativas em cada período avaliatório.

Neste trimestre a equipe teve que lidar com período de férias de uma de suas analistas, redução importante dos encaminhamentos feitos ao Programa pela Unidade Prisional, redução do número de participantes nos grupos de pré egressos, e as férias da Juíza da VEP, que levou à suspensão de todas as audiências admonitórias.

Por mais que o período de férias seja algo previsível e passível de organização, em equipes com apenas dois analistas, é impossível dizer que uma redução de quase metade da força de trabalho não impactará significativamente nas entregas. Em Uberaba o Programa conta com uma estagiária, que apesar da sua importância para a equipe e das suas contribuições, têm sua atuação limitada pelo seu processo de formação.

Outro desafio crônico para o município é a relação com o sistema prisional, que tem exigido articulações quase que mensais para viabilizar a execução dos grupos reflexivos e o encaminhamento de egressos para o Presp nos termos do memorando conjunto SUPEC/SUAPI, e ainda assim, temos que lidar com reduções consideráveis como as constatadas neste período.

Por fim, a suspensão das audiências admonitórias em razão do período de férias da Juíza Titular da VEP, também impactou a chegada do público no Programa. Embora em Uberaba já não tenha coleta de assinaturas há anos no Presp, nesse ano foi retomada articulação com o objetivo de estreitar e nivelar a atuação institucional entre o Programa e a VEP.

Um dos encaminhamentos construídos a partir dessa articulação foi a participação de uma analista do Presp nas audiências admonitórias para apresentar o Programa para os egressos presentes e ofertar o agendamento de atendimento na UPC, o que tem sido bastante positivo em termos de porta de entrada e melhor compreensão acerca do Programa tanto para o público quanto para os órgãos do sistema de justiça.

Por fim, acreditamos que apesar dos desafios enfrentados, considerando o histórico do Programa no Município, o indicador retomará seu crescimento e estabilidade nos próximos meses, mas permanece a tarefa permanente de fortalecer a relação com o sistema prisional e melhorar a compreensão do Programa pelos órgãos do sistema de justiça.

Importante destacar que, apesar de todos os desafios enfrentados, as discussões com a rede para construção dos casos têm sido cada vez mais frequentes, participativas e potentes, além do que o Programa tem conseguido dialogar com serviços que sempre ofereceram resistência no atendimento do público egresso. É notável que o Programa tem contribuído para melhor compreensão do público de suas trajetórias de vida, inclusive para além da criminalidade.

Com Governador Valadares não tem sido diferente, o município também tem tido dificuldade em relação ao indicador 5.1 – Número acumulado de atendimentos neste trimestre, ficando abaixo da meta esperada, e apresentando um desempenho pior do que o apresentado no primeiro e segundo períodos avaliatórios.

Porém é importante destacar que esse resultado já era esperado a partir da formalização da devolução das assinaturas para a Vara de Execuções Penais, formalizada no mês de julho.

Embora as assinaturas não estivessem sendo colhidas no Presp desde outubro do ano passado, a indefinição sobre tal situação fazia com que os usuários acabassem recorrendo ao Programa para serem orientados e com isto vários atendimentos acabavam sendo realizados, atendimentos esse que ao longo do último trimestre reduziram significativamente.

Importante destacar que no mês de julho a redução foi menos sensível, pois avaliamos que foi um mês ainda residual de demandas relativas a orientações sobre onde e como passariam a ser colhidas as assinaturas, e com isso vários egressos foram atendidos e tiveram outras demandas também acolhidas e tratadas.

No mês de julho, a equipe ainda teve que lidar com período de férias de um de seus integrantes, o que numa equipe de dois analistas, gera impacto considerável sendo nestes períodos priorizados os atendimentos individuais e ações na UPC, uma vez que o atendimento na unidade não pode ficar descoberto. Portanto, percebe-se nesse período uma redução das ações coletivas e com a rede, em especial das ações de apresentação, e grupos com pré-egressos.

Nos meses de agosto e setembro a redução se manteve, porém percebe-se uma redução dos atendimentos individuais, o que pode ser justificado com o fechamento de uma porta de entrada importante que era as assinaturas, mas de outro lado é retomado o crescimento das ações coletivas com dois analistas e estagiária atuando.

Apesar da queda observada no indicador, é essencial reafirmar a assertividade da decisão de se devolver as assinaturas para a VEP, uma vez que conforme já tratado em relatórios anteriores, o risco gerado para equipe e público atendido, estava muito acima da capacidade de gestão do Programa.

Importante destacar que nesse período também foi observado a mudança no perfil do público que procura o Programa, sendo este mais referenciado pela rede e por outros egressos já em acompanhamento do que por instituições do sistema de justiça e do próprio sistema prisional, o que tem impactado na vinculação.

Isso diz muito sobre o investimento feito para fortalecimento das articulações e fluxos junto a rede, para melhor compreensão e referenciamento do Programa e de um investimento no processo de acompanhamento, pois egressos que compreendem o sentido do Programa e se sentem nestes representados, acabam indicando outros egressos.

Apesar dos desafios enfrentados neste período, merecem destaque as atividades de apresentação e discussão de casos junto a rede, os grupos reflexivos realizados na UPC com os egressos em acompanhamento, em especial para frente de geração de renda e autonomia financeira, e os grupos com pré-egressos na APAC e na Penitenciária.

Importante destacar ainda que Supervisão e Gestão estão atentas à redução observada e junto com a equipe estão construindo estratégias para correção de rota, a partir de uma análise de quais ações de fato estão respondendo ao objetivo proposto, que precisam ser revistas e reformuladas.



Grupo com pré egressas na APAC Feminina - Julho de 2024



Grupo de Apresentação Centro Pop - Agosto de 2024

Diferentemente do cenário do último período avaliatório, Betim e Ibirité se destacaram pelo não alcance da meta estabelecida para este indicador no presente trimestre. Betim atingiu 86% da meta estabelecida, alcançando a meta somente no mês de agosto do referido período, tendo enfrentado alguns desafios estruturais e de pessoal nos últimos meses. A dificuldade em manter uma constância no alcance da meta pode ser atribuída principalmente à mudança da sede da Unidade de Prevenção à Criminalidade no território, o que demanda certo tempo para o correto referenciamento da rede e do público no novo endereço, bem como se relaciona à saída de um dos analistas e da estagiária, recentemente.

A saída desses dois atores acabou por impactar na organização e disponibilidade da equipe para a realização de algumas ações estratégicas no período, tendo atingido principalmente às execuções das atividades coletivas, as quais demandam uma maior disponibilidade e flexibilidade da equipe. No tocante à reposição da vaga de estágio já foi possível realizá-la no último mês, realidade que não se configura, no entanto, para a posição de analista, cujos desafios se apresentaram e tornaram necessária a execução de novo processo seletivo, não obstante o empenho e agilidade do departamento de Recursos Humanos do Elo.

Embora o cenário tenha sido peculiar no município, a Supervisão Metodológica junto da Gestão Social e equipe têm buscado contornar a situação, através de uma organização específica e o estabelecimento de frentes prioritárias de atuação, a fim de que se torne possível a otimização dos recursos disponíveis.

O município de Ibirité obteve a menor média global de número acumulado de atendimento do trimestre, aproximadamente oitenta atendimentos. Fato já esperado em decorrência do fechamento do Presídio Regional de Ibirité, o que impacta diretamente nas ações grupais realizadas com o público pré-egresso.

Por outro lado, observa-se uma crescente de atendimentos de inscrição advindos da Vara de Execuções Penais. E também, o público acompanhado tem se fortalecido enquanto multiplicadores das possibilidades de acompanhamento do programa, despertando o interesse de egressos conhecidos.

Um fenômeno atual e atípico é a possível migração de egressos acompanhados para locais desconhecidos pela equipe, sobretudo da parcela em comum de usuários acompanhados pelo PrEsp e Centro POP do município. As razões apontadas por outros usuários em atendimentos vão desde uma dificuldade de acessos a recursos essenciais à sobrevivência no município até o aumento de conflitos na região central da cidade, principalmente envolvendo a população em situação de rua. Tal contexto tem feito com que alguns usuários optem por mudar para a região do bairro Durval de Barros ou para outros municípios como o de Sarzedo, o que tem fragilizado a construção dos atendimentos de retorno e a consistência do indicador que se refere ao número de atendimento.

Mesmo diante dos impasses mencionados, a equipe tem utilizado estratégias sólidas e criativas para atingir o público pré-egresso, familiares e público acompanhado pelo Programa. Como por exemplo os grupos de apresentação executados em espaços diversos da rede.



Grupo de apresentação do programa realizado no CRAS Novo Horizonte - agosto de 2024



Grupo de apresentação do programa realizado ao lado do CRAS Vila Ideal - setembro de 2024

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 78% •	• 85% •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, minimizando vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento.</p> <p>Para o alcance desse objetivo torna-se necessário a construção de um vínculo do Programa com as pessoas egressas atendidas, já que as intervenções realizadas dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar o percentual de retorno do público atendido ao PrEsp.</p> <p>Para fins desse indicador, considera-se o número de retorno para atendimento no PrEsp das pessoas egressas após a realização da sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos feitos a familiares de pessoas egressas ou de pessoas pré-egressas.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi • 85% •. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 78% •, a meta foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 14 - Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
BELO HORIZONTE	447	559	80%
BETIM	220	238	92%
CONTAGEM	274	324	85%
DIVINOPOLIS	126	160	79%
GOVAL	100	120	83%
IBIRITE	200	217	92%
IPATINGA	154	210	73%
JUIZ DE FORA	437	475	92%
MONTES CLAROS	280	342	82%
RIBEIRÃO DAS NEVES	310	333	93%
SANTA LUZIA	212	249	85%
SETE LAGOAS	238	274	87%
UBERABA	172	210	82%
UBERLÂNDIA	198	237	84%
VESPASIANO	77	110	70%
TOTAL	3445	4058	85%

O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento.

Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PrEsp, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp.

Para fins deste indicador, considera-se vinculado o egresso que retorna ao PrEsp após a sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos de familiares ou de pré-egressos.

Neste trimestre o indicador 5.2 - Percentual de adesão dos egressos atendidos alcançou 109% (cento e nove por cento) na média do trimestre, confirmando a tendência de estabilização observada nos períodos avaliatórios anteriores onde foram apurados as médias trimestrais de 108% (cento e oito por cento) e 110% (cento e dez por cento) consecutivamente.

Apesar da redução sutil, observada em relação ao trimestre anterior, o indicador apresentou excelentes resultados no período, tendo o Programa realizado um total de 4.058 (quatro mil e cinquenta e oito) atendimentos de egressos, sendo que desses, 3.445 (três mil quatrocentos e quarenta e cinco) foram atendimentos de retorno.

Importante destacar que apenas os municípios de Ipatinga e Vespasiano apresentaram indicadores com percentual de adesão abaixo da meta (78%) no acumulado do trimestre, fazendo 73% (setenta e três por cento) e 70% (setenta por cento) respectivamente). Apesar disso na média trimestral, ambos apresentaram resultados importantes em relação ao desempenho do indicador, tendo Ipatinga alcançado 93% (noventa e três por cento) e Vespasiano 90% (noventa por cento).

Dentre os quinze municípios de atuação do PrEsp, em treze o Programa ultrapassou a meta proposta para o indicador de adesão, sinalizando não só um ótimo desempenho, mas principalmente o aprimoramento do trabalho das equipes. Fica latente também a qualificação das frentes de atuação do Programa, o reconhecimento do PrEsp como um serviço especializado para atender a população egressa e principalmente o fortalecimento do vínculo a parte do conhecimento e reconhecimento entre público e política pública.

Cada vez mais o Programa se aproxima daquilo que é seu objeto central que é a manutenção da vida das pessoas egressas, preferencialmente em liberdade e com possibilidades reais de existência e sobrevivência com dignidade e cidadania.

Conforme descrito abaixo, a partir de agora passaremos a uma análise mais detida do indicador de adesão e seu desempenho por município, ficando visível o avanço do Programa na construção de laços, a partir de leituras mais assertivas do perfil, das demandas e das trajetórias de vida do seu público alvo.

Começaremos por Belo Horizonte, que é a capital do Estado e município onde o Programa atua há 21 (vinte e um) anos, o que não torna menos desafiador o trabalho e mais audacioso os objetivos.

Belo Horizonte alcançou novamente a meta percentual para este indicador, atingindo na média global do trimestre 80 pontos percentuais, e tem se destacado no acompanhamento do público. O município tem vindo numa crescente dos atendimentos de retorno, quando analisada a evolução desde o início do ano, tendo alcançado seu ápice no presente período avaliatório, com 181 atendimentos de retorno no mês de julho.

Os atendimentos de retorno é a principal régua para mensurar a efetividade do acompanhamento a que se propõe o programa, pois é justamente nesse movimento dos usuários é que se constrói o vínculo, tornando possível a construção de intervenções mais estratégicas e direcionadas à redução da exposição ao risco e das chances de reentrada prisional dos usuários do PrEsp.

A equipe tem apostado nas discussões de caso com os equipamentos da rede parceira como carro chefe dessa frente metodológica, sendo possível a partir de então sensibilizar a rede para a construção conjunta das intervenções e direcionamentos do caso, bem como garantir minimamente a absorção das demandas discutidas pelas demais instituições públicas.

Além disso, a Supervisão Metodológica do Elo tem monitorado, em conjunto com a Gestão Social, o acompanhamento mensal dos usuários e pautado o estabelecimento da meta de 20 casos/mês, para que o referido escopo de trabalho não fique represado.

Outra ação específica que tem sido adotada pela equipe diz respeito ao acompanhamento do retorno dos usuários, após seu comparecimento, sendo feito contato em até no máximo dois meses do seu último acesso.

Outrossim, o município tem apostado na execução dos grupos de acompanhamento e ações temáticas como a desenvolvida para a conscientização da violência contra a mulher no mês de agosto.



Ação do agosto Lilás executada na comunidade Ribeiro de Abreu - agosto de 2024.

Não obstante o não alcance do indicador de atendimentos no referido período avaliatório, Betim, que se destacou durante todo o ano, foi mais uma vez destaque positivo na superação do indicador de adesão, atingindo uma média de 119% do estabelecido para este trimestre.

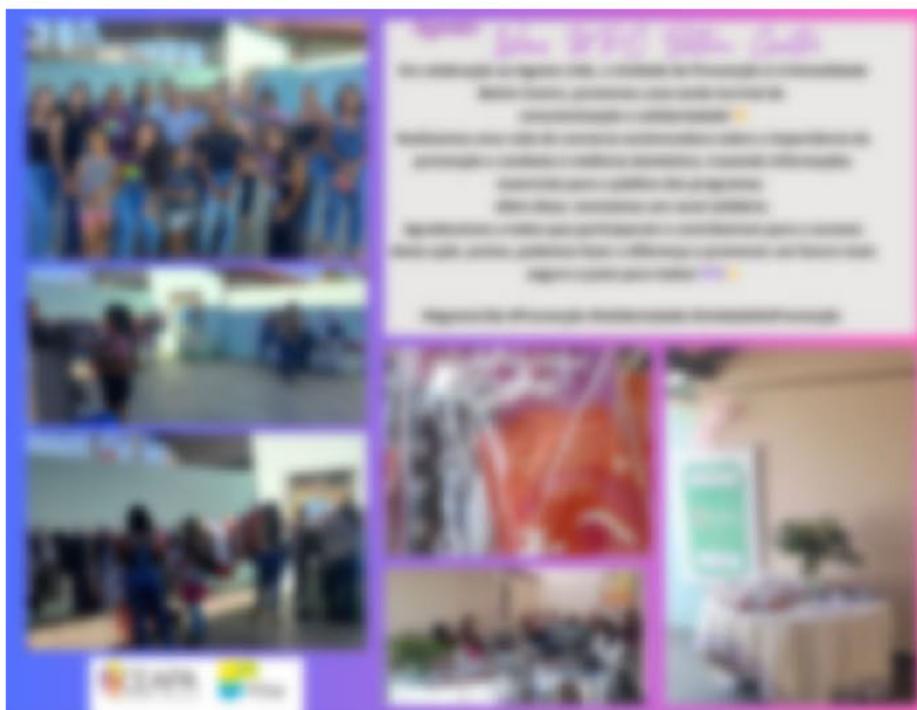
Isto só se torna possível através de um trabalho minucioso de acompanhamento dos casos de modo sistemático, a fim de se concretizar a adesão do usuário na prática, o que se dá através dos retornos provocados pela equipe.

A supervisão metodológica buscou refletir com a equipe uma maneira em que todo esse trabalho de mobilização para os retornos dos usuários ao programa pudesse ser visualizado e manejado de forma rotineira no dia a dia.

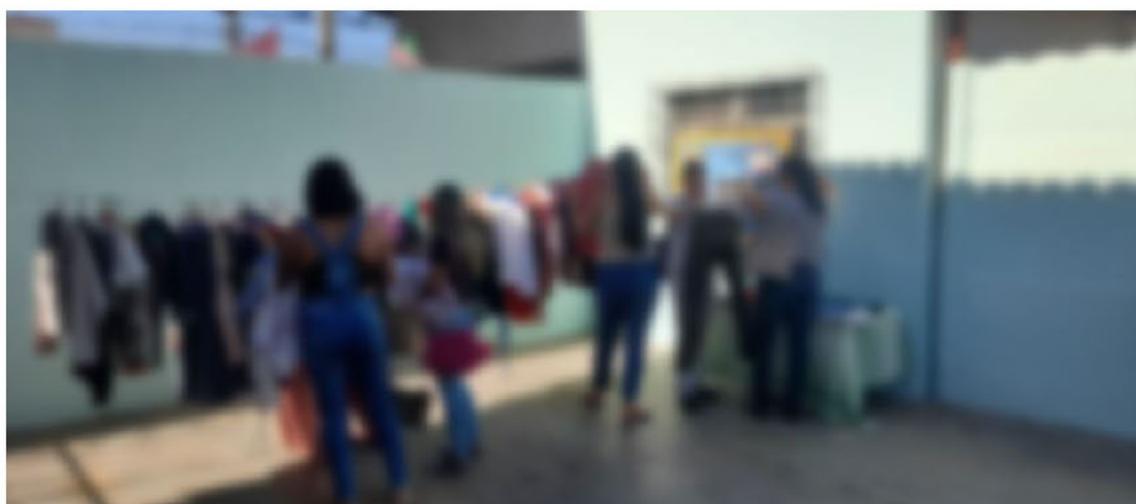
Sendo assim, pautou-se com a equipe técnica a necessidade de desenvolver um instrumento onde fosse possível controlar os retornos provocados, os comparecimentos e não comparecimentos dos usuários, a fim de possibilitar de fato um controle maior sobre essa frente de trabalho.

Acredita-se que tal ferramenta tem contribuído positivamente no trabalho da equipe, a qual consegue realizar mobilizações mais precisas e assertivas com o público, sem deixar que o acompanhamento se perca no tempo.

Além das ferramentas de trabalho, a Supervisão Metodológica e Gestão Social do Elo têm provocado a equipe constantemente para o desenvolvimento de atividades coletivas de acompanhamento, as quais permitem que os usuários retornem, além de proporcionar intervenções numa perspectiva da horizontalidade, o que fortalece o processo de adesão às reflexões propostas e, conseqüentemente, fortalece o vínculo dos usuários com o programa.



"Varal solidário" - Ação do agosto lilás em parceria com a CEAPA - agosto de 2024.



"Varal solidário" - Ação do agosto lilás em parceria com a CEAPA - agosto de 2024.



“Varal solidário” - Ação do agosto lilás em parceria com a CEAPA - agosto de 2024.

Em Divinópolis também é notável e expressiva a evolução do trabalho executado, sendo a meta percentual global estabelecida neste período avaliatório alcançada com tranquilidade.

A adesão se mostrou um dos maiores desafios no PrEsp do município, estando sempre muito próxima do estipulado, mas sem de fato lograr êxito em atingir o indicador estabelecido.

O trabalho e o investimento direcionados à construção e o estabelecimento de rotinas frequentes para avaliação do acompanhamento e a provocação sistemática e periódica do público para retornar ao programa; somados à pactuação inicial com os usuários sobre o comprometimento com aquilo que será objeto de acordo e alinhamento para o acompanhamento individual de cada um, são as principais estratégias adotadas pela equipe e que se relacionam à otimização dos resultados.

Com o fortalecimento do vínculo com o público, o que fica evidente com o crescente quantitativo mensal de retornos dos usuários, torna-se possível, dentro do plano de acompanhamento de cada egresso, a construção de intervenções, reflexões e projetos de vida que se afastem de contextos de riscos criminais ou de vivências violentas.



Grupo reflexivo “Papo de Homem” / Ação temática do agosto lilás - agosto de 2024.

O município de Ibirité obteve uma média de 92,3% de taxa de adesão no trimestre, porcentagem que evidencia o investimento da equipe tanto no que toca o manejo e vinculação do público inscrito nos meses anteriores, quanto na qualificação dos atendimentos de retorno alinhado ao Plano de Acompanhamento do Egresso.

A equipe tem planejado e construído os acompanhamentos através do monitoramento da planilha quantitativa, com observação contínua, para manutenção dos casos que demandam maior atenção. Seja pelo não retorno à Unidade de Prevenção ou por processos de vulnerabilização apresentados ou percebidos.

Os momentos de discussão de caso entre a equipe técnica, com a rede parceira e alinhamentos com a gestão social e supervisão metodológica, tem sido de fundamental importância para uma construção efetiva de ações e estratégias de intervenções visando a individualização dos casos, mesmo para aqueles que acessam espaços coletivos, o que pode ser evidenciado com o quantitativo de 80 atendimentos de retorno realizados no trimestre.



Grupo reflexivo realizado na UPC com o público acompanhado pelo PrEsp / Ação temática do setembro Amarelo - Setembro/2024

Embora Ipatinga não tenha alcançado a meta deste indicador, perfazendo 93% do total estabelecido para a média trimestral, a equipe técnica tem desenvolvido um bom acompanhamento dos usuários, sendo capaz de realizar leituras críticas sobre as vulnerabilidades destaques e tendo compreendido o aspecto da construção colaborativa do plano de acompanhamento dos egressos.

A Supervisão Metodológica do Elo tem buscado nos espaços de reuniões periódicas provocar a equipe para o desenvolvimento de técnicas e tecnologias comportamentais para fortalecer o trabalho direcionado à vinculação e acompanhamento.

E a equipe tem evidenciado nas discussões de caso a evolução de competências como visão crítica, escuta e acolhimento, entre outras habilidades cruciais para o acompanhamento assertivo do público.

Enquanto pontos focais no que toca ao fortalecimento da adesão, a partir de uma leitura acerca do perfil do público e das demandas (baseadas nos dados da planilha de egressos do programa), o Município tem trabalhado para a ampliação das possibilidades de geração de renda e construção de pontes com equipamentos e coletivos sensibilizados ao desenvolvimento de trabalho com o público LGBTQIAPN+.

O grupo de acompanhamento com mulheres, continua se destacando pelo envolvimento, participação e engajamentos das usuárias nas atividades propostas. Destaca-se que a Supervisão Metodológica do Elo, alinhada à Diretoria do programa, tem provocado as equipes a pensarem em ações específicas voltadas ao público feminino, sobretudo haja vista os atravessamentos socioculturais, simbólicos, financeiros, familiares e estruturais aos quais elas estão inseridas.



Grupo “Maternidade e o cárcere” - setembro de 2024.



Grupo “Maternidade e o cárcere” - setembro de 2024.

Ipatinga tem se destacado na perenidade e na operacionalização desse espaço coletivo, em que é possível a reunião do público feminino do programa para tratar de temáticas pertinentes à vivência da mulher no mundo contemporâneo atreladas à vivência do prisional e os impactos que tal experiência é capaz de gerar na vida de cada uma.

O espaço tem se fortalecido a cada dia e se tornado referência no município, para mulheres egressas e familiares do público egresso, configurando-se enquanto um espaço potente e estratégico, onde a troca, a escuta e as intervenções são capazes de gerar reposicionamentos, auto reflexão e mudança de posturas diante de alguns desafios.

Em relação ao indicador de Adesão, Juiz de Fora mais uma vez chamou a atenção chegando a 92% pontos percentuais na média mensal e 118% (cento e dezoito por cento) na média do trimestre, e se mantendo acima da meta pactuada durante todos os períodos do ano já avaliados até aqui.

Acreditamos que o excelente resultado observado ao longo deste ano e mais uma vez apurado neste trimestre está relacionado com a estabilidade da equipe, que há muito tempo não passa por mudanças significativas o que permite desenvolvimento técnico e metodológico, além de maturidade e experiência profissional acumulada ao longo do tempo.

Importante destacar que são muitos os desafios enfrentados pelo Programa no acompanhamento do público no Município, que não está imune às fragilidades da rede e a crescente interseção de vulnerabilidades no público, onde se apresenta de forma quase dramática e indissolúvel as questões afetas à saúde mental, dependência química e situação de vida nas ruas.

A fim de responder à crescente complexidade das demandas, a equipe recorre não só à rede formal, mas à rede informal, construindo alternativas a partir dos casos. Nesse sentido merece destacar também o crescimento das Comunidades Terapêuticas que tem acolhido um número considerável de egressos.

Merecem destaque as intervenções realizadas neste período a partir do Refletir, grupo realizado na UPC com os egressos acompanhados, que busca trabalhar de forma coletiva as demandas mais prementes do público fortalecendo processos de sociabilidade não violenta a partir da escuta e da troca de experiências mútuas.

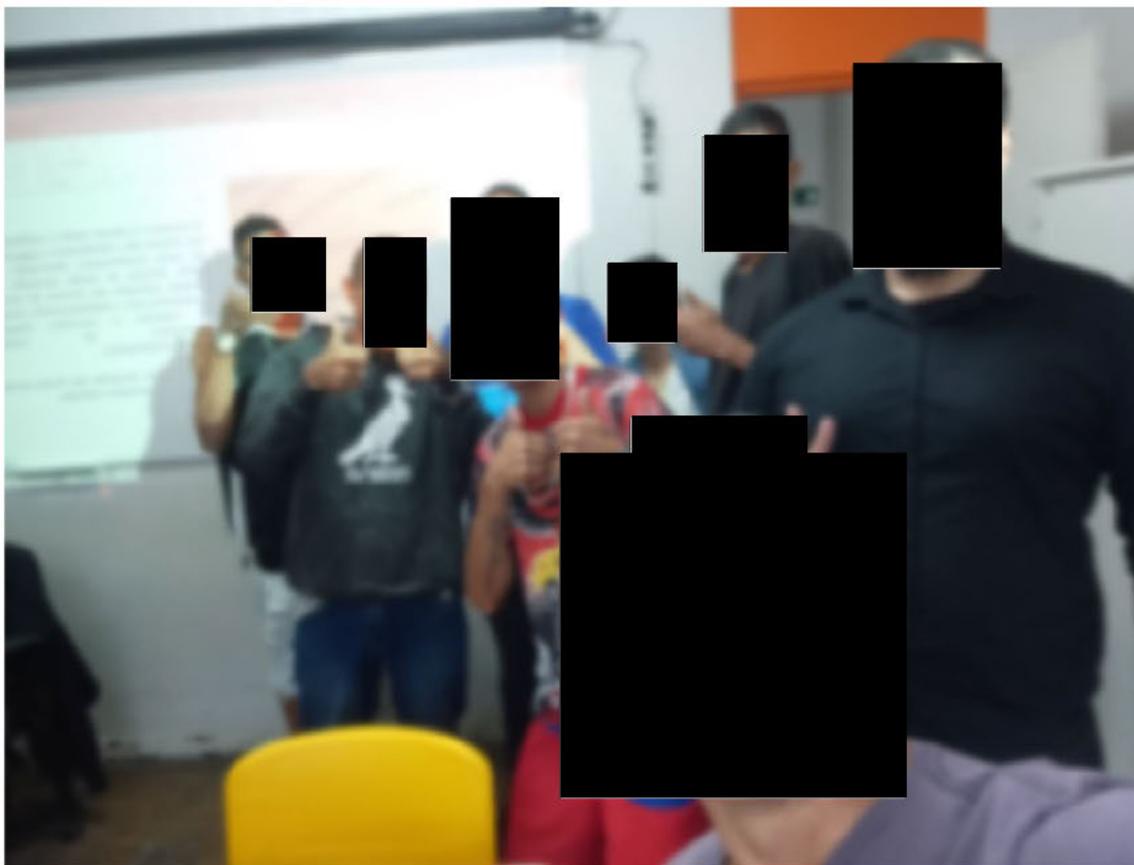
Outra ação que tem favorecido a vinculação do público é a articulação com o Coletivo Escuta na Praça, que oferece acolhimento, escuta e triagem de demandas psicológicas em praças da cidade.

Além de ser uma possibilidade de encaminhamento de egressos, esta parceria também tem permitido que egressos em situação de rua e em outras situações que não chegam ao PrEsp, atendidos neste contexto acessem o Programa e minimamente tenham suas demandas acolhidas e tratadas de alguma forma.

Para além destes, a boa adesão do público está relacionada também às estratégias da equipe para favorecer os atendimentos de retorno, o acompanhamento qualificado das demandas encaminhadas e seus desfechos, além de processos reflexivos com o público egresso e pré egresso.



Atendimento do Coletivo Escuta na Praça - Julho de 2024



Formatura do Curso de Garçon e Garçonete - Julho de 2024

Em termos numéricos os Municípios de Sete Lagoas, Contagem, Santa Luzia e Uberaba, não apresentaram alteração significativa, ficando todos acima da meta proposta, mas sempre dentro do percentual esperado.

Todavia todos refletem o investimento feito pela supervisão metodológica durante todo ano na qualificação do processo de acompanhamento no Programa, estabelecendo maior rigor metodológico com capacitações e supervisões voltadas para este fim, e a retomada da importância da estruturação do acompanhamento a partir do PAE.

Trata-se de investimento coletivo da supervisão metodológica somado aos esforços dos gestores no acompanhamento in loco das equipes e o compromisso ético e profissional que precisa ser demonstrado por estas ao atuarem no Presp.

Acreditamos que essa conjugação de esforços tem levado o indicador de adesão para o patamar que se espera de um Programa que atua com pessoas egressas do sistema prisional, oferecendo atendimento qualificado e acompanhamento sistemático dos casos.

Dito isso, é essencial nomear as ações que cada equipe tem desenvolvido e que tem contribuído para a manutenção, estabilização ou melhora do indicador de adesão a partir da realidade de cada Município.

Em Sete Lagoas a equipe está focada na qualificação da escuta e acompanhamento do público, apresentando não só uma escuta sensível das demandas, mas uma melhor organização e distribuição dessas e das intervenções necessárias a serem feitas no tempo e espaço.

Desse modo, desconcentra-se a necessidade de se resolver tudo num único atendimento, trabalha com o público a importância de se organizar as demandas, desejos e escolhas, a partir de uma hierarquia de prioridades/necessidades. Trabalha-se com o possível e o tangível sem anular o desejo do outro, mas o responsabilizando pelo que ele elege como prioridade para a própria vida.

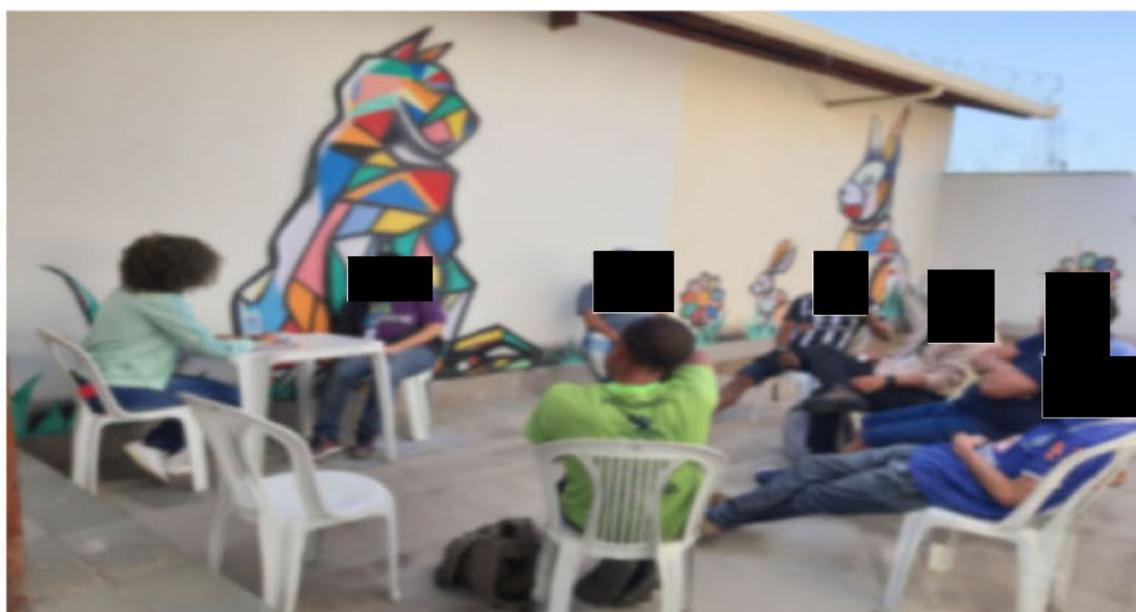
A supervisão vinha pautando estas questões a fim de que a equipe conseguisse avançar na compreensão de que não é possível resolver problemas crônicos, que acabam agudizando por falta de tratativa adequada, sempre em caráter de urgência, ou na lógica de atendimento único.

Para se trabalhar isso com o público é preciso que a equipe esteja convencida e seja capaz de atuar a partir de intervenções conectadas com a realidade e necessidade de cada caso. Com isso se consegue esvaziar a expectativa do público de que tudo será resolvido num único atendimento, assim como qualificar a equipe para uma atuação crítica que não pode ser pautada o tempo todo na urgência do caso.

Em Contagem o esforço vem sendo a apropriação do trabalho pela equipe na sua nova formação, sendo necessário investir na construção do vínculo e compreensão do perfil do público atendido e das principais demandas relatadas ou identificadas.

Nesse sentido o foco tem sido a oferta de atendimentos no período de assinatura para egressos que apresentem dúvidas sobre o Programa ou sobre a própria condição. Fomentar atendimentos de retorno por meio de buscas ativas de casos que abandonaram o acompanhamento é outra estratégia adotada, assim como contatos telefônicos e pelo whats app.

Por fim, mas igualmente importante e com resultados satisfatórios, temos a articulação com Casas de Acolhimento, Centro Pop e Abrigos da cidade, para localizar e ofertar atendimento de retorno para os egressos em situação de rua, que não possuem meios próprios de comunicação como telefones celulares, e apresentam grande dificuldade na regularidade de atendimentos.



Grupo Incluir - Julho de 2024

Santa Luzia, por sua vez, tem investido na identificação e delimitação dos fatores e comportamentos de risco criminal, para além das vulnerabilidades sociais e econômicas, a fim de construir intervenções que convidem o egresso a refletir e repensar a própria trajetória e a necessidade de autopreservação e minimização de riscos.

Tais intervenções são construídas e realizadas a partir das demandas apresentadas pelos egressos que relatam de forma sistemática situações de risco, como ameaças de morte, dívidas com o tráfico de drogas e cometimento de pequenos delitos ou exploração e abuso de familiares vulneráveis para manutenção do uso de drogas.

Se destacam também os conflitos e a ruptura dos vínculos familiares, prostituição, exploração e violência sexual, moral e psicológica quando se trata de mulheres egressas. Para além disso, a equipe tem aumentado as articulações de rede para discussão e construção dos casos, buscando o acompanhamento multidisciplinar, intersetorial e compartilhado do público.

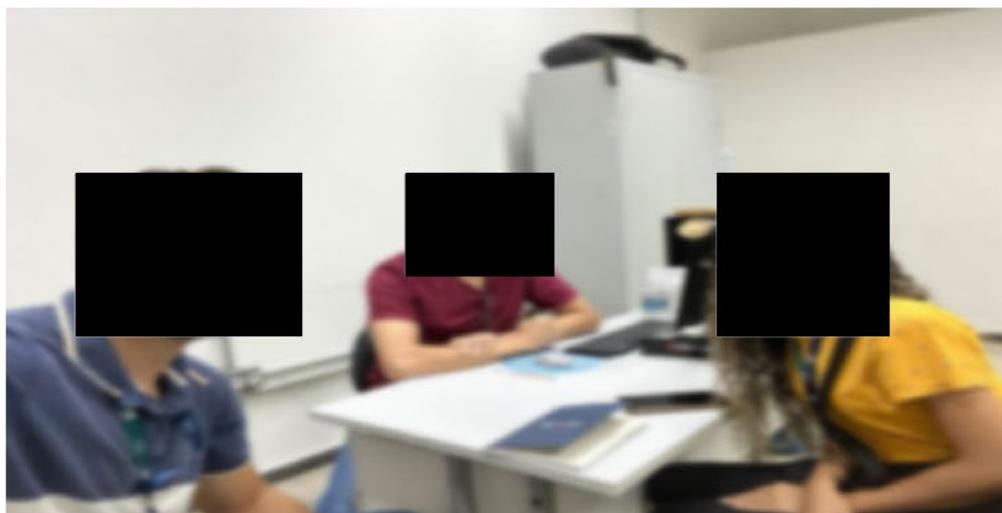
Embora tenha sido percebido uma redução de 7% (sete pontos percentuais) em relação ao trimestre passado, Governador Valadares, tem fortalecido o indicador de adesão a partir do acompanhamento focado na leitura do perfil do público atendido e na construção de articulações de rede voltadas para a construção dos casos e das demandas prevalentes do público.

Desse modo, neste período foram realizadas atividades coletivas a fim de fortalecer a geração de renda e autonomia econômica do público e de seus familiares, bem como possibilidade de aumento de escolaridade e qualificação profissional.

A qualidade das intervenções feitas com pré-egressos também tem favorecido a vinculação do público, que hoje procura o Programa mais por indicação de outros egressos e pré-egressos do que pelos meios tradicionais de chegada ao Programa que são o Judiciário e o próprio sistema prisional.

Egressos que chegam indicados por outros egressos ou encaminhados por serviços da rede nos quais já estão vinculados, tem apresentado uma boa adesão ao acompanhamento, maior receptividade das intervenções realizadas pela equipe e maior clareza sobre as próprias necessidades.

O desafio colocado para a equipe nesse momento é fazer buscas ativas oferecendo atendimentos de retorno para egressos inscritos a mais tempo e que não tenham retornado ao Programa de forma regular, buscando atendimentos sempre numa lógica de urgência ou após outras reentradas.



Discussão de caso com Cras Central - Julho de 2024



Grupo Reflexivo com egressos e familiares na UPC sobre o Agosto Lilás -
Agosto de 2024

Em Uberaba o indicador de adesão vem sendo fortalecido também pelo acompanhamento dos casos de forma próxima e dialogada com a rede e com os familiares do egresso sempre que possível, pois o público tem se apresentado cada vez mais vulnerável e mais exposto a inúmeras violências.

Tentar mobilizar a família numa perspectiva protetiva para o egresso se faz necessário, pois a equipe tem percebido que por vezes o acompanhamento fica prejudicado ou é interrompido em razão de recaídas ou intensificação do uso de drogas em especial do álcool, situações de ameaça ou outros eventos e fatores de risco criminal que forcem a evasão/migração quase que permanente entre vários territórios da cidade.

As questões afetas ao sofrimento mental sem o devido acolhimento e tratamento, também impactam de forma considerável a adesão ao acompanhamento e a capacidade do egresso ressignificar sua trajetória construindo alternativas de vida mais seguras e de menor exposição a riscos pessoais e sociais.

Nesse período o foco foi a discussão dos casos, a construção de encaminhamentos e de intervenções conjuntas para as demandas sem atendimento e que tem impactado a sobrevivência de pessoas egressas, criando ou intensificando situações de exposição a risco a inúmeras violências.

Ampliar as ofertas de acesso a bens, produtos e serviços é essencial para fortalecer o vínculo do público com o Programa, considerando a complexidade dos casos, a infinidade de demandas e as limitações institucionais e fáticas do PrEsp.

Os indivíduos só retornam para aquilo que lhes atendem, lhes oferecem saídas, rotas de fuga, e perspectiva de futuro, portanto mais do que resolver problemas, é preciso fomentar os sonhos a partir da realidade.

Em Ribeirão das Neves a meta foi alcançada mais uma vez com sucesso, chegando a uma média mensal de 93% de adesão no trimestre, ultrapassando com facilidade a meta estabelecida para este indicador.

O município tem se destacado com um trabalho técnico e uma leitura crítica sobre o público, além disso, a equipe tem conseguido ampliar seu repertório de intervenções e construções nos acompanhamentos individuais de cada usuário, a partir das reflexões e provocações vivenciadas nos espaços de capacitação ofertados.

Nota-se, durante todo o ano, a estabilização deste indicador, o que aponta para uma boa compreensão e comprometimento da equipe técnica e dos usuários do programa acerca do processo de acompanhamento.

Apesar de não ter alcançado o indicador de atendimento neste trimestre, Uberlândia ultrapassou a média percentual para o indicador de adesão, na análise global do período avaliatório, atingindo aproximadamente 106% da meta estipulada.

O município executou 4 grupos de acompanhamento no espaço da Unidade de Prevenção à Criminalidade e vem se empenhando na construção de um acompanhamento que envolva os usuários enquanto protagonistas de suas histórias e responsáveis por todas as suas ações.



Grupo sobre o indulto em parceria com o projeto livre da faculdade de Direito da UFU - julho de 2024

Além disso, observou-se um aumento significativo no quantitativo de retornos do público acompanhado, se comparado aos trimestres anteriores, tendo passado de 151 no último período avaliatório para 198 atendimentos de retorno no presente trimestre, o que revela uma maior vinculação do público e destaca um trabalho cuidadoso e comprometido com o acompanhamento multidimensional e regular pela equipe técnica.

Vale destacar, que o município apresentava baixas constantes no indicador de adesão, o que foi objeto de algumas supervisões metodológicas específicas, bem como objeto frequente de intervenção conjunta envolvendo a Gestão Social do Elo e a Supervisão Metodológica.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 1.566 •	• 1.792 •
Descrição do Indicador	
<p>O PrEsp desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de pessoas egressas nos diversos serviços e projetos sociais existentes.</p> <p>Para fins desse indicador, são consideradas atividades de mobilização:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reuniões realizadas para construção de fluxos de encaminhamento do público atendido; 2. Reuniões realizadas com entidades da rede de proteção social para discussão de casos; 3. Número de participação em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede parceira em cada município; 4. Reuniões realizadas para o fomento de ações de profissionalização e empregabilidade de pessoas egressas do sistema prisional e/ou seus familiares; 5. Reuniões realizadas em unidades prisionais para fomentar a realização de ações conjuntas e/ou o encaminhamento do público quando este adquire o direito à liberdade; 6. Articulações realizadas em encontros de rede promovidos pelo Programa. 	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 foram realizadas cumulativamente • 1.792 • atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 1.566 •, o objetivo foi alcançado integralmente (14,43% acima do estabelecido). Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 15 - Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

UPC	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE	120	32	23	17	192
BETIM	66	10	10	10	96
CONTAGEM	74	12	10	12	108
DIVINOPOLIS	78	17	13	12	120
GOVAL	60	6	9	11	86
IBIRITE	93	14	21	21	149
IPATINGA	46	10	20	12	88
JUIZ DE FORA	76	15	20	12	123
MONTES CLAROS	97	13	16	11	137
RIBEIRÃO DAS NEVES	82	15	21	21	139
SANTA LUZIA	64	10	10	11	95
SETE LAGOAS	70	13	13	12	108
UBERABA	78	14	12	11	115
UBERLÂNDIA	84	13	14	16	127
VESPASIANO	78	13	12	6	109

UPC	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
TOTAL	1166	207	224	195	1792

No terceiro período avaliatório, é observado a progressão do quantitativo alcançado no indicador **5.3 Número acumulado de atividades de mobilização da rede**. Com 626 (seiscentos e vinte e seis) ações de redes realizadas, ultrapassados a meta estipulada e tivemos o número mais satisfatório dos períodos avaliados durante o ano de 2024.

Dos 15 (quinze) municípios que executam o Programa, somente em 4 (quatro) situações o indicador de rede não foi alcançado durante o trimestre, o que demonstra a qualidade das entregas e a robustez que este indicador representa para o PrEsp.

As atividades de mobilização estão diretamente entrelaçadas aos demais indicadores de impacto do programa, bem como no objetivo comum de promoção da Política de Prevenção nos municípios.

Como ações que colaboraram para o êxito coletivo, podemos destacar as de discussões de caso, fomento a novas portas de entradas, alinhamento de fluxos e qualificação dos encaminhamentos e encontros ampliados de rede.

Para materialização dos pontos mencionados, apresentamos a seguir a análise das ações realizadas no trimestre, e os impactos nos resultados alcançados.

Belo Horizonte ultrapassou consideravelmente a meta estabelecida para o indicador de mobilizações de rede neste trimestre, tendo executado 120% do estipulado. Destaca-se um movimento estratégico adotado neste período avaliatório, a partir do qual a equipe aumentou o investimento nas mobilizações da rede para discussão de casos em comum com os equipamentos e instituições do município. A equipe executou 26 mobilizações de rede para discussão de casos, do total de 72, ou seja 36% do total de redes executadas, espera-se com isso alcançar uma maior qualidade nos encaminhamentos e diluir a concentração dos desafios junto da rede parceira, observada a competência de cada equipamento.

Enquanto resultados de tal movimento, pode-se destacar uma compreensão mais profunda dos casos, da trajetória de circulação dos sujeitos, dos limites institucionais dos demais serviços com alguns usuários, a construção de intervenções e ações multidisciplinares e intersetoriais, o que tem reverberado direta e positivamente na qualidade do acompanhamento da equipe do PrEsp BH.

O município de Divinópolis também ultrapassou o índice referente a este indicador estipulado para o período avaliatório, superando, em aproximadamente, 17% a meta estabelecida. O município tem apostado na ampliação das ações de rede e das discussões de caso dos usuários acompanhados, a fim de ramificar e fortalecer a atuação do PrEsp em Divinópolis. A estratégia central, construída pela Gestão Social em parceria com a Supervisão Metodológica do Elo, tem sido o direcionamento para a rede, sempre que possível, a partir de um caso, pois assim é possível aproximar através dos acessos e do acompanhamento dos usuários.

Outrossim, a equipe tem buscado fortalecer as parcerias municipais da rede de empregabilidade, partindo inicialmente de um mapeamento e seguindo para a aproximação e verificação acerca da possibilidade de alinhamento de fluxo de encaminhamento junto desses atores.



Articulação de rede para empregabilidade junto à construtora D'Ávila - agosto de 2024.

Governador Valadares, por sua vez, ficou abaixo da meta prevista novamente, sendo julho, assim como junho no trimestre anterior, o mês mais crítico do período avaliatório, com somente 6 (seis) articulações/mobilizações de rede.

Não por coincidência o mês em que o indicador apresentou pior resultado foi exatamente o período de férias de um dos analistas da equipe, o que confirma que em equipes de apenas dois analistas, o impacto na redução da força de trabalho é inegável. Nestes períodos, a prioridade sempre será os atendimentos internos e manutenção do funcionamento regular do Programa dentro da UPC.

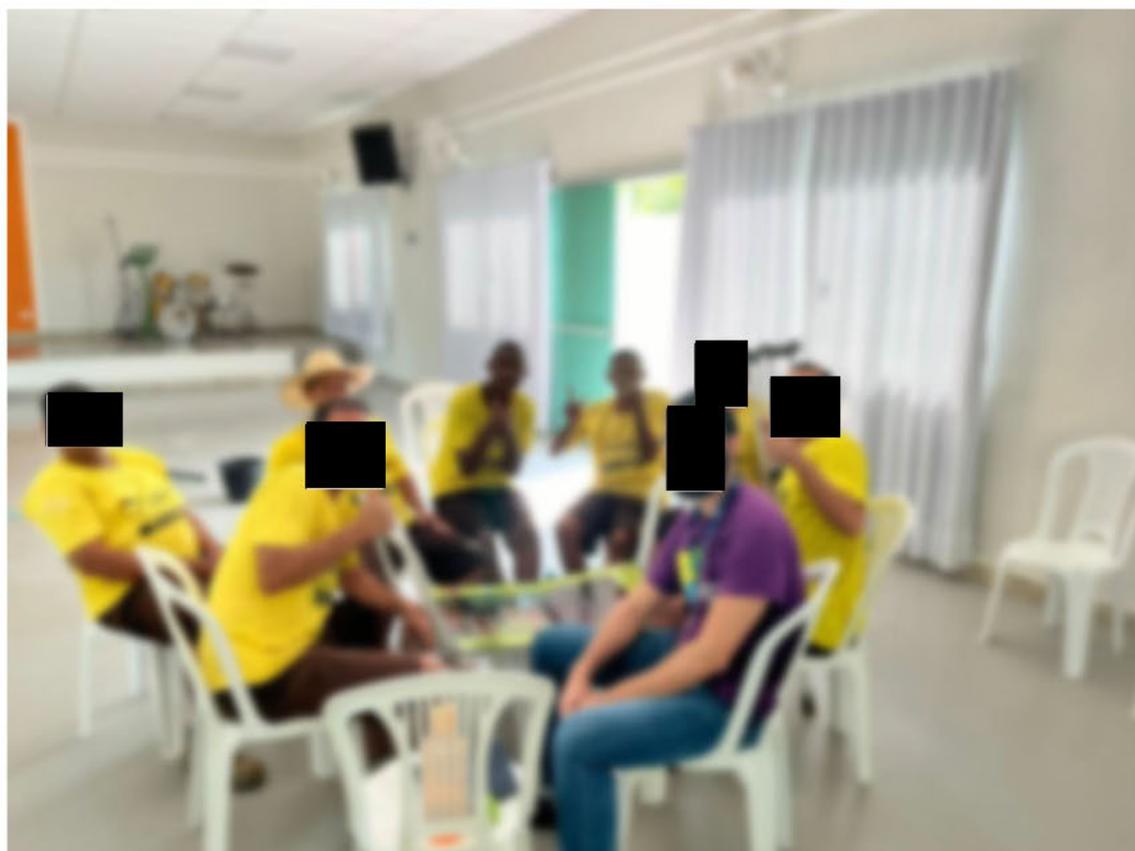
Outros fatores também têm impacto no rendimento desse indicador no município, como o período eleitoral, que tem provocado mudanças de gestores e coordenadores dos serviços, indisponibilidade de agenda, e as por vezes recuo estratégico para que não haja desvio de finalidade nas articulações propostas em virtude de objetivos políticos partidários.

Outro fato que incidiu para o resultado negativo, é a grande demanda para utilização do carro disponibilizado para o município, que precisa atender aos quatro Programas da Prevenção e ambas as Gestoras também.

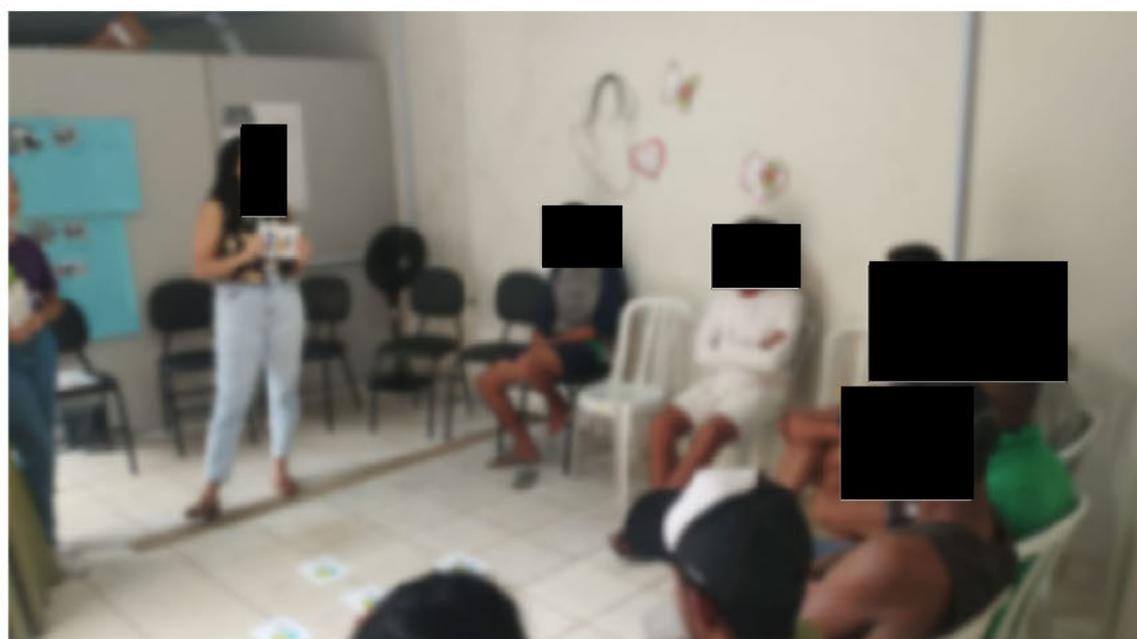
Importante ressaltar que a equipe não fica à mercê da agenda do carro para circular no município e articular rede, mas o deslocamento feito pelos meios convencionais não permite a otimização do tempo e dos recursos. Com o carro a equipe consegue numa única saída fazer três, quatro articulações, ou fazer uma e retornar para unidade em tempo hábil para outras atividades.

Esse deslocamento por meio de transporte público reduz a uma articulação por saída no máximo e sem possibilidade de retorno para a unidade em razão da distância, do tempo de deslocamento e da espera do transporte público.

Outras estratégias estão sendo propostas como tentar pautar o espaço da UPC, como espaço dessas articulações, mas também depende da disponibilidade e condições de deslocamento dos parceiros, que a depender da natureza dos serviços e do perfil do público, estão localizados inclusive fora do perímetro urbano da cidade, como é o caso das Comunidades Terapêuticas e outras.



Grupo de Apresentação na Comunidade Terapêutica Missão Vida - Setembro de 2024



Grupo de Apresentação Centro Pop - Setembro de 2024

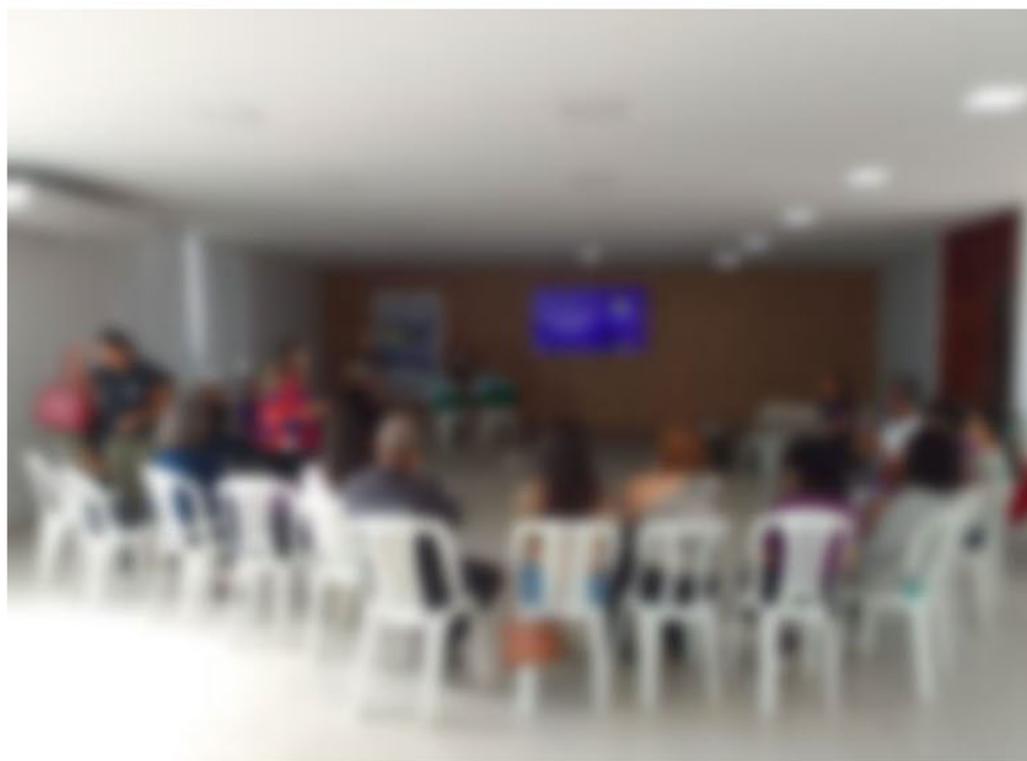
Outro município que ultrapassou a meta estipulada para o indicador de rede foi o de Ipatinga, alcançando o patamar de 140% da execução esperada para as mobilizações de rede. O município, além de enfrentar desafios relacionados à porta de entrada do programa, têm se deparado com casos desafiadores, cuja articulação e construção em rede se torna intrínseca ao processo

de inclusão social do usuário. Portanto, a aposta na intensificação e diversidade das mobilizações de rede é uma estratégia vinculada à qualificação do acompanhamento e à potencialização da porta de entrada, através dos encaminhamentos das instituições parceiras.

Destaca-se o primeiro encontro de rede promovido pelo PrEsp do município neste ano, com o intuito de levar a pauta do programa com protagonismo, ressaltar a perspectiva da segurança cidadã e gerar conexão com os equipamentos de rede do município. O encontro contou com a participação de 10 instituições da rede local.



Encontro de rede sobre a "Segurança Cidadã" promovido pelo PrEsp - agosto de 2024.



Encontro de rede sobre a “Segurança Cidadã” promovido pelo PrEsp - agosto de 2024.

Além disso, a equipe tem construído mobilizações de rede diversificadas, sempre norteadas pelas necessidades e demandas apresentadas pelo público, sendo assim no presente trimestre foram realizadas: 12 articulações para alinhamento de fluxo de encaminhamento, 9 discussões de caso, 7 participações em encontros promovidos pela rede parceira, 3 articulações para fomento de ações de profissionalização/empregabilidade para o público, uma reunião com o sistema prisional e um encontro de rede promovido pelo programa.

Juiz de Fora se destacou também, sendo que foram realizadas 47 articulações no período, superando todos os outros períodos avaliados.

Acreditamos que esse investimento feito em relação às articulações de rede certamente impactou nos indicadores de atendimento e de adesão na medida que ampliação de ofertas e qualificação do acompanhamento favorece não só a vinculação como também fortalece a confiança do público em relação ao Programa.

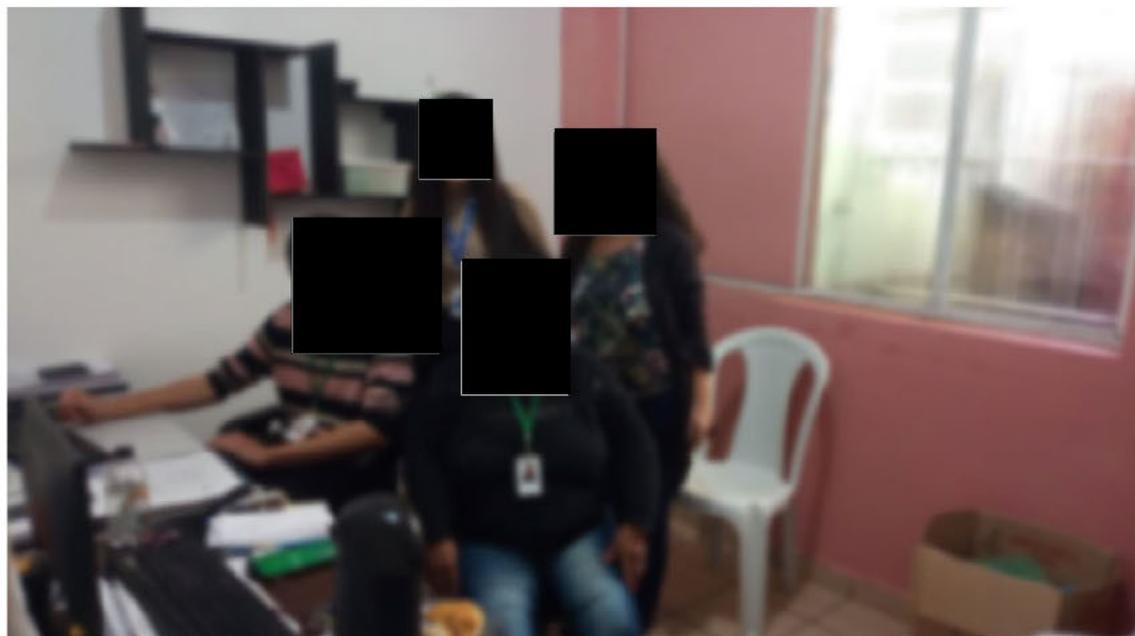
Dentre as inúmeras atividades e articulações realizadas nesse período, merecem destaque as Ações de Apresentação junto às Comunidades Terapêuticas e Casas de Acolhimento.

Tais articulações têm possibilitado a chegada do público egresso que se encontra acolhido nestas instituições, bem como a retomada do acompanhamento daqueles que o Programa não conseguia localizar por não estarem residindo mais no endereço informado e não possuírem mais contato telefônico.

A aproximação com estas instituições tem permitido também compreender melhor o percurso e as interseções entre egressos do sistema prisional, pessoas em situação de vida nas ruas e dependência química.

Também merecem destaque as discussões de caso realizadas com os Programas de Base Territorial, o encontro das equipes de todos os Programas da Política de Prevenção no Município, que teve por objetivo pensar de forma articulada ações de prevenção à criminalidade e leituras dos diversos cenários que se apresentam para o Município e para os públicos dos Programas.

E por fim, as articulações feitas com equipamentos e serviços da Política de Assistência Social no Município que possibilitaram discussões sobre dinâmicas, fatores de risco e comportamento criminal do público em comum ao Preso e a estes serviços.



Articulação de rede com Casa de Passagem para Mulheres - Agosto de 2024

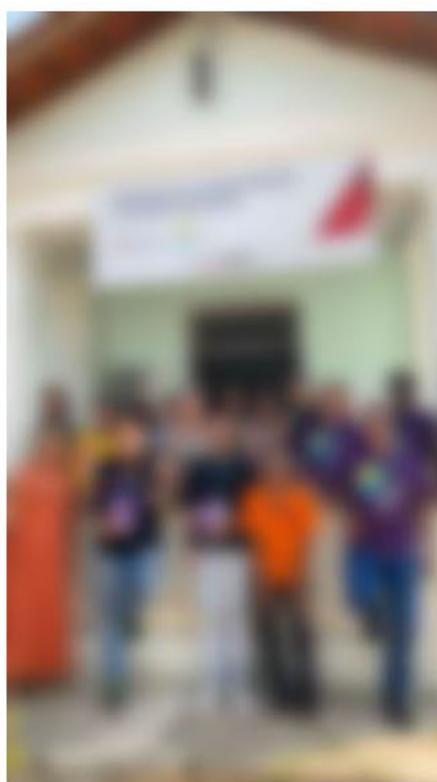


Articulação de rede Cras Nordeste - Agosto de 2024

Em Ribeirão das Neves, a meta estipulada para este indicador foi superada, atingindo na média global do trimestre 158% da execução esperada. Ressalta-se que o município tem construído uma estratégia de aproximação da rede territorial, alinhada ao fortalecimento da compreensão das demais instituições do município acerca do PrEsp. Destaca-se ainda que, pela primeira vez no ano, a equipe, a partir da provocação da Supervisão Metodológica e Gestão Social do Elo, promoveu um encontro de rede no espaço da Unidade de Prevenção à Criminalidade, com o intuito de aproximar as instituições municipais da realidade do programa.



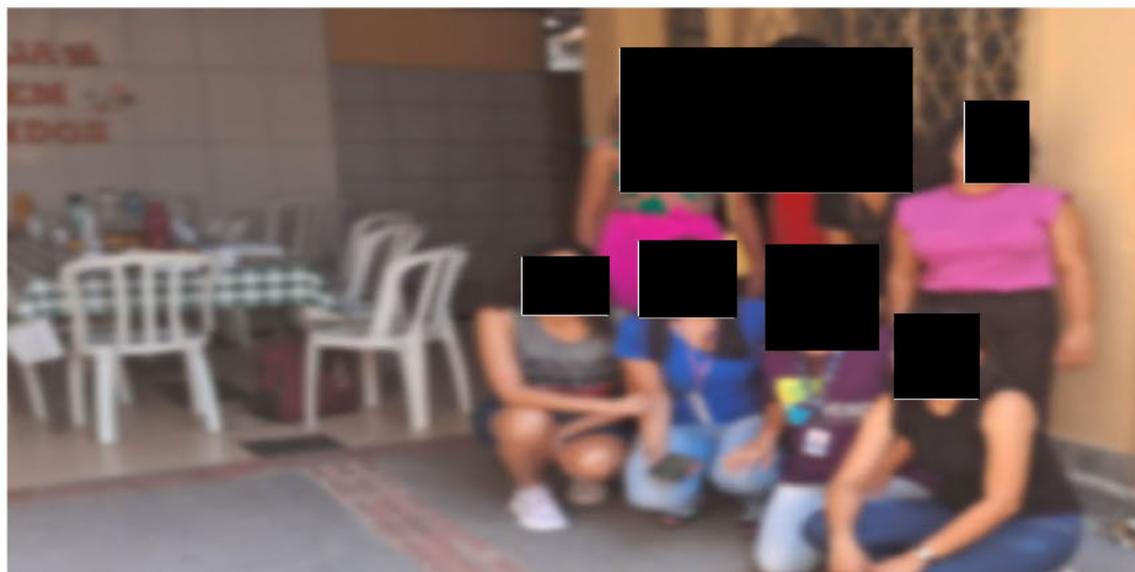
Encontro de rede realizado pelo PrEsp de Ribeirão das Neves - setembro de 2024.



Encontro de rede realizado pelo PrEsp de Ribeirão das Neves - setembro de 2024.

Os Municípios de Contagem, Santa Luzia e Sete Lagoas também apresentaram bom desempenho no indicador de rede, alcançando a meta prevista, porém sem alterações significativas em relação aos períodos anteriores.

Merece destaque o empenho dessas equipes na manutenção e estabilização do indicador com ações permanentes de mobilização e articulação de redes que potencializam o acompanhamento e ampliam ofertas de proteção social para o público atendido pelo Presp.



Articulação de rede Regional Sede em Contagem - Setembro de 2024



Reunião de rede com Consultório de Rua UBS Morada Nova em Contagem -
Agosto de 2024

Uberaba também chamou a atenção pelo seu bom desempenho em relação ao indicador de rede neste trimestre, totalizando 37 articulações, apesar da redução observada no mês de setembro. Nesse período o investimento em relação a rede foi pautado nos equipamentos onde foi identificada maior circulação do público egresso e serviços essenciais de saúde e proteção social.

Nesse sentido se destacam as articulações com as Unidades Básicas de Saúde para apresentação do Programa e discussão de casos, o diálogo com a Abordagem Social para alinhamento de fluxo; Centro Pop, Caps, Caps Ad para discussão de casos.

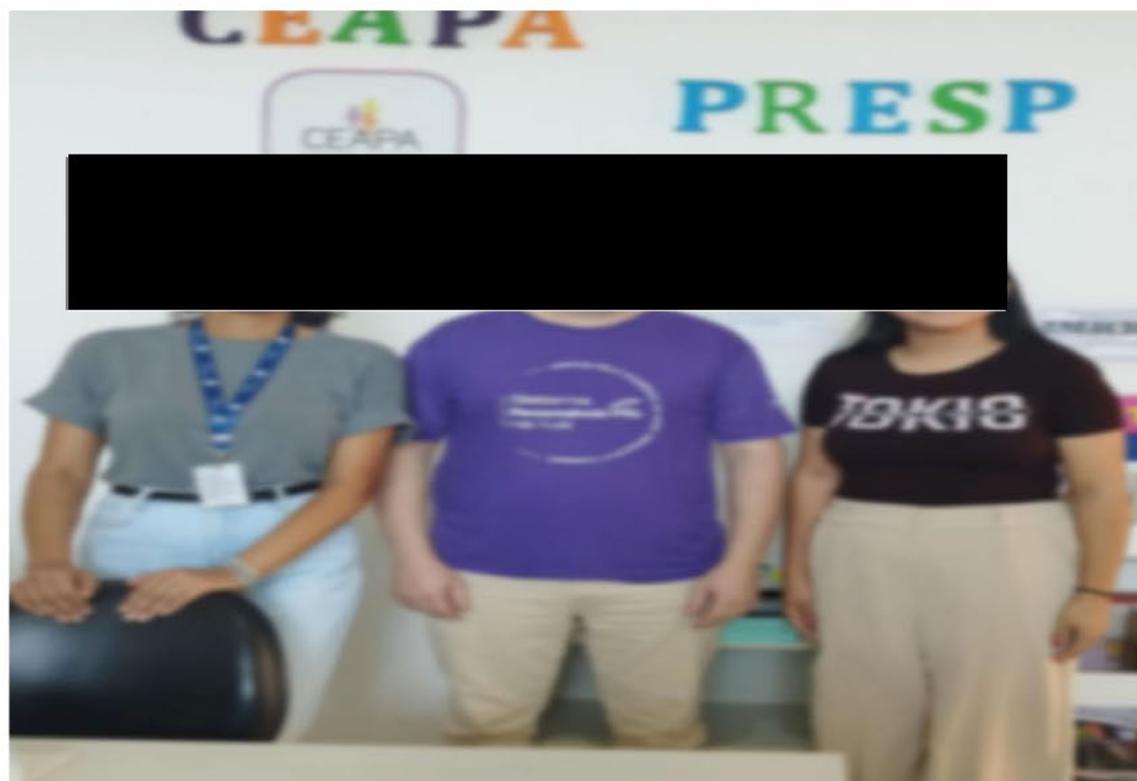
Merece destaque também a articulação feita com a Defensoria Pública Criminal e de Execução Penal para alinhamento de fluxos, que possibilitou diálogo e apresentação ampliada do Programa para os demais Defensores Públicos e uma ação de apresentação para os demais servidores da Defensoria, em especial os responsáveis pela triagem e acolhimento do público.

Por fim, tem sido igualmente importante, a participação da equipe nas audiências admonitórias, realizadas de forma coletiva pela VEP, nas quais a equipe é convidada a apresentar o Programa e a sensibilizar o público a comparecer na UPC para atendimento, orientação e acompanhamento quando necessário e se for do desejo do usuário.



Ação de

apresentação para colaboradores da Defensoria Pública em Uberaba - Setembro de 2024



Reunião de alinhamento e articulação com o Senac em Uberaba - Setembro de 2024

Em Vespasiano, a meta do indicador 5.3 se manteve estável nos meses de julho e agosto. Porém, em setembro, tivemos uma redução importante, para 6 atividades de mobilização de rede.

Ainda que no período de férias de analista social seja realizada uma organização prévia para manutenção das frentes de trabalho, não podemos desconsiderar os impactos em uma equipe de dois analistas, o que ocorreu no mês de setembro.

No que tange às mobilizações de rede, segundo a equipe, não foi possível efetivar todas as articulações agendadas antecipadamente, devido a cancelamentos por parte da rede parceira.

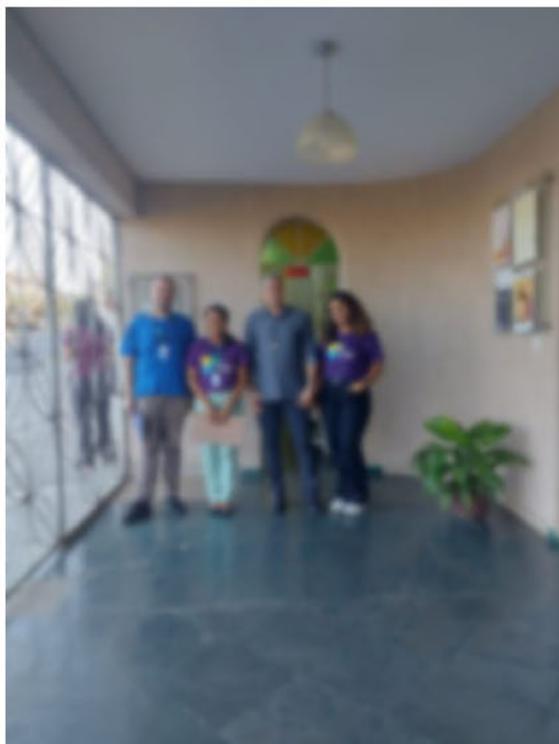
Assim, foram realizadas ações estratégicas para discussões de casos, fortalecimento de vínculos para a chegada de novos egressos e qualificação dos encaminhamentos realizados.

Tivemos no período analisado um quantitativo bem acima dos trimestres anteriores de contatos telefônicos para discussões de casos e contatos com a rede parceira.

Mesmo que tais ações não sejam contabilizadas no indicador, é importante ressaltar que estas fornecem informações atualizadas de interesse do programa e do público e ainda potencializam a construção de encaminhamentos e a referência/contrarreferência dos casos. Estes contatos precisam acontecer de forma pontual e estratégica, a fim de não se sobrepor às ações presenciais.



Encontro ampliado de rede com a temática "Construindo laços entre a rede de Proteção - Como cada equipamento lida com as violências que permeiam seus espaços" - Julho de 2024.



Visita de rede - Igreja Católica Jardim da Glória - Setembro de 2024.

ÁREA TEMÁTICA: PROJETO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Contextualização Geral dos Indicadores:

Os meses correspondentes ao 23º P.A. do Contratado de Gestão 02/2019, contam somente com a unidade de Pouso Alegre respondendo aos indicadores e metas do Projeto. Com esse novo cenário, o presente relatório elucida o desempenho desse município no que tange aos três indicadores previstos.

Neste trimestre, a supervisão do PMC deu continuidade ao acompanhando do trabalho desenvolvido pelo Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, gerido a partir do recurso FUNEMP no município de Pouso Alegre, sendo um programa que continua com as atividades de forma consolidada.

Área Temática: Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	
Indicador nº 6.1. Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 55 •	• 133 •
Descrição do Indicador	
<p>O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência tem como estratégia de ação a realização de Grupos de Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher, no formato presencial (preferencialmente) e/ou virtual, a partir do requerimento do Ministério Público e encaminhamento do Poder Judiciário para cumprimento de medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal. Este indicador visa a mensurar a quantidade de encontros dos Grupos de Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados pelo Projeto, presenciais ou virtuais, alinhados à metodologia de acompanhamento de alternativas penais.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 foram realizadas cumulativamente • 133 • Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 55 •, o objetivo foi alcançado integralmente (141,8% acima do estabelecido). Abaixo segue um panorama sobre o funcionamento do Projetos nas três comarcas em relação aos programas Ceapa e PMC.

Indicador 6.1: Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher													
	21º PA			22º PA			23º PA			24º PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA (Barbacena)	13	11	11	17	-	-	-	-	-				52
CEAPA (Curvelo)	7	-	-	-	-	-	-	-	-				7
CEAPA (Pouso Alegre)	8	5	8	10	8	8	10	8	9				74
TOTAL	28	16	19	27	8	8	10	8	9				133

A unidade de Pouso Alegre apresentou dados satisfatórios dentro desse indicador no trimestre. Com a realização de grupos na modalidade aberta, a equipe segue com a concentração dos casos dentro dessa metodologia e com isso conseguem manejar efetivamente, e de modo célere, a entrada das pessoas no Programa e o início do cumprimento. Além, também, de contarem com a execução dos encontros de modo fixo, e todos os meses, para o indicador, já que são ações sem interrupção.

Área Temática: Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	
Indicador nº 6.2. Número acumulado de atendimentos de prevenção e enfrentamento a violências e violações contra a mulher e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 2.070 •	• 3.665 •
Descrição do Indicador	
<p>O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência tem por objetivo prevenir e enfrentar a violência a partir da estruturação de serviços de acompanhamento e atendimento a mulheres e homens em situação de violência (sofrida ou praticada), especialmente nos casos amparados pela Lei Maria da Penha, e serviços de responsabilização e atendimento a homens autores de violência contra a mulher, encaminhados pelo Poder Judiciário para cumprimento de medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal.</p> <p>Seu foco é prevenir fatores de risco, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas. Tem como objetivo atuar nas diversas violências vivenciadas pelas mulheres, para além da violência doméstica, compreendendo-se que a interseccionalidade potencializa os fatores de vulnerabilidade do público alvo. Tem seu caráter voluntário, dialógico e participativo. Atuando em conjunto com a rede de proteção social e a sociedade civil, tendo como basilares a Segurança Pública Cidadã, a Mediação Comunitária e o Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres. Ainda, quaisquer homens podem ser atendidos pelo Projeto voluntariamente, quando apresentarem demandas afetas à temática.</p> <p>Também, a partir da intervenção com homens autores de violências contra a mulher nos Grupos de Responsabilização, o Projeto visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais. Nos Grupos de Responsabilização a participação dos homens é obrigatória em razão do encaminhamento pelo Poder Judiciário.</p> <p>Para isso, o Projeto tem como público-alvo mulheres e homens moradores dos municípios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade – UPC Regionais.</p> <p>Este indicador visa a mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo Projeto, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia estabelecida. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. atendimentos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas das mulheres e homens no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou praticada e ao baixo acesso a direitos (pessoas que chegam ao Projeto voluntariamente) e também dos homens que se apresentam para o cumprimento da medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal (e que chegam ao Projeto de forma obrigatória); 2. atendimentos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas voluntárias de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, além do fomento da criação de redes de proteção, a partir de interesses coletivos; 3. projetos de prevenção: São intervenções planejadas e sistematizadas, com período estabelecido de duração, realizadas em uma determinada região identificada com alto índice de violência contra a mulher. Nestes projetos, a comunidade é parceira na construção e execução, pautando as intervenções na análise dos fatores de risco e/ou proteção, objetivando gerar resultados na prevenção e no enfrentamento do fenômeno citado; 4. atendimentos grupais - execução das ações de responsabilização para homens autores de violências contra a mulher: participação de pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Grupos de Responsabilização e com assinatura da lista de presença. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 foram realizados cumulativamente • 3.665 • atendimentos a mulheres em situação de violência e a homens autores de violências contra a mulher. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 2.070 •, o objetivo foi alcançado integralmente (77% acima do estabelecido).

Indicador 6.2: Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica													
	21º PA			22º PA			23º PA			24º PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA (Barbacena)	344	279	276	441	-	-	-	-	-				1340
CEAPA (Curvelo)	90	-	-	-	-	-	-	-	-				90
CEAPA (Pouso Alegre)	95	108	107	139	119	129	110	114	130				1051
PMC (Barbacena)	63	52	293	5	-	-	-	-	-				413
PMC (Curvelo)	9	-	-	-	-	-	-	-	-				9
PMC (Pouso Alegre)	81	67	326	16	25	86	26	89	46				762
TOTAL GERAL	682	506	1002	601	144	215	136	203	176				3665

Ceapa

Pouso Alegre, repetindo a execução de sucesso da meta no período anterior, realizou 354 atendimentos no trimestre. A unidade não apresentou oscilações significativas em nenhuma de suas modalidades de atendimento e por isso segue com o desempenho esperado. Contudo, reiteramos que o número de atendimentos de inscrição ainda se configura abaixo das possibilidades para uma unidade desse porte. E que a meta segue sendo alcançada pelo formato das determinações serem de medidas protetivas e que majoritariamente cabem na execução em grupos semanais.

PMC

Em relação ao indicador 6.2 (número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica), a equipe realizou 161 atendimentos.

Indicador 6.2: Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência



Área Temática: Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	
Indicador nº 6.3. Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 470 •	• 597 •
Descrição do Indicador	
<p>O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência atua na perspectiva da incompletude institucional, concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social mista para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos níveis pessoais e comunitários. Nesse sentido, as intervenções do Projeto são construídas em diálogo, numa perspectiva horizontal de mobilização e cooperação com a rede parceira. Entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições territoriais, municipais e regionais atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.</p> <p>Este indicador objetiva mensurar as ações e estratégias construídas em rede, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Projeto, que favoreçam o acesso a direitos do público atendido e a criação/fortalecimento das redes de enfrentamento à violência nas comarcas/regiões contempladas pela atuação do Projeto.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Participação em comitês, grupos de trabalho, reuniões de rede social mista ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã, à mediação comunitária e à execução e acompanhamento de alternativas penais; 2. Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social; 3. Discussão de casos com a rede de proteção social; 4. Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Projeto; 5. Visitas para articulação e construção de fluxo com os órgãos do Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão afetas às alternativas penais. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 foram realizadas cumulativamente • 597 • ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 470 •, o objetivo foi alcançado integralmente (27,0% acima do estabelecido).

Indicador 6.3: Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social													
	21º PA			22º PA			23º PA			24º PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA (Curvelo)	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20
PMC (Curvelo)	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34
CEAPA (Barbacena)	19	36	54	31	-	-	-	-	-	-	-	-	140
PMC (Barbacena)	57	31	53	1	-	-	-	-	-	-	-	-	142
CEAPA (Pouso Alegre)	16	20	19	18	15	20	21	15	17	0			161
PMC (Pouso Alegre)	11	17	13	7	6	10	11	19	6	0			100
TOTAL	157	104	139	57	21	30	32	34	23	0	0	0	597

Ceapa

Diferente do sucesso nos indicadores anteriores, Pouso Alegre apresentou, no trimestre em análise, desempenho aquém do pactuado. Ao realizar um total de 53 ações, não foi atingido as 60 esperadas no indicador. Partindo do desenho desse indicador dentro dessa unidade, esses valores estão atrelados a redução dos encaminhamentos para a Rede de Proteção e também as reuniões de discussões de caso. Nesse sentido, a supervisão metodológica utilizará as reuniões *in loco* do último trimestre para compreender melhor o cenário e auxiliar na construção de respostas para o alcance da meta.

PMC

O indicador 6.3 (número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social) a equipe realizou 36 ações de rede.

Indicador 6.3: Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes



Salienta-se que a equipe de Pouso Alegre tem realizado muitas intervenções cada vez mais qualificadas e consolidadas no município, em especial no bairro São Geraldo, construindo um vínculo com o território e com as referências comunitárias, com quem tem construído intervenções de prevenção às violências no território, instrumentalizando muitas mulheres para enfrentarem os diversos fenômenos de violências.



Ação Agosto Lilás PMC Pouso Alegre



PMC Pouso Alegre promove roda de conversa no terreiro tenda de luz sobre violência contra mulheres.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SELO PREVENÇÃO MINAS

Contextualização Geral dos Indicadores:

Trata-se do terceiro período avaliatório do ano, e o Programa Selo Prevenção Minas, diferentemente do período avaliatório anterior, alcança as metas pactuadas para os indicadores 7.2 e 7.3 (atividades de formação e participação social), contemplando 744 pessoas com ações do eixo em curso e 482 pessoas com ações de participação social e nas plenárias das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade de Patos de Minas e São Gotardo. Para estes indicadores, de forma geral, eram esperados 520 e 320 pessoas alcançadas, o que representa a superação do pactuado em 43% e 50,62%, respectivamente.

No que diz respeito ao indicador 7.1, assim como no trimestre anterior, a meta não foi alcançada, uma vez que eram exigidos para o período a realização de 395 articulações, porém, foram realizadas 217, o que corresponde a 54% do pactuado. Apesar do não alcance da meta, em comparação com o trimestre anterior, onde foram realizadas 123 articulações de rede, nota-se uma elevação nos números, que corresponde a um aumento de 56% se compararmos ambos os períodos.

Neste período avaliatório, o Programa passou por uma situação que até então, era novidade na execução, que foram o acontecimento das ações em meio ao período de vedação eleitoral do pleito municipal, o que impactou negativamente na execu o das atividades. Apesar dos desafios, as equipes se empenharam em dar continuidade na execu o das a es, o que foi refletido no alcance dos indicadores 7.2 e 7.3 e, apesar do não alcance da meta, conseguiram realizar entregas qualificadas através das articula es com a rede que foram possíveis, apesar da peculiaridade do período de veda o eleitoral.

Nota-se que as equipes que compõem o Programa Selo Preven o Minas têm demonstrado cotidianamente alto grau de apropria o metodológica e como consequência, os números vêm retornando   normalidade e a previsão para os próximos períodos avaliatórios   justamente, o alcance das metas pactuadas em sua plenitude.

Neste trimestre, foram alcançados 37 municípios com articula es de rede (RISP 10 e 15), 7 municípios participaram das atividades de forma o, integrando 52 institui es e 744 pessoas participantes. Trata-se de um número relevante e que contribui ativamente para a expansão da política de preven o social   criminalidade na 10  e 15  Região Integrada de Segurança Pública.

No período avaliatório anterior, a coordena o do programa e a supervisão metodológica, adotaram como estratégia, a não realiza o de a es transversais de participa o social, onde os esforços foram direcionados   capacita o dos novos integrantes da equipe. Neste período avaliatório, as a es de participa o social, imprescindíveis para a metodologia do programa Selo Preven o Minas, voltaram a ser realizadas, contemplando 482 pessoas, tanto na RISP 10, onde o programa vem sendo executado a mais tempo, e na RISP 15, que recém implantada, se propôs a realizar uma a o de participa o social com moradores de um território vulnerabilizado de Teófilo Otoni, que será destacado no presente documento.

Apesar dos desafios impostos pela veda o eleitoral, o 3  período avaliatório de 2024, fica marcado positivamente pela realiza o de grandes a es voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher e as possibilidades de atua o municipal, uma vez que agosto de 2024   o mês em que se comemora o aniversário da Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, um importante marco legislativo no que tange a prote o de mulheres vítimas de violência. Neste mês que   representado pela cor lilás, as institui es se preocupam em trabalhar a es relacionadas a conscientiza o quanto ao fenômeno da violência contra as mulheres, cada vez mais latente na sociedade brasileira. Neste sentido, pode-se destacar algumas a es que foram realizadas nos municípios de abrangência das RISP 10 e 15:

No dia 13/08/2024, na cidade de Arapu , foi realizada uma atividade de forma o que contou com a presença de 61 servidores públicos municipais e estaduais, cuja temática abordada foi o fenômeno da violência doméstica e as possibilidades de atua o municipal, em a o realizada pela administra o pública do município supracitado em campanha de enfrentamento a violência doméstica:



Atividade de Formação - Agosto Lilás - Mês de enfrentamento a violência contra a mulher - Arapuá 13/08/2024

Em São Gotardo, no dia 21/08/2024, foi realizada uma ação transversal de participação social que corresponde a uma entrega prevista no plano municipal de segurança pública vigente no município. Trata-se de uma ação em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social e a iniciativa privada, onde foi proposto junto aos funcionários de uma grande empresa de São Gotardo, a aquisição de conhecimentos e a reflexão sobre os tipos de violência com foco na violência doméstica em consonância com o agosto lilás. Essa ação contou com a presença de 103 pessoas, que para além de funcionários, são cidadãos da sociedade são-gotardense:



Ação transversal de participação social - Agosto lilás - mês de enfrentamento a violência contra a mulher - reflexão quanto aos tipos de violência - 21/08/2024

Na RISP 10, ambas ações demonstram que os municípios que compõem a Região Integrada e a equipe de ponta, estão empenhados em realizar ações com temas caros para a política de prevenção social à criminalidade, além de simbolizar a resiliência de pessoas que fazem o programa acontecer. Com isso, os esforços se mantêm agora em realizar as entregas previstas nas ações que compõem cada plano municipal e para a certificação de São Gotardo, tratando-se, portanto, de um trabalho de médio à longo prazo.

Um evento que merece muito destaque e que marca a consolidação do Programa enquanto política pública, é a realização do Iº Fórum de enfrentamento a violência doméstica e familiar de Teófilo Otoni, que contou com a presença de 467 pessoas participantes de 25 instituições e que contemplou 2 municípios (Teófilo Otoni e Itambacuri). Neste espaço, a Srta. Flávia [REDACTED] Superintendente de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade, capacitou os servidores públicos municipais presentes sobre Violência contra a mulher: O que saber para contribuir com a prevenção:



Iº Fórum de enfrentamento a violência doméstica e familiar de Teófilo Otoni - 30/08/2024

É perceptível que ao longo dos meses e fazendo uma análise comparativa em relação aos períodos avaliatórios anteriores, os números alcançados tem crescido e as metas pactuadas batidas. Acima de tudo, as ações realizadas têm sido executadas de forma muito qualificada e potente. Com isso, entende-se que a política de prevenção social à criminalidade tem se consolidado cada vez mais nos municípios de abrangência da 10ª e 15ª Região Integrada de Segurança Pública. No entanto, a supervisão metodológica e a coordenação do Programa Selo Prevenção Minas, tem se atentado ao indicador 7.1 (articulação de rede), que apesar de uma crescente, não vem sendo alcançada a meta e em razão disso, se faz necessária a criação de estratégias eficientes para o alcance deste indicador.

Dadas tais considerações iniciais, partiremos agora para a análise de cada indicador do Programa Selo Prevenção Minas.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.1. Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 935 •	• 599 •
Descrição do Indicador	
<p>Descrição: O Programa Selo Prevenção Minas, a partir da perspectiva da Segurança Cidadã, concebe como essencial a interlocução com a rede parceira para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos municípios. Conforme metodologia do Programa, a rede parceira é composta por organizações, de caráter formal ou informal, que atuam nas áreas de segurança pública, justiça, proteção social e garantia de direitos humanos. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com essa rede.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas ações de articulação com a rede alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Número de ações de articulações de rede, com caráter técnico, sobre como atuar em prevenção social à criminalidade; 2. Número de ações de articulações de rede para construção de diagnósticos e planos municipais; 3. Número de ações de articulação de rede para criação ou fortalecimento de fluxos ou protocolos de atendimento e encaminhamento de casos de violências e criminalidade; 4. Número de ações de articulação de rede para fomento da temática de prevenção social à criminalidade. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/07/2024 a 30/09/2024 obteve-se um total acumulado de • 599 • ações de articulação de rede pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 935 • ações, o Programa atingiu 64,1% do objetivo estabelecido.

7.1 - Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas					
Municípios	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	Total
RISP 10	240	82	28	40	390
São Gotardo	142	13	4	4	163
RISP 15	0	16	14	16	46
Total	382	111	46	60	599

A atuação do Programa Selo Prevenção Minas é regional, e neste sentido, as Unidades de Prevenção à Criminalidade são instaladas nas sedes das Regiões Integradas de Segurança Pública em que irão atuar. No cenário atual, estamos na RISP 10, cuja sede é Patos de Minas, em São Gotardo, município que também integra a RISP 10 e que pretende obter a certificação através da execução das ações constantes no plano municipal e em Teófilo Otoni, município sede da RISP 15.

A RISP 10 conta com 23 municípios e a RISP 15, por sua vez, com 60 municípios. Neste sentido, fazendo uma análise global, o programa Selo Prevenção Minas, possui sua abrangência estendida para 83 municípios e para analisarmos o indicador 7.1, de forma generalizada, é preciso ater-se a esse fato e também ao período de execução/implantação da política pública.

Outro ponto a ser levado em consideração, é que para o ano de 2024, estava prevista a implantação do programa em outra região integrada. No entanto, isso não ocorreu. Inicialmente, foram pensadas metas para essa nova implantação e que para este período avaliatório, elas ainda permanecem sendo exigidas, cenário que já foi abordado nos relatórios anteriores e que para o próximo trimestre, já foi revisto e passará a não mais ser exigido (nos meses de outubro, novembro e dezembro).

Feitas as devidas considerações, passaremos para análise do que foi alcançado pelas equipes no presente período avaliatório.



Neste período avaliatório, foram realizadas ações de articulação com a rede em 22 municípios da RISP 10, ou seja, foram realizadas articulações de rede com quase todos os municípios da RISP 10, mesmo com os desafios vivenciados em razão do período de vedação eleitoral.

Na RISP 15, foram realizadas articulações de rede em 15 municípios, o que corresponde a 25% do total de municípios que compõem a Região Integrada de Segurança Pública. Vale ressaltar que o programa Selo Prevenção Minas foi recentemente implantado na RISP 15 e que atualmente, a equipe tem se empenhando na construção do diagnóstico de implantação, com vistas a traçar as melhores estratégias de atuação numa região de grandes dimensões e que contempla uma quantidade considerável de municípios.

Neste trimestre, foram realizadas um total de 217 articulações de rede, sendo 171 ações na RISP 10 (considerando São Gotardo) e 46 em Teófilo Otoni. Para o período, eram exigidas, conforme já explicitado, 395 ações de articulação de rede. Considerando a exigência do indicador referente a implantação da 9ª RISP que não se concretizou, ainda sim, se faz necessário levar em consideração que mesmo com a exigência do indicador, as equipes não conseguiram alcançar as metas separadas por RISP/UPC. No entanto, é notório que ao longo dos períodos avaliatórios anteriores, estes números têm aumentado de forma gradual e a supervisão metodológica e coordenação do programa têm se atentado ao alcance desses resultados.

Alguns fatores externos à execução da metodologia atravessa a realização das ações, como por exemplo, o período de vedação eleitoral vivenciado que impactou negativamente nas articulações, uma vez que a administração pública municipal nesse período se dedica a outras frentes, além de questões estruturais enfrentadas pelas equipes que as desafiam diariamente. Ainda assim, os profissionais têm realizado ações qualificadas.

Das 171 articulações de rede realizadas na RISP 10, 77 foram em Patos de Minas, o que corresponde a 45% do total de ações. Este alto número de articulações realizadas no município sede da RISP se mostra bastante positivo, uma vez que é necessário manter os vínculos fortalecidos junto à administração pública patense e para que seja possível a realização das entregas previstas no plano municipal de Patos de Minas. As articulações na RISP 10, tiveram como objetivo na maioria dos casos a mobilização da rede ou público para reuniões/ações e isso se reflete nas entregas realizadas nos outros indicadores do programa, como por exemplo as ações transversais de participação social e as atividades formativas.

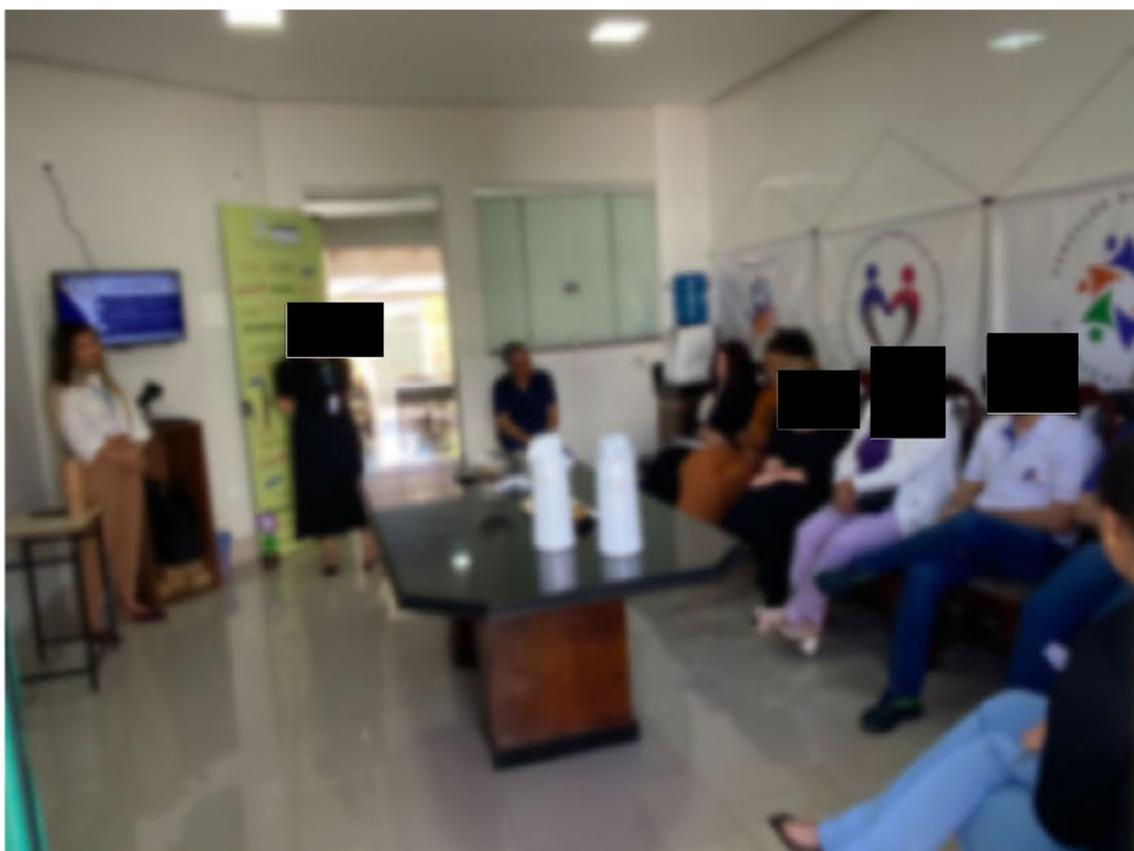
Ao fazer uma análise quanto aos objetivos das articulações de rede realizadas, nota-se que a grande maioria se deu para a mobilização da rede ou do público para a participação em reuniões e ações, e isso se justifica pelo esvaziamento que vem ocorrendo nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de Patos de Minas e São Gotardo.

Têm sido adotadas várias estratégias junto às referências do eixo certifica de modo a engajar os membros da Comissão no sentido de se fazerem presentes nas plenárias realizadas. Este acompanhamento tem se dado por meio de reuniões periódicas de supervisão metodológica, elaboração de cronogramas e a participação em capacitações com estratégias de articulação de rede. Tais intervenções têm se mostrado eficientes, uma vez que foi possível observar um aumento no quórum nas comissões de Patos de Minas e São Gotardo.

Vale ressaltar, que assim como em São Gotardo, as plenárias de Patos passaram a ser bimestrais em votação realizada entre os membros, neste sentido, foram realizadas duas reuniões das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade nesse período avaliatório, sendo uma em Patos de Minas e uma em São Gotardo, ambas no mês de agosto, conforme imagens abaixo:

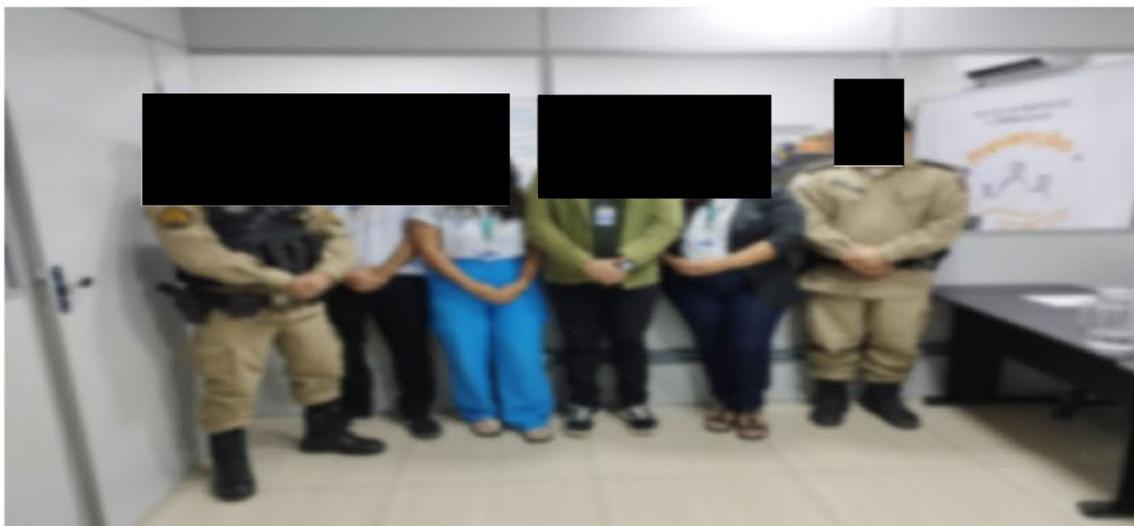


17ª reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de Patos de Minas – 28/08/2024

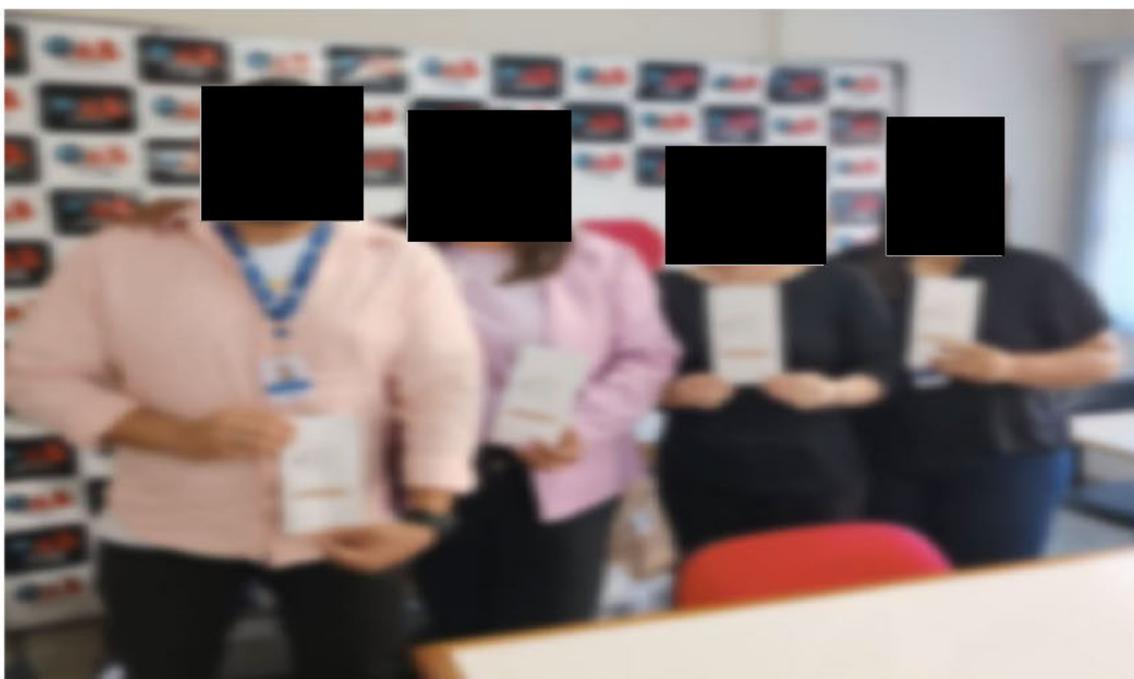


6ª reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de São Gotardo – 14/06/2024

Concomitantemente aos processos de elaboração do diagnóstico de implantação do programa Selo Prevenção Minas na RISP 15, a equipe tem direcionado os esforços para a nomeação dos membros que irão compor a Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de Teófilo Otoni. Apresenta-se algumas fotos de reuniões de articulação para este fim:



Reunião de mobilização para composição da Comissão Municipal de Teófilo Otoni junto à PMMG - 15/08/2024



Reunião de mobilização para composição da Comissão Municipal de Teófilo Otoni junto à OAB- 21/08/2024

O 3º período avaliatório pode ser marcado como um mês de superação de obstáculos e o sentimento é de renovação para a condução dos trabalhos. Atualmente, enfrenta-se algumas dificuldades estruturais, mas nem de longe se comparam aos desafios vivenciados em períodos avaliatórios anteriores. As equipes da RISP 10 e 15 tem se desenvolvido cada vez mais e sob as orientações da supervisão metodológica e da coordenação do programa, tem executado ações potentes nos municípios de atuação do Selo Prevenção Minas.

Apesar do aumento significativo do resultado quanto ao indicador 7.1 em comparação com o trimestre anterior, ainda sim ficou aquém do esperado. Neste sentido, se faz necessário intervenções junto às equipes para que este indicador, primordial para a execução dos demais eixos do programa, volte a ser alcançado plenamente.



Desafios e obstáculos são inerentes à atuação em políticas públicas e a equipe espera e tem-se planejado para os próximos meses, considerando a expansão do Programa e o consequente aumento das metas estipuladas, que vem sendo exigidas. A expectativa se alia ao árduo trabalho para a manutenção da qualidade da atuação regionalizada do Programa Selo Prevenção Minas.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 1.130 •	• 1.083 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Selo Prevenção Minas, dentre outros objetivos, visa disseminar conhecimentos adquiridos e técnicas utilizadas pela Política Estadual de Prevenção à Criminalidade, através da realização de atividades de formação e produção de conteúdo, para as instituições públicas e demais públicos interessados em qualificar sua atuação em prevenção ao crime e às violências. Assim, as atividades são passíveis de formatação personalizada ao contexto local, estruturadas em conjunto com o parceiro, visando atuar de maneira assertiva através da proposição de temas que contribuam para o enfrentamento dos desafios que tocam a segurança pública local.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas atividades de formação, alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas, os espaços de formação sobre temáticas de prevenção social à criminalidade realizadas nos municípios.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/07/2024 a 30/09/2024 obteve-se um total acumulado de • 1.083 • pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 1.130 • pessoas, o Programa atingiu 95,8% da meta.

7.2- Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas					
Municípios	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	Total
RISP 10	339	16	165	54	574
São Gotardo	0	0	20	0	20
RISP 15	0	0	489	0	489
Total	339	16	674	54	1083

Neste trimestre foram realizadas 13 atividades de formação em 15 municípios da RISP 10 e RISP 15, que contemplaram 744 pessoas de 52 instituições municipais.

Trata-se de um número bastante expressivo. Nos meses anteriores, especialmente após mudanças na composição da equipe de ponta da RISP 10, o número de municípios, pessoas alcançadas e de instituições municipais contempladas com as atividades de formação vinham sofrendo uma baixa, seja pelo período de adaptação da nova referência, que tem demonstrado grande apropriação metodológica, ou até mesmo pela necessidade de se reconstruir laços anteriormente firmados entre o programa Selo Prevenção Minas e as administrações públicas municipais.

Para o trimestre, era esperado o alcance de 520 pessoas participantes nas atividades de formação, no entanto, foram alcançadas 744 o que corresponde a um *superávit* de 43% para além do pactuado.

Para fins de comparação, no período avaliatório anterior era esperado o alcance de 310 pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa e, no trimestre passado, foram alcançadas 86 pessoas, ou seja, naquele momento, foi atingido apenas 28% do total estabelecido. Nota-se que em comparação com o 22º Período Avaliatório, houve a superação em 140%, o que demonstra em números, o empenho e dedicação das equipes em ministrar atividades de formação de forma qualificada e expansiva, levando para os municípios de Minas Gerais que compõem as RISP 10 e 15, temas adjacentes à Política de Prevenção Social à Criminalidade e Segurança Cidadã.

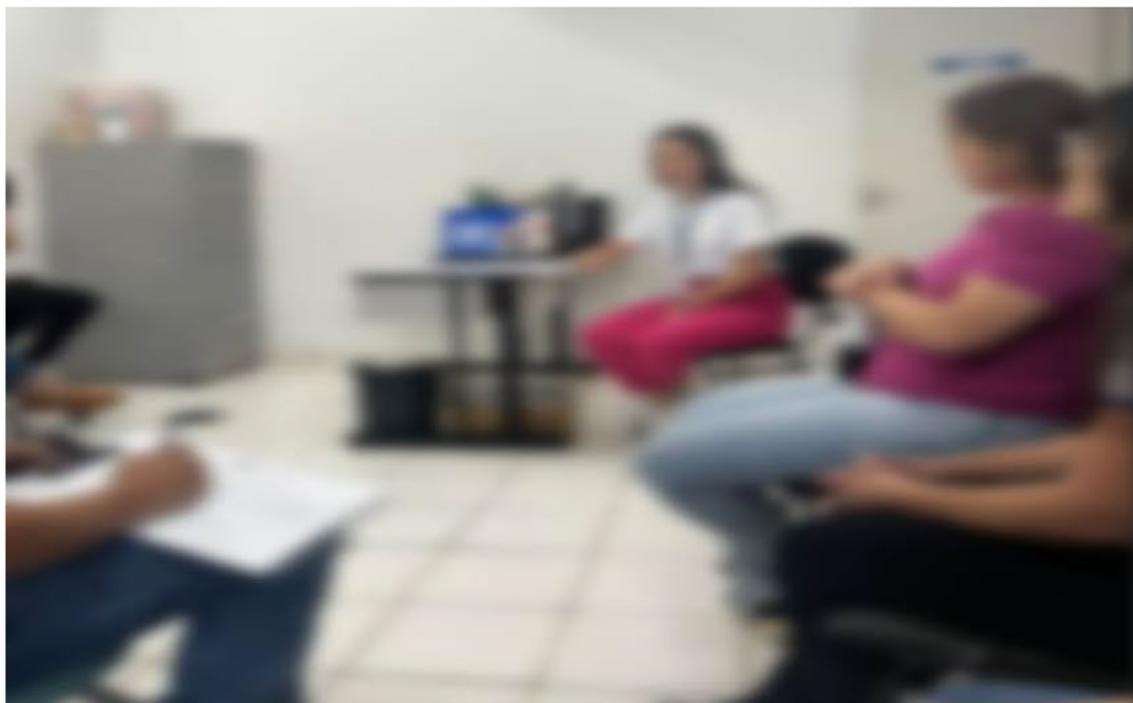
O alcance das metas para além do pactuado é um fator de preocupação, uma vez que se espera o alcance dos resultados dentro do previsto. A supervisão metodológica em parceria com a coordenação do programa, vem orientando as equipes neste sentido. Vale ressaltar que todas as atividades de formação são construídas pelas equipes e revisadas pela supervisão

metodológica, tratando-se de uma construção em conjunto e que tem trazido muita qualidade nas capacitações oferecidas aos municípios abrangidos pelo Selo Prevenção Minas.

O 23º período avaliatório pode ser marcado para o Selo Prevenção Minas, como um marco para a Política de Prevenção Social à Criminalidade, uma vez que vem sendo possível realizar atividades de formação com temas sensíveis e caros para nós e que ainda enfrenta resistência de municípios tradicionalmente conservadores. Cabe destacar as atividades de formação realizadas em Patos de Minas junto aos servidores municipais das Unidades Básicas de Saúde. A temática abordada fala sobre Os Direitos e a Qualificação no atendimento à Comunidade LGBTQIAPN+. Trata-se de um “acordo” firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Patos de Minas e o programa Selo Prevenção Minas onde, inicialmente, foi apresentada a Capacitação deste tema para coordenadores e gestores de outras secretarias e a Secretaria de Saúde solicitou que fossem realizadas essa capacitação para todos os servidores municipais de todas as 21 Unidades Básicas de Saúde de Patos de Minas. Com isso, foi criado um cronograma de atividades de formação direcionados a todas as UBS, de modo a contemplar o maior número de servidores sem impedi-los de prestarem o serviço público que lhes são atribuídos:



Capacitação Os direitos e a qualificação do atendimento à comunidade LGBTQIAPN+, ministrada aos coordenadores e gestores públicos de Patos de Minas. Contou com a presença de 17 servidores – Patos de Minas 19/08/2024



Capacitação Os direitos e a qualificação do atendimento à comunidade LGBTQIAPN+, ministrada para a equipe técnica da Unidade Básica de Saúde André Luis, contou com a presença de 13 servidores – Patos de Minas 30/08/2024

Em agosto de 2024 é celebrado o 18º aniversário da Lei 11.340/06, Lei Maria da Penha, um importante marco legislativo no que tange a proteção de mulheres vítimas de violência. Neste mês que é representado pela cor lilás, as instituições se preocuparam em trabalhar ações relacionadas a conscientização quanto ao fenômeno da violência contra as mulheres, cada vez mais latente na sociedade brasileira.

Neste sentido, pode-se destacar as capacitações realizadas nos municípios de Arapuá, Carmo do Paranaíba e Presidente Olegário, onde foi possível abordar o fenômeno da violência doméstica e as possibilidades de atuação municipal:



Atividade de Formação - Agosto Lilás - Mês de enfrentamento a violência contra a mulher - Arapuá 13/08/2024



Atividade de Formação - Agosto Lilás - Mês de enfrentamento a violência contra a mulher - Carmo do Paranaíba
22/08/2024



Atividade de Formação - Agosto Lilás - Mês de enfrentamento a violência contra a mulher -Presidente Olegário
30/08/2024

No município de São Gotardo, devido ao surgimento da necessidade de aprimorar o atendimento pela rede municipal para vítimas de violência doméstica e por se tratar de uma entrega do Plano Municipal de Segurança Cidadã de São Gotardo, foi realizada uma atividade de formação no dia 30/08/2024 que contou com a participação de 20 pessoas, sendo servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social, Conselho Tutelar, CRAS e CREAS. Trata-se de um importante marco para o Programa Selo Prevenção Minas, tendo sido a primeira atividade de formação ministrada pela referência do programa em São Gotardo:



Atividade de Formação - Agosto Lilás - Como servir a causa de combate a violência doméstica? São Gotardo - 30/08/2024

Em Teófilo Otoni, foi realizado o 1º Fórum de enfrentamento a violência doméstica e familiar, que contou com a presença de 467 pessoas participantes de 25 instituições e que contemplou 2 municípios, sendo eles Teófilo Otoni e Itambacuri. Neste espaço, a Srta. Flávia [REDACTED], Superintendente de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade, capacitou os servidores públicos municipais presentes sobre Violência contra a mulher: O que saber para contribuir com a prevenção:



1º Fórum de enfrentamento a violência doméstica e familiar - Violência contra a mulher: o que fazer para contribuir para a prevenção? Teófilo Otoni - 30/08/2024

Neste trimestre, obtivemos excelentes números, mas principalmente, as ações realizadas neste período avaliatório foram qualificadas. Isso é fruto do empenho, dedicação e do trabalho em equipe de todos os profissionais envolvidos, perpassando pelos auxiliares, motoristas, técnicos administrativos, estagiária, analistas sociais, gestores sociais, supervisão metodológica, gerência e coordenação. Trata-se de um trabalho em conjunto construído a muitas mãos aliado à adesão das equipes de ponta em confiar nas estratégias propostas e executar com qualidade as atividades formativas propostas.

São muitos os desafios vivenciados, seja por questões estruturais, dificuldades nas articulações com os municípios e vedação eleitoral, no entanto, as equipes têm demonstrado grande apropriação acerca da metodologia do Selo Prevenção Minas, se atualizando quanto aos temas adjacentes à Política de Prevenção Social à Criminalidade e isso tem reverberado no aumento do alcance de municípios, pessoas e instituições.

As equipes têm se organizado com antecedência de modo a possibilitar a realização de diversas atividades de formação, prezando sempre pela qualidade. A supervisão metodológica continuará acompanhando a execução dos trabalhos e a expectativa para o próximo trimestre, é o alcance da meta dentro do esperado.

O Eixo em curso merece a atenção e esforços, pois por meio dele consegue-se diversificar a atuação na 10ª e 15ª RISP de maneira qualificada, integrada e continuada.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.3. Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 740 •	• 734 •
Descrição do Indicador	
<p>Para a efetividade das ações e projetos em prevenção à criminalidade nos municípios em que o Programa Selo Prevenção Minas atua, é importante o alinhamento e engajamento de atores estratégicos, com atuação em rede, bem como da própria população a ser beneficiada.</p> <p>Nesse sentido, o Programa visa criar e/ou fomentar outros espaços formais de participação comunitária na temática da prevenção à criminalidade, promovendo o encontro entre poder público e sociedade civil, de modo a fortalecer a responsabilidade e o compromisso coletivo com a temática no município. Entende-se por espaço formal de participação a organização de momentos em que o poder público se reúne com a sociedade civil com o objetivo de traçar estratégias, construir ações coletivamente e/ou conscientizar acerca de temáticas específicas.</p> <p>Além disso, o Programa também tem por objetivo criar e/ou fomentar espaços de rede nas temáticas inerentes à prevenção à criminalidade, tendo em vista que a articulação entre os atores da rede é fundamental em se tratando do enfrentamento às violências e à criminalidade. Portanto, entende-se por espaço de rede uma forma de organização de um grupo de atores estratégicos, intersetoriais e interinstitucionais, que se reúnem com uma frequência pré estabelecida, possuindo um objetivo comum.</p> <p>Por fim, a Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade é um espaço de rede formal e permanente nos municípios que aderem ao Selo Certifica, e tem por objetivos promover discussões sobre a pauta de prevenção à criminalidade e promover a interlocução sistemática entre as diferentes políticas municipais, de modo a fomentar uma atuação em rede para o enfrentamento à criminalidade e às violências. A equipe de Gestores, analistas e estagiários deverão, com apoio dos/as atores municipais e coordenação estadual, planejar e coordenar as reuniões, de modo a cooperar para o fortalecimento da pauta de prevenção à criminalidade e para a construção coletiva do trabalho.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas participações alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Número de pessoas participantes nos espaços formais de participação com o viés de segurança pública promovidos pelo programa. 2. Número de pessoas participantes nos espaços de rede nas temáticas de prevenção social à criminalidade promovidos pelo programa. 3. Número de pessoas participantes nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/07/2024 a 30/09/2024 obteve-se um total acumulado de • 734 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 740 • pessoas, o Programa atingiu 99,1% do objetivo estabelecido.

7.3- Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas					
Municípios	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	Total
RISP 10	197	117	199	0	513
São Gotardo	55	0	113	11	179
RISP 15	0	0	0	42	42

Para o terceiro período avaliatório de 2024, tinha-se como meta alcançar nos 3 meses de referência um total de 320 pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da comissão promovidas pelo Programa, sendo 60 para a RISP 9 (que não foi implantada), 220 para a RISP 10 e 40 para a RISP 15.

Foram alcançadas 482 pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas, o que corresponde a uma evolução acima do esperado em 50,62%.

No período avaliatório anterior não foram realizadas ações transversais como parte de uma estratégia adotada pela supervisão metodológica e coordenação do programa, uma vez que as equipes necessitavam de maior aporte metodológico para executarem essas ações de maneira qualificada, em razão disso, foram alcançadas 56 pessoas que correspondem às 5 plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade que aconteceram no trimestre anterior nas cidades de São Gotardo e Patos de Minas.

No trimestre de referência, houve uma mudança nesse cenário, tendo sido realizadas 13 ações de participação social e duas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de Patos de Minas (esta passou a ser bimestral) e São Gotardo, contando com a presença de 13 e 10 pessoas, respectivamente.

A supervisão metodológica propôs às equipes, a construção de um cronograma de atividades de formação, de modo a se organizarem para realizar diversas ações, tendo tempo hábil para se prepararem e construir em conjunto com a supervisão materiais, dinâmicas e formas de condução. Tratava-se de um desafio anteriormente visualizado e que foi vencido no atual período avaliatório. As equipes tem se dedicado e empenhados esforços em executar as ações de participação social, essenciais para o Programa Selo Prevenção Minas de maneira antecipada e qualificada. Para este trimestre, pode-se destacar algumas ações efetivas realizadas nos municípios de Patos de Minas, São Gotardo e Teófilo Otoni.

É sabido que as políticas de segurança pública, especialmente as de prevenção à criminalidade, são embasadas em teorias criminológicas, como por exemplo a teoria do etiquetamento social, janelas quebradas, teoria crítica e etc. Quando estudamos a criminologia, sabemos que o seu objeto de estudo compreende o crime, o criminoso, a vítima e o controle social, sendo este último dividido entre o controle social formal e informal. O controle social informal, a grosso modo, pode ser definido como um conjunto de regras e valores que regem a conduta das pessoas, mas que não são leis institucionalizadas. Ele está relacionado à vida privada do indivíduo e ocorre por meio de instituições como a família, a escola, a igreja, o mercado de trabalho e a profissão, por exemplo.

Neste sentido, considerando o agosto lilás como sendo o mês de enfrentamento a violência doméstica, duas grandes empresas dos municípios de Patos de Minas e São Gotardo disponibilizaram suas dependências para que fosse possível a realização de uma palestra com dinâmicas participativas, proporcionando aos seus funcionários conhecimentos e reflexões críticas aos tipos de violência, sobretudo a violência contra a mulher, além de conscientizá-los quanto ao agosto lilás e a prevenção à violência doméstica.

Num "ambiente empresarial", tem-se um controle social informal e neste sentido, a execução de ações de participação social junto aos funcionários e cidadãos, se mostra como uma ação assertiva e estratégica para pautar a política de prevenção social à criminalidade. A ação em Patos de Minas contou com a presença de 91 pessoas que são potenciais multiplicadores das reflexões propostas nesta ação:



Ação transversal de participação social junto aos funcionários da empresa CEMIL - Agosto Lilás: mês de enfrentamento à violência contra a mulher - Patos de Minas - 21/08/2024

A ação em São Gotardo contou com a presença de 103 pessoas que também são potenciais multiplicadores das reflexões propostas nas dinâmicas realizadas:



Ação transversal de participação social junto aos funcionários da empresa TSUGUE- Agosto Lilás: mês de enfrentamento à violência contra a mulher - São Gotardo - 21/08/2024

Em Teófilo Otoni, sede da RISP 15, era esperada a participação de 40 pessoas em ações transversais de participação social. No trimestre, foram alcançadas um total de 42 pessoas em uma roda de conversa com moradores do bairro Eucalipto, tratando-se de um território extremamente vulnerabilizado pela dinâmica criminal e pela falta de acesso a direitos básicos. Essa ação foi realizada em parceria com o Grupamento Especializado em Áreas de Risco - GEPAR:



Ação transversal de participação social realizada em parceria com o GEPAR PMMG, junto aos moradores do Bairro Eucalipto, Teófilo Otoni - 05/09/2024

A participação social é essencial para a execução de políticas públicas de prevenção à criminalidade e o Programa Selo Prevenção Minas prioriza esta frente em todos os eixos de atuação e esta é a razão de existir deste indicador. Pensando em manter este cenário de alcance dos indicadores, a supervisão metodológica irá manter as orientações junto a equipe, no tocante a criação de um planejamento prévio para a execução de ações transversais nas RISP 10 e 15.

Durante a trajetória do Programa, 2023 pode ser considerado como um marco na existência do Selo Prevenção Minas, pois, começamos a contabilizar o número de participações nas plenárias da comissão em indicador próprio e passamos também a contabilizar o número de



participações nos espaços promovidos pelo Programa com foco em participação social e nos espaços de rede temáticos organizados pelo Selo.

Com relação as plenárias das Comissões Municipais de Patos de Minas e São Gotardo, foram realizadas 2 reuniões no trimestre, contanto com a presença de 23 pessoas no total. Vale ressaltar que em Patos de Minas, as reuniões passaram a ser bimestrais, assim como em São Gotardo.

As reuniões que ocorreram no mês de agosto, em São Gotardo, estiveram presentes 13 pessoas, ao passo que em Patos de Minas, estiveram 10 pessoas presentes.

Em São Gotardo, a reunião foi realizada no dia 09/08/2024 e teve como pauta a exposição das ações prioritárias do Plano Municipal de São Gotardo, onde foi informado aos presentes que Comissão seguiria as campanhas dispostas no calendário anual do município, onde no mês de agosto, seriam realizadas ações voltadas para a prevenção da violência doméstica. Em setembro, aproveitando a pauta de prevenção ao suicídio, seriam abordadas também a pauta de abuso sexual infantil, em outubro, as ações voltadas à proteção a pessoa idosa, em novembro as ações de proteção a pessoa negra e em dezembro as ações de proteção ao migrante.

Em Patos de Minas, a Comissão se reuniu no dia 28/08/2024 e contou com a presença de 13 pessoas. Após intervenções da supervisão metodológica, foi percebido um aumento no quórum, no entanto, se faz necessário traçar novas estratégias para que os membros da Comissão se engajem novamente. Esta reunião foi temática e a referência se propôs a trabalhar alguns conceitos de violência junto aos membros além de propor possíveis estudos de caso para que, em rede, as instituições pudessem obter um olhar multidisciplinar sobre cada caso que surge nas instituições.

Ao longo dos meses, tem sido percebido um esvaziamento no quórum das plenárias da comissão em Patos de Minas e São Gotardo e isso é um fator de atenção para as equipes e para a supervisão metodológica, considerando a etapa crucial em que o programa se encontra em ambos os municípios, referentes à execução e ao monitoramento das ações estratégicas.

Medidas continuam sendo tomadas no que diz respeito à mobilização dos membros na participação nas reuniões da Comissão em Patos de Minas e São Gotardo, como eventuais substituições de membros e no convite de novas instituições para se integrem à Comissão, além da utilização de estratégias de articulação de rede mais efetivas, como reuniões presenciais e possíveis realizações de estudos de caso nas plenárias, dando um teor mais objetivo às reuniões. Tais medidas estão sendo trabalhadas com a equipe por meio das reuniões com a supervisão metodológica e todo apoio técnico e metodológico fornecido pela coordenação do Programa Selo Prevenção Minas.

Encerramos o 3º trimestre satisfeitos com os resultados obtidos no indicador 7.3, pela quantidade e principalmente pela qualidade entregada nas ações de participação social. A expectativa para o próximo período avaliatório e alcançar a meta dentro do esperado e para isso, a supervisão metodológica irá trabalhar de forma aproximada das equipes, por meio de orientações, capacitações e reuniões para discussão de pautas diversas.

Considerações finais

Encerramos o 3º período avaliatório e, diferentemente do trimestre anterior, alcançamos as metas pactuadas para os indicadores 7.2 e 7.3. Esses indicadores foram os mais impactados anteriormente pelas questões vivenciadas na RISP 10 e, após um árduo trabalho realizado pela nova equipe, sob as orientações da supervisão metodológica e coordenação do programa Selo Prevenção Minas foi possível alcançar esse ótimo resultado.

As atividades de formação realizadas neste período foram, majoritariamente, voltadas ao tema da violência doméstica em razão do agosto lilás, assim como as ações de participação social. Foram realizadas também atividades de formação voltadas ao atendimento humanizado, qualificação no atendimento às vítimas de violência e os direitos e a qualificação do atendimento à comunidade LGBTQIAPN+.

Considerando a complexidade do fenômeno da violência doméstica e a crescente de casos identificados nos municípios em que atuamos, levar tais temáticas para as administrações públicas municipais é primordial para a prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher, seja alcançando as administrações públicas com capacitações, seja proporcionando discussões reflexivas com a sociedade civil nas ações de participação social.

Com relação ao indicador 7.1, este não foi alcançado e isso pode ser justificado por alguns fatores, como por exemplo, o período eleitoral, em que as administrações públicas municipais costumam estar menos disponíveis para articulações, questões estruturais que impactam negativamente na realização dessas articulações com a rede, seja no formato presencial e até mesmo virtual e, principalmente, pela etapa em que o programa se encontra em cada fase de sua execução nos diferentes municípios.

Em São Gotardo e Patos de Minas, os planos municipais estão vigentes e as ações vêm sendo executadas. Devido à autonomia dos municípios, algumas entregas são realizadas sem a necessidade de intervenção do Programa. Pensando na qualificação da ação, isso é interessante, uma vez que uma das razões de existir do Selo Prevenção Minas é justamente a de proporcionar às administrações públicas municipais essa capacidade de serem protagonistas na execução de ações de prevenção à criminalidade, obviamente, sendo capacitadas anteriormente para isso.



Outro ponto a ser destacado, é a mudança da periodicidade da reunião em Patos de Minas que passa a ser bimestral, assim como em São Gotardo. Nos meses em que não são realizadas as reuniões, o intuito das articulações costuma ter outros objetivos e tendem a reduzir.

No que diz respeito a Teófilo Otoni, a equipe tem se dedicado na construção do diagnóstico de implantação na RISP 15 e tem enfrentado diversos desafios estruturais para consolidar essa entrega, no entanto, vem apresentando ótimos resultados. Concomitantemente, a equipe tem feito articulações para compor a comissão municipal do município além de elaborar, em parceria com o observatório de segurança pública e o setor de monitoramento da O.S, o diagnóstico municipal de segurança cidadã, que irá subsidiar o plano municipal de Teófilo Otoni. A equipe realizou ações de participação social e atividades de formação no período, o que demonstra o alto grau de apropriação metodológica que os analistas sociais tem desenvolvido.

Era esperado o retorno do alcance dos indicadores, sobretudo nos indicadores 7.2 e 7.3 e, mais importante do que alcançar as metas pactuadas, as ações foram executadas com excelência.

A supervisão metodológica tem atuado de forma aproximada e tem auxiliado as equipes a planejarem com antecedência cada ação, e isso tem tornado possível a execução de bons trabalhos. Para o próximo período avaliatório, as expectativas são boas e espera-se alcançar, em sua plenitude, os três indicadores do programa Selo Prevenção Minas, com foco no indicador 7.1 (articulação de rede), uma vez que, através dele, a realização de todas as demais ações do Programa torna-se possível. Desta forma, toda a equipe Selo se mantém empenhada em proporcionar a todos os municípios atendidos nas áreas de abrangência da RISP 10 e 15 um serviço público eficiente e qualificado.

ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Os indicadores 8.1, 8.2 e 8.3 contabilizam, respectivamente, o número acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade, o número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipe dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade e o número acumulado de participantes em Capacitações.

Tais atividades assumem como objetivo aprimorar os profissionais que atuam na Política. Dessa forma, os indicadores resumizam o desenvolvimento em capacitação e supervisão destes profissionais.

Pontua-se que no trimestre de referência, não foram contabilizadas supervisões e capacitações do Programa Se Liga, uma vez que estas não foram feitas no formato tradicional pela figura da supervisão metodológica que está de licença maternidade e sim pela coordenadora do Programa.

A seguir, são descritas algumas das supervisões e capacitações de destaque ocorridas no trimestre referente.

Programas/Gestão	23º PA			
	Supervisões		Capacitações	
	Nº de encontros	Nº de participantes	Nº de encontros	Nº de participantes
Ceapa	67	263	12	546
FVI	64	239	3	105
PMC	68	210	8	353
PrEsp	35	142	5	85
Selo Prevenção	12	47	7	63
Se Liga	0	0	0	0
Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	3	10	0	0
Total	249	911	35	1.152
Supervisão da Gestão	118	165	15	403
Total geral	367	1.076	50	1.555

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 8.1. Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 273 •	• 299 •
Descrição do Indicador	
<p>Uma das principais atividades do supervisor da gestão diz respeito a realização de supervisões junto aos gestores sociais. Tal trabalho consiste no desenvolvimento de um espaço de acompanhamento mensal ou por demanda que visa garantir o suporte e promover o desenvolvimento e aprimoramento do trabalho da Gestão Social, capacitando e acompanhando individual e coletivamente os profissionais que compõem este grupo. Por meio de ações de intervenção estratégica, a supervisão busca formar os(as) novos(as) Gestores(as) Sociais e acompanhar para que se tornem capazes de atuar na Promoção da Política de Prevenção, na Coordenação das Unidades de Prevenção e na Gestão de Pessoas. Em termos objetivos, o trabalho de supervisão perpassa por: (i) orientar para que o trabalho da Gestão Social seja baseado nos princípios que orientam a segurança pública cidadã e na identificação dos fatores de riscos e de proteção social presentes nos territórios e municípios de atuação; (ii) construir um plano de trabalho que vise mapear, identificar e fortalecer os vínculos com a rede de proteção social, com o sistema judiciário, com as instituições de organização social e as principais referências dos territórios e municípios de atuação e (iii) identificar e analisar dificuldades no desenvolvimento do trabalho, no desenvolvimento metodológico ou no perfil da Gestão Social. Essa análise criteriosa e técnica por parte da Supervisão da Gestão vai direcionar e promover a melhor formação e desenvolvimento desses profissionais. Para fins deste indicador serão contabilizados: Supervisões mensais ou a partir de demanda, nos formatos presencial e/ou de videochamada.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Fotografia (ou <i>print</i> da tela) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da supervisão.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 o número de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade foi de • 299 •. Considerando que a meta estabelecida foi de • 273 •, foi atingido 109,5% da meta.

8.1 - Número acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade					
Atividade	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	Total
Supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais	181	36	46	36	299

No período avaliatório, o investimento da Supervisão da Gestão em espaços de supervisão individual ou em grupos menores buscou desenvolver leituras e diálogos para o alcance de melhor investimento e resultados nas habilidades de negociação e fomento de arcabouço quanto aos conceitos traduzidos nas pautas nacionais sobre temas que, acompanhadas aos métodos, têm demandado atenção dos gestores nas discussões para além de fluxos de trabalho.

Recentemente, as interlocuções do judiciário com a gestão social de base municipal têm aumentado, trazendo consigo desafios ao grupo de gestores. Tem-se deparado com movimentos discricionários das referências judiciais ensejando em diálogos delicados e cuidadosos.

Entende-se que equalizar os fluxos, ter leitura dos impactos na unidade, equipe e organizar frentes de alcance tem trazido impacto para gestão, desenvolvendo repertório gerencial para o alcance de frentes de trabalho, que são em sua grande perspectiva, os acionamentos elaborados em espaço de supervisão. A manutenção da participação em espaços de capacitação dos métodos, alinhamento com diretorias e busca desse suporte são frentes que a supervisão da gestão tem acompanhado.

Os diferentes cenários desse judiciário também é um desafio, embora possibilite a ampliação do repertório frente às diversas construções pautadas pelos usos e costumes de municípios. Ainda assim, é importante manter sobre o dorso do acompanhamento a perspectiva estadual do método e entender que alguns cenários possíveis em determinado município não serão estratégicos em outro. Por isso é importante o diálogo próximo dos atores estratégicos como suporte às boas realizações do trabalho e representação em espaços mais desafiadores, técnicos e estratégicos.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 609 •	• 715 •
Descrição do Indicador	
<p>Uma das principais atividades do(a) supervisor(a) metodológico(a) diz respeito a realização de supervisões junto às equipes do seu respectivo Programa. Tal trabalho consiste no desenvolvimento de um espaço de acompanhamento regular e por demanda que visa garantir o suporte e promover o desenvolvimento e aprimoramento do trabalho das equipes dos Programas, capacitando e acompanhando individual e coletivamente os profissionais que compõem os grupos. Em outras palavras, a supervisão metodológica é responsável por promover espaços de reflexão das equipes técnicas sobre seu próprio trabalho, a fim de oportunizar o aprimoramento das estratégias e intervenções das equipes com o público atendido no território. O espaço da supervisão é um lugar de formação continuada, onde as equipes podem trazer pautas concretas do trabalho para serem discutidas. Nessa formação continuada, a supervisão tem como uma de suas funções pensar a partir dessas pautas concretas, possíveis saídas metodológicas, construindo com as equipes processos de trabalho mais alinhados à metodologia do Programa de referência.</p> <p>Para fins deste indicador serão contabilizados: supervisões mensais ou a partir de demanda, nos formatos presencial e/ou de videochamada.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Fotografia (ou <i>print</i> da tela) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da supervisão.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 o número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade foi de • 715 •. Considerando que a meta estabelecida foi de • 609 •, a meta foi superada em 17,4%.

A seguir, apresenta-se a tabela com a síntese de algumas das supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade:

8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipe dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade					
Programas	22º PA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	Total
Ceapa	83	23	23	21	150
FVI	111	23	14	27	175
PMC	145	18	20	30	213
PrEsp	77	12	14	9	112
Selo Prevenção	19	4	3	5	31
Se Liga	21	0	0	0	21
Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	10	2	0	1	13
Total	466	82	74	93	715

Neste tópico, serão descritas algumas das supervisões de destaque ocorridas no trimestre referente.

- Supervisão de destaque no Período Avaliatório

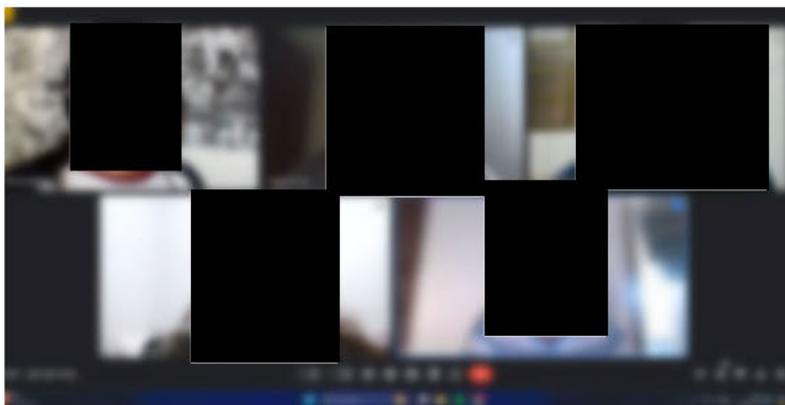
PMC

Data: 20/08/2024

Nº de participantes: 4

No dia 20 de agosto de 2024 foi realizada uma supervisão metodológica do Programa Mediação de Conflitos com a equipe do Jardim Canaã, da cidade de Uberlândia, no formato de videoconferência, contando com a participação de 4 profissionais, sendo 3 analistas e 1 estagiária.

A supervisão se destacou pela participação da equipe junto a temática proposta sobre demandas coletivas e suas frentes de atendimentos. Foram trabalhadas a importância da leitura da equipe no que tange às dinâmicas criminais e sociais do território e a avaliação que deve ser feita para o surgimento de novas demandas coletivas. Até o momento da supervisão, a equipe apresentava dificuldades em compreender os conceitos de atendimentos coletivos, como por exemplo, diferenciar as fichas de organização comunitária das de atendimentos coletivos. Por este motivo, a relevância da temática proposta na supervisão, fazendo com que a equipe avançasse no conceito e na prática, apresentando ótimas análises e se destacando com os resultados posteriores.

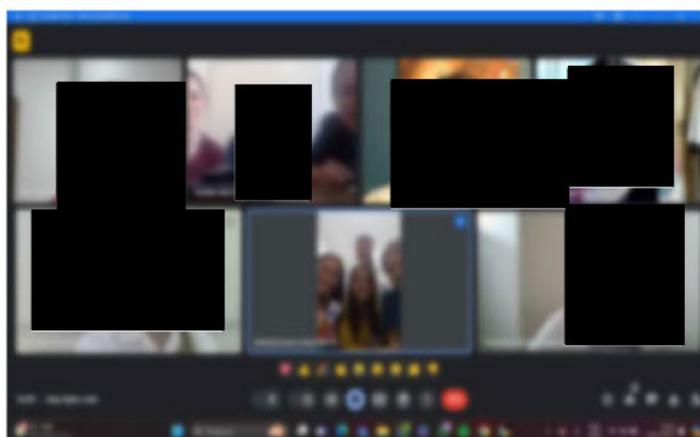


- Supervisão de destaque no Período Avaliatório

Programa da Política de Prevenção Selo Prevenção Minas:

Data: 12/07/2024

Nº de participantes: 12



Essa supervisão foi pensada como uma espécie de “intercâmbio entre Unidades de Prevenção” e acolhimento da equipe RISP 15, recém chegada. Em momentos anteriores a essa supervisão, a equipe de analistas sociais e o gestor social, foram capacitados pela supervisão metodológica acerca da metodologia do Programa Selo Prevenção Minas e, para aliar a teoria à prática, esse momento foi pensado para que a equipe da RISP 10 pudesse falar, sob a perspectiva de sua atuação cotidiana, sobre o Programa. Esse momento foi bastante rico pois proporcionou a todos os presentes, a visualização das diferentes dinâmicas, riscos criminais e vulnerabilidades que se apresentam em diferentes municípios, bairros e territórios, além de trazer boas expectativas para a equipe da RISP 15. As equipes se dedicaram bastante à atividade proposta, tendo produzido materiais de apresentação e promovendo ricas discussões. A supervisão metodológica atuou como “mediador” dos debates, propiciando autonomia aos analistas sociais.

- Supervisão de destaque no Período Avaliatório

PrEsp

Data: 07/08/2024

Nº de participantes: 14

Nesta data foi realizada supervisão conjunta com as equipes PrEsp dos municípios de Belo Horizonte, Santa Luzia, Governador Valadares e Uberaba. A supervisão teve como objetivo alinhar e nivelar orientações sobre o atendimento e encaminhamento das demandas dos egressos relativas ao Pecúlio e Benefício, que é o valor remuneratório pago ao preso pelo trabalho prestado durante seu aprisionamento para empresas e instituições parceiras do Estado. Essa supervisão foi essencial para melhor compreensão de questões e direitos afetos ao egresso e ao preso durante o cumprimento de sua pena, bem como de situações laborais que vão repercutir financeiramente ou na redução da pena desses sujeitos. Para além disso, o espaço conjunto e comum possibilitou a interação e a troca de experiência e de conhecimento entre as equipes destes municípios.

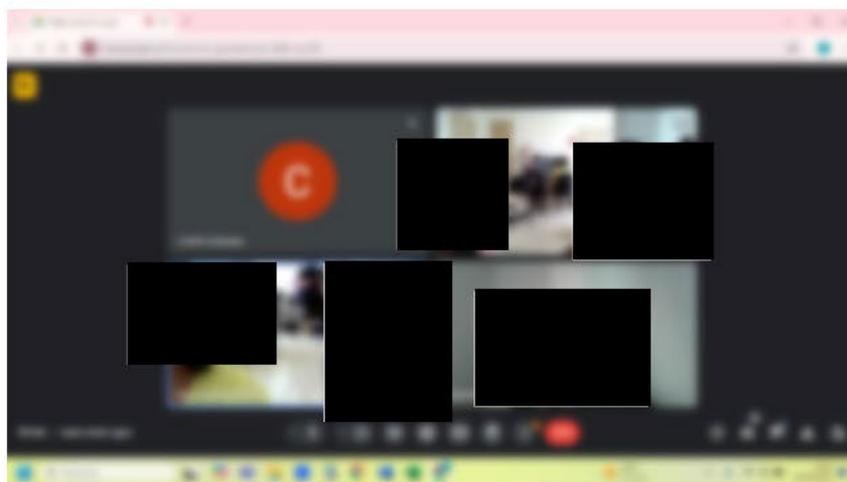


- Supervisão de destaque no Período Avaliatório CEAPA

Data: 04/09/2024 (Uberaba)

Nº de participantes: 5 (CEAPA apenas)

No mês de setembro foi realizada a supervisão mensal com a equipe do Programa CEAPA, da UPC Uberaba. Este espaço contou com a participação da Gestora Social e se destaca porque foi um momento de apresentar a devolutiva positiva para a equipe acerca da elaboração e da construção dos dois últimos relatórios qualitativos enviados para a Supervisão Metodológica. Foram destacadas a evolução e a melhoria na escuta e na qualificação do acompanhamento do público, o que reflete na análise do trabalho e na escrita do referido relatório. Além disso, há destaque nesta supervisão porque foi possível observar que a equipe tem conseguido refletir e colocar em prática os elementos apresentados na capacitação realizada pela Supervisão Metodológica no mês de abril, cujo tema foi "Relatório Qualitativo".



- Supervisão de destaque no Período Avaliatório

Programa Fica Vivo!

Data: 6/9/2024

Nº de participantes: 3



Lista de Presença - Supervisão Metodológica

Local: Município das Pedras e Data: 06/09/2024

Vinte e Três

Participante	
Nome	Assinatura
[Redacted]	[Signature]
[Redacted]	[Signature]
[Redacted]	[Signature]

[Signature]
Supervisão Metodológica

Tendo em vista o aquecimento da dinâmica territorial, o aumento dos homicídios e a necessidade de avançar na qualificação da leitura e análise da dinâmica social das violências e criminalidades, foi proposto pela supervisão discutir a dinâmica criminal, e as especificidades apresentadas a partir da divisão territorial, composta por sete microterritórios. Para tanto, foi pactuado junto a equipe técnica a realização do mapeamento dos microterritórios e suas especificidades, as situações de violências e os homicídios ocorridos nos últimos seis meses. A partir dos elementos apresentados referentes aos microterritórios, discutimos em espaço de supervisão, as fragilidades apresentadas pela equipe técnica no tocante a qualificação da leitura da dinâmica, fato atrelado à necessidade de avançar na manutenção e construção de vínculos junto às juventudes e comunidade, à necessidade de reconfiguração do quadro de oficinas, considerando especificamente as demandas apresentadas pelas juventudes, a necessidade de intensificar a circulação e construir intervenções sempre em diálogo com os jovens, atendidos ou não em espaços das oficinas. Foi pontuado junto a equipe a relevância de estar na comunidade, pois se faz Fica Vivo! no coletivo e no fomento à participação social das juventudes. A partir das intervenções,

refletimos sobre a necessidade de utilizarmos o diálogo e vínculo como mecanismo de trabalho, construindo intervenções consistentes na ponta, qualificando a leitura e análise da dinâmica social, realizando com efetividade os atendimentos e por fim na prevenção das violências e de possíveis homicídios.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 8.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 135 •	• 144 •
Descrição do Indicador	
<p>Outra atividade fundamental da supervisão metodológica e da supervisão da gestão diz respeito à promoção de espaços coletivos e periódicos (presenciais e/ou remotos) para o desenvolvimento e qualificação contínua das equipes técnicas que atuam diretamente nos Programas e nas Unidades de Prevenção à Criminalidade.</p> <p>Este indicador visa aferir número total de capacitações realizadas pelos supervisores metodológicos e da gestão junto aos profissionais contratados pela entidade parceira no período avaliatório. Tais capacitações objetivam:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Contribuir para o aprimoramento das competências das equipes e gestores sociais; 2) Garantir maior envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade; 3) Promover a integração e o nivelamento das equipes e gestores visando o aprimoramento contínuo da Política de Prevenção Social à Criminalidade. <p>Serão consideradas capacitações organizadas pelo Instituto Elo, a partir de provocação da Supervisão da Gestão e da Supervisão Metodológica, direcionadas aos técnicos administrativos, analistas sociais, gestores sociais e os próprios supervisores.</p> <p>A OS será responsável por viabilizar a realização das capacitações e a participação das equipes, providenciando, quando necessário, locação de espaço físico que comporte os profissionais durante todo o evento; honorários e custos com palestrantes, se houver; hospedagem, transporte e diárias para os profissionais que não residem na região onde ocorrerão as capacitações. As capacitações também poderão ser realizadas no formato híbrido e/ou de videoconferência.</p> <p>Para fins de cálculo e apuração desse indicador, serão contabilizadas, cumulativamente, as capacitações que ocorrerem nos períodos avaliatórios. De forma complementar, a título de qualificar a leitura do indicador, a OS deverá apresentar o número de profissionais participantes em cada capacitação realizada no período avaliatório em questão.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Fotografia (ou print da tela, quando híbrido ou virtual) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da capacitação/evento.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024, conta-se, cumulativamente • 144 • capacitações e presenças, respectivamente. Portanto, a meta foi atingida em sua integridade.

Posto isso, esse trimestre foi um pouco atípico com a priorização do desenvolvimento dos planejamentos com os analistas sociais e gestores. De todo modo, acredita-se que no próximo semestre será possível implantar algumas estratégias para aproximar os resultados do objetivo pactuado, sem prejudicar a qualidade e operacionalidade das capacitações.

O quadro abaixo apresenta a distribuição das capacitações realizadas por mês e Programa/Gestão no 23º PA.

Programas	Nº de capacitações												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Ceapa	2	1	3	3	3	6	2	6	4				30
FV!	1	0	2	2	2	1	1	0	2				11
PMC	2	3	0	2	5	1	2	3	3				21
PrEsp	1	2	2	1	3	1	3	0	2				15
Selo Prevenção	2	1	1	2	2	3	3	2	2				18
Se Liga	3	1	0	1	0	2	0	0	0				7
Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	2	0	0	0	0	0	0	0	0				2
Supervisão da Gestão	1	2	2	3	11	6	9	4	2				40
Total	14	10	10	14	26	20	20	15	15				144

Total por trimestre	34	60	50	144
---------------------	----	----	----	-----

Além dos aspectos quantitativos, importante ressaltar a qualidade e importância das capacitações ocorridas no presente PA. A seguir, descreve-se algumas das capacitações de maior destaque:

- Capacitação de destaque no Período Avaliatório

PMC

Data: 29/08/2024

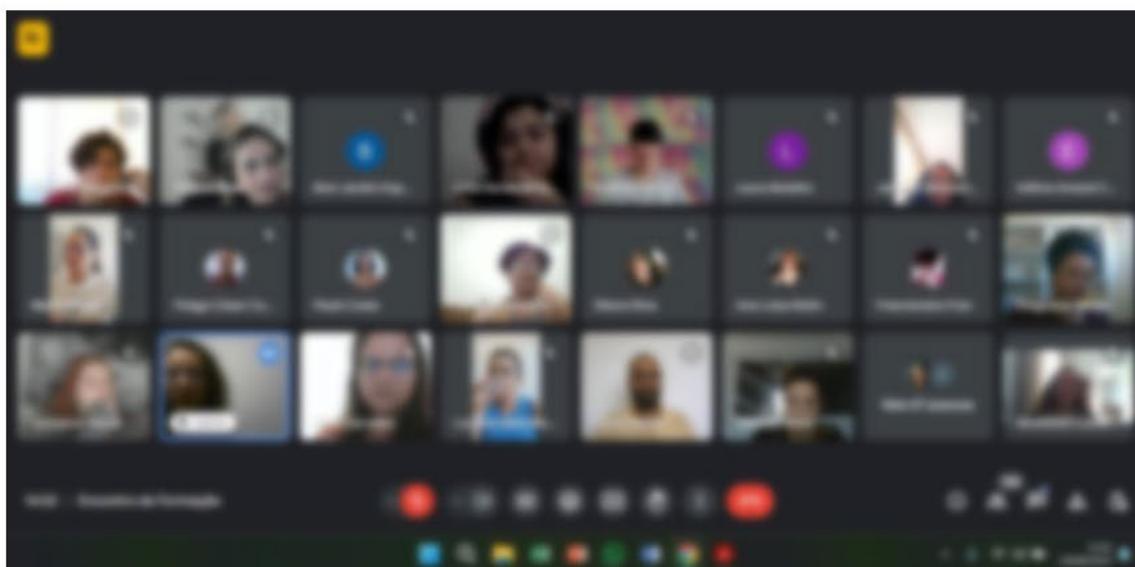
Nº de participantes: 110

Tema: atendimentos para o PMC, atendimentos em casos de violência e registros

Dando continuidade na proposta do Programa Mediação de Conflitos para capacitação de suas equipes, foi realizado no dia 29 de agosto de 2024 uma formação com a temática: "Atendimentos para o PMC, atendimentos em casos de violência e registros", tendo como público-alvo os analistas sociais, estagiários e gestores sociais. A formação foi ministrada pelos Supervisores Metodológicos, contando com a contribuição da diretoria do programa. Contamos com a participação de 110 profissionais, no formato de videoconferência.

A formação discorreu sobre os cinco tipos de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos, analisando cada frente de maneira específica, colaborando para que os profissionais pudessem esclarecer suas dúvidas e contribuir com as suas práticas cotidianas dos territórios. Também foi reforçada a importância dos registros nas fichas de atendimento e demonstrado como esses registros precisam ser realizados, bem como nos relatórios quantitativos e qualitativos, fomentando na apresentação dos indicadores.

Houve uma grande participação dos analistas, proporcionando um momento rico para uma melhor compreensão metodológica do Programa.

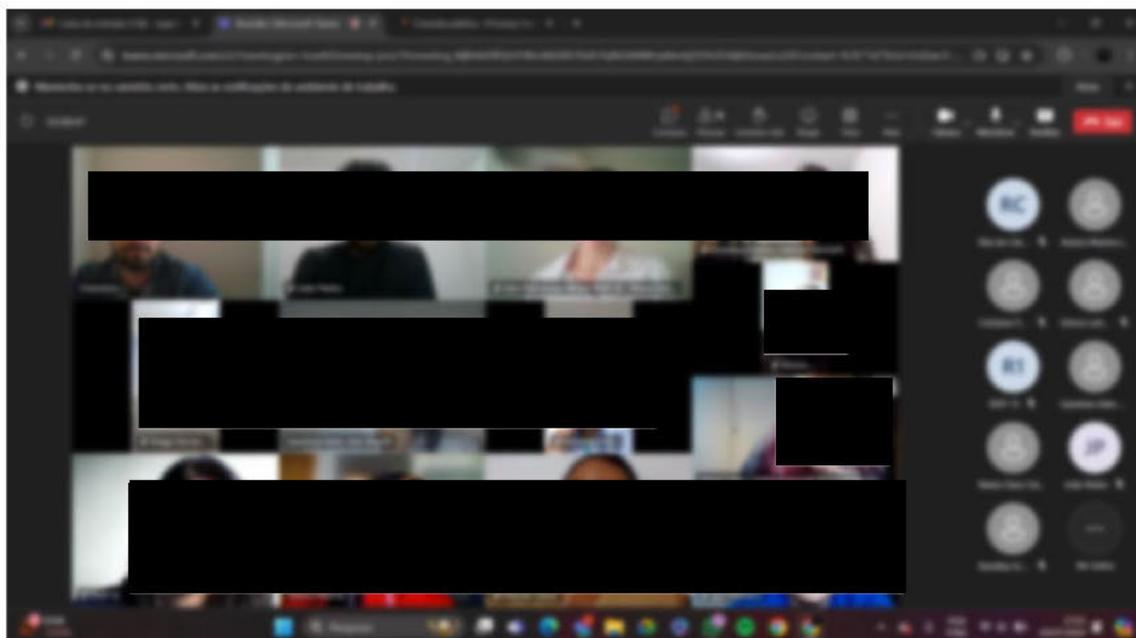


- Capacitação de destaque no Período Avaliatório

Programa da Política de Prevenção Selo Prevenção Minas:

Data: 19/07/2024

Nº de participantes: 15



Tema: Atendimentos no âmbito da Segurança Cidadã

Trata-se de uma capacitação ministrada pelas Srtas. Jessica [REDACTED] e Rita [REDACTED], profissionais que já integraram a política de prevenção social à criminalidade de Minas Gerais e que possuem bastante experiência nos temas correlatos à prevenção. A atividade de formação teve como objetivo a qualificação acerca da compreensão do que é o atendimento no âmbito da Segurança Cidadã, trazendo elementos teóricos e práticos que certamente irão auxiliar as equipes na propagação dos conhecimentos deste tema caro para o programa Selo Prevenção Minas. Nessa capacitação, foi possível associar o "atendimento fim" a uma rede bem articulada, aliada à escuta ativa e a encaminhamentos assertivos. Foram compartilhados casos concretos para que pudéssemos discutir estratégias de atendimento. O intuito é compartilhar com a rede da RISP 10 e 15 tais elementos, com vistas a auxiliá-los na condução de atendimentos de maneira qualificada.

- Capacitação de destaque no Período Avaliatório

PrEsp

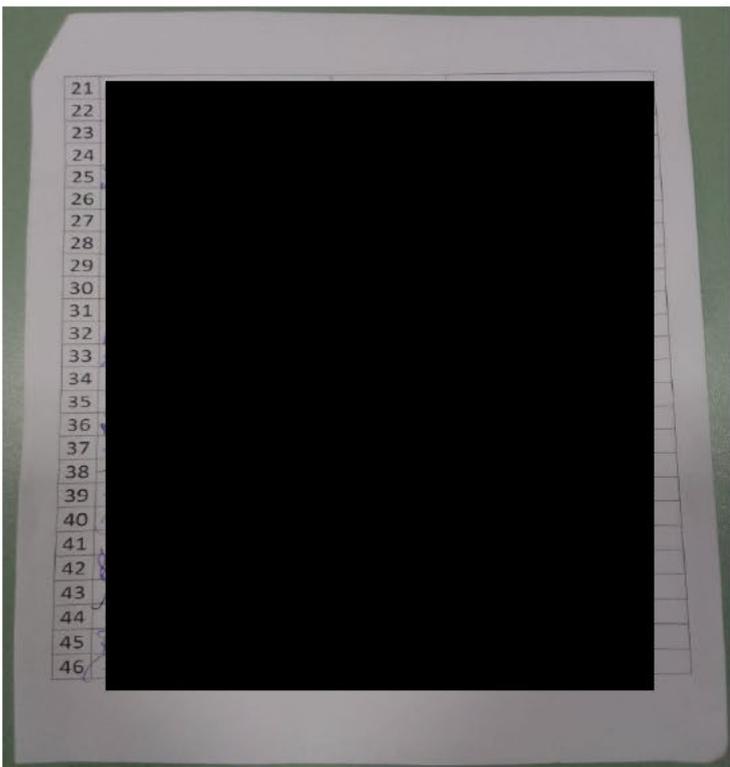
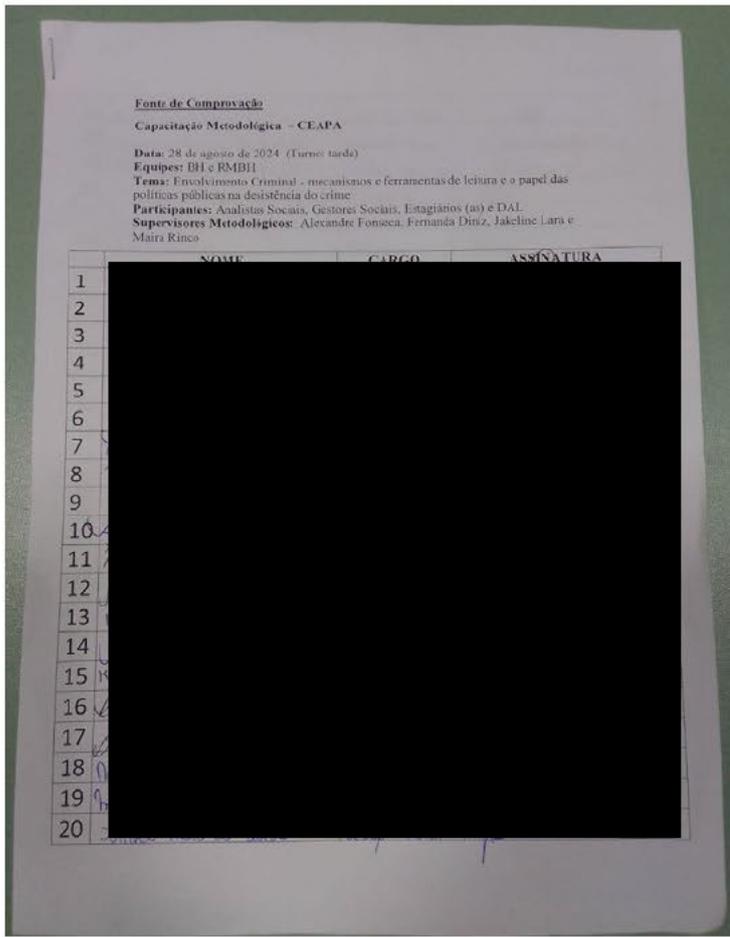
Data: 25/09/2024

Nº de participantes: 55

Tema: Envolvimento Criminal - mecanismos e ferramentas de leitura e o papel das políticas públicas na desistência do crime - parte I

O referido espaço de capacitação foi construído, a partir da provocação das equipes acerca da necessidade de se debater mais sobre trajetórias criminais. O intuito foi ampliar a capacidade crítica e técnica das equipes na identificação destes fenômenos, possibilitando uma maior segurança na condução e na construção de intervenções. A capacitação contou com a condução do palestrante Alessandro [REDACTED], doutor e pesquisador na área, cujas provocações e reflexões contribuíram para um debate extremamente rico e protagonizado pelas equipes técnicas. O espaço foi híbrido contando, ainda, com a participação simultânea e em tempo real dos analistas, estagiários e gestores das equipes do interior.





- Supervisão da Gestão

Como já sinalizado em relatório anterior, durante todo o ano, buscou-se discutir e visibilizar temas relacionados às Dinâmicas Sociais e Criminais que perpassam o trabalho da Gestão Social. Neste trimestre, foi ofertada aos gestores a capacitação com a Mestra em Sociologia Thalia [REDACTED] com o tema: Três Décadas de PCC no Triângulo Mineiro.

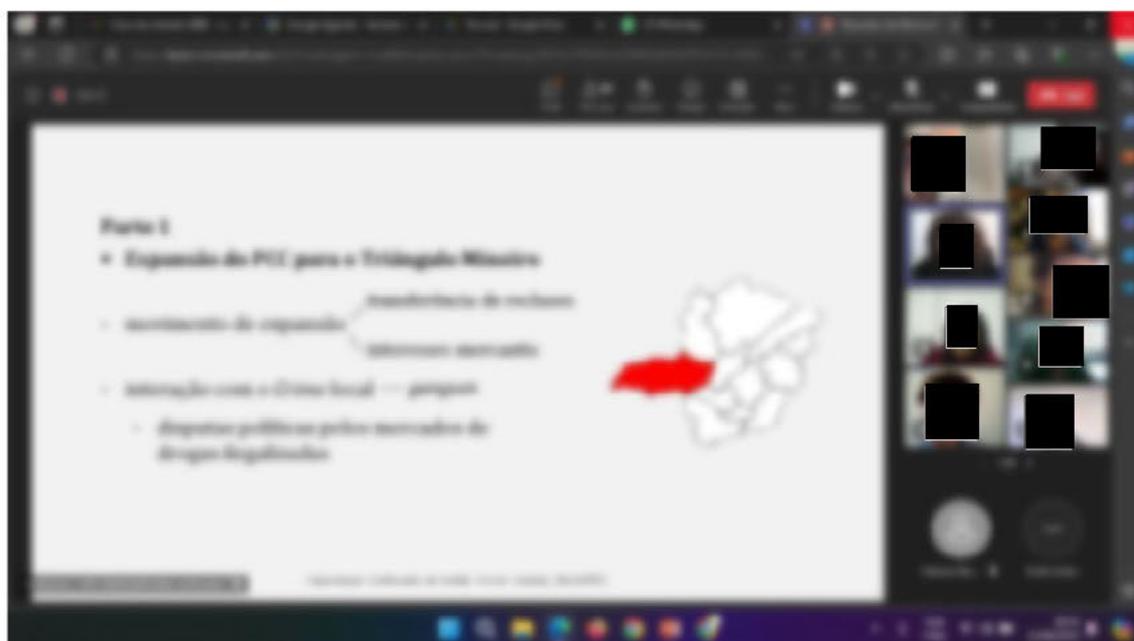
Thalia [REDACTED] é doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e mestra pela mesma instituição, com período sanduíche na Universidad Nacional de San Martín (UNSAM). Além disso, é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e pesquisa temas relacionados a violências, mercados ilegais e grupos criminais.

A palestra foi dividida em duas partes onde Thalia falou no primeiro momento sobre a “Expansão do PCC para o Triângulo Mineiro, o estudo de 3 casos díspares: impacto da facção nas mortes violentas” e no segundo momento sobre a “Hegemonia nos mercados de drogas ilegalizadas das periferias urbanas e resistências à facção na resolução de conflitos cotidianos”. A capacitação ocorreu de modo virtual e contou com a participação de todo o grupo de gestores de BH, RMBH e Interior. O grupo participou ativamente buscando apresentar leituras dos territórios que atuam e os impactos na dinâmica social e criminal. A formação, que foi gravada após autorização da palestrante, está disponibilizada aos gestores e diversos atores da Política de Prevenção à Criminalidade, tendo como objetivo fundamentar espaços de formação e discussão com as equipes técnicas sobre a temática.

A partir da capacitação destinada ao grupo de gestores, muitos desses dispuseram ao diálogo e transmissão da formação aos analistas e equipe de apoio. Isso porque, algumas equipes ficam à frente de desafios e leituras do público logo no acolhimento, sendo importante qualificar leitura que possam aprofundar nas intervenções dos analistas, sendo compartilhadas entre si.

Um exemplo de qualidade desses desdobramentos se deu nas equipes do triângulo mineiro. Araguari e Uberaba iniciaram com a reprodução da formação às equipes e seguiram com algumas discussões a partir de leituras de território e fenômeno abordado pela palestrante, traduzindo o dia a dia vivenciado nas UPCs. Em Uberlândia, está sendo alinhada a integração entre as equipes, mas é forte a leitura que coaduna entre gestores sociais e a parte acadêmica abordada. Para tanto, há um projeto em trâmite que possibilitará integração das Unidades para discutirem os fenômenos comuns aos municípios a partir do arcabouço trazido pela Thalia.

É perceptível o investimento das equipes em compreender as dinâmicas criminais, a organização desses grupos facionados e buscar intervenções que alcance esse público, e a formação possibilitou ainda mais repertório e busca por ferramentas que possibilitem investimento na pauta.



- Capacitação de destaque no Período Avaliatório

Programa Fica Vivo!:

Data: 24/9/24

Nº de participantes: 60



Programa Fica Vivo!
Encontro de formação – 24/09

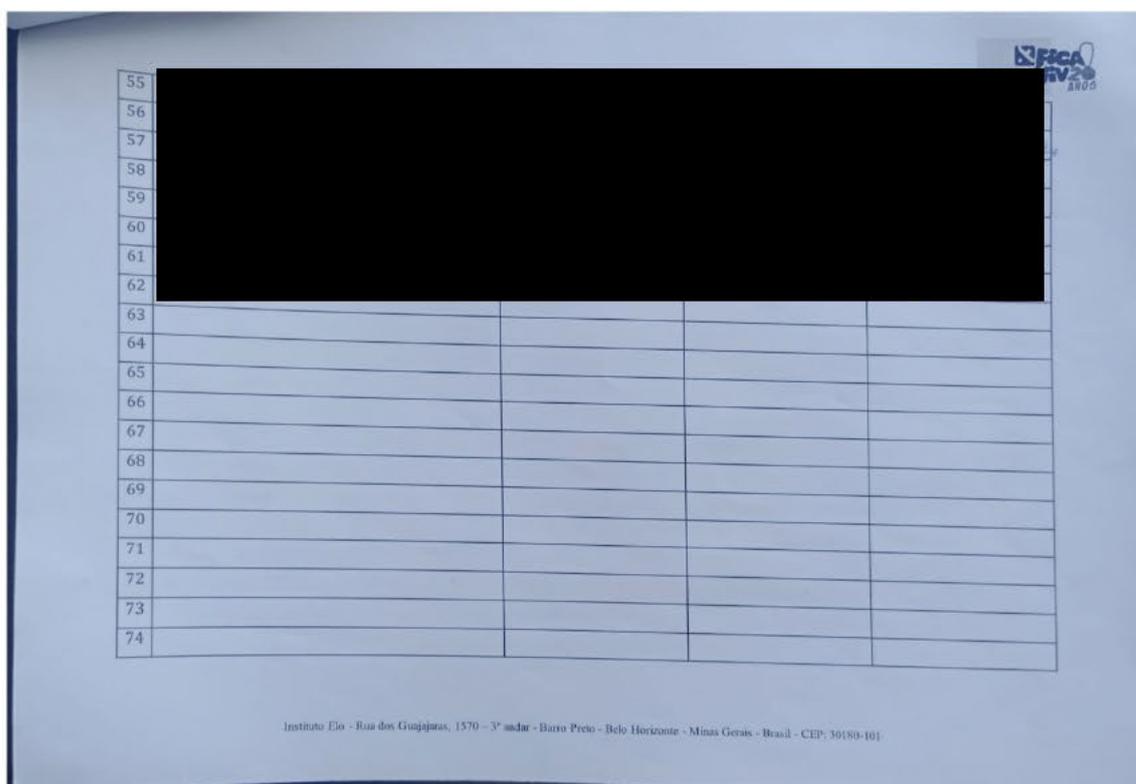
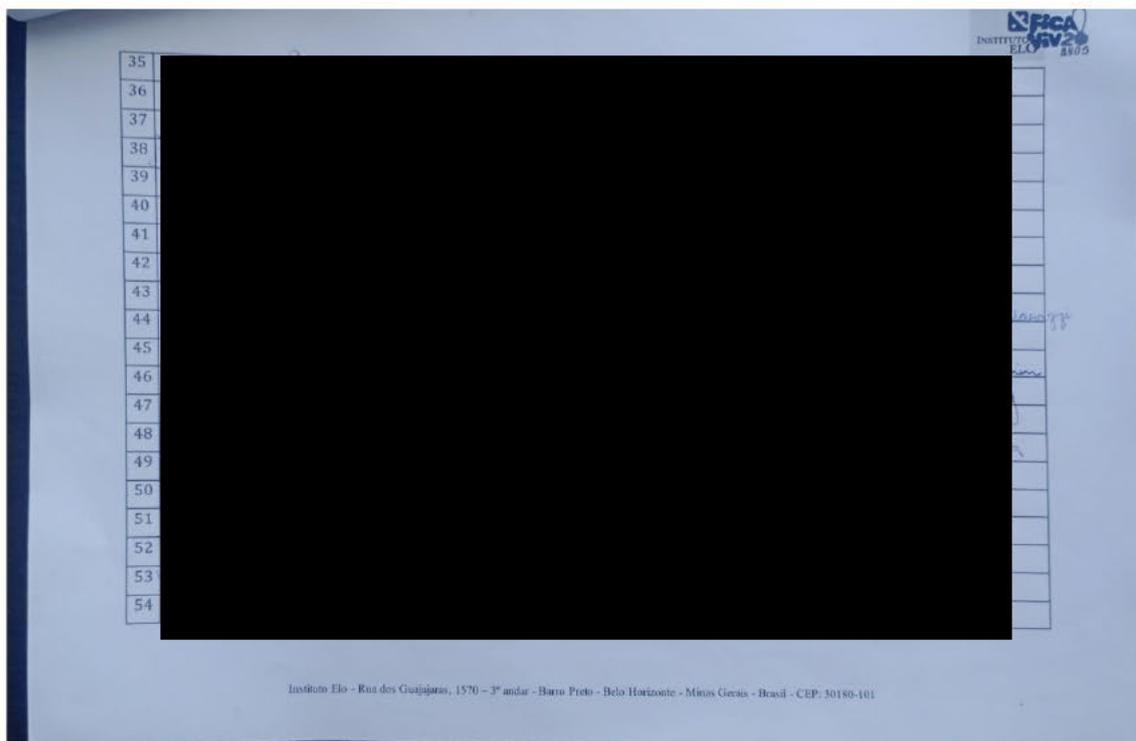
Participantes			
Nº	Nome	UPC	Cargo
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			

Instituto Elo - Rua dos Guajajaras, 1570 - 3º andar - Barro Preto - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil - CEP: 30180-101



15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			

Instituto Elo - Rua dos Guajajaras, 1570 - 3º andar - Barro Preto - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil - CEP: 30180-101



Tema: Arquivamento e aspectos qualitativos no uso dos instrumentais

A capacitação executada junto às equipes de BH, RMBH e interior foi dividida em dois momentos. O primeiro momento contou com um membro do departamento de monitoramento e gestão de projetos, que introduziu para as equipes técnicas procedimentos para guarda, organização e arquivamento dos instrumentais produzidos nas Unidades de Prevenção. Foram estabelecidos prazos para a adequação necessária aos padrões institucionais, bem como houve espaço para perguntas das equipes. O segundo momento contou com a aplicação de um questionário para as equipes, em que constaram perguntas de aspecto qualitativo de uso das equipes dos instrumentais do Programa. Além disso, foi aberto o espaço para compartilhamento de experiência, dúvidas e desafios no uso dos instrumentais. Tal etapa foi muito importante, uma vez que

se pretende utilizar a perspectiva das equipes para eventual atualização dos formulários e documentos produzidos pelo Programa, além de retomar junto às equipes a importância do registro dos atendimentos e outros procedimentos, para uma maior qualificação do trabalho.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 8.4. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 15 •	• 6,24 •
Descrição do Indicador	
<p>Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo.</p> <p>Nos casos de reposição, o processo tem início com o encaminhamento de solicitação da chefia imediata para reposição de vaga e o fim com a assinatura do contrato de trabalho do substituto.</p> <p>Para esse indicador serão considerados tanto os profissionais atuantes nas Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto os profissionais da sede da OS para execução do Contrato de Gestão.</p> <p>Para efeito do cálculo do indicador, cada desistência de candidatos convocados incidirá em uma subtração de 03 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação, visto que cada desistência no comum das vezes gera uma nova convocação e um novo prazo de resposta. Não havendo candidatos excedentes incidirá em uma subtração de 30 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação para fins de realização de novo processo seletivo.</p> <p>Para fins deste indicador, os prazos deverão ser computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, sendo considerados os dias corridos e não somente os dias úteis. Da mesma forma, em caso de realização de processo seletivo e da ausência de candidatos aptos a assumirem a vaga, deverão ser subtraídos 30 dias do total de dias gastos para a reposição já que nesta circunstância deverá ser realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas. A OS deverá promover processos seletivos para constituição de cadastro reserva para contratação e/ou reposição de profissionais dos cargos em vacância que surgirem. Os processos seletivos deverão ser regidos por edital público, com ampla divulgação, e observarão as normas do Regulamento de Compras e Contratação e legislação pertinente. A vacância se dará por motivo de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Demissão; 2. Desligamento a pedido do funcionário; 3. Licenças/afastamentos superiores a 20 dias corridos; 	
Fonte de comprovação do indicador	
Solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Neste período avaliatório foi necessário a realização de um conjunto de processos seletivos para substituição de pessoal tanto em termos de licenças médicas quanto por saídas de profissionais. Ao todo foram realizadas 59 substituições que levaram em média • 6,24 • dias para serem realizadas.

QUANT.	DATA RP	UPC DESTINO	SAINDO: FUNCIONÁRIO DESLIGADO/ REMANEJADO	ENTRANDO: FUNCIONÁRIO CONTRATADO	Data Início	Dias para reposição
1	20/06/2024	Teófilo Otoni/Centro			01/07/2024	11
2	24/06/2024	BH/Vila Cemig			01/07/2024	7
3	26/06/2024	BH/Santa Lucia			01/07/2024	5
4	01/07/2024	BH/Vila Cemig			01/07/2024	0
5	01/07/2024	BH/PPL			01/07/2024	0
6	01/07/2024	BH/Taquaril			01/07/2024	0
7	24/06/2024	Teófilo Otoni/Centro			01/07/2024	7

8	24/06/2024	Teófilo Otoni/Centro	A		01/07/2024	7
9	24/06/2024	Teófilo Otoni/Centro	A		01/07/2024	7
10	26/06/2024	Sede Administrativa			01/07/2024	5
11	25/06/2024	BH/PPL e Taquaril			01/07/2024	6
12	25/06/2024	Uberaba/Centro	A		02/07/2024	7
13	27/06/2024	BH/Vila Pinho	J		02/07/2024	5
14	24/06/2024	Teófilo Otoni/Centro	A		03/07/2024	9
15	03/07/2024	Uberlândia/Morumbi			08/07/2024	5
16	04/07/2024	Araguari/Centro	A		09/07/2024	5
17	09/07/2024	BH/Centro			15/07/2024	6
18	10/07/2024	Sede Administrativa			15/07/2024	5
19	11/07/2024	Ribeirão das Neves/ Centro			15/07/2024	4
20	11/07/2024	Ribeirão das Neves/ Veneza			16/07/2024	5
21	10/07/2024	Santa Luzia/Centro	A		16/07/2024	6
22	09/07/2024	Ribeirão das Neves/Justinópolis	J		17/07/2024	8
23	12/07/2024	BH/PPL			17/07/2024	5
24	15/07/2024	BH/Cabana			18/07/2024	3
25	16/07/2024	Contagem/Nova Contagem	F		22/07/2024	6
26	11/07/2024	BH/Centro			22/07/2024	11
27	15/07/2024	Santa Luzia/Centro			22/07/2024	7
28	11/07/2024	Ribeirão das Neves/ Veneza	A		22/07/2024	11
29	25/07/2024	Betim/Centro	A		01/08/2024	7
30	18/07/2024	BH/Serra	L		01/08/2024	14
31	26/07/2024	Betim/PTB	B		01/08/2024	6
32	26/07/2024	Ribeirão das Neves/ Veneza	M		01/08/2024	6

33	26/07/2024	Santa Luzia/Palmital		01/08/2024	6
34	25/07/2024	Sede Administrativa		01/08/2024	7
35	26/07/2024	Uberlândia/Morumbi		05/08/2024	10
36	31/07/2024	Betim/Centro		08/08/2024	8
37	06/08/2024	BH/Centro		08/08/2024	2
38	06/08/2024	BH/Centro		08/08/2024	2
39	07/08/2024	Araguari/Centro		12/08/2024	5
40	13/08/2024	BH/Cabana		19/08/2024	6
41	12/08/2024	BH/Centro		20/08/2024	8
42	08/08/2024	Ibirité/Centro		20/08/2024	12
43	14/08/2024	BH/Centro		20/08/2024	7
44	12/08/2024	Pouso Alegre/Centro		20/08/2024	8
45	14/08/2024	BH/Taquaril		21/08/2024	7
46	26/08/2024	Contagem/ Nova Contagem		01/09/2024	6
47	23/08/2024	BH/Primeiro de Maio		02/09/2024	10
48	23/08/2024	BH/Cabana		02/09/2024	10
49	23/08/2024	BH/Serra		02/09/2024	10
50	28/08/2024	Juiz de Fora/Centro		02/09/2024	5
51	28/08/2024	Santa Luzia/Centro		05/09/2024	8
52	04/09/2024	Ibirité/Centro		09/09/2024	5
53	04/09/2024	Juiz de Fora/Olavo Costa		11/09/2024	7
54	09/09/2024	Juiz de Fora/Centro		16/09/2024	7
55	12/09/2024	BH/Centro		16/09/2024	4
56	16/09/2024	BH/Taquaril		19/09/2024	3
57	16/09/2024	BH/Primeiro de Maio		19/09/2024	3

58	16/09/2024	Patos de Minas/Centro		19/09/2024	3
59	16/09/2024	Betim/Centro		19/09/2024	3

Foram 30 desligamentos referentes aos meses de julho a setembro.

- Cargo:

Analista: 27 desligamentos

Gestor: Não houve desligamentos

Supervisor: Não houve desligamentos

Técnico Administrativo: 1 desligamento

Faxineiro: Não houve desligamentos

Assistente Administrativo: 2 desligamentos

- Programas:

CEAPA: 10 funcionários desligados

FICA VIVO!: 6 funcionários desligados

PMC: 6 funcionários desligados

PRESP: 4 funcionários desligados

SELO PREVENÇÃO: 1 funcionário desligado

SE LIGA: Não houve desligamentos

- Local

Sede Administrativa: 2 desligamentos

Ponta: 28 desligamentos

Foram realizados ao longo do período 28 processos seletivos para ajustes e reposição de equipe. Sendo eles:

3º TRIMESTRE 2024	QUANT.	DATA	PROCESSO SELETIVO
	1	jul-24	444 - 2024 Analista Social - Fica Vivo! Ribeirão das Neves
	2	jul-24	445 - 2024 Analista Social PMC Santa Luzia
	3	jul-24	457 - 2024 Analista Social CEAPA - Araguari
	4	jul-24	458 - 2024 Analista Social PRESP Betim
	5	jul-24	471 - 2024 Faxineira (o) BH
	6	jul-24	477 - 2024 Analista Social PMC Contagem
	7	jul-24	493 - 2024 Gestor Base Local BH e RMBH
	8	jul-24	494 - 2024 Analista Social - PMC POUSO ALEGRE - FUNEMP
	9	jul-24	512 - 2024 Analista Social CEAPA Santa Luzia
	10	ago-24	522 - 2024 Analista Social CEAPA Juiz de Fora
	11	ago-24	533 - 2024 Analista Social CEAPA Ibité
	12	ago-24	543 - 2024 Analista Social PMC - Juiz de Fora
	13	ago-24	551 - 2024 Técnico Administrativo BH-RMBH - Licença Maternidade
	14	ago-24	552 - 2024 Analista Social PMC - BH
	15	set-24	579 - 2024 Gestor Se Liga BH
	16	set-24	580 - 2024 Analista Social PRESP BH e RMBH Atuacao em BH - PCD ou Reab.Inss
	17	set-24	590 - 2024 Analista Social SE LIGA - Uberlândia
18	set-24	591 - 2024 Analista Social PRESP - Montes Claros	

	19	set-24	599 - 2024 Analista Social Fica Vivo - BH
	20	set-24	615 - 2024 Técnico Administrativo Curvelo
	21	set-24	619 - 2024 Faxineiro(a) Barbacena
	22	set-24	622 - 2024 Assistente Administrativo Sede Administrativa BH
	23	set-24	623 - 2024 Gestor Social Curvelo
	24	set-24	624 - 2024 Técnico Administrativo BH RMBH
	25	set-24	626 - 2024 Faxineiro(a) BH - RMBH
	26	set-24	627 - 2024 Analista Social SE LIGA - BH
	27	set-24	628 - 2024 Analista Social CEAPA - BH
	28	set-24	655 - 2024 Motorista Patos De Minas

Importante informar que todos os editais estão disponíveis no site do Instituto Elo.

ÁREA TEMÁTICA: RELATÓRIOS DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 9.1. Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 64 •	• 64 •
Descrição do Indicador	
<p>O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Territorial consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPC. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC.</p> <p>Os Relatórios Analíticos serão bimestrais, um para cada UPC, e deverão ser elaborados pelos Gestores Sociais, conforme modelo disponibilizado pela SEJUSP/SUPEC, e entregues em formato PDF à OS, por e-mail, até o décimo dia útil do mês subsequente ao fim do período de referência do Relatório. A OS deverá encaminhar os arquivos dos Relatórios para a SEJUSP/SUPEC.</p> <p>Para fins de aferição do cumprimento da meta, não serão considerados os relatórios entregues pela Gestão Social após o mês de referência de entrega do mesmo.</p> <p>A OS deverá manter em sua sede as fontes de comprovação, contendo os arquivos dos Relatórios Analíticos em formato PDF, os e-mails dos Gestores Sociais encaminhando os Relatórios à OS, bem como o e-mail de encaminhamento à SEJUSP/SUPEC, gravados em unidade de disco removível (CD/DVD). Os Relatórios entregues após o mês de referência também deverão ser juntados às fontes de comprovação do indicador.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).	

Para a análise do 23º PA considerou-se as entregas de um relatório analítico em julho, referentes aos meses de maio/24 e junho/24, e em setembro, referentes aos meses de julho/24 e agosto/24. Desta forma, neste período foram entregues pelos gestores sociais 64 relatórios, sendo um de cada Unidade de Prevenção de Base Territorial. Já no período avaliatório anterior, o 22º PA, foi considerada uma entrega no mês de maio/24, referente aos meses de março e abril de 2024.

Para este período avaliatório, os dados analisados dos relatórios, evidenciaram os seguintes fenômenos:

Atuação de facções criminosas e seus desafios

Homicídios

As diferentes narrativas dos homicídios continuam indicando que as violências são multicausais. Porém, perpassa por todas elas uma espécie de controle ou gestão dos corpos pela intimidação. A morte de um homem pode ter diversas motivações, dentre elas, os históricos de violências domésticas que causam repercussões nos territórios, crimes contra a dignidade sexual, dívidas de transações comerciais, ainda que em grande parte das vezes seja pelos conflitos de grupos criminosos rivais e/ou acertos de contas. Porém, em todos os casos a violência é para imposição de um controle, de um código de conduta do território, regidas por uma sociabilidade violenta e criminal, que não pode ser confundido com justiça.

O ranking de homicídios dos territórios das UPCs auxiliam as equipes acompanhar o aquecimento, arrefecimento, ou diminuição dos números por faixa etária do FV e os números gerais. Alguns gestores partem dessa informação para suas análises, como propõe a gestão do Jardim Felicidade que até o mês de agosto observou o aumento de 200%, no número geral, porém a gestão social destaca que houveram mortes relacionadas aos territórios que ocorreram fora da área de

abrangência. Essa leitura também ocorre nos demais territórios, em que o ranking indica os números oficiais da abrangência de atuação da área atendida, mas não da relação das pessoas com a cidade ou até mesmo com a RMBH.

Existem alguns territórios que são marcados não apenas pelos homicídios, que já é um tipo de morte muito violenta independente da forma que aconteça, porém em algumas localidades existem verdadeiros rituais de crueldade quase como uma assinatura dos grupos criminosos que ali atuam. Na área de abrangência do Jardim Leblon existe um microterritório chamado de Vila do Índio onde infelizmente este tipo de morte é recorrente. Em maio um corpo foi abandonado com várias perfurações na região genital e teve o órgão mutilado. Uma das características do território é a infraestrutura precária e o baixo investimento do poder público na localidade.

A respeito dos homicídios na área de abrangência da UPC Jardim Felicidade, a equipe identifica e acompanha os casos consumados de moradores do território em outras localidades. Da mesma forma, ocorre na área da UPC Morro Alto. No mês de maio, um adolescente de 17 anos saiu em apoio a um colega para tirar satisfação a respeito de uma briga que ocorreu durante uma festa, o adolescente e seu parceiro entram em conflito novamente com os desafetos e o rapaz é morto, os suspeitos inicialmente são moradores do município de Sabará. Tal situação mostra a complexidade para construção de estratégias de prevenção para evitar os diversos tipos de conflitos em que os moradores do território se envolvem. As situações de risco de morte geradas pela violência extrapolam os limites onde podemos acionar referências comunitárias, uma rede mista ou mesmo o GEPAR em situações eminentes de confrontos.

No mês de maio no território do Morro Alto, uma disputa do tráfico levou ao óbito 3 pessoas em uma chacina que ocorreu em Ribeirão das Neves, o caso ganhou repercussão nacional por ter vitimizado duas crianças. O conflito poderá ainda ganhar maiores desdobramentos uma vez que o genitor de uma das vítimas é liderança da organização criminosa e o mesmo se encontra no sistema prisional. Percebe-se que a violência quando sai do grupo restrito dos envolvidos nas organizações criminosas e atinge pessoas comuns da comunidade e principalmente a família extensa, ainda mais quando se trata de crianças, a repercussão fica muito negativa para os autores, podendo até ser morto pelo próprio grupo. Ainda como desdobramento da chacina, uma família moradora do Morro Alto teme pela própria vida diante das organizações criminosas, devido um boato que circulou no território que foi uma mulher que é mãe e casada que revelou o local da festa, tornando conhecido o endereço onde os suspeitos foram realizar as execuções.

No território da UPC Santa Lúcia, um homem de 37 anos foi morto a pauladas por um jovem de 22 anos, o desentendimento ocorreu em um bar em decorrência de uma dívida de R\$10. A vítima era uma pessoa conhecida da comunidade, causando grande comoção e luto entre os conhecidos. O autor foi ameaçado de retaliação pelo tráfico local, porém foi preso em flagrante o que evitou os desdobramentos. Outro homicídio em Santa Lúcia se destacou quando um jovem foi abordado por pessoas em uma moto que após o chamarem pelo nome efetuaram diversos disparos. A motivação seria conflitos entre grupos que atuam no tráfico de drogas da região. O fato foi comentado na comunidade havendo mobilização para o velório do jovem.

É percebido que esses crimes contra a vida trazem um lugar de comoção diferente para as comunidades, como se quando as pessoas que morrem for envolvidas com o tráfico ou esteja em situação de rua, a morte é algo esperado e naturalizado, podendo haver uma finalização precoce de suas vidas sem grande repercussão e/ou comoção. Tal fenômeno nos provoca a pensar em estratégias para que a vulnerabilidade da vida diante da morte seja menos desigual.

Na Serra, durante o mês de julho, o homicídio de uma forte liderança da região da Fazendinha repercutiu e impactou a rotina dos moradores. A mídia deu um tom de "guerra" e apontou possibilidades da entrada de facções de outros estados no Aglomerado. Logo após o ocorrido, foi percebido a sensação de insegurança, ruas e comércios esvaziados, jovens deixando temporariamente de frequentar as oficinas e a intensificação de pessoas armadas pelas ruas. Os rumores no território sobre um possível extermínio das atuais lideranças e a circulação de pessoas andando com escoltas pelo território deixaram todos apreensivos, porém, com o passar dos dias e dos rumores, a rotina da comunidade foi se normalizando.

Os crimes de ódio têm se destacado na dinâmica social das violências e criminalidades dos territórios onde a Política de Prevenção à Criminalidade atua. Na Serra, já foram cinco mortes de acordo com o Ranking de Homicídios, uma crescente significativa quando comparado ao ano passado. Outro destaque é sobre a autoria desses homicídios, muitos cometidos por pessoas de fora dos territórios.

No Taquaril, três homicídios impactaram, visto que são relacionados às dinâmicas sociais e criminais do território, marcando julho como o mês com a maior taxa de homicídios do ano. As mortes ocorreram nos territórios: Granja de Freitas, Taquaril e Alto Vera Cruz.

Ainda em julho, um homem morador da Serra, foi morto no território do Taquaril . Dois suspeitos efetuaram disparos de arma de fogo contra a vítima que não resistiu aos ferimentos. A motivação teria sido uma desavença passada em que a vítima agrediu os irmãos após eles pegarem carona na traseira de um ônibus, ganhando repercussão na mídia:



No mesmo dia, na região do Alto Vera Cruz, um jovem de 25 anos foi assassinado. O autor do crime é um homem que havia saído do sistema prisional e alega que a motivação foi uma vingança por uma emboscada no passado que resultou na morte de seu irmão, da qual a vítima teria participado, também ganhando notoriedade midiática.



Também nesse período, outro jovem, morador da região das "Casinhas" no bairro Granja de Freitas, foi assassinado e acreditava-se que o crime havia ocorrido no aglomerado da Serra, mas a família confirmou que ele foi morto no Paulo VI, onde estava envolvido no tráfico local e em uma guerra contra outra boca de fumo. Neste último, destaca-se uma prática cada vez mais comum, a migração e transição dos jovens e pessoas envolvidas com o tráfico para os diversos territórios de BH e RMBH buscando ascensão nos cargos dentro das organizações criminosas, bem como maior rentabilidade.

A Equipe FV! de Santos Reis tem acompanhado alguns jovens envolvidos com a criminalidade que vêm relatando sobre os riscos letais associados ao envolvimento criminal, e acabaram se afastando das biqueiras onde estavam ativos. Sinalizam que desde o homicídio de um jovem de 23 anos vitimado em 26/04/2024, os riscos estão maiores e que preferem "dar um tempo" e "esperar a poeira baixar". Alguns jovens moradores da Vila Áurea e do Santos Reis alegaram medo da exposição na via criminal, dando uma pausa na atuação na linha de frente. Esse m

omento contribui para que seja trabalhado com as juventudes as pautas profissionalização e retomada dos estudos, a fim de que reflitam sobre projetos de vida e sobre a letalidade juvenil. Em circulação pelo território, foi possível encontrar um jovem atendido que afirmou seu retorno para o "corre". Em atendimento, a Equipe pautou sobre os riscos desse envolvimento e endossou sobre a disponibilidade em atendê-lo, caso demande intervenções do Programa. Como o jovem teve passagem recente pelo sistema prisional, foi apresentado o trabalho desenvolvido pelo PrEsp, como outra possibilidade de atendimento e acompanhamento, avançando nas discussões.

Em Uberlândia, os últimos homicídios que aconteceram no território seguem a tônica de conflitos por rixas pessoais ou conflitos com os atuais companheiros de ex-companheiras (acusações de "talaricagem"). Desse modo, fica claro o uso da violência e do homicídio como recurso para a solução de conflitos.

No GIE de junho de 2024, discutiu-se o recente aumento dos homicídios na cidade (que caíram de 170 em 2012 para 28 em 2021, mas aumentaram em 2022 e chegaram a 53 em 2023) e até que ponto a regulação que o tráfico de drogas e a

hegemonia do PCC na cidade, que controlaram os índices de homicídios, influenciam ou não nesse índice. Há outros pontos a serem levados em conta também, como o aumento na disponibilidade de armas de fogo tanto legais quanto ilegais nos últimos anos (segundo dados do Instituto Sou da Paz, mais de 1 milhão e 300 mil armas de fogo entraram em circulação entre 2019 e 2022



<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/14/mais-de-um-milhao-de-armas-entrou-em-circulacao-durante-governo-bolsonaro>.

Do ponto de vista do aumento recente dos homicídios, a PM formou um grupo para estudar a questão e a Gestão Social não o integra, mas periodicamente, se comunica com um dos membros para se atualizar sobre os resultados. Internamente, é uma questão que vem sendo debatida dentro da UPC e também pelos analistas nos seus contatos com a juventude, referências comunitárias e público em geral, bem como a rede.

Já em Ribeirão das Neves, no território de Justinópolis, em julho a tensão nos bairros Maria Helena e Tony (somente o Tony é área de abrangência) teve uma proporção que interferiu de forma direta na percepção de segurança da comunidade, principalmente, em função dos homicídios que aconteceram no período avaliado. Esse cenário impactou na execução de atividades dentro dos bairros e na circulação dos moradores gerando apreensão.

Tentativa de Homicídios

Ainda que alguns pontos que dizem da interface território/município já tenham sido explanados, neste período, muitas unidades debruçaram análise ao excelente material do Atlas da Violência, que para além de consolidar dados a níveis nacionais, trouxe, também, levantamentos mais específicos em relação a municípios. Assim, a gestão social tem convidado as equipes a debruçar sobre a manifestação estatística da violência no município e arredores, especialmente pela carência de mais dados qualificados sobre a relação violência e letalidade por regiões.

De maneira geral, em Minas Gerais, temos apenas 34 municípios que permitem que a relação de homicídios por 100 mil habitantes seja estabelecida, considerando o contingente populacional. E, destes 34, Contagem ocupa a 13ª colocação em relação à taxa de homicídios, seguindo como ponto de atenção apesar do viés de baixa que os últimos vinha apresentando (ainda que em 2024 o território do Ressaça já esteja com um aumento de 300% em relação ao último ano nessa mesma perspectiva). O relatório também traz dados sobre avanços de facções sobre o Brasil e outros elementos que servem de repertório técnico caso o território tenha esse tipo de manifestação em algum momento.

No tocante as análises de situações de “pau no gato”, contextualiza-se o termo e sua aplicação no território: o modus operandi deste termo é observado como sendo, no Ressaça, o principal mecanismo de cobrança de “vacilos” ou punições realizadas na região, como tem sido amplamente discutido neste espaço em relatórios anteriores. A lógica é de um justicamento que não leva ao homicídio, porém, deixa as vítimas com diversas sequelas físicas e apresenta camadas diversas na interpretação deste controle social. Em estudos junto ao território, dialogando com oficinairos e referências comunitárias sobre quais seriam as suas percepções sobre esse fenômeno, identificou-se um descontentamento com a resolução violenta dos conflitos (não é aplicado a todos nem à todas as “temáticas, etc), e certa descrença em relação à superação deste fenômeno, tanto em uma noção de mudança estrutural de comportamentos quanto na aposta em outras ferramentas de gestão dos conflitos, acreditando, em alguma instância, que essa ação apresenta contornos que produzem sentido a nível pragmático.

Em função de todo o desdobramento deste fenômeno, como resposta qualitativa de mobilização, as equipes de ambos os programas têm se organizado junto a oficinas e referências comunitárias para pautar, no segundo semestre, ações de discussões ampliadas sobre essa manifestação de violências.

O município de Governador Valadares, segundo o levantamento do Atlas da Violência 2024, divulgado em Junho, projetou a cidade, no Vale do Rio Doce, como a cidade de Minas Gerais com as maiores taxas de homicídio, levando em consideração municípios com mais de 100 mil habitantes. A cidade registrou 34,6 homicídios por 100 mil habitantes. Os dados apenas confirmam a realidade constatada diariamente nos noticiários locais: violências diversas, em diferentes regiões; sofridas e exercidas por adolescentes, e um público cada vez mais jovem; altos índices de violência doméstica e crescentes relatos de tortura e cárcere privado; aumento de população em situação de rua e ampliação de cenas de uso de crack. A análise da gestão social das unidades Carapina e Turmalina coincide com a leitura da gestão social da unidade do aglomerado Cabana em BH, em que as respostas perpassam por ações do poder público municipal e não tão somente pelas forças policiais. O município de Governador Valadares, segundo a gestão social, parece não se haver com a complexidade do fenômeno apresentado. As políticas locais (esporte, cultura e lazer) estão centralizadas e inacessíveis para a maior parte da população que ocupa as periferias da cidade. Até mesmo a atuação do CRAS se encontra descaracterizada em sua essência que é territorial.

Os furtos e também a violência doméstica entram nesta leitura das tentativas de homicídios, porque embora muitos destes confrontos, inicialmente, pareçam apenas desentendimentos e as agressões e ferimentos causados por instrumentos de menor poder de letalidade, ainda sim podem resultar em mortes. A unidade do Bom Jardim e Esperança de Ipatinga relata um roubo de bicicleta em que a vítima ao tentar recuperar o bem, recebeu golpes de faca e na luta corporal o ladrão também ficou ferido. Também no mesmo território, no mês de julho, em uma situação de confronto de pessoas envolvidas com o tráfico durante uma briga, uma das pessoas desferiu golpes de faca no seu desafeto, um dos jovens envolvidos nesse conflito. Este que ressalta-se que também foi vítima de tentativa de homicídios em agosto. Nesta segunda ocasião, foram utilizadas armas de fogo, sendo efetuados diversos disparos realizados na praça do bairro. Somente um acertou o jovem, que sobreviveu. Ainda no mês de agosto, em na área de abrangência da UPC de Ipatinga, uma briga de bar terminou com uma pessoa esfaqueada. Nos casos que envolveram facas, aparentemente há desdobramento de uma briga, diferente do uso de arma de fogo que já denota a intencionalidade última de matar, ainda que sem êxito. No território do Bom Jardim e Esperança somaram-se 6 homicídios tentados. Em um deles ocorreu a tentativa de um atropelamento, como desdobramento de um caso de violência doméstica contra a vida de sua companheira.

Para prevenir homicídios em potencial, cada vez mais as diferentes unidades de prevenção estão precisando estreitar os diálogos e pensarem conjuntamente estratégias, como ocorreu no mês de julho entre a gestão social da UPC Minas Caixa e Morro Alto, partindo-se de uma situação de ameaça a vida de um adolescente morador do bairro Nova York. O bairro em questão faz parte da área de abrangência da UPC Minas Caixa em BH, porém é território limítrofe com bairro Nova Pampulha. Com apoio do comandante do GEPAR e do Conselho tutelar do Morro Alto, que atenderam o caso, foi possível pensar em intervenções e a Política de Prevenção, por intermédio da proteção social e repressão qualificada, ampliando seu repertório e cumprindo seu objetivo. Esse caso inclusive demandou diálogo com Creas, Conselho tutelar, equipe técnica e oficina de ambas as áreas de referências, ou seja, tanto de BH quanto de Vespasiano.

As questões relativas à saúde mental perpassam quase todos os territórios em Santa Luzia. Na área de abrangência da UPC Palmital, a equipe no mês de julho, por intermédio de um oficinairo, ajudou na retirada de um jovem de aproximadamente 27 anos do território. O jovem ameaçado possui uma doença mental com diagnóstico de esquizofrenia, e é acompanhado pelos serviços de saúde do município. Porém, isso não impediu do jovem ter sido vítima por mais de uma vez de espancamentos oriundos do crime organizado ou de moradores do território. Em julho, ele foi expulso do território porque estava sendo acusado de levar informações para um grupo rival, diferente da sua área de moradia, que era o Nova Esperança. Com auxílio da unidade de prevenção e referências comunitárias, ele foi retirado em segurança do território.

Os casos de ameaças por homofobia ou transfobia ainda chegam de maneira pontual, porém, em julho, na área de abrangência do palmital, uma mulher trans de aproximadamente 25 anos furtou o cartão de um amante que era casado. O homem ficou transtornado, talvez até pelo medo da exposição do caso após possíveis prejuízos, e buscou uma liderança do tráfico para buscar autorização para matar a amante.

O fenômeno do "pau no gato" (necessário discutir em alguns casos sob a compreensão de tentativa de homicídio) permanece em destaque como uma das formas de regulação mais gravosa do tráfico nos territórios. Na área de abrangência da UPC Santa Lúcia, dois casos tiveram destaque no mês de Maio. No primeiro caso, um homem envolvido com o tráfico em uma região conhecida como Setor 13 foi acusado de ter abusado sexualmente de uma mulher, e como punição foi

espancado por outras pessoas também envolvidas com o tráfico. No outro caso, a vítima foi uma mulher que fornecia marmitas no território e foi acusada de descumprir regras impostas pelo tráfico e como sanção sofreu um "pau no gato".

Na comunidade os casos são comentados, mas por receio de retaliação não repercutem. Nesses territórios, há relatos que as "técnicas" utilizadas estão cada vez mais truculentas, para além do espancamento há se falado sobre a utilização de técnicas de tortura como por exemplo, o plástico queimado.

Em Olavo Costa, na cidade de Juiz de Fora, houve um episódio no qual dois jovens agrediram um homem de 50 anos até a morte. Segundo a polícia, o homem estava importunando sexualmente esses jovens, e em decorrência, sofreu o espancamento. A vítima chegou a ser socorrida, mas não resistiu. O caso ilustra a naturalização da violência no território e diz sobre como a lógica de resolver conflitos de maneira violenta e sem acionar as autoridades competentes está enraizado no imaginário popular.

Gestão pela Violência

A gestão dos territórios pela violência costuma resultar em vítimas fatais. No Cabana um homem foi encontrado morto em julho, com ferimentos que indicavam espancamento com muitos ferimentos na cabeça. Existem comentários que o cartão do homem não passou no momento em que foi comprar drogas. Nesse sentido, percebe-se que os espancamentos que as organizações criminosas consideram como ações corretivas, são tidas como propaganda e avisos para quem não respeitar os códigos de conduta, porém, tais agressões podem levar à morte. Também no território do aglomerado Cabana, em uma área conhecida como Pracinha dos Cachorros, um homem sumiu com uma correntinha (joia) que foi deixada com ele, por um amigo que possui envolvimento com a criminalidade. Não foi identificada a motivação da joia ter sido deixada na confiança de ser retirada no dia seguinte. Como o responsável por guardar a joia não a apresentou ou conseguiu recuperar o item, o homem foi espancado a ponto de ser hospitalizado. A família da vítima do espancamento não quis envolver a unidade de prevenção no acompanhamento do caso. Os casos de dívidas na Cabana também geram expulsões ou saídas do território para preservação da vida, como o caso de um homem que vendeu um imóvel de outra pessoa para tentar levantar dinheiro com uma festa e depois pagaria a dívida, porém, a festa não produziu o retorno financeiro esperado e a dívida não foi paga. Este mesmo homem já capotou um carro que estava emprestado com ele e não teve recursos para pagar os prejuízos. Este tipo de comportamento principalmente com recorrência pode resultar em homicídio, ou como nesse caso, em expulsão do território. Circula informações que este mesmo homem, ainda que fora do território, deu início ao pagamento da dívida. Ainda que alguns indivíduos tenham trajetórias criminais, dependendo do comportamento de risco e o tipo de conflito em que se envolvem, eles também sofrem sanções do próprio crime organizado.

Um caso em especial chamou atenção no território do Jardim Leblon em BH acerca de um jovem usuário de drogas, que já vinha sendo ameaçado pelo tráfico devido seu comportamento de cometer furtos no território para levantar dinheiro para o consumo de entorpecentes. No mês de junho, o irmão do jovem, ao perceber que ele em surto provavelmente seria espancado e/ou até mesmo morto pelo tráfico, o próprio irmão realizou o espancamento e expulsou o mesmo de casa, ele foi encaminhado para o Cersam AD, e o irmão justifica dizendo que fez isso por proteção, para ganhar tempo com o tráfico. O jovem até o momento da análise não havia retornado para o território. Ainda, outro caso na região do Jardim Leblon merece destaque: um jovem foi sequestrado, colocado em um porta malas, espancado e deixado em outro território, o motivo seria brigas de times, mas o mesmo jovem se envolve em diversos conflitos no território, inclusive dívidas de entorpecentes. Alguns casos chamam atenção das equipes, pelo número de vezes em que um mesmo indivíduo se coloca em risco, e por diferentes motivações, a resposta para certas situações precisam ser construídas de forma intersetorial, envolvendo a família, a sociedade civil e o poder público dada a complexidade. Em alguns casos parece que somente o indivíduo afetado não se implica com a resolução da situação, nesse sentido encontra-se o limite da nossa atuação direta com público, cabendo a prevenção a articulação para discussão dos casos.

Percebe-se que a violência do crime organizado com os próprios moradores do território não é uma prática bem vista por parte do próprio grupo, que vê esse tipo de situação como "esculacho" e desrespeito. Mesmo que esse tipo de atitude tenha intenção de silenciar os moradores, pode ter efeito contrário em algum outro momento. Na área de abrangência da UPC Palmital, um morador de aproximadamente 50 anos foi morto no Palmital B, ao chamar atenção de uma das pessoas envolvidas com o tráfico local. O homem ficou incomodado porque um traficante queria esconder drogas no muro de sua residência, provavelmente em buracos, quando o morador foi dizer que não concordava, ele foi espancado com pauladas na barriga, e o homem foi socorrido, mas posteriormente veio a óbito. A repercussão foi muito negativa, com a comunidade abalada com o crime, porém não houve notícias de desdobramentos. Nesse sentido, é muito dúbia a sensação de segurança que o crime organizado pode trazer para alguns territórios, uma vez que essa proteção só existe quando a comunidade não interfere nos métodos do grupo agir, não existindo canais para questionar essas condutas, podendo chegar a expulsão dos imóveis, violências físicas, e em caso mais extremo, a morte.

A expulsão de pessoas de seus imóveis tem sido uma prática comum em alguns territórios pelo tráfico local. Na PPL, por exemplo, após prisão de uma liderança do tráfico, sua família foi expulsa do território pela nova liderança, marcando assim as disputas territoriais e a reorganização da dinâmica relativa ao tráfico de drogas como um desses diversos motivos.

Ainda no que tange a regulação do tráfico pelos mecanismos de violência, a naturalização e silenciamento frente aos casos, é comprovado que algumas minorias ficam ainda mais expostas a essas práticas. No microterritório Vila Senhor do Passos, na região da PPL, em BH, o fenômeno migratório de pessoas em situação de rua tem resultado em casos de violência explícita. Algumas pessoas que desconhecem as regras impostas pelo tráfico local da não prática de furtos e assaltos têm sido punidas pelo cometimento desses crimes. As punições são as mais diversas e variam de violências físicas a expulsão do território. Nesse sentido, as equipes têm dialogado sobre a importância de circular por estes territórios, e que a qualificação de informações e vínculos precisam chegar para além dos diálogos já estabelecidos com a rede parceira. A retomada dos atendimentos itinerantes e pontos de apoio nos equipamentos disponíveis na área de abrangência, com o intuito de fomentar a chegada da equipe e dos programas, às reais demandas e articulações comunitárias que fazem parte do trabalho tem sido já articuladas.

Na Vila Cemig, há um grupo especializado na prática dessas punições, regulação e controle do tráfico. O grupo é conhecido por exercer a regulação e controle social do território por meio da dinâmica criminal. Segundo relatos, o grupo é responsável pelos "justiçamentos" que ocorrem no microterritório, sendo estes marcados por ações violentas, como espancamentos, mutilações de membros dos corpos, entre outras "punições" direcionadas a aqueles que não cumprem as determinações do tráfico local. Há relatos da existência de uma casa, local este, onde acontecem as práticas de tortura. Das ações do grupo citado, destaca-se a sua atuação nos últimos meses, no qual foram relatados casos de violência contra aqueles que estariam praticando o conhecido "dar o grau" ou "cortar giro" na comunidade, prática essa que consiste em fazer manobras arriscadas com motocicletas em vias públicas. De acordo com a comunidade, os responsáveis por "cobrarem" o vacilo são conhecidos e temidos.

É sabido que mediante as ações do estado no enfrentamento e combate ao tráfico de drogas, às organizações criminosas têm se estruturado estrategicamente. Logo, essas organizações passaram a adotar ações de regulação e controle social dos territórios, não mais através dos homicídios, mas através de práticas violentas e estratégicas, como as exercidas pelo grupo citado acima, na qual, são realizadas em locais específicos, visando, inclusive, a não exposição e denúncia dos casos, buscando manter a presença do estado, longe dessas regiões.

O Metropolitano (UPC Veneza) tem demandado atenção da Prevenção Social à Criminalidade. O território, assim como o Alterosa, sofre com as vulnerabilidades e com a criminalidade, tendo como destaque o tráfico de drogas. No período em tela, destacou-se a quantidade de crimes contra mulher, em tentativas de homicídio. A gravidade das violências chamaram a atenção pelo uso de armas como machado, facadas e comumente interpelados pela própria comunidade até a contenção do policiamento. Violências dessa natureza têm sido recorrentes no território de Veneza, assim como rumores de que haveria circulação de um homem cometendo abusos sexuais, causando insegurança e de certa forma aquecimento na dinâmica.

Além disso, é relatado na UPC Santos Reis desafios de acompanhamentos de jovens inseridos em dinâmicas violentas, atravessadas (ou majoradas) por gênero, exploração sexual, tráfico e outros elementos que vulnerabilizam ainda mais a juventude montes-clarenses. Em agosto, a equipe FV! esteve participando da II reunião do Fórum Norte Mineiro em Defesa da Vida de Mulheres e Meninas, a fim de discutir o protocolo de funcionamento do Fórum, enquanto uma instância de articulações, discussões, ações e mobilização que visa fortalecer e articular o debate, bem como propor políticas públicas voltadas para o enfrentamento às violências contra mulheres e meninas. O objetivo é, buscar estratégias de levar a informação sobre as redes de enfrentamento às mulheres, reforçando a necessidade de um olhar específico para as mulheres periféricas, salientando a importância das pesquisas acadêmicas e de uma delegacia especializada no atendimento às mulheres vítimas de violência, com funcionamento 24 horas.

Em Montes Claros, a exploração sexual permanece em debate e alertas. As Equipes têm articulado com os serviços sobre as questões de exploração sexual que são relatadas em vários espaços, sejam eles de rede ou comunitários. Durante a realização de ações, no território, tem-se escutado das participantes da Oficina PMC que denúncias são realizadas há muito tempo, porém nada acontece, e ninguém é responsabilizado pelos abusos. A Equipe PMC conseguiu mobilizar serviços da rede, no ano passado, para realizar uma ação no Castelo, onde houve a participação da Defensora Pública da Vara de Violência Doméstica.

Nos meses de maio e junho houve uma demanda maior com relação aos casos de violência doméstica e violência sexual, que em diálogo com a PPVD Ribeirão das Neves se encontra em 3º Lugar no número de casos que chegam para a PPVD nessa natureza. Apesar do número alto de casos notificados, muitos ainda não passam por este processo, ficando à margem

da notificação. O Programa Mediação de Conflitos vem desempenhando de forma significativa no atendimento desses casos que chegam para a unidade de prevenção, colaborando no fenômeno de subnotificação dos casos de violência.

Violência, tráfico, comunidade e dependência química

Em Uberlândia, foi verificado no território um caso grave de violência que envolve especialmente a ocupação das torres, mas também passa por todo o território de abrangência e também pelo Santa Clara (uma ocupação contígua ao território).

Duas jovens apresentam uma condição de saúde paupérrima em razão dos longos anos de uso de crack, as duas têm por volta dos 26 anos e usam crack desde os 8, segundo sua mãe. Em razão do vício elas são furtadoras contumazes e isso tem atraído reações violentas por parte da comunidade e também do tráfico. Por ora, a violência se origina fundamentalmente nos moradores, porque elas furtam justamente para saldar as dívidas com o tráfico, que ainda não tomou nenhuma medida enérgica contra as duas por isso. Os moradores já praticaram todo tipo de violência contra elas, que já foram presas com fraturas, amarradas etc. após os roubos praticados.

O PMC foi capaz de mobilizar um grande grupo da rede de saúde, com médicos, psicólogos, assistentes sociais e agentes de saúde de UBS Joana d'Arc, CAPS Oeste, CAPS AD, Gestão da Saúde Mental (Secretaria Municipal de Saúde) e mais para discutir o caso. Ao mesmo tempo, houve articulações com a Defensoria Pública e com o Sistema Prisional para facilitar o transporte pelo prisional de uma das irmãs para a internação quando ela fosse libertada.

Esse caso é muito próximo do de outras duas irmãs do território, uma foi assassinada e outra teve os olhos arrancados e hoje vive em um barraco numa ocupação do território, sobrevivendo com doações de comida e pedidos de esmola para financiar o uso. A própria mãe dessas jovens considera que as duas provavelmente não viverão muito mais, diante das violências que sofrem por parte da comunidade e também pela expectativa de que em algum momento o tráfico de drogas pode tomar alguma atitude diante de todo o desgaste que vem ocorrendo.

Esse grupo que o PMC foi capaz de mobilizar vem planejando ações de redução de danos junto à comunidade e outras ações junto à rede para facilitar uma internação das irmãs para servir de alternativa ao encarceramento e possibilitar o amadurecimento de medidas a serem tomadas junto à comunidade para receber as duas quando elas retornarem.

Como as equipes podem pensar a relação da metodologia com uma atuação sobre o cenário de violências? Essa foi a provocação feita pela UPC Ressaca em Contagem, frente aos episódios de violência presente no território.

Com o tópico acima servindo de catalisador para o direcionamento das ações dos programas, faz-se relevante recortar como a prática diária das equipes tem subsidiado o público a se instrumentalizar e superar violências, ainda que o tempo de intervenção e o tempo do sujeito sejam sempre um elemento de difícil cálculo.

Iniciando pelo Fica Vivo!, a equipe promoveu uma roda de conversa e reflexões com as adolescentes atendidas na oficina "Traçando Histórias". Essas jovens são impactadas direta e indiretamente pela noção ampliada de violência ainda que não consigam dar conta plenamente disso. Essa ação se tornou possível em função das práticas de monitoramento e a produção de vínculo com as juventudes, que têm conseguido expressar seus desconfortos e preocupações para os analistas.

Já o PMC, se destaca no território por promover vínculos muito potentes com referências comunitárias e por explorar nos espaços de oficinas (que vive um processo de consolidação enquanto mais uma ferramenta de atendimento no programa) formas de acessar as violências e/ou as tecnologias relacionadas à resolução pacífica ou violenta de conflitos. Nesse sentido, chama a atenção o espaço das fichas de organização comunitárias, para além das ações com os parceiros da rede, especialmente na ação promovida pela UPC que contou com a conexão entre a oficina do programa "Doce Futuro" e a PPVD para discussões caras ao enfrentamento à violência doméstica e de gênero.

Facções

É percebido que alguns territórios questionam a visibilidade que a mídia apresenta a respeito da relação entre certos territórios e as grandes facções. Cita-se como exemplo, a matéria vinculada no Jornal O Tempo, no mês de maio, que coloca o aglomerado da Cabana como faccionado ao Terceiro Comando Puro (TCP) do Rio de Janeiro. A gestão social e as equipes questionam as motivações para esse etiquetamento que recai sobre o território, quando a própria Secretária de Segurança Pública, por intermédio das forças policiais, não confirma essa informação. Segundo a leitura da gestão social, o investimento nas políticas públicas do território e a criação de novos equipamentos (CRAS, Centro de Referência da Juventude, praças e parques) é a principal resposta preventiva para tal cenário.

Tem sido um pouco mais recorrente as hipóteses dos territórios se faccionando ou fazendo alianças com territórios até em outras regionais administrativas do município. O Jardim Felicidade, por vezes, aparece em alguns relatos por intermédio da organização criminosa Gangue dos Bravos (GB) em parceria com o aglomerado Cabana. Também, no Jardim Felicidade, o grupo que atua na área da Rua 38, circulam comentários que estão em parceria com o Comando Vermelho (CV).

Percebemos que mesmo territórios que não ostentam um faccionamento com alguma organização maior do Brasil, acabam lançando mão de seus modos de gerir o negócio, como aluguel e financiamento de armas, organização de plantões, fomento de alianças no territórios e diversificação dos negócios. É dentro desse cenário que a gestão de Governador Valadares lê o caso específico de seu território do Carapina o surgimento do Primeiro Comando do Buracão (PCV), em que as regras impostas pelo grupo passam a impactar na atuação dos serviços de proteção social e outras políticas públicas do município. E na mesma área de abrangência no Santa Helena, temos o Primeiro Comando da Varginha (PCV) que parece ter uma parceria externa com o Comando Vermelho, porém, por interesses financeiros, o PCB e o PCV parecem fazer opção por aproximação e alianças, evitando prejuízos com confrontos de grupo e perda de mercadorias e clientes.

Em Juiz de Fora, a atuação de pessoas faccionadas tem se consolidado e impactado diretamente na dinâmica social e criminal do território de Olavo Costa. A prática do “desenrolo”, que consiste em um acerto de contas do tráfico acerca de condutas da comunidade que são julgadas como inapropriadas e que possam chamar a atenção da polícia para o território, vem sendo cada vez mais comum, tomando novas regras e formas de execução. Em Julho, um conflito envolvendo dois jovens, onde um aciona o irmão que é um dos “disciplinas” para punir o outro jovem envolvido no conflito sem passar pelo tribunal, chama a atenção e os três acabam indo para o “desenrolo” recebendo punições severas. Tal fato despertou a atenção da comunidade já que até a ocorrência o que era divulgado no território é que os envolvidos no tribunal não teriam risco de ir para o “desenrolo”. Diante disso, é possível que esse cenário mude e o caso passe a ser analisado a fim de manter todos, envolvidos ou não, sob o mesmo controle e regras.

Ainda em Olavo Costa, um evento promovido pelo tráfico, representado por uma pessoa que se denomina como liderança comunitária, vem sendo realizado com frequência e chamando a atenção. Apesar de ser um espaço cultural que atrai muitas pessoas, inclusive de outras cidades, e do estado do Rio de Janeiro, cabe destacar que é um evento focado para a demonstração de poder do tráfico, havendo grande circulação de armas e drogas, participação de menores de idade fazendo uso de álcool e outras drogas, além de relatos de exploração sexual de meninas que frequentam o espaço sem os seus responsáveis. O evento reforça na comunidade a vigência do acordo de paz e o controle social executado pelo tráfico, visto que um grande evento acontece sem intercorrências e, ao final, ainda distribui cestas básicas para a comunidade, como ocorreu na edição do mês de maio onde foram distribuídas cerca de 600 cestas com o dinheiro arrecadado e na edição do mês de julho onde cerca de 1500 cestas foram doadas.

É possível ainda fazer um paralelo entre a realidade social da comunidade e a da Roma antiga: a política do pão e circo². Por um lado, o tráfico impede que a comunidade aja de acordo com as suas necessidades e vontades, sendo obrigatório o cumprimento da lei imposta, a juventude por vezes torna-se refém do tráfico de drogas pela existência de dívidas e reproduz e pessoaliza conflitos que são sobre a estrutura dominante do território e, por outro lado, o tráfico mantém o território seguro e sem homicídios, executa eventos de esporte, cultura e lazer, reforma e faz a manutenção de espaços públicos e distribui alimentos na comunidade.

Cabe ainda destacar que durante a realização da última edição do evento, um dos responsáveis pela organização subiu ao palco para reafirmar que a polícia não deve ser acionada em hipótese alguma, e que qualquer questão deve ser direcionada e resolvida pelos “disciplinas”. Jovens e a comunidade vêm apresentando críticas positivas acerca da realização do evento e do aumento da sensação de segurança. A sensação de segurança vem sendo relacionada a manutenção do “desenrolo” que, apesar de haver uma relação controversa com a prática, os relatos de violência diminuíram e, de acordo com a percepção dos oficineiros do Fica Vivo!, os relatos de “desenrolo” também estão menos recorrentes, o que provavelmente ocorreu devido ao medo dos moradores de cometerem alguma “infração” e sofrerem as consequências disso. Ainda assim, as equipes da UPC receberam relatos de situações como pensão alimentícia, brigas de bar e infidelidade conjugal passando por “desenrolo”, ou seja, ocorrências antes irrelevantes para a atuação do tráfico, agora sofrem interferência dos mesmos,

² Política de pão e circo: pão e trigo eram distribuídos gratuitamente à população romana que vivia na miséria e sem condições mínimas e, ao mesmo tempo, havia a execução de espetáculos públicos em arenas com gladiadores a fim de entreter,, fazendo com que a população não se revoltasse com os problemas sociais da época.

demonstrando a necessidade de controle de todas as esferas do cotidiano do território e consequentemente um maior silenciamento das mais diversas violências sofridas e praticadas nos territórios controlados pelo tráfico.

Ainda em Juiz de Fora e sobre a atuação de facções, é possível afirmar por meio não só de relatos da comunidade, mas também das mídias televisivas e sociais que a atuação da facção Comando Vermelho está no município como um todo. Em meados do mês de maio foi ao ar na TV Alterosa uma matéria na qual o Comandante da 4a RPM, afirma que a maior facção criminosa do Brasil, o PCC, foi expulsa de Juiz de Fora através de esforços policiais, tal afirmação corrobora com a leitura e análise de meses anteriores e a percepção da comunidade de que agora “tudo é CV”, ou seja, tudo está sob o comando da facção Comando Vermelho, havendo ainda indícios de que alguns pontos da cidade vêm se organizando enquanto facção, indo além de uma mera identificação somada ao fornecimento de drogas e armas como acontecia anteriormente.

Domínio da “disciplina” no território, jovem punido pelo tráfico ao se passar por “disciplina”: um jovem atendido pelo Fica Vivo! está sendo acusado de ter se passado por disciplina para espancar outro jovem do território que agrediu a namorada.

Um jovem originado de Ipatinga que no início de sua adolescência foi admitido ao PPCAAM por conflitos com o tráfico, depois se mudou para BH, onde foi aprisionado por envolvimento com o tráfico, e por fim, se mudou para Uberlândia e está em uma situação delicada no território ao ser acusado de se passar por disciplina ao disciplinador. O rapaz agredido acionou outra instância da disciplina do PCC e fez a denúncia do fato, há relatos de que o disciplina (real) e o que se passou por disciplina deverão sofrer a mesma coisa que infligiram injustamente ao outro rapaz.

Logo um mês após esse fato, um jovem que se apresenta como “irmão”, batizado no PCC, relatou que o jovem que se passou por disciplina realmente está em vias de se tornar disciplina do Canaã, mas que mesmo assim vem cometendo muitos erros e deverá ser punido pela falsidade. A Equipe trabalha com esse jovem sobre a contradição de confiar um posto estratégico a alguém que está para ser punido por “vacilos” e a resposta é que provavelmente este conseguirá escapar da punição pois tem uma boa lábia.

Esse fato apresenta um aspecto curioso do território. Contradições como essa sempre vêm à tona quando o assunto é o domínio do PCC no território. Não são raras as vezes em que ocorre no território algo que em outros lugares de atuação do PCC gerariam punições graves e até mesmo a morte de seus “culpados”, mas no Canaã esse assunto não raras vezes expressa uma face infantil do tráfico de drogas, mostra uma juventude que foi seduzida pelo poder do traficante e da organização à qual ele pertence.

Uma possibilidade de refletir sobre a contradição entre a presença do PCC e essa atitude infantil e desorganizada dos “vapores” e até mesmo das pessoas que se apresentam como “disciplina” é oferecida pelo professor Gabriel Feltran (Irmãos uma história do PCC, 2018), que afirma que o PCC atua como uma irmandade e cada “irmão” tem uma certa autonomia para organizar seus negócios como achar mais conveniente, inclusive afirmando que sua estrutura interna não é tão hierarquizada quanto é transmitido pela imprensa ou pelas polícias e as “sintonias” ou esferas mais locais possuem uma certa autonomia de funcionamento.

Atravessamentos na dinâmica do trabalho – período eleitoral

O território do Morumbi, em Uberlândia, também apresenta alguns desafios nesse ponto. Uma roda realizada pelo PMC teve que ser cancelada durante sua realização porque uma vereadora viu em um grupo de Whats App da comunidade um folder de convite para o evento e enviou seus assessores para participar da roda em nome do mandato e anunciar a pré-candidatura para a comunidade.

A Equipe foi orientada a dialogar com a comunidade sobre os limites que estão colocados à atuação da Prevenção no momento, por se tratar de uma política pública, e reafirmar que a autonomia da comunidade sempre será respeitada, mas que no momento não poderemos nos vincular a espaços como esses. Outra roda de conversa também foi cancelada em uma escola por conta de uma paralisação reivindicando aumento de salário para os professores.

Proteção Social

A precariedade de espaços públicos ou mesmo o impedimento de utilização desses para a realização de oficinas tem sido um fenômeno observado em alguns territórios de Montes Claros. A Gestão Social tem investido em articulações institucionais, a fim de compreender melhor as intervenções verticais aplicadas, bem como entender se há um projeto de reestruturação e/ou revitalização de praças públicas, acompanhadas e dialogadas com a juventude pela equipe do FV!. No que toca as equipes do PMC, o fenômeno mencionado tem sido possibilidade de avançar em apresentação do programa

assim como reforçar a importância da mobilização comunitária para resolver as questões coletivamente. Além disso, disponibilizaram-se em acolher as demandas na UPC, para atendimento e intervenções, a exemplo da equipe da UPC Santos Reis:



A Equipe PMC tem participado ativamente das reuniões da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – REVICOM, acompanhando as construções entorno do enfrentamento das violências junto à gestão. Tem-se dialogado, nesse espaço, sobre os impasses diante do não funcionamento da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM aos finais de semana, o que tem provocado os dispositivos da Rede a pensarem em um fluxo de acolhimento e atendimentos desses casos que ocorrem aos finais de semana. Grande mobilização tem sido observado em vinculações do público e mesmo reconhecimento do programa como espaço de acolhida, escuta qualificada, orientações e acompanhamento de públicos mais vulnerabilizados e nesse cenário, mulheres vítimas de violência.

A partir do diálogo com as participantes do Projeto percebem-se outros casos de violência contra a pessoa idosa e o controle de lideranças do tráfico, o que deixa a comunidade receosa em denunciar, uma vez que essas lideranças tem determinado como as situações serão conduzidas e até mesmo, penalizadas. A Equipe PMC permanece dialogando com as Redes Locais e com a comunidade, a fim de qualificar as leituras sobre as dinâmicas criminais e sociais.



Grande Cabana Com Vida! – como resposta às questões afetas às dinâmicas criminais do território, no mês de maio foi dado início as articulações para a elaboração e execução do Projeto da quinta edição do “Grande Cabana Com Vida! Cidadania e acesso a serviços públicos”. Houve levantamento sobre as instituições e parceiros a convidar, com distribuição de tarefas entre analistas das equipes para contato e convite. O projeto está na quinta edição e percebe-se que tem sido mais fácil o processo de mobilização e execução.

Sobre a pauta da Violência Doméstica no Cabana, devido o baixo número de registro dos casos, a gestão social sugeriu ao Comandante do GEPAR uma articulação com a PPVD para uma maior divulgação do trabalho de prevenção. Nesse sentido, acontecerão visitas nas igrejas dos territórios, com o trabalho começando na paróquia São Geraldo.

A gestão social das unidades Carapina e Turmalina atualmente integra duas frentes de trabalho com outras instituições da rede de proteção social do município, são elas o Grupo de Articulação em Rede contra a Violência Doméstica (GAR VD), um grupo fortalecido, que propõe discussão, monitoramento e avaliação das políticas voltadas para a prevenção da violência

contra a mulher e o Grupo de Articulação em Rede da Infância e Juventude (GAR IJ), que tem sido um espaço estratégico para discussão do sistema de garantia de direitos da criança e adolescência.

O território da UPC Jardim Felicidade, apesar de ser muito atuante por intermédio dos programas FV e PMC, precisou avaliar ações no mês de maio e junho devido aos homicídios e tencionamento no território, mas a gestão social por intermédio das articulações em rede permaneceu atuante. No mês de maio foram realizados dois encontros para tratar da pauta do Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em junho o foco das discussões foi o enfrentamento ao Trabalho Infantil, mas não foi possível organizar eventos pela dinâmica social e criminal que se apresentava no território.

A gestão social de Vespasiano da UPC Morro Alto é muito atuante na Rede de Proteção Social do município, participando sempre das articulações e mobilizações de pautas relevantes. Nesse sentido, a gestão social participou da construção da ação da Rede de Enfrentamento à Violência contra mulheres e meninas de Vespasiano e São José da Lapa. Participaram os profissionais da secretaria de desenvolvimento social e secretaria de assistência social com objetivo de fomentar a discussão da pauta bem como buscar qualificação do trabalho das equipes tanto de ponta como no administrativo. A temática perpassou temas relacionados às facetas das violências sobre os corpos femininos e a sensibilização para compreender e orientar mulheres a respeito das violências.

Importante destacar também, a iniciativa da SUPEC por intermédio da articulação da superintendente de prevenção à criminalidade e as respectivas diretorias dos programas Fica Vivo! e PMC, o início do Grupo de Trabalho Homicídios (GT Homicídios). O GT contou na primeira fase com a gestão social das unidades Morro Alto, Serra/Santa Lúcia, Morro das Pedras/Ventosa, além da participação das supervisões da gestão e metodológica. O espaço se apresenta com muito potencial para pensarmos, principalmente, nas estratégias de atuação dos territórios com maior índice de homicídios ao longo do ano.

Por fim, buscando visibilizar o dia 12 de Agosto onde se comemora o Dia Internacional da Juventude, foi realizado pela UPC Citrolândia em Betim, o projeto Sarau das Juventudes. O projeto contou com a presença dosicineiros e de 25 jovens das oficinas de Arte e Cultura, bem como, a equipe de analistas. Foram realizadas batalhas de rima freestyle com violão, apresentações de rock e a exposição dos desenhos de um jovem atendido. A ação foi importante para a divulgação das oficinas do programa, além de oferecer acesso ao entretenimento e expressões artísticas e culturais e vinculação dos jovens aos programas.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 9.2. Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 6 •	• 6 •
Descrição do Indicador	
<p>A sistematização de informações é uma importante ferramenta para o adequado acompanhamento e avaliação das ações e projetos em desenvolvimento, de modo a ser possível fazer uma análise crítica acerca dos avanços e, principalmente, dos desafios. Este indicador visa mensurar a quantidade de relatórios mensais a serem entregues pela OS, de acordo com cada instrumento definido abaixo.</p> <p>Relatórios de Gestão das Oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</p> <p>Este Relatório constitui na sistematização das informações dos relatórios das equipes técnicas, de modo a retratar a dimensão e a complexidade da execução das oficinas, que deverá conter, no mínimo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. número de oficinas (por UPC, município e geral); 2. percentual de oficinas de acordo com o período do dia (manhã, tarde, tarde/noite e noite); 3. percentual de oficinas de acordo com modalidade (esporte, cultura, arte, educação profissional), bem como o detalhamento de cada modalidade; 4. percentual de oficinas por local de realização (escola; creches; centros e associações comunitárias; igrejas; quadras públicas, campos de futebol e complexos esportivos; espaços alugados; praças e parques públicos; ruas e becos; Unidade de Prevenção; Centros de Referência da Assistência Social; outros); 5. número de oficinas implantadas, suspensas e encerradas (por UPC, município e geral); 6. número e percentual de oficinairos (por UPC, município e geral); 7. percentual de oficinairos por sexo e faixa etária (por UPC, município e geral); 8. número absoluto de jovens em oficinas (por UPC, município e geral); 9. média de jovens por oficina (por UPC e geral); 10. perfil dos jovens que frequentam as oficinas (por sexo e idade); 11. frequência média dos jovens às oficinas (por modalidade e geral); 12. frequência de encontros realizados em oficinas. <p>Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.</p> <p>Relatórios de Gestão do Programa Se Liga</p> <p>Este Relatório apresenta análises qualitativas e quantitativas das ações realizadas pelas equipes técnicas do Programa Se Liga, que deverá conter, no mínimo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Número de atendimentos individuais realizados nas Unidades Socioeducativas com pré-egressos do Sistema Socioeducativo; 2. Número de Oficinas Introdutórias realizadas e de participantes; 3. Número de Oficinas Temáticas Internas realizadas e de participantes; 4. Número de Oficinas Temáticas Externas realizadas e de participantes; 5. Número de atividades culturais realizadas e de participantes; 6. Número de ações com familiares e de participantes; 7. Número de atendimentos individuais à egressos do Sistema Socioeducativo; 8. Número de oficinas realizadas com egresso do Sistema Socioeducativo e de participantes; 9. Número de discussão de estudo de casos junto às Unidades Socioeducativas; 10. Número de encaminhamentos à rede de proteção dos adolescentes atendidos; 11. Número de jovens que estão realizando algum curso, considerando a modalidade (aprendiz, qualificação básica para o trabalho, profissionalizante), bem como a situação do curso (andamento, concluído, não concluído, reprovado). 	

Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução e gestão do Programa no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão do Programa Se Liga a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.

Relatórios Gerais do Programa Selo Prevenção Minas

Este Relatório é elaborado a partir dos relatórios de acompanhamento mensais elaborados pelos Analistas Sociais e Gestores do Programa Selo Prevenção Minas, que deverá conter, no mínimo:

1. Compilação e análise geral dos números e indicadores apontados nos Relatórios Mensais de Acompanhamento de cada RISP, bem como uma qualificação descritiva das principais ações realizadas, quando for o caso;
2. Análise das principais discussões e encaminhamentos das plenárias das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade quando couber e/ou dos demais espaços de rede instituídos pelo Programa na RISP;
3. Análise das ações de participação social realizadas na RISP;
4. Análise do desenvolvimento dos eixos do Programa nas RISPs, por município;
5. Descrição dos principais dificultadores e facilitadores da execução do Programa na RISP, tendo em vista os recortes de cada município.

A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório Geral do Programa Selo Prevenção Minas, conforme diretrizes específicas emanadas pelo OEP, a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o décimo dia útil subsequente ao mês de referência.

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório foram entregues • 6 • relatórios de gestão dos Programas, sendo 3 da Gestão do Programa Selo Prevenção e 3 da Gestão do Programa Se Liga, cumprindo integralmente a meta estabelecida.

ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO DA PARCERIA

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 10.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 100% •	• •
Descrição do Indicador	
<p>Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do contrato de gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela Seplag, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela Seplag, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com os regulamentos próprios que disciplinem os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras, alienações e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, e se coadunam com o objeto do contrato de gestão.</p> <p>Os Regulamentos próprios devem ser construídos de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da Seplag, e aprovados tanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP quanto pela Seplag.</p> <p>Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a Seplag estruturou um modelo de relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados. Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios de Checagem Amostral (e Relatórios de Checagem de Efetividade, quando for o caso) elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão em conjunto com os seus assessores, conforme modelo da SEPLAG.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 10.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 100% •	• •
Descrição do Indicador	
O objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual, Decreto Estadual nº 45.969/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação prevista para a cada ação e documento consolidado pela SCP/SEPLAG demonstrando o resultado alcançado pelo OEP.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca deste indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação, visto que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

ÁREA TEMÁTICA: PRODUTOS

Área Temática: Produtos	
Produto 1.3. - Implantação de UPC de abrangência Regional (15ª RISP - Teófilo Otoni)	
• 100% •	• Aprovado •
Descrição do Indicador	
UPC implantada apta ao funcionamento - estrutura física concluída e equipe contratada, conforme descrição da área temática.	
Fonte de comprovação do indicador	
Critério de aceitação: Relatório executivo de implantação e entrega da UPC validados pela SUPEC. Fonte de comprovação: E-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC aprovando a entrega. Prazo: 05 (cinco) meses de 15 (quinze) dias após a formalização sobre a locação ou não do imóvel.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O Produto 1.3 - Implantação de UPC de abrangência regional (Planejamento: 15ª RISP - Teófilo Otoni) em Minas Gerais, foi entregue pela OS no dia 26/08/24 para apreciação da OEP e validado por esse Órgão no dia 27/08/24, conforme previsto no Programa de Trabalho do VIII Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 02/2019.

Consta-se a seguir o conteúdo do Produto entregue:

I - INTRODUÇÃO

O presente documento tem como finalidade apresentar Relatório Executivo de Implantação da Unidade de Prevenção a Criminalidade de Teófilo Otoni, que é composta pelo Programa Selo Prevenção Minas e com área de atuação na Região Integrada de Segurança Pública (RISP) 15, que abrange 59 municípios.

O espaço de implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Teófilo Otoni foi disponibilizado através de uma parceria com o município de Teófilo Otoni, resultado da articulação da SUPEC junto ao Município. Em 14/05/2024, o OEP formalizou junto ao Instituto Elo a entrega das chaves do imóvel localizado na Rua Doutor Manoel Esteves, 323/327, CEP: 39800-090 - Centro - Teófilo Otoni, para início das ações de implantação da UPC.

A referida implantação iniciou-se com a apresentação de uma Plano de Implantação que foi apresentado ao OEP com todo planejamento para a estruturação do espaço e aquisição dos equipamentos e mobiliários necessários, bem como a programação de contratação de toda a equipe necessária para o desenvolvimento das atividades nesta Unidade de Prevenção.

II - DO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS APRESENTADOS NO PLANO DE IMPLANTAÇÃO

O cronograma de implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Teófilo Otoni foi elaborado com o objetivo de garantir a conclusão das atividades no menor prazo possível. Graças à parceria com o OEP, que disponibilizou o imóvel, foi possível planejar um prazo mais célere para conclusão desta ação.

As tabelas a seguir foram apresentadas no Plano de Implantação detalhando os cronogramas das atividades, juntamente com as datas de início e término previstas:

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES - ESTRUTURA FÍSICA DO IMÓVEL

ATIVIDADE	DATA/PERÍODO
1ª Visita do Departamento de Infraestrutura do Instituto Elo ao imóvel para recebimento das chaves e reconhecimento do imóvel	04/06/2024 à 05/06/2024
Realização de ORÇAMENTO (in loco) para aquisição e instalação de rede lógica	04/06/2024 à 05/06/2024
Realização de ORÇAMENTO (in loco) para aquisição e instalação de divisórias	04/06/2024 à 05/06/2024

Realização de ORÇAMENTO (in loco) para aquisição e instalação de ar-condicionado	04/06/2024 à 05/06/2024
Instalação das divisórias	12/06/2024 à 26/06/2024
Entrega do mobiliário (mesas, cadeiras, arquivos etc.)	20/06/2024 à 26/06/2024
Entrega da Geladeira (comprar na cidade)	12/06/2024 à 26/06/2024
INSTALAÇÃO da rede lógica e elétrica	26/06/2024 à 10/07/2024
INSTALAÇÃO do ar-condicionado	26/06/2024 à 10/07/2024
2ª Visita ao imóvel para realização dos ajustes/adaptações necessários e entrega dos seguintes itens: micro-ondas, ventiladores, bebedouro de galão, telefone fixo, nobreaks, quadro branco, dentre outros.	26/06/2024 à 30/07/2024
Entrega do Relatório Executivo de Implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Teófilo Otoni, com informação dos recursos investidos.	Até 30/08/2024

Os prazos apresentados no cronograma acima foram rigorosamente cumpridos com êxito e através do esforço e dedicação conjunta de todos os profissionais envolvidos, o Instituto Elo concluiu todas as etapas da estruturação física da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Teófilo Otoni, em 09/07/2024.

A equipe da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Teófilo Otoni foi planejada para ser composta por 07 profissionais, sendo 01 Gestor Social, 03 Analistas Sociais, 01 Técnico Administrativo, 01 Motorista e um 01 Faxineiro. O planejamento era que a equipe estivesse integralmente contratada até 01/07/2024, conforme planejamento abaixo.

CRONOGRAMA DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL

Processo Seletivo	Vagas	Formações	Inscrição	Triagem	Receber Documentos	Entrevistas	Previsão de Início
Gestor Teófilo Otoni - Selo Prevenção	1	Ciências Sociais Aplicadas ou Ciências Humanas	13/05/2024 à 26/05/2024	27/05/2024	29/05/2024	Semana do dia 03/06/2024	12/06/2024
Analista Social Teófilo Otoni - Selo Prevenção	3	Ciências Sociais Aplicadas ou Ciências Humanas	13/05/2024 à 26/05/2024	27/05/2024	29/05/2024	11/06/2024	01/07/2024
Técnico Administrativo Teófilo Otoni	1	Ensino médio completo	13/05/2024 à 26/05/2024	27/05/2024	29/05/2024	12/06/2024	01/07/2024
Motorista Teófilo Otoni	1	Ensino médio completo	13/05/2024 à 02/06/2024	03/06/2024	05/06/2024	18/06/2024	01/07/2024
Faxineiro(a) Teófilo Otoni	1	Não exigida	13/05/2024 à 09/06/2024	10/06/2024	13/06/2024	20/06/2024	01/07/2024

Os prazos apresentados no cronograma acima também foram cumpridos com êxito, com exceção a contratação do motorista que foi condicionada à chegada do veículo a ser disponibilizado pelo OEP. Essa medida visa otimizar os recursos e garantir que o profissional tenha as ferramentas necessárias para o desempenho de suas funções.

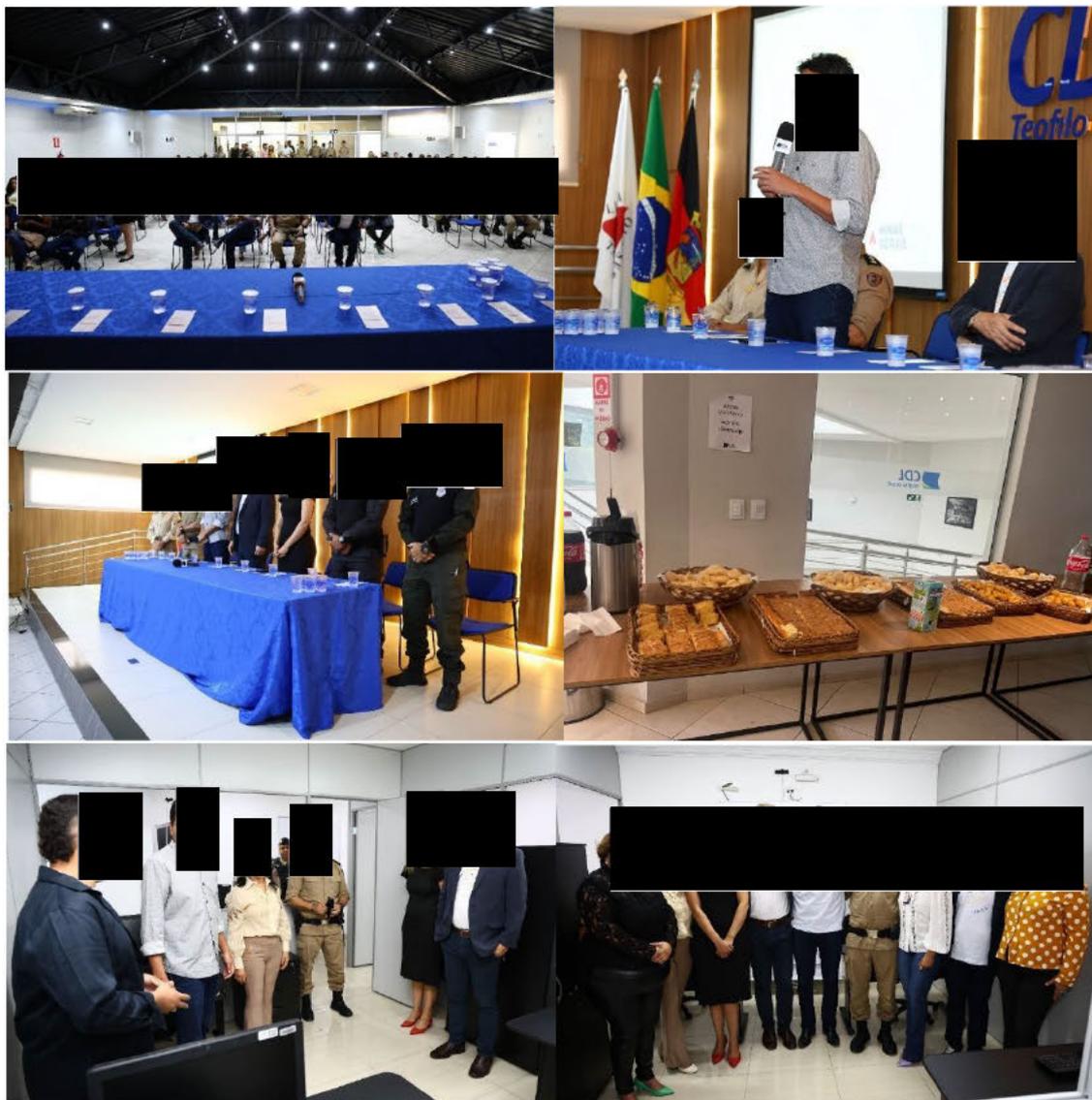
Segue a relação dos profissionais contratados em atuação na Unidade de Prevenção à Criminalidade de Teófilo Otoni:

Funcionário Contratado	Início	Função
[REDACTED]	17/06/2024	Gestor(a) Social
[REDACTED]	01/07/2024	Analista Social
[REDACTED]	01/07/2024	Analista Social
[REDACTED]	01/07/2024	Analista Social
[REDACTED]	01/07/2024	Faxineiro
[REDACTED]	01/07/2024	Técnico Administrativo

III - DO SEMINÁRIO DE INAUGURAÇÃO DA UNIDADE DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE DE TEÓFILO OTONI

No dia 26 de junho de 2024, o OEP realizou um seminário para inaugurar a Unidade de Prevenção à Criminalidade de Teófilo Otoni. O evento, direcionado às autoridades da RISP 15, teve como objetivo apresentar o Programa Selo Prevenção Minas e suas ações para a região. Após o seminário, os participantes realizaram uma visita às instalações da Unidade, onde puderam conhecer a estrutura física e os equipamentos disponíveis para o desenvolvimento das atividades. A iniciativa

contou com a participação de autoridades estaduais e locais, o que demonstra o grande interesse e apoio à causa da prevenção à criminalidade na região.



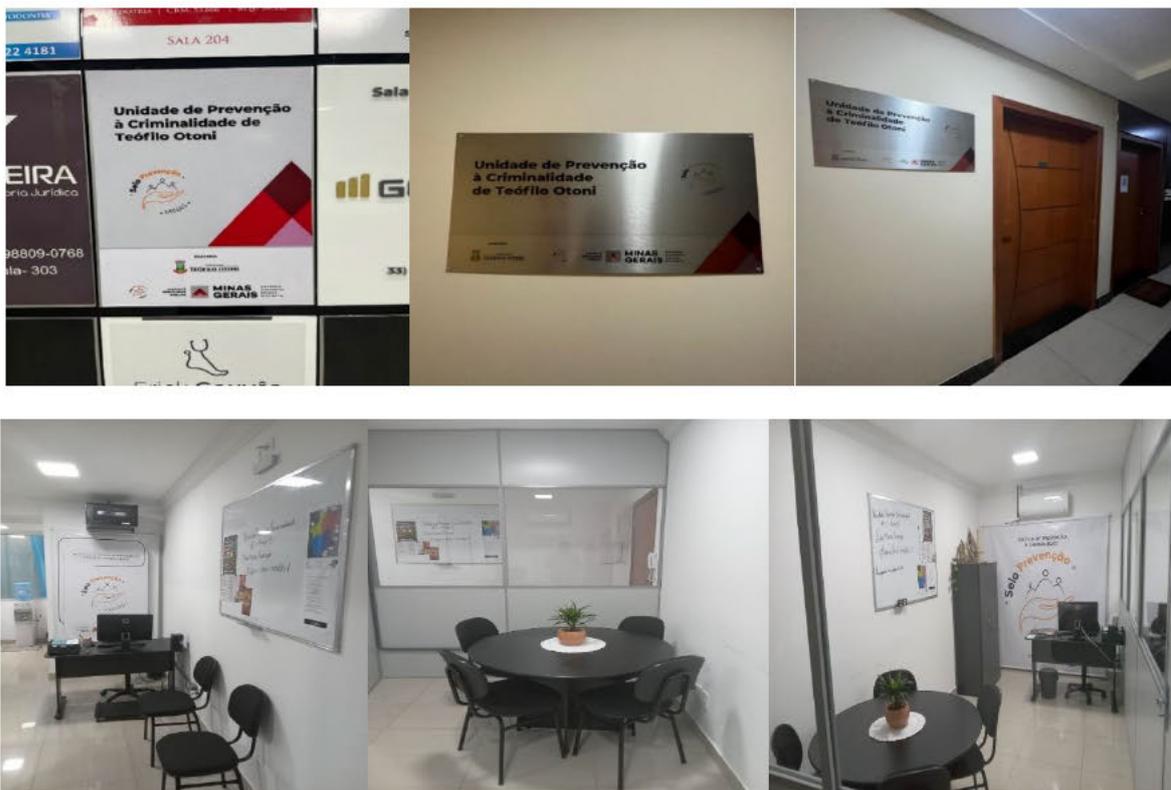
IV - RECURSOS INVESTIDOS NA IMPLANTAÇÃO DA UPC

A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos recursos investidos na implantação da Unidade, incluindo equipamentos, mobiliário e serviços. A seleção dos fornecedores e produtos foi realizada de forma transparente e criteriosa, seguindo o Regulamento de Compras e Contratações do Instituto Elo, com o objetivo de garantir a otimização dos recursos e a aquisição de produtos e serviços de alta qualidade.

Itens	Fornecedor	Valor
Aquisição de mobiliário	Teixeira e Chaves Ltda	R\$ 8.935,00
Aquisição de dois quadros brancos	Santo Agostinho Livraria e Papelaria LTDA (Mixpel)	R\$ 539,98
Aquisição e instalação de divisórias	Tibério Cesar Dias da Silva (ABC Forros)	R\$ 8.380,80
Aquisição de Geladeira	Eletrozema	R\$ 2.599,08
Aquisição e instalação de rede lógica e elétrica	Jonas Santos (Renovo Tecnologia)	R\$ 7.059,40
Aquisição dos aparelhos de ar-condicionado	Refrigeração Dufrio Comercio e Importação S A.	R\$ 5.398,90
Instalação dos aparelhos de ar-condicionado	Edilson Pereira de Jesus 87336731600	R\$ 2.240,00
Aquisição de bebedouro	Frigelar Comercio e Industria LTDA	R\$ 755,38
Aquisição de 03 aparelhos de telefones fixos	Kalunga	R\$ 205,50

Aquisição 01 micro-ondas	Magazine Luiza	R\$	533,62
Confecção das placas de identificação da UPC	Icolou	R\$	600,00
Contratação de lanche para Seminário de inauguração da UPC	G.L.H Padaria e Confeitaria Ltda (Padaria Alemã)	R\$	1.415,00
Aquisição de 05 estabilizadores	KALEX INFORMÁTICA	R\$	1.195,00
Aquisição de 01 projetor	Agis Equipamentos	R\$	2.349,51
Aquisição de 02 aparelhos celulares	Vivo Telefonía	R\$	1.536,00
Total		R\$	43.743,17

V - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA UNIDADE





VI - BENS E SERVIÇOS SOB A RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Para a Unidade de Prevenção à Criminalidade de Teófilo Otoni foi pactuado que alguns itens e serviços seriam fornecidos diretamente pelo OEP. Quais sejam:

- 5 computadores para a equipe técnica;
- 1 impressora para a equipe técnica;
- Serviço de Reprografia;
- Serviço de Telefonia fixa;
- Serviço de Internet e Manutenção dos Computadores,
- Disponibilização de 01 automóvel.

Os computadores foram entregues e estão operacionais. A fim de otimizar as atividades da Unidade, é crucial que os demais itens e serviços, sejam disponibilizados o mais breve possível. A equipe está pronta para iniciar a plena execução das atividades, mas depende da complementação da infraestrutura para alcançar os resultados esperados.

A falta do veículo a ser disponibilizado pelo OEP tem sido o principal obstáculo para o pleno desenvolvimento das atividades do Programa Selo Prevenção Minas, segundo a equipe técnica. A impossibilidade de realizar visitas de trabalho aos municípios da RISP 15 limita a capacidade da equipe de estabelecer parcerias e realizar ações de prevenção, tornando-se desafiador o alcance dos resultados esperados e cumprimento das metas estabelecidas.

VII - CONCLUSÃO

A implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Teófilo Otoni representa um marco significativo para a região, demonstrando o compromisso do Governo de Minas Gerais com a segurança pública e a prevenção da violência. Através de um planejamento rigoroso e da colaboração entre as diversas instituições envolvidas, foi possível concluir a estruturação física da unidade em tempo recorde, superando as expectativas iniciais.

A equipe técnica, já está em pleno funcionamento, desenvolvendo ações estratégicas. No entanto, a falta de alguns recursos, como o veículo, ainda impacta diretamente a capacidade de atuação da equipe. A disponibilização desses recursos em tempo hábil é fundamental para garantir o pleno desenvolvimento das atividades e o alcance dos resultados esperados.

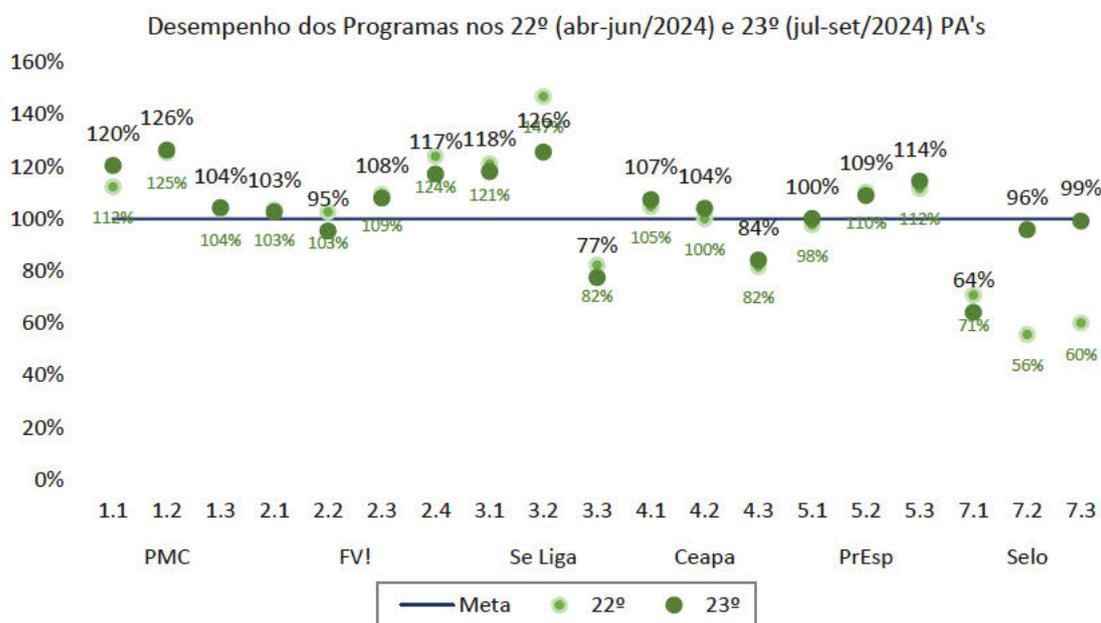
Com a conclusão da implantação da Unidade, espera-se fortalecer a parceria entre as forças de segurança, o poder público e a sociedade civil, contribuindo para a construção de um futuro mais seguro para todos os cidadãos de Teófilo Otoni e região.

A equipe do Instituto Elo continuará acompanhando de perto o desenvolvimento das atividades da Unidade, oferecendo os recursos necessários para o pleno desenvolvimento do Programa Selo Prevenção Minas em Teófilo Otoni.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento apresentou os resultados do 23º Período Avaliatório (01/07/2024 a 30/09/2024), do Contrato e Gestão 002/2019. Ao todo, foram considerados 30 indicadores. Do total de indicadores, 22 tiveram suas metas alcançadas plenamente e outros 2 indicadores terão seus resultados mensurados após a entrega desse relatório. Ainda, importante destacar que, nos 6 casos em que a meta não foi alcançada, Indicadores 2.2, 3.3, 4.3, 7.1, 7.2 e 7.3, nota-se que seus apresentaram uma média de cumprimento de 86%. Nesse trimestre houve a conclusão e entrega de um produto importante: Relatório de Execução da Implantação da UPC de abrangência regional (RISP 15 Teófilo Otoni).

No Gráfico abaixo é possível comparar os resultados dos indicadores para o trimestre anterior (abril, maio e junho) do ano de 2024, condizente ao 22º PA, e do atual trimestre (julho, agosto e setembro), que diz respeito ao 23º PA. As medidas representadas correspondem ao percentual atingido da meta, de modo que estar abaixo de 100% significa pontuar que o indicador não atingiu a meta como se espera.



Nesse sentido, nota-se que 6 indicadores do presente PA não alcançaram 100% da medida estipulada, ou seja, resultado similar ao trimestre anterior (21º), que também contou 6 indicadores abaixo da meta. Apesar disso, destaca-se que as amplitudes são menores e, exceto Se Liga 3.3, Selo 7.1 e Ceapa 4.3, todos os indicadores atingiram mais de 96% das metas estipuladas para o 23º PA. Tal conjuntura evidencia um cenário positivo.

No que se refere especificamente aos programas, tem-se que todos os indicadores do PMC atingiram as respectivas metas, situação análoga ao trimestre passado em que todos os resultados do PMC também foram superiores a 100% das metas. Quanto ao Fica Vivo!, verifica-se, também, resultados muito positivos: todos os indicadores do Programa alcançaram a meta, exceto o Indicador 2.2 que atingiu 95% da meta. Os resultados relativos ao Programa Se Liga demarcaram altos percentuais alcançados referentes às metas do Indicador 3.1 e 3.2, com, respectivamente, 118% e 126% dos valores objetivados atingidos. O Indicador 3.3 não alcançou 100% da meta, assim como no trimestre anterior.

O programa Ceapa compôs apenas 1 item abaixo da meta, 4.3, assim como no 22º PA. Quanto ao PrEsp, observa-se percentuais com algumas diferenças entre os dois períodos abordados. O Indicador 5.1 foi o único que não atingiu a meta no 22º PA, enquanto que, no 23º PA, atingiu 100% da meta.

Os resultados do Programa Selo Prevenção, apesar de não terem atingido 100% da meta estabelecida, são bastante promissores, uma vez que os indicadores 7.2 e 7.3, que no 22º PA haviam atingido 56% e 60% da meta, no 23º PA, fizeram 96% e 99% das metas, respectivamente.

Ademais, há de se considerar a capacidade e empenho de todos os Programas para atingir patamares satisfatórios de atendimentos. Além disso, reitera-se ter havido uma calibragem dos valores das metas com a publicação do VIII Termo Aditivo ao Contrato de Gestão Nº 02/2019. Em parte, por causa disso, nota-se principalmente variações menores entre a meta e os resultados alcançados e não alcançados.

Seguindo a tendência dos períodos anteriores, o terceiro trimestre de 2024 foi marcado pela melhoria contínua dos resultados, dos processos de gestão dos documentos e arquivos das UPCs e dos atendimentos realizados pelos Programas. Em nove meses, os Programas alcançaram 228.326 atendimentos, uma média de 25.369 atendimentos a população por mês. Somado a isso, o 23º PA foi marcado pelo início dos Projetos de Prevenção a Criminalidade cuja execução ocorrerá entre outubro 2024 e fevereiro de 2025 e promete ter impacto muito positivo em todas as UPCs e Programas da Política de Prevenção Social a Criminalidade.

COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO
CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:30:35 do dia 16/09/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/03/2025.

Código de controle da certidão: **509E.FEF0.7BD8.8679**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.514.913/0001-75

Certidão n°: 61850481/2024

Expedição: 09/09/2024, às 10:52:33

Validade: 08/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° 07.514.913/0001-75, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.514.913/0001-75
Razão Social: INSTITUTO ELO
Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG / 30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/09/2024 a 15/10/2024

Certificação Número: 2024091618581324524909

Informação obtida em 25/09/2024 13:09:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
25/09/2024

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
24/12/2024

NOME/NOME EMPRESARIAL: INSTITUTO ELO

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004582069.00-79

CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: R DOS GUAJAJARAS

NÚMERO: 1570

COMPLEMENTO: SALA 301,

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180099

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2024000804556840



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **CGJDNNOIKM**

Documento/Certidão nº **28.770.892** Exercício: **2024**

Emissão em: **02/10/2024**

Requerimento em: **14:26:29**

Validade: **01/11/2024**

Nome: **INSTITUTO ELO**

CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

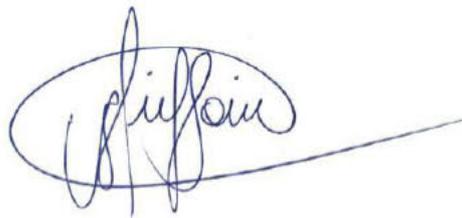
DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 09 de outubro de 2024.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Gleiber', enclosed within a blue oval. A long horizontal line extends from the right side of the oval.

Gleiber Gomes de Oliveira
Diretor Presidente
Instituto Elo

